

Relatório Anual 2011

 Santander Totta



Principais indicadores	3
Órgãos Sociais	4
Factos relevantes e prémios obtidos em 2011	7
<i>Rating</i>	9
Informação Corporativa	10
Responsabilidade Social Corporativa	11
Enquadramento da Actividade	17
Áreas de Negócio	27
Áreas de Suporte ao Negócio	35
Informação Económica e Financeira	39
Gestão de Risco	46
Proposta de Aplicação de Resultados	54
Informação Complementar e Anexos	55
Governo Societário	64
Demonstrações Financeiras Consolidadas	71
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	77
Relatórios e Pareceres Consolidados	214
Demonstrações Financeiras Individuais	219
Notas às Demonstrações Financeiras Individuais	223
Relatórios e Pareceres Individuais	234

## Principais Indicadores

milhões de euros	Dez-11	Dez-10	Var.
<b>Balanço e Resultados</b>			
Activo Líquido	42.224	47.943	-11,9%
Crédito Líquido	28.340	32.814	-13,6%
Recursos de Clientes	27.152	27.081	+ 0,3%
Capital Próprio + Int. Minoritários + Pas. Subordinados	2.274	2.805	-18,9%
Margem Financeira Estrita	562,8	721,8	-22,0%
Comissões, Outros Res.Act.Bancária e Actividade Seguros	350,9	381,5	-8,0%
Produto Bancário e Actividade de Seguros	920,6	1.168,3	-21,2%
Resultado de Exploração	407,1	639,5	-36,3%
Resultado Antes de Impostos e I.M.	146,4	472,9	-69,1%
Resultado Consolidado do Exercício (recorrente)	144,8	364,5	-60,3%
Resultado Consolidado do Exercício	63,9	439,8	-85,5%
<b>Rácios</b>			
ROE	1,5%	15,5%	-14,0 p.p.
ROA	0,2%	0,9%	-0,8 p.p.
Rácio de Eficiência	55,8%	45,3%	+ 10,5 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios*	11,5%	11,1%	+ 0,4 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios Base (Tier I)*	11,5%	11,2%	+ 0,3 p.p.
Core Capital *	11,0%	10,3%	+ 0,7 p.p.
Crédito Vencido a mais de 90 dias / Crédito Total	2,19%	1,34%	+ 0,9 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	2,24%	1,36%	+ 0,9 p.p.
Crédito em Risco / Crédito Total	2,85%	1,72%	+ 1,1 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido a mais de 90 dias	107,1%	127,2%	-20,0 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	104,5%	125,3%	-20,8 p.p.
Cobertura de Crédito em Risco	82,3%	99,4%	-17,1 p.p.
<b>Outros Dados</b>			
Colaboradores	5.828	5.916	-88
Colaboradores em Portugal	5.774	5.857	-83
Pontos de Atendimento	715	758	-43
Total de Agências e Centros Empresa em Portugal	681	716	-35

\* Com resultado líquido de dividendos a distribuir

## Órgãos Sociais

### SANTANDER TOTTA, S.G.P.S., S.A.

#### Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Vice – Presidente	António Maria Pinto Leite
Secretário	António Miguel Leonetti Terra da Motta

#### Conselho de Administração

Presidente	Matias Pedro Rodriguez Inciarte <sup>(1)</sup>
Vogais	António José Sacadura Vieira Monteiro José Carlos Brito Sítima José Manuel Alves Elias da Costa Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos

#### Conselho Fiscal

Presidente	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C. Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

#### Revisor Oficial de Contas

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, S.R.O.C.

#### Comissão Executiva

Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro <sup>(2)</sup>
Vogais	José Carlos Brito Sítima José Manuel Alves Elias da Costa Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos

#### Secretário da Sociedade

Efectivo	António Miguel Leonetti Terra da Motta
Suplente	Luís Manuel Baptista Figueiredo

(1) Em 13/01/11 passou de Vice-Presidente a Presidente do Conselho de Administração

(2) Em 31/01/12 passou de Vogal a Presidente da Comissão Executiva

Nuno Manuel da Silva Amado renunciou ao cargo de Administrador em 27/01/12  
Miguel de Campos Pereira de Bragança renunciou ao cargo de Administrador em 11/02/12

# BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

## Mesa da Assembleia Geral

Presidente	António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
Vice – Presidente	António de Macedo Vitorino
Secretário	António Miguel Leonetti Terra da Motta

## Conselho de Administração

Presidente	Matias Pedro Rodriguez Inciarte <sup>(1)</sup>
Vogais	António José Sacadura Vieira Monteiro Carlos Manuel Amaral de Pinho Eduardo José Stock da Cunha João Baptista Leite <sup>(2)</sup> José Carlos Brito Sítima José Urgel Moura Leite Maia José Manuel Alves Elias da Costa Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

## Conselho Fiscal

Presidente	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Vogais	Mazars & Associados, S.R.O.C. Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro
Suplente	Pedro Manuel Alves Ferreira Guerra

## Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A.

## Comissão Executiva

Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro <sup>(3)</sup>
Vogais	José Carlos Brito Sítima João Baptista Leite <sup>(2)</sup> José Manuel Alves Elias da Costa José Urgel Moura Leite Maia Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

## Secretário da Sociedade

Efectivo	António Miguel Leonetti Terra da Motta
Suplente	Luís Manuel Baptista Figueiredo

(1) Em 13/01/11 passou de Vice-Presidente a Presidente do Conselho de Administração

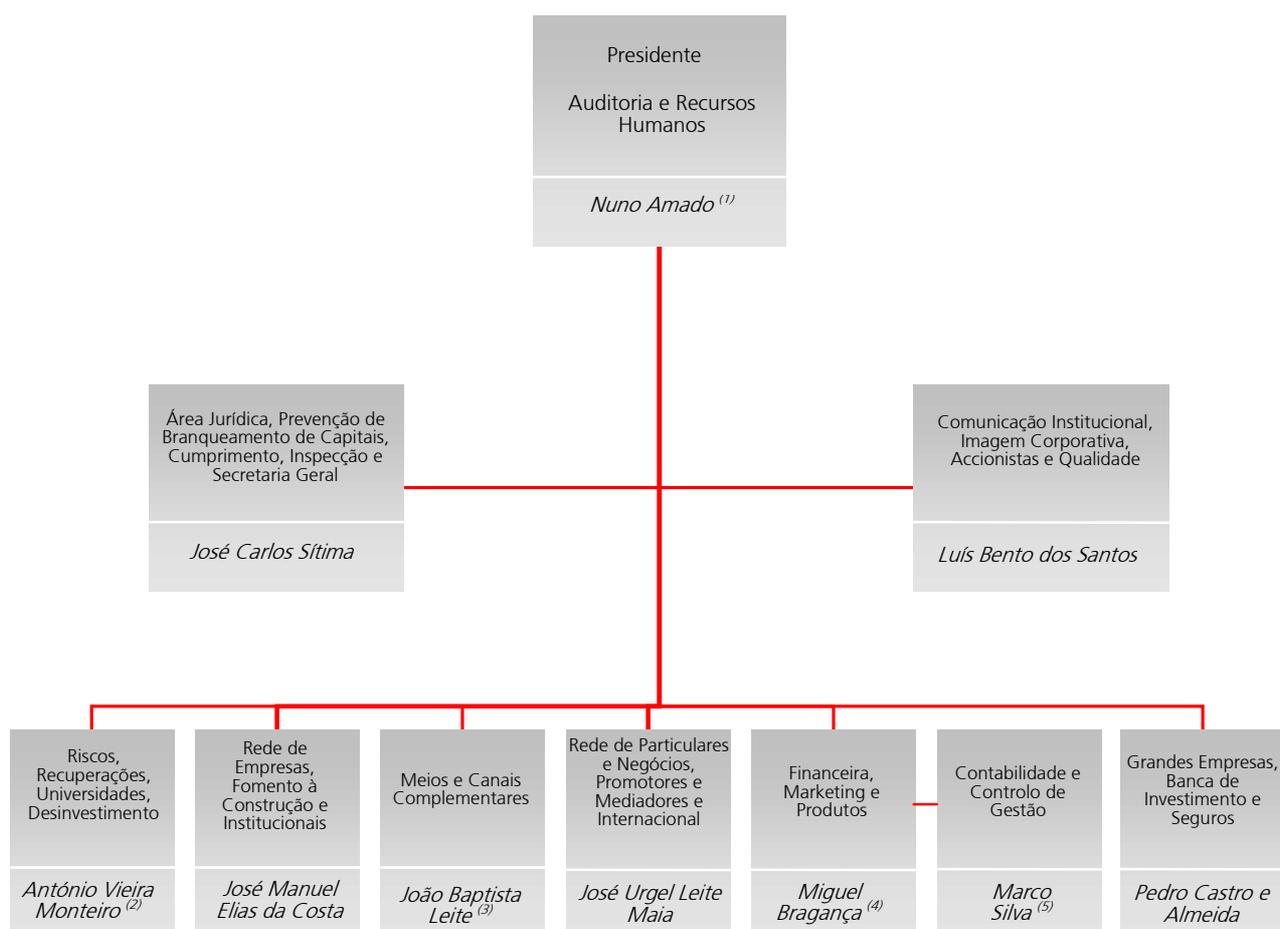
(2) Cooptado em 14/07/11

(3) Em 31/01/12 passou de Vogal a Presidente da Comissão Executiva

Nuno Manuel da Silva Amado renunciou ao cargo de Administrador em 27/01/12  
Miguel de Campos Pereira de Bragança renunciou ao cargo de Administrador em 11/02/12



## Organigrama Funcional da Comissão Executiva (no exercício de 2011)



(1) Renunciou ao cargo em 27/01/12 tendo sido substituído por **António Vieira Monteiro**

(2) Em 31/01/12 passou de Vogal a Presidente da Comissão Executiva

(3) Cooptado em 14/07/11

(4) Renunciou ao cargo em 11/02/12

(5) Director Agregado à Comissão Executiva.

## Factos Relevantes em 2011

### Prémios em 2011

- Melhor Banco em Portugal – Global Finance (Abr/11)
- Melhor Banco em Portugal – Euromoney (Jul/11)
- Banco do Ano em Portugal – The Banker (Dez/11)
- Melhor Grande Banco - Grande Banco mais Sólido – Exame (Dez/11)



- “Best Foreign Exchange Provider” – Global Finance
- “Euromoney Structured Retail Products Awards 2011” nas categorias “melhor distribuidor” e sub-categoria de “melhor distribuidor em performance em Portugal
- “Melhor Contact Center ” do sector banca no âmbito dos Prémios APCC 2011
- Prémio OCI na categoria de inovação para o programa “Semana Santander És Tu”

### Outros factos relevantes em 2011

#### Janeiro

- Santander Totta e Universidade Técnica de Lisboa premeiam os melhores alunos
- Universia lança o jornal Ciência Hoje, o portal *Myway* e uma rádio universitária
- Santander Totta promove palestras “Matemática Sem Limites”

#### Fevereiro

- Santander Totta lança Cartão Ferrari
- Santander Totta já concedeu 3.400 créditos com garantia mútua a estudantes do Ensino Superior
- Santander Totta assina Protocolo Abrigo com CAIS
- Apresentação dos resultados anuais

#### Março

- Santander Totta apoia *Job Party*
- Santander Totta patrocina Circuito da Boavista

#### Abril

- Santander Totta lança nova campanha de “Soluções Ordenado” com protagonistas dos Ídolos
- Santander Totta eleito “Melhor Banco do Ano” em Portugal pela revista Global Finance
- Investigação sobre “Trabalho em tempos de crise” vence Prémio de Mérito Científico Santander Totta/NOVA
- Santander Totta é o patrocinador principal das Conferências do Estoril
- “Santander És Tu” premiado em inovação pelos prémios OCI

#### Maio

- Santander Totta disponibiliza adesão fácil ao Banco na Internet
- Visão, Jornal de Negócios e Público são os vencedores do Prémio de Jornalismo Económico 2011
- “Eles chegaram ao topo e não são doutores nem engenheiros”, trabalho do jornal Público vence Grande Prémio de Jornalismo Económico 2011

## Junho

- Santander Totta vence prémio de “Melhor Contact Center do Sector Banca” pelo 3º ano consecutivo
- “Semana Santander És Tu” – o Banco proporciona uma semana diferente aos seus colaboradores, sob o lema “A peça chave és tu”
- Colaboradores do Santander Totta participam na operação nariz vermelho, tendo conseguido apoiar dois “Doutores Palhaços” nos hospitais portugueses durante um ano
- Santander Totta investiu 5,5 milhões de euros em Responsabilidade Social em 2010, mais 27% do que em 2009
- Gala de entrega do Prémio Primus Inter Pares (8ª edição)

## Julho

- Santander Totta lança campanha “Super Poupança Protecção” dirigida às poupanças dos portugueses
- Santander Totta eleito “Melhor Banco em Portugal” pela revista Euromoney
- Santander Totta apoia projecto solidário do Instituto Superior de Agronomia para a plantação e doação de produtos agrícolas

## Agosto

- Santander entre os 10 Bancos mais seguros do Mundo
- Stress Tests no Grupo Santander

## Setembro

- Santander Totta reforça apoio ao segmento universitário com campanha especial de matrículas
- Santander Totta é o patrocinador oficial do Green Festival 2011
- Santander Totta eleito o “Melhor Banco em Portugal” na distribuição de produtos estruturados
- “Campanha Chama Solidária” para apoiar Liga Portuguesa Contra o Cancro

## Outubro

- Global Finance entrega em Washington o galardão de “Melhor Banco do Ano em Portugal”
- Lançamento do Portal *Redecem* pela área de Qualidade
- 4ª Conferência de Gestão no Feminino

## Novembro

- Clientes mais jovens do Santander Totta partilham presentes com crianças desfavorecidas através da Cruz Vermelha
- Entrega do Prémio Científico Santander Totta / Casa da América Latina
- Santander Totta organiza 1ª conferência de *international desk* com os países onde o Grupo Santander está presente
- Santander Totta apresenta programa de apoio às PME Exportadoras

## Dezembro

- Revista “The Banker” elege Santander Totta como o “Banco do Ano em Portugal”
- Pelo 3º ano consecutivo, o Santander Totta eleito o “Melhor Banco” e “Grande Banco mais Sólido” em Portugal, pelos prémios Exame
- Santander Totta promove investigação científica e mérito académico na Universidade Técnica de Lisboa
- 8ª Edição do Pão de Todos, sob o lema “Partilhar o Pão de Todos não tem idade” reúne mais de 400 colaboradores voluntários

## Rating

O Santander Totta é objecto de notação de *rating* pela Fitch Ratings, Moody's e Standard and Poor's.

Ao longo do 1º semestre de 2011, as três agências efectuaram uma série de *downgrades* na notação de risco da República Portuguesa.

No dia 15 de Julho, a Moody's baixou as notações de *rating* de um conjunto de bancos portugueses, mais uma vez em consequência da descida da notação do *rating* de Portugal em 4 níveis, para Ba2. A notação de *rating* da dívida de longo prazo do Banco baixou um nível, para Baa1.

Em 7 de Outubro, e de novo em sequência da descida do *rating* de Portugal, a Moodys efectuou o *downgrade* do *rating* da dívida de longo prazo do Banco para Baa2, mantendo-se o *rating* de curto prazo em P-2.

No dia 12 de Outubro, a Fitch decide rever o *rating* do Banco após a revisão do *rating* do Banco Santander, passando a notação da dívida de longo prazo de AA para AA-. Em 6 de Dezembro, após a revisão em baixa das notações da República Portuguesa, aquela agência reviu também em baixa o *rating* de longo prazo de Banco de AA- para A e o de curto prazo de F1+ para F1.

No final do ano, as notações de *rating* da dívida de longo prazo do Banco Santander Totta em comparação com os níveis da República Portuguesa eram as seguintes: **Fitch: A** (Portugal: BB+), **Moody's: Baa2** (Portugal: Ba2) e **S&P: BBB-** (Portugal: BBB-).

Agência	Notações de Rating
<b>FitchRatings</b>	
curto prazo	F1
longo prazo	A
<b>Moody's</b>	
curto prazo	P-2
longo prazo	Baa2
<b>Standard &amp; Poor's</b>	
curto prazo	A-3
longo prazo	BBB-

## Informação Corporativa

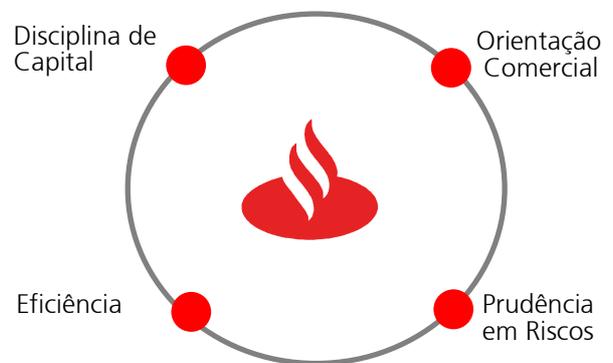
O Santander é um banco comercial com sede em Espanha e presença em 10 mercados principais. O Santander é o primeiro Banco da zona euro e um dos quinze maiores do mundo por capitalização bolsista. Fundado em 1857, tem 1.383 mil milhões de euros de fundos geridos. O Santander tem mais de 102 milhões de clientes, 14.760 balcões – mais que qualquer outro banco internacional – e 193.000 empregados. É o principal grupo financeiro em Espanha e na América Latina, com posições relevantes no Reino Unido, Portugal, Alemanha, Polónia e nordeste dos Estados Unidos da América. O Santander Consumer Finance, opera nos mercados principais do Grupo e nos países nórdicos. Em 2011, o Santander registou um resultado líquido recorrente de 7.021 milhões de euros.

O Santander Totta, em linha com o Grupo Santander, rege-se pelos seguintes valores corporativos:

<b>Dinamismo</b>	Iniciativa e agilidade para descobrir e explorar as oportunidades de negócio antes dos seus concorrentes e flexibilidade de adaptação às mudanças de mercado
<b>Solidez</b>	A solidez de balanço e a prudência na gestão de riscos são as melhores garantias da capacidade de crescimento e de geração de valor para os accionistas a longo prazo
<b>Liderança</b>	Vocação de liderança com as melhores equipas e uma orientação constante para o cliente e para os resultados
<b>Inovação</b>	Procura constante de produtos e serviços que respondam às novas necessidades dos clientes permitindo obter aumentos de rentabilidade superiores aos dos nossos concorrentes

<b>Orientação comercial e ética profissional</b>	Estratégia de melhoria contínua na captação, satisfação e vinculação de clientes através de uma oferta ampla de produtos e serviços e de uma melhor qualidade de serviço
--	--

O cliente é o eixo fundamental do modelo de negócio do Santander Totta



## Responsabilidade Social Corporativa

O Santander Totta, alinhado com a política do Grupo, tem como eixo principal da sua política de Responsabilidade Social o apoio ao ensino e a promoção do conhecimento e mérito, em especial nas Universidades, uma vez que considera que este é um dos principais impulsionadores de desenvolvimento da sociedade. O Banco mantém também uma política activa nas áreas de solidariedade social e ambiente, dando destaque à cultura e à promoção da saúde e do desporto, consciente de que só o comprometimento com a sociedade onde está inserido pode aumentar a consciência social corporativa dos actores económicos, promovendo uma sociedade mais justa e solidária.

Em 2011, o investimento total em Portugal em actividades directamente relacionadas com responsabilidade social corporativa ascendeu a cerca de 6,6 milhões de euros, o que representa um incremento de 19,5% face ao ano anterior.

### Universidades e Universia

Actualmente, o Banco conta com 43 convénios estabelecidos com instituições do Ensino Superior. Em 2011, o investimento no Ensino Superior foi de mais de 4 milhões de euros em apoios directos através destes convénios. Os novos convénios assinados foram os seguintes: ISLA (Instituto Superior de Línguas e Administração); ISVOUGA (Instituto Superior de Entre Douro e Vouga); ISPGaya (Instituto Superior Politécnico de Gaia) e ESAI (Escola Superior de Actividades Imobiliárias).

#### Programa de Mobilidade Internacional

Em 2008, o Banco Santander Totta, representado pelo presidente do Grupo Santander D. Emilio Botín, assinou um importante e inovador “Programa de Bolsas Luso-Brasileiras Santander Universidades”, o maior programa de mobilidade luso-brasileira existente em Portugal.

No ano de 2011, o programa de mobilidade internacional, através do programa de bolsas luso-brasileiras e ibero-americanas, deu a oportunidade a cerca de 170 alunos de 12 instituições de ensino superior portuguêsas privadas e públicas de poderem viver uma experiência de mobilidade no Brasil ou num país da América Latina.

Durante o ano de 2011, foram entregues cerca de 300 prémios científicos e de mérito dos quais se destacam os seguintes:

- **Prémio de Mérito Científico Santander Totta/ Universidade Nova de Lisboa** (visa distinguir projectos de investigação desenvolvidos por jovens investigadores);
- **Prémio Universidade de Coimbra Santander Totta** (é um prémio de 25 mil euros que premeia uma personalidade que se tenha destacado na sua carreira científica ou cultural);
- **Prémio Universidade de Lisboa Santander Totta** (esta distinção distingue e premeia, com 25 mil euros, uma individualidade de nacionalidade portuguesa, cujos trabalhos de reconhecido mérito científico e/ou cultural tenham contribuído de forma notável para o progresso e engrandecimento da ciência e/ou da cultura e para a projecção internacional do país);
- **Prémio Científico UT/ Santander Totta** (este prémio tem como objectivo dar visibilidade à actividade de investigação científica e incentivar a prática de publicação em revistas de reconhecida qualidade. Foram entregues na edição de 2010, 13 prémios e 25 menções honrosas);
- **Prémio Melhores Alunos UTL Santander Totta** (estes prémios destinam-se a contemplar os estudantes de 2º ciclo da Universidade Técnica de Lisboa que se distinguiram no contexto da sua formação global nas vertentes científica, académica, cultural e cívica);
- **Prémio Científico UBI/Santander Totta** (este prémio pretende distinguir os investigadores/docentes da UBI, que se evidenciaram pelo seu mérito científico nos últimos três anos nas áreas científicas das cinco faculdades);
- **Prémio de Jornalismo Económico/Universidade Nova de Lisboa** (Realizou-se a 5ª edição do PJE, uma iniciativa do Santander Totta, em colaboração com a Universidade Nova de Lisboa que visa reconhecer os melhores trabalhos jornalísticos em 3 categorias: gestão de empresas e negócios, mercados financeiros, e, uma novidade nesta edição, em sustentabilidade empresarial. O “Grande Prémio” foi entregue ao trabalho “Eles chegaram ao topo e não são doutores nem engenheiros”, da autoria da jornalista Ana Rute Silva do jornal Público, que concorreu na categoria de gestão de empresas e negócios. Na categoria de mercados financeiros, o prémio foi atribuído ao artigo do Jornal de Negócios “Os resultados das empresas parecem sempre bons”, dos jornalistas André Veríssimo e Paulo Moutinho.

Por sua vez, na categoria de sustentabilidade empresarial foi distinguido o artigo "A vida nas grandes barragens", da jornalista Alexandra Correia, da revista Visão);

- **Prémio *Primus Inter Pares*** (o prémio *Primus Inter Pares*, lançado em 2003 pelo Banco Santander Totta e pelo jornal Expresso, e que conta desde 2010 com o apoio da Fundação Manuel Violante, através da Mckinsey, distinguiu mais uma vez os três melhores universitários do país em cursos de Economia, Gestão ou Engenharia. Os vencedores da 8ª edição do prémio foram, em primeiro lugar, José Salgado, licenciado em Gestão pela Universidade Nova de Lisboa e mestre em Finanças pelo ISCTE; em 2º e 3º lugar, respectivamente, ficaram Maria Fernandes, licenciada em Economia pela Universidade Nova de Lisboa e com um mestrado também em Economia pela Universidade Católica Portuguesa, e José Alguém, licenciado e mestre em Gestão pela Universidade Nova de Lisboa. Os vencedores vão ter a possibilidade de realizar um MBA numa universidade de prestígio, como o INSEAD, o IESE, o IE Business School, o ISCTE, o ISEG e The Lisbon MBA. E em caso de frequência do MBA no estrangeiro ao prémio acresce uma bolsa de 7500€).



- **Programa Universitário Santander Totta/Casa América Latina** (o programa universitário Santander Totta/Casa da América Latina tem como objectivo premiar o mérito e estimular a formação de estudantes universitários latino-americanos em Portugal, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de rigor e de excelência. É constituído por um prémio científico, com duas categorias, a de Ciências Sociais e Humanas e a de Tecnologias e Ciências Naturais, e por duas bolsas universitárias anuais. O prémio consiste na atribuição de 5 mil euros a cada um dos premiados em cada categoria. As bolsas consistem no pagamento do alojamento, por um ano, na residência universitária da Fundação Cidade de Lisboa a estudantes de mestrado oriundos de países da América Latina. A edição de 2011 teve a participação de cerca de 40 candidaturas, sendo os estudantes Marcus de Martini e Ricardo Pereira ambos de origem brasileira os vencedores do prémio na categoria de Ciências Sociais e Humanas e na categoria de Tecnologias e Ciências Naturais, respectivamente. O júri destacou ainda a tese de doutoramento da estudante brasileira Mariana Bay

Frydberg. Nesta edição, as bolsas foram atribuídas a Juliana de Souza Guimarães e Carolina da Costa Santos, também estudantes brasileiras).



## Universia

Em 2011, a Universia actualizou as linhas estratégicas do seu Plano Director, orientando-se para a colaboração entre universidade e a empresa, o emprego para universitários, a difusão do conhecimento e o futuro da educação superior. O objectivo é o de constituir vínculos entre a universidade e as empresas, posicionando os professores como agentes de mudança empresarial e estimular uma relação directa entre talento e emprego, ajudando à procura do 1º emprego.

A rede Universia desenvolveu várias iniciativas de colaboração, entre as quais o apoio ao concurso "conta conosco" levado a cabo pelo Santander Totta com objectivo de premiar os melhores trabalhos nas áreas da música, escrita, vídeo e educação. No início do novo ano lectivo, apoiou a Divisão de Universidades em Portugal durante a campanha de matrículas na emissão do cartão TUI em 26 universidades. Assinou também um acordo com uma operadora móvel, o que permitiu aos estudantes terem um tarifário com condições mais vantajosas.

A Bolsa Virtual de Emprego e Empreendedorismo (BVVE) passou a estar aberta o ano todo e desde Novembro de 2010 até Novembro de 2011 ofereceu mais de 1.800 ofertas de emprego. A Bolsa abriu ainda um novo espaço dedicado ao voluntariado.

Em 2011, a Universia criou uma plataforma única de emprego, comum a todas as universidades, permitindo uma maior partilha de informação de forma eficaz e eficiente.

Através do projecto Netversia foram distribuídos 130 computadores portáteis por 65 bibliotecas universitárias que podem ser utilizados gratuitamente por alunos e professores.

Em 2011, a Universia lançou o Portal Innoversia em Portugal e foram feitos esforços para reunir investigadores nacionais. O portal foi criado para unir as empresas que precisam de soluções inovadoras para as suas necessidades de investigação e os investigadores, cientistas e pessoas qualificadas que as podem

desenvolver. Iniciou também um ciclo de formação dirigido a vice-reitores, administradores, directores e outros cargos das Universidades pertencentes à rede. A 1ª edição destes seminários executivos decorreu em Maio, em Miami, cujo tema central foi a "Liderança e Desenvolvimento Institucional" e conseguiu reunir mais de 70 representantes universitários oriundos de 15 diferentes países.

A Unversia Portugal desenvolveu a 2ª edição do concurso Fotouniversia e a 3ª edição do U>Rock Unversia destinados a captar novos talentos e a fomentar actividades participativas e criativas entre os jovens universitários.

Em 2011, foram assinados protocolos de colaboração com o Instituto de Estudos Superiores Militares e com os Institutos Politécnicos de Setúbal e do Porto o que faz com que a Unversia represente cerca de 70% do colectivo nacional português: 279.255 estudantes, 22.603 professores e 27 instituições de ensino superior.

## Solidariedade Social

### Programa "Dar a Volta"

O programa "Dar a Volta" é organizado pela Entreejuda (instituição de solidariedade social destinada a apoiar outras organizações ao nível da organização e gestão, com o objectivo de melhorar o seu desempenho e eficiência), em parceria com a Associação Portuguesa de Bancos e a Universidade Católica, tendo como objectivo tornar as organizações mais eficientes e com maior capacidade de responder às necessidades das famílias menos favorecidas.

O Santander Totta juntou-se ao programa "Dar a Volta" para capacitar as instituições de solidariedade social participantes no programa, no que diz respeito às linhas de financiamento do microcrédito, bem como ao atendimento e à comunicação com as famílias atendidas.

O Santander Totta disponibiliza microcrédito via protocolo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), dentro da "Linha de Apoio ao Empreendedorismo", bem como nos protocolos que tem com algumas Câmaras Municipais no âmbito do Programa FINICIA, coordenado pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI).

### Operação Nariz Vermelho

Durante a semana "Santander És Tu", os colaboradores do Banco angariaram verbas para levar um pouco de alegria às crianças hospitalizadas, através dos doutores palhaços. Numa manhã, foram vendidos 20.000 'narizes



vermelhos' pelos colaboradores dos serviços centrais e rede comercial, conseguindo-se verbas para financiar 2 doutores palhaços em vários hospitais portugueses durante um ano.

### Pão de Todos

O Santander Totta em parceria com a CAIS (Associação de Apoio aos Sem Abrigo e à População Mais Carenciada) organizou pelo 8º ano consecutivo em Lisboa, e pelo 2º ano no Porto, este evento de solidariedade social que já é considerado uma tradição dos festejos natalícios nessas duas cidades e um projecto de voluntariado de sucesso promovido pelo Banco.

Sob o lema desta edição, "Partilhar o Pão de Todos não tem idade", inspirado no "ano europeu do envelhecimento e da solidariedade entre gerações", que se vai celebrar em 2012, mais de 400 colaboradores voluntários do Banco confeccionaram e distribuíram pão, juntamente com chocolate quente e boa disposição, a todos os transeuntes que visitaram a tenda do "Pão de Todos".



### Campanha "Chama Solidária"

O Banco assinou um protocolo com a Liga Portuguesa Contra o Cancro, no âmbito das comemorações do 70º aniversário desta instituição, do qual resultou o lançamento da campanha "Chama Solidária".

Por cada novo utilizador da página do Banco no Facebook foi entregue uma "Chama Solidária" à Liga que correspondeu a 0,50€. No final da iniciativa o valor resultante de novos fãs ascendeu aos 10.389,50€, valor que o Banco aumentou, entregando um valor final à Liga de 20.000€.

### Recolha de Alimentos para o Banco Alimentar

Dado o renovado apelo do Banco Alimentar Contra a Fome, confrontado com uma procura cada vez maior de famílias carenciadas, elegeu-se novamente a recolha de alimentos como objectivo solidário. A área de Recursos Humanos do Banco propôs aos colaboradores que adquirissem vales no valor de 1€ ou cabazes no montante de 5€ para compra de bens alimentares básicos,

destinados às famílias carenciadas apoiadas pelo Banco Alimentar.



### Natal numa caixa de sapatos

Dado o sucesso alcançado nas duas edições anteriores, foi lançada, pelo 3º ano consecutivo, a iniciativa solidária “Natal Numa Caixa de Sapatos”.

O desafio lançado foi simples. Os colaboradores que participaram na iniciativa deram uma caixa de sapatos a cada um dos seus filhos e sugeriram-lhes que a enchessem com presentes que gostariam de dar a um menino ou menina da mesma idade o que permitiu de uma forma muito simples levar um pouco de felicidade a crianças e jovens que vivem em instituições de acolhimento.

### Meia Maratona e Mini Maratona Sport Zone/Santander Totta

As cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia acolheram a 5ª meia maratona Sport Zone e mini maratona Santander Totta, que tiveram novamente o patrocínio do Banco. As provas contaram com a presença de cerca de 400 colaboradores do Banco e com mais de 8 mil participantes. Desde o seu início, a prova promove uma vertente social com o apoio a instituições de solidariedade social. Este ano, a Fundação Vítor Baía foi a instituição apoiada.



### Campanha com a Cruz Vermelha

O Santander Totta e a Cruz Vermelha estabeleceram uma parceria, através da qual o Banco, por cada “Conta a Crescer” aberta (conta mesada destinada a crianças entre os 0 e os 13 anos), ofereceu um presente a uma criança em situação vulnerável, apoiada pela Cruz Vermelha. A campanha baseou-se no conceito da partilha e veio antecipar a quadra natalícia, procurando sensibilizar

crianças e famílias de que, para além da importância de poupar, é necessário saber partilhar, sobretudo com crianças mais carenciadas.

### Instituto de Empreendedorismo Social (IES)

O Santander Totta é membro fundador do IES, que nasceu de uma parceria de um grupo de empreendedores sociais com o INSEAD e com a Câmara Municipal de Cascais. Pretende apoiar os empreendedores sociais potenciando o impacto das suas iniciativas para dar resposta aos crescentes desafios sociais e ambientais.

### Protocolo Entrejuda

O Santander Totta e a Entrejuda assinaram um protocolo que prevê a entrega de quadros do património artístico do Banco à instituição para que, posteriormente, possam ser distribuídos por outras instituições de apoio social.

### Projecto Solidário Instituto Superior de Agronomia

Os estudantes do ISA, com o apoio dos colaboradores voluntários do Santander Totta, colheram dois hectares de grão, plantados pelos alunos da Faculdade, para serem distribuídos no Banco Alimentar Contra a Fome, iniciativa que faz parte do projecto “SolidarISA”.



### Fundação CEBI

Desde 1995 que o Santander Totta é membro fundador da Fundação CEBI e apoia esta instituição particular de solidariedade social, participando na sua Assembleia de Fundadores e mantendo um representante no Conselho de Administração. Esta instituição tem como principal actividade a promoção da educação, abrangendo 1.600 alunos, desde a creche ao 9º ano de escolaridade, sendo que destes, cerca de 400 beneficiam de bolsas de acção e promoção social.

### Ambiente

#### *Green Festival e Conferência Everthing is Connected*

O Santander Totta patrocinou a 4ª edição do *Green Festival*, no âmbito do qual organizou a 3ª conferência “Everything Is Connected - As Ciências, As Artes, Os Saberes, Complexidade e Cooperação”, que sob o mote de que tudo está interligado juntou personalidades de renome da Ciência e Humanidades, entre elas o

psicólogo, consultor e especialista em inteligência emocional e liderança Martyn Newman.

Além do habitual *stand*, onde o Banco promove produtos e serviços relacionados com a protecção do ambiente e animação através de vários desafios, sorteios e passatempos, como forma de sensibilizar os visitantes para as questões ambientais, o Banco organizou o circuito “Santander Totta – Prémio Eficiência” e convidou todos os visitantes a conduzir um carro eléctrico de forma eficiente, consciencializando, assim, para os desafios de eficiência energética que todos temos que ter.



### Campanha para redução de consumos

No âmbito do seu plano de eficiência energética o Santander Totta lançou uma campanha interna sob o mote: “dê uma pausa ao planeta”, que pretende ajudar a redução do consumo energético e da emissão de gases com efeito de estufa, lembrando o que cada um pode fazer para que este objectivo seja alcançado.

Actualmente, existem diversas medidas implementadas ou em curso. A instalação de detectores de presença para comando da iluminação, a instalação de sistemas de regulação que ajustam a luz interna consoante a luz solar externa e a instalação de uma película de vinil na fachada sul do edifício central são exemplos de medidas para redução de consumos.

Existem também operacionais nos *Data-Center*, sistemas de *free cooling*, que permitem, sobretudo no Inverno, a redução de consumos, e instaladas centrais fotovoltaicas em alguns balcões e projectos de novas instalações.

Os primeiros resultados na medição de consumos são bastante positivos, tendo havido reduções no consumo de energia em todos os edifícios do Banco, bem como na maioria dos balcões.

## Cultura

### Conferências do Estoril

O Banco foi o principal patrocinador da 2ª edição das Conferências do Estoril subordinadas ao tema “Desafios Globais, Respostas Locais”, que tiveram como objectivo criar um pólo de reflexão internacional sobre os desafios da globalização, com principal destaque para o debate e

a procura de soluções sobre as temáticas globais que afectam as dinâmicas locais.

Entre os oradores estiveram presentes nomes de reconhecimento internacional como Mohamed Elbaradei, Nouriel Roubini, Dominique de Villepin, Larry King ou Francis Fukuyama.

Mais de 150 clientes das várias áreas de negócio do Santander Totta foram convidados a participar nestas conferências, bem como nos eventos paralelos, como mesas redondas e *workshops* sobre sustentabilidade, ética e liderança.



### Literacia Financeira

O Santander Totta, através do Gabinete de Accionistas esteve presente na Infovalor 2011 – III Feira de Poupança e Investimento.

Os objectivos da Feira foram promover a poupança, dar a conhecer as diversas opções de investimento, contribuir por uma maior consciencialização sobre os níveis de risco e retorno das diversas aplicações e aumentar a confiança e conhecimento entre cliente e instituição.

### “Matemáticas Sem Limites”

Com o apoio do Santander Totta, o departamento de Matemáticas da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa organizou, durante o 1º semestre de 2011, um ciclo aberto de palestras de frequência quinzenal dirigidas ao grande público.

O objectivo principal das palestras, “Matemáticas Sem Limites”, foi mostrar de uma forma apelativa mas sem prescindir de um certo rigor, como a Matemática é uma disciplina ‘sem limites’, abrangendo áreas muito diferentes da ciência e da cultura, providenciando assim uma compreensão mais profunda do mundo que nos rodeia.

### Escola de Dança do Conservatório Nacional

No âmbito da promoção da cultura, o Santander Totta apoiou, pelo 3º ano consecutivo, a Escola de Dança do Conservatório Nacional (EDCN), através do patrocínio do espectáculo de final de ano dos alunos desta escola.



### **Festival de Sintra**

Na 46ª edição do Festival de Sintra, o Santander Totta voltou a patrocinar este evento de grande qualidade artística e de prestígio nacional e internacional, que constitui uma referência no panorama cultural português. O Banco patrocinou o espectáculo “Leslie Howard com o Coro da Gulbenkian” que se realizou numa das mais belas salas do Palácio Nacional de Queluz. Para assistirem ao concerto foram convidados clientes da área de Empresas e Institucionais e da Rede de Particulares e Negócios.

### **Festival das Artes**

A Quinta das Lágrimas em Coimbra foi o palco do 3º Festival das Artes, organizado pela Fundação Inês de

Castro, dedicado ao tema “paixão”. O festival contou com inúmeras formas de expressão artística: música, pintura, teatro, literatura, cinema e fotografia. O Banco Santander Totta patrocinou o ciclo gastronómico, que teve a presença de vários *chefs* de renome, e o concerto da orquestra Gulbenkian com a maestrina Joana Carneiro, tendo convidado clientes para assistirem aos eventos.

## Enquadramento da Actividade

### Economia Internacional

A actividade económica, em 2011, desacelerou, de forma relativamente generalizada, numa tendência que se acentuou de especial modo no segundo semestre do ano, com o agravamento da crise da dívida soberana na zona euro, pelo que esta região económica terminou mesmo o ano de 2011 em situação recessiva.

A trajectória de desaceleração começou a evidenciar-se logo no início do ano, à medida que se dissipavam os impactos das medidas de estímulo adoptadas em 2009/10, durante a crise económica e financeira. Ainda assim, a economia mundial mantinha, nessa altura, um ritmo de crescimento bastante sólido, com taxas de variação homólogas acima da tendência de longo prazo.

No segundo trimestre do ano, os sinais de abrandamento acentuaram-se, em resultado, também, dos impactos adversos provocados pelo terrível terramoto no Japão, cujos danos materiais e humanos afectaram a produção de muitas empresas nipónicas e subsequente capacidade de exportação, com efeitos de contágio à economia mundial. Em consequência, o Japão voltou a entrar em recessão, com o PIB a contrair 2,7% no primeiro trimestre.

#### Crescimento Económico Mundial

	2009	2010	2011
<b>Mundo</b>	<b>-0.7</b>	<b>5.3</b>	<b>3.9</b>
<b>Países Avançados</b>	<b>-3.7</b>	<b>3.2</b>	<b>1.6</b>
EUA	-3.5	3.0	1.7
UEM	-4.3	1.9	1.4
Reino Unido	-4.9	2.1	0.7
Japão	-6.3	4.4	-0.7
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>2.8</b>	<b>7.5</b>	<b>6.2</b>
África	2.8	5.3	5.1
Ásia	7.2	9.7	7.8
China	9.2	10.4	9.2
Europa de Leste	-3.6	4.8	4.9
Médio Oriente	2.6	3.5	4.2
América Latina	-1.7	6.2	4.5
Brasil	-0.6	7.5	2.7

Fonte: FMI (Abril de 2012)

A tendência viria a acentuar-se durante o terceiro trimestre do ano. Ainda que este abrandamento da actividade durante o Verão comece a ser já um movimento regular no ciclo anual, a profundidade da contracção alimentou receios mais profundos de que a economia mundial pudesse estar a entrar numa nova fase

recessiva, um sentimento que foi mais forte ao nível dos EUA.

O mais reduzido ritmo de actividade económica prolongou-se por todo o quarto trimestre do ano, o que tem implicações para 2012, ao deixar como ponto de partida para a criação de riqueza um ponto mais fraco do que o anteriormente estimado.

A dinâmica intra-regional de crescimento económico não se afastou da tendência dos últimos anos. Os mercados emergentes continuaram a ser o motor da economia, embora em desaceleração face ao ano de 2010. Na América Latina, a economia terá crescido abaixo da sua tendência de médio prazo, com uma maior desaceleração no Brasil.

Na Ásia, apesar da desaceleração, a economia terá em grande medida convergido para a respectiva tendência de médio prazo, com destaque para a China, que em 2011 alcançou o posto de segunda maior economia mundial, ultrapassando a zona euro. A China manteve, durante o ano, taxas de crescimento relativamente sólidas, apesar de alguma volatilidade, e sem que fossem sentidos, de forma mais pronunciada, os choques adversos associados ao terramoto no Japão. No final do ano, alguns dos receios iniciais quanto à sustentabilidade do ritmo de crescimento reduziram-se, na medida em que a desaceleração da actividade económica foi menos pronunciada do que o esperado. Ainda assim, as autoridades chinesas adoptaram um conjunto de medidas destinadas a apoiar a actividade, incluindo a reversão de algumas das subidas do coeficiente de reservas de caixa implementadas no primeiro semestre do ano (de 19,5% para 21,5% e depois para 21,0%)

Nos EUA, a actividade foi substancialmente mais fraca do que o esperado, no primeiro trimestre, uma evolução acentuada pela revisão em baixa das estimativas de crescimento relativas aos anos anteriores. Nos trimestres seguintes, o crescimento recuperaria e as revisões em alta dos dados relativos a 2011 afastaram o cenário pré-recessivo que dominou o sentimento dos investidores durante o Verão, em especial porque também a taxa de desemprego estava a inverter tendência e a voltar a subir, uma vez dissipados os efeitos associados à contratação de trabalhadores temporários para a realização do Censo. Em resultado, as famílias mantiveram, durante esse período, níveis de despesa reduzidos, o que contrasta com fases de recuperação anteriores, e os níveis de confiança permaneceram também em níveis muito baixos.

Os dados económicos já relativos ao último trimestre de 2011 revelaram uma aceleração da actividade, particularmente mais pronunciada já no final do quarto trimestre, que foi acompanhada de uma descida da taxa de desemprego, para os níveis mais baixos desde 2008.

Neste quadro, a Reserva Federal manteve inalteradas as suas taxas de juro de referência, nos mínimos históricos fixados em 2008, e no âmbito da nova estratégia de comunicação, clarificou que essa situação se deve manter até meados de 2013 (anteriormente o compromisso era de que as taxas de juro permaneceriam em níveis mínimos por um período de tempo prolongado).

Esta alteração de comunicação, com o anúncio formal de um horizonte temporal, visou ancorar as expectativas dos investidores, e foi adoptada em alternativa a um novo programa de aquisição de dívida pública ("Quantitative Easing"), cuja segunda fase ("QE2") foi concluída no final do 2º trimestre de 2011. Nessa data, atendendo aos sinais de abrandamento da actividade, que se materializaram numa revisão em baixa das projecções de crescimento pela autoridade monetária, surgiram expectativas de que pudesse haver uma extensão do programa ou o anúncio de um novo programa de medidas quantitativas, que a Reserva Federal afastou, devido aos menores riscos para a economia.

Na zona euro, o crescimento económico manteve ritmos elevados durante o primeiro trimestre, mas com uma significativa divergência entre países. A Alemanha permaneceu como a economia mais dinâmica, sendo que no 1º trimestre de 2011 cresceu mesmo ao ritmo mais forte desde 2000, sobretudo por via das exportações, beneficiando do dinamismo da economia mundial, em especial dos mercados emergentes. Apesar da descida da taxa de desemprego, o consumo privado permaneceu débil.

	PIB	Inflação
<b>UEM</b>	<b>1.4</b>	<b>2.7</b>
Alemanha	3.1	2.5
França	1.7	2.3
Espanha	0.7	3.1
Itália	0.4	2.9

Fonte: FMI (Abril de 2012)

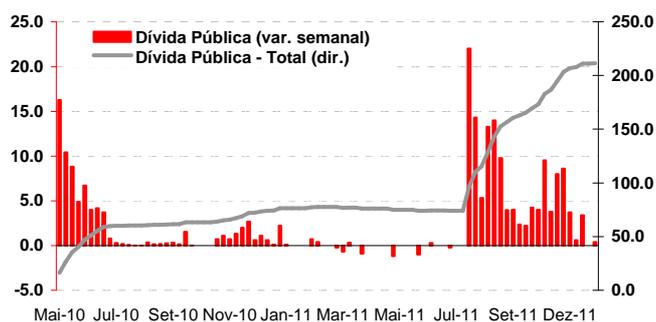
A partir do segundo trimestre, devido ao agravamento da crise da divisa soberana, o crescimento viria a desacelerar, caracterizando-se por uma virtual estagnação no 3T2011 e com indicações de que o conjunto da União Monetária tenha terminado o ano em situação recessiva, a qual poderá estender-se, de acordo com as previsões mais recentes, durante os primeiros meses de 2012.

As tensões associadas à crise da dívida soberana, na zona euro, permaneceram bastante elevadas, com dois momentos de destaque. O primeiro ocorreu em Março/Abril, com Portugal a pedir apoio financeiro no âmbito do Fundo Europeu de Estabilização Financeira, após a reprovação pelo Parlamento português da actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento. O segundo momento teve lugar já em Junho/Julho, com a avaliação do programa grego e a necessidade de actuação para evitar o risco de incumprimento a partir de 2013. O pico de incerteza culminou no "contágio" a Espanha e Itália, com uma subida pronunciada das taxas de juro de mercado, embora num quadro em que os soberanos e demais emitentes desses países mantiveram o acesso aos mercados financeiros. A França também seria afectada, com algumas agências de *rating* a ameaçarem a retirada da notação máxima de "AAA", o que seria concretizado pela Standard and Poors' já em Janeiro de 2012.

A Itália reagiu, apresentando um programa de redução da despesa pública, com o objectivo explícito de ter um saldo global equilibrado em 2014. Adicionalmente, sob forte pressão, o Primeiro-Ministro Berlusconi demitiu-se e foi substituído no lugar por Mario Monti, a liderar um Governo tecnocrático encarregue de implementar as medidas de ajustamento orçamental, mas que dispõe de amplo apoio nas duas câmaras do Parlamento. Em Espanha, o Governo de Rodriguez Zapatero anunciou novas medidas de contenção orçamental e antecipou a realização de eleições gerais para 20 de Novembro, as quais deram a maioria a um Governo liderado pelo PP. Após a tomada de posse, e já em 2012, o Governo anunciou um novo plano de redução do défice orçamental, cujo valor para 2011 foi revisto em alta, de 6% para 8% do PIB.

Os soberanos mantiveram o acesso a financiamento, ainda que a taxas de juro elevadas, com as *yields* italianas a ultrapassarem largamente os 7%, o que levou o BCE a iniciar uma nova vaga do seu Programa de Mercados de Dívida, no qual adquiriu sobretudo dívida pública italiana, mas também, e ainda que em menor grau, dívida pública espanhola.

### Aquisição de Dívida Pública pelo BCE (€bn)

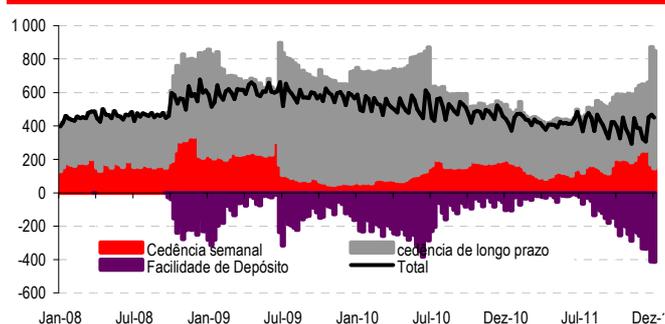


Fonte: BCE

A resposta do BCE aos desenvolvimentos económicos e financeiros no segundo semestre do ano foi mais ampla. Nos dois meses finais do ano desceu a taxa de refinanciamento, recuperando o nível de 1%, e assim anulando as duas subidas ocorridas antes, durante o Verão. A deterioração da conjuntura económica, num quadro de inflação elevada, mas estável, e as revisões em baixa das previsões de crescimento para 2012 deram ao BCE a margem necessária para tomar estas decisões. Mais importantes foram as medidas destinadas a apoiar o funcionamento dos mercados financeiros na Europa, em especial do bancário. O agravamento da crise da dívida, no Verão, teve como consequência a perda de acesso a mercados de curto prazo, como o mercado de papel comercial nos EUA, por parte de bancos franceses e italianos, que, em resultado, passaram a financiar-se de forma mais activa junto do BCE.

Assim, o BCE anunciou, em Novembro, duas operações de cedência de liquidez a muito longo prazo (até 3 anos, com opção de amortização antecipada após o 1º ano). Na primeira operação, os bancos europeus recorreram amplamente a esses fundos, num montante de 489 mil milhões de euros, os quais, em grande medida, têm voltado a ser depositados junto do BCE. Na opinião do Presidente do BCE, Mario Draghi, estes fundos foram procurados especialmente pelos bancos com maiores amortizações de dívida em 2012, e que assim procuraram encontrar formas alternativas de financiamento, que evite a necessidade de uma maior desalavancagem e, em particular, os riscos de uma desalavancagem brusca, que poderia ter impactos económicos mais profundos.

### Cedência de liquidez pelo BCE (€bn)



Fonte: BCE

Adicionalmente, o BCE anunciou um alargamento do leque de activos elegíveis passíveis de utilização nas operações de cedência de liquidez, através da redução do *rating* mínimo aceite para securitizações, para A-. No início de 2012, o BCE deverá anunciar medidas adicionais, relacionadas com a utilização, como colateral, de direitos de crédito pelo sector bancário.

As autoridades europeias também reuniram várias vezes, em cimeiras do Euro, mas aos olhos do mercado as suas decisões foram mais de reacção do que de acção, o que aumentou a incerteza associada ao risco político, que passou a ser dos mais relevantes durante o período de maior tensão, no Outono de 2011.

A cimeira da zona euro, de 21 de Julho, concluiu pela aprovação de um novo plano de ajuda à Grécia, no montante de 109 mil milhões de euros, e que envolve também a participação do sector privado, numa base "voluntária", e cujo valor total estava inicialmente estimado em cerca de 50 mil milhões de euros. Essa participação consiste na troca, imediata ou na maturidade dos títulos actualmente detidos, por novas emissões de dívida, com maturidade de 30 anos, ao actual preço de mercado (o que pressupõe uma perda), e cujo nominal estará garantido por dívida pública com *rating* "AAA". O acordo final apenas foi alcançado em Fevereiro de 2012.

O Comité de Mercados do ICAP anunciou que esta troca voluntária de dívida não constituiria um "credit event", que activasse os contratos de *credit default swaps*, mas as agências de *rating* baixaram o *rating* da Grécia e anunciaram que colocariam o soberano no nível de "selective default"/"restrictive default", durante o período de troca de dívida.

Os líderes europeus aprovaram também uma extensão dos prazos dos empréstimos, até ao máximo de 30 anos, e a descida das taxas de juro praticadas, até 200pb. Estas últimas decisões já são também aplicadas a Portugal e Irlanda, o que auxilia no processo de consolidação

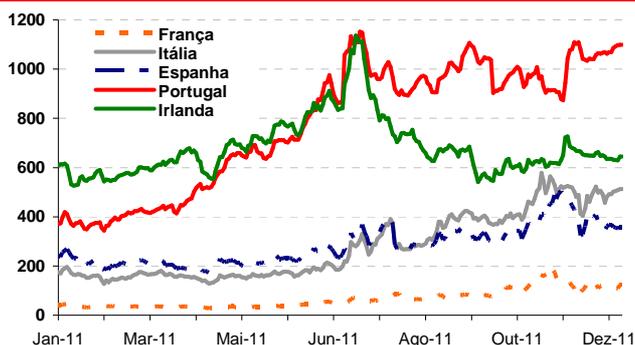
orçamental, em especial através da dinâmica da dívida pública.

Na Cimeira do Euro de 9 de Dezembro, as autoridades agiram de forma mais veemente, com um acordo a 26 (o Reino Unido não acordou participar num quadro de maior cooperação orçamental), no âmbito do qual é estabelecido um Novo Pacto, através de um tratado intergovernamental, no qual os países reforçam a integração das políticas orçamentais. Adicionalmente, anteciparam para Julho de 2012 a entrada em funcionamento do Mecanismo de Estabilidade Financeira, anteriormente previsto entrar em vigor em Julho de 2013.

Os mercados financeiros permaneceram num quadro de elevada volatilidade, tendo os *spreads* de crédito atingido máximos históricos do período pós-euro no Outono, quando a incerteza sobre a sustentabilidade da zona euro atingiu o seu clímax. No final de Novembro, e em véspera da Cimeira decisiva, a imprensa especializada comentava o literal fim da zona euro, no seu actual formato.

Os *spreads* de Portugal face à Alemanha atingiram um pico durante o Verão, quando o tema da renegociação da dívida grega estava a iniciar-se, e Portugal não tinha ainda iniciado o seu programa de ajustamento, considerando-se que poderia também pedir uma reestruturação da dívida. A evolução dos *spreads* irlandeses foi muito semelhante, mas a partir do final do Verão viriam a descer de forma sustentada, com a economia a dar sinais de recuperação económica e o tema da resolução das instituições financeiras irlandesas insolventes a sair de debaixo dos holofotes.

#### Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)

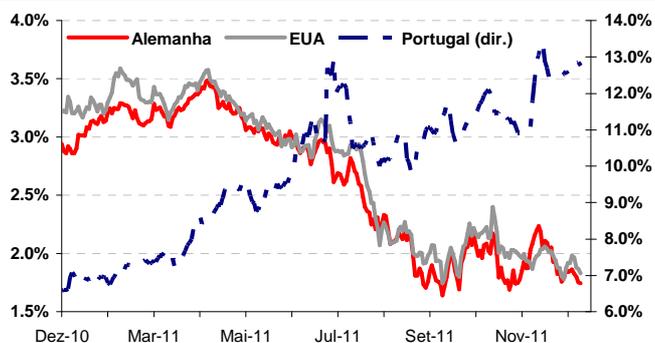


Fonte: Bloomberg

As atenções dos investidores, como comentado, centraram-se na Itália e, em menor grau, em Espanha. Os desenvolvimentos políticos na terceira maior economia da zona euro, que culminaram com a saída do primeiro-ministro Berlusconi, acentuaram o movimento de subida dos *spreads*, ante receios de pedido de apoio financeiro formal, colocando o *spread* dos 10 anos em redor de 500pb face à Alemanha.

Os *spreads* espanhóis subiram de forma muito menos pronunciada, terminando o ano abaixo dos 400pb, ainda que no final do Novembro tenha testado o nível de 500pb, que poderia resultar no aumento dos “haircuts” aplicáveis à dívida espanhola no mercado de repos liquidado através da Clearnet.

#### Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

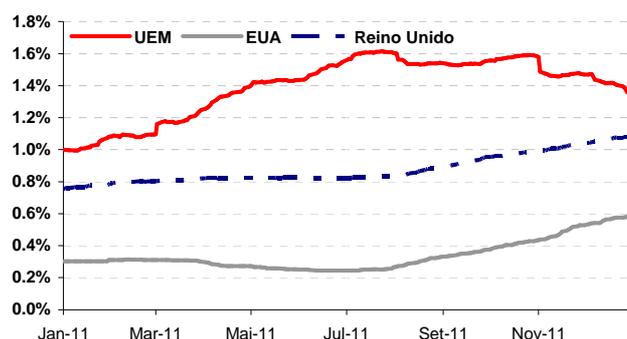
Por seu lado, as *yields* alemãs, bem como norte-americanas, testaram novos mínimos, num quadro de aversão ao risco e fuga para a qualidade. A *yield* alemã a 10 anos fechou o ano em redor de 1,8% (implicando uma *yield* real negativa).

Nos EUA a evolução das taxas de juro de longo prazo não foi muito diferente. Apesar dos retrocessos no processo de redução do défice orçamental, sem um acordo no Congresso, e que resultou na perda do *rating* “AAA” atribuído pela S&P, as expectativas de que a Reserva Federal continuará a apoiar o mercado, através da aquisição de dívida pública em mercado secundário, e a procura por parte de investidores não residentes, as *yields* caíram também para mínimos de cerca de 1,8%.

As taxas de juro de curto prazo, por sua vez, subiram, embora terminando o ano com dinâmicas diferentes. Na zona euro, a remoção da subida das taxas de juro de referência pelo BCE no final do ano resultou numa descida da Euribor 3 Meses, para cerca de 1,3%, face aos máximos de 1,6% observados durante o Verão, quando ainda se antecipavam novas subidas da taxa refi até cerca de 2%.

Nos EUA, as taxas subiram, com os sinais de recuperação da actividade económica, já mais no final do ano, e apesar do compromisso da Reserva Federal de manter as taxas inalteradas até 2013.

### Taxas de Juro 3 Meses

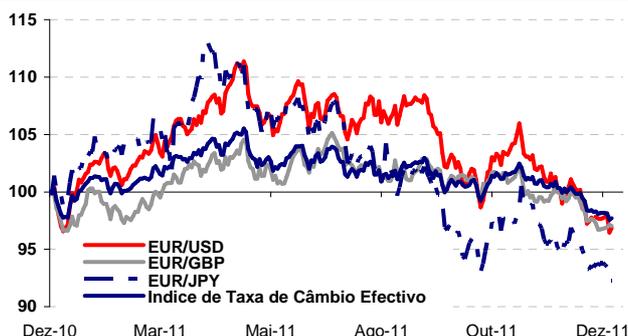


Fonte: Bloomberg

A evolução das principais taxas de câmbio reflectiu em grande medida as dinâmicas de actuação dos bancos centrais e os movimentos associados aos desenvolvimentos relativos à crise da dívida na zona euro.

O euro caíria para mínimos de 2010, face ao dólar, abaixo dos 1,3 dólares por euro, depois de ter testado máximos acima de 1,48 dólares em Maio, quando o BCE estava em pleno ciclo de subida das taxas de juro de referência. A tendência seria revertida durante o Verão, com o agravamento da crise da dívida e os receios de desmantelamento da União Monetária. A aversão ao risco associada a estes desenvolvimentos resultou na desvalorização do euro também face ao iene e à libra esterlina. Face ao iene, no final de Dezembro, o euro cotou num mínimo de mais de 10 anos, em redor dos 100 ienes por euro.

### Principais Taxas de Câmbio (Dez-2010 = 100)

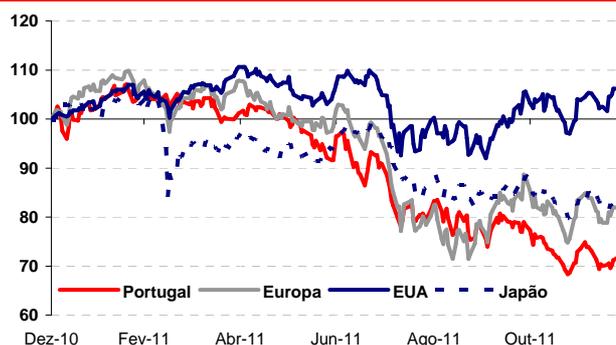


Fonte: BCE

Os mercados accionistas desvalorizaram, fruto da maior aversão ao risco acentuada pelos desenvolvimentos na Europa, bem como pelos progressivos sinais de desaceleração da actividade económica. Apenas nos EUA os mercados fecharam em terreno positivo, replicando aliás a evolução de 2010, devido aos sinais de reanimação da actividade económica no decurso do segundo semestre do ano.

Na zona euro, o sector financeiro seria particularmente afectado, devido ao resultado dos testes de esforço realizados pela Agência Bancária Europeia – EBA, no Verão, e que resultou em necessidades acrescidas de capital, além do objectivo de cumprir um rácio de core Tier 1 de 9% em Junho de 2012, devido à necessidade de criar uma almofada adicional para isolar o capital de perdas potenciais resultantes da exposição à dívida soberana<sup>1</sup> pelos bancos.

### Mercados Accionistas (Dez-10 = 100)



Fonte: Bloomberg

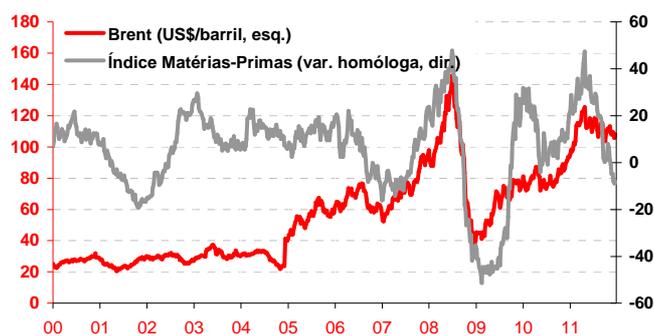
Os bancos europeus necessitam, de acordo com a EBA, de 114,7 mil milhões de euros, dos quais 39,4 mil milhões se destinam a criar a almofada para a dívida soberana.

A evolução dos preços das matérias-primas reflectiu, em grande medida, a dinâmica de crescimento da economia mundial. Num primeiro momento, no início do ano, a generalidade das matérias-primas registou uma tendência de subida dos preços, para os níveis mais elevados desde 2008, como foi o caso do petróleo.

A aceleração da actividade económica alimentou as expectativas de maior crescimento da procura. Em resultado, o petróleo, por exemplo, registou uma subida dos preços até 120 dólares por barril, e o consenso antecipava que novos máximos pudessem ser testados. No entanto, a maior desaceleração da actividade, que se acentuou a partir do segundo trimestre, viria a reflectir-se numa descida dos preços, que fecharam o ano em redor dos 110 dólares por barril.

<sup>1</sup> A exposição a dívida soberana inclui, além da posição em dívida pública a 30 de Junho de 2011 (avaliada a preços de mercado de 30 de Setembro de 2011) a carteira de crédito a Administrações Públicas e a empresas públicas

### Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

As demais matérias-primas seguiram uma tendência não muito diferenciada, fosse para os cereais, fosse para os metais de base. A tendência de descida foi mais pronunciada no segundo semestre do ano, em linha com a tendência global de desaceleração da actividade.

Apenas o ouro se destacou, novamente devido ao seu papel de activo refúgio num quadro de elevada aversão ao risco, que atingiu o auge no final do Outono, devido aos já mencionados receios quanto à sustentabilidade da zona euro. O ouro, nessa data, atingiu o máximo histórico de 1,921 dólares por onça. A intervenção mais activa das autoridades europeias, no final do ano, traria uma reversão deste movimento, com o ouro a recuar para 1,550 dólares por onça.

## Economia Portuguesa

A envolvente financeira da República dominou as atenções durante todo o 1º semestre do ano. Apesar da divulgação de dados orçamentais que validaram a tendência de redução do défice orçamental em linha com as metas traçadas, em Março o Governo apresentou uma actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento ("PEC IV"), com novas medidas do lado da despesa para o ano de 2011 e os detalhes das medidas para o cumprimento das metas orçamentais em 2012 e 2013 (ano em que o défice deveria cair para 2,0% do PIB).

Esta actualização do PEC foi rejeitada pela Assembleia da República, após o que o Primeiro-Ministro apresentou a sua demissão ao Presidente, que a aceitou e convocou eleições antecipadas para 5 de Junho. A percepção pelos investidores de que Portugal não estava totalmente comprometido com a redução do défice orçamental resultou numa dupla tendência: sucessivas descidas do *rating* da República pelas agências de notação de risco, para o limite da notação de "investment grade", que foi reflectida na notação de risco dos bancos; e uma subida das taxas de juro de longo prazo para os níveis mais elevados desde a criação do euro.

As eleições legislativas antecipadas de 5 de Junho permitiram a formação de um novo Governo, com uma maioria clara de apoio parlamentar. A coligação PSD/CDS detém 134 deputados. O PS, que passou a maior partido da oposição, também apoia as medidas de condicionalidade constantes do Memorando de Entendimento, que assinou enquanto Governo. Apesar da conclusão das negociações e da existência de uma clara maioria (mais de 80%) que apoia as medidas de ajustamento, o enquadramento financeiro para a República e para o sector financeiro permaneceu bastante tenso.

Em consequência, o acesso aos mercados financeiros, pela República e pelos bancos, registou uma significativa redução, após o que o Governo, em 6 de Abril, solicitou o apoio financeiro no âmbito do Fundo Europeu de Estabilização Financeira/FMI.

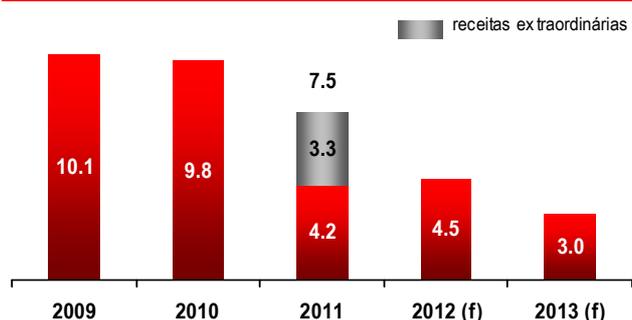
Em Maio, foram concluídas as negociações entre o Governo Português e as instituições internacionais (Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional e Banco Central Europeu), e assinado o Memorando de Entendimento, no qual são especificadas as medidas de condicionalidade a cumprir, no âmbito do programa de assistência financeira.

O plano é abrangente e visa três grandes objectivos: (i) incrementar o potencial de crescimento da economia portuguesa, através de um ambicioso programa de reformas estruturais; (ii) restaurar a sustentabilidade das contas públicas, através da reforma do sector público e de um amplo processo de corte da despesa pública; e (iii) reforçar a resiliência do sector financeiro, através do reforço dos capitais próprios e dos colaterais de financiamento, no âmbito de um processo de desalavancagem e financiamento a implementar até 2014.

Ao nível das reformas estruturais assumem especial destaque as reformas relativas ao mercado laboral, no que concerne à redução da indemnização por despedimento e à revisão do subsídio de desemprego.

A meta orçamental para 2011 foi revista em alta para 5,9% do PIB, em parte devido também ao alargamento do perímetro de consolidação das Administrações Públicas, que passa a incluir várias empresas públicas do sector de transportes e outras entidades públicas. No entanto, foram necessárias novas reduções da despesa, enquanto do lado da receita foi adoptada uma contribuição especial sobre o 13º mês, ao nível dos rendimentos das pessoas singulares, equivalente a 50% do rendimento líquido de IRS e Segurança Social em excesso de 485 euros (o salário mínimo nacional).

## Défice Orçamental (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

O valor final do défice de 2011 ter-se-á situado ligeiramente acima de 4% do PIB, com a maior redução a resultar da transferência de parte dos fundos de pensões do sector bancário para a Segurança Social, num montante de cerca de 5 mil milhões de euros (3,3% do PIB).

Esta transferência foi necessária para cobrir novos custos não recorrentes, como os associados ao agravamento da situação orçamental na Região Autónoma da Madeira (com a literal falência de uma PPP rodoviária e a assunção de encargos passados do Serviço Regional de Saúde), bem como com a recapitalização do banco BPN que está em processo de privatização.

Excluindo os factores não-recorrentes do lado da receita, bem como da despesa, o saldo orçamental de base para a execução de 2012 é de cerca de 6,9% do PIB.

Para o cumprimento da nova meta orçamental de 4,5% do PIB definida para 2012, o Governo anunciou um conjunto adicional de medidas, com destaque para a eliminação de um a dois subsídios (de Natal e de férias) para os funcionários públicos e pensionistas com rendimentos mensais superiores a 600 euros (os dois subsídios são cortados para rendimentos superiores a 1.100 euros mensais), e alterações nos impostos directos (redução das deduções e benefícios fiscais em sede de IRS) e indirectos (redução dos bens e serviços sujeitos às taxas reduzida e intermédia do IVA).

O sector financeiro beneficiou da criação de um fundo de recapitalização, no montante de 12 mil milhões de euros, e do aumento da linha de garantias estatais à emissão de dívida para 35 mil milhões de euros. Em contrapartida, teve que desenhar um plano de desalavancagem e financiamento, a implementar até 2014. Esses planos foram apresentados ao Banco de Portugal no final do mês de Julho e são alvo de actualizações trimestrais.

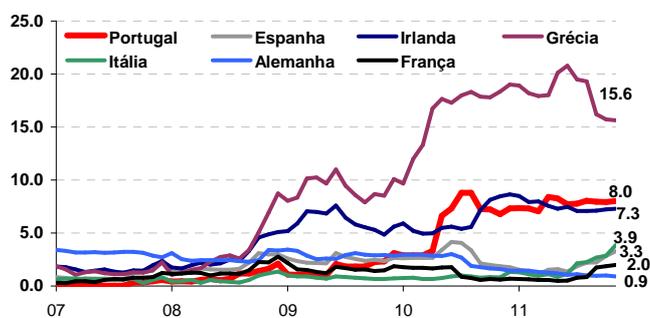
Os *spreads* de crédito alargaram para novos máximos, com as taxas de juro a 3 anos para a dívida pública portuguesa a ultrapassar pontualmente os 20%. Ainda

assim, o Tesouro manteve as emissões de Bilhetes do Tesouro, a prazos de 3 meses, com taxas médias de colocação muito próximas dos 5%.

A agência de notação de crédito Moody's reviu em baixa o *rating* da República para Ba2, no nível de "high yield", devido aos riscos de contágio da situação grega, já que o enquadramento local não sofreu alterações, antes resultou num programa de financiamento e numa maioria parlamentar.

O sector financeiro seria, também, alvo de revisões em baixa das notações de risco, com três instituições a terem um *rating* Ba2, ao nível da República, mas abaixo do "investment grade" e uma com um *rating* de Ba3. Apenas o Santander Totta manteve um *rating* acima do da República, com a notação de Baa2.

## Acesso ao BCE (% activos)

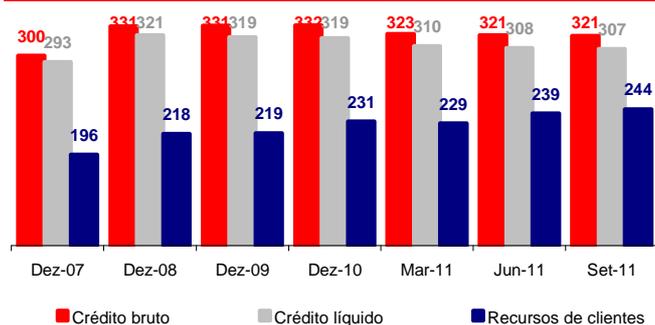


Fonte: BCE

Apesar do enquadramento mais adverso, na medida em que os *downgrades* e a desvalorização da dívida pública reduzem o valor dos activos elegíveis, o sector financeiro manteve o montante de financiamento obtido junto do BCE, em redor de 47,5 mil milhões de euros (abaixo do máximo de 49 mil milhões de euros verificado em Abril/Maio).

Esta redução resultou de um maior crescimento dos depósitos, inclusive ao nível dos particulares, à medida que os bancos iniciaram o processo de desalavancagem, também pela transferência de recursos de clientes de fundos de investimento e seguros para depósitos. Esta estratégia de desalavancagem teve impactos sobre a evolução das taxas de juro praticadas pelo sector, que subiram rapidamente, para serem já das mais elevadas da zona euro. Para travar uma guerra de depósitos latente, o Banco de Portugal, no final do ano, publicou legislação a penalizar, em termos de capital regulatório, os depósitos com *spreads* acima de 300pb relativamente às respectivas taxas de referência Euribor.

## Crédito e Depósitos (€bn)

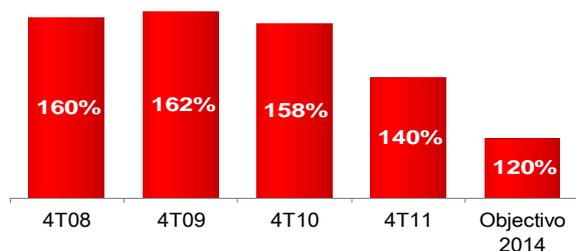


Fonte: Banco de Portugal

O crédito continuou a desacelerar, por uma redução da procura, associada à conjuntura económica recessiva, bem como pela imposição de condições mais restritivas ao nível da oferta, com os *spreads* de crédito a reflectirem o agravamento das condições de acesso do sector bancário aos mercados *wholesale* e a subida das taxas de juro praticadas nos depósitos

Ainda assim, a desalavancagem permitiu uma redução do rácio crédito/depósitos para 139% já em Setembro, sem que o crédito tivesse uma redução muito pronunciada. O sector bancário procurou, neste processo, proteger os sectores produtivos da economia, com uma redução do crédito mais focada nos segmentos hipotecário e de consumo do que no de empresas.

## Rácio Crédito / Depósitos



Fonte: Banco de Portugal

A qualidade da carteira de crédito deteriorou-se, como patente na subida mais pronunciada dos rácios de incumprimento, em especial no segmento de empresas.

No âmbito das medidas do programa de ajustamento, os bancos tiveram que publicar um novo rácio de crédito em risco, mais abrangente e em linha com as práticas internacionais, ao incluir além do crédito vencido o crédito vincendo e ainda os créditos reestruturados, nos quais tenha ocorrido uma recapitalização dos juros sem

reforço de garantias. Em Setembro de 2011, o rácio de crédito com incumprimento era de 4,5%, enquanto o rácio em risco era de 6,8%.

A economia portuguesa entrou em recessão no 1º trimestre de 2011, com a segunda variação negativa em cadeia, uma evolução que se aprofundaria nos trimestres seguintes, embora de forma menos pronunciada do que o inicialmente previsto.

Em 2011, o PIB contraiu 1,5%, de acordo com a informação mais recente, abaixo dos 2% estimados inicialmente, quando da publicação do Memorando de Entendimento, com a evolução menos adversa a originar nas exportações.

## Dados Macroeconómicos

	2009	2010	2011
<b>PIB</b>	<b>-2.9</b>	<b>1.4</b>	<b>-1.6</b>
Consumo Privado	-2.3	2.1	-3.9
Consumo Público	4.7	0.9	-3.9
Investimento	-13.3	-3.6	-14.0
Exportações	-10.9	8.8	7.4
Importações	-10.0	5.4	-5.5
Inflação média	2.7	-0.9	3.6
Desemprego	9.5	10.8	12.8
Défice público (% do PIB)	10.1	9.8	4.2
Dívida pública (% do PIB)	83.0	93.3	107.8
BTC (% do PIB)	-10.1	-8.9	-5.2

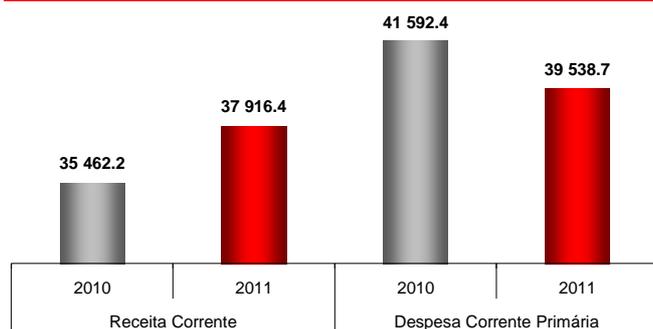
Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Santander Totta, FMI

As famílias continuaram a ajustar a sua despesa à redução do rendimento disponível e à subida do desemprego (que ascendeu a 14% no 4º trimestre de 2011), com as vendas a retalho a caírem 9.4%, em termos reais, no 4T2011. Os dados relativos ao período de compras de Natal apontam para uma redução de cerca de 3%, em valor, o que reflectirá sobretudo os descontos realizados pelos vendedores, já que o número de operações processadas pela SIBS ficou praticamente inalterado.

O maior ajustamento da despesa pelas famílias teve lugar ao nível das vendas de automóveis, que caíram mais de 30% em termos homólogos.

A despesa pública continuou a reduzir-se, apesar de uma ligeira moderação no 2º trimestre, devido ao clima eleitoral.

## Receita Corrente e Despesa Corrente Primária (€mn)



Fonte: Ministério das Finanças

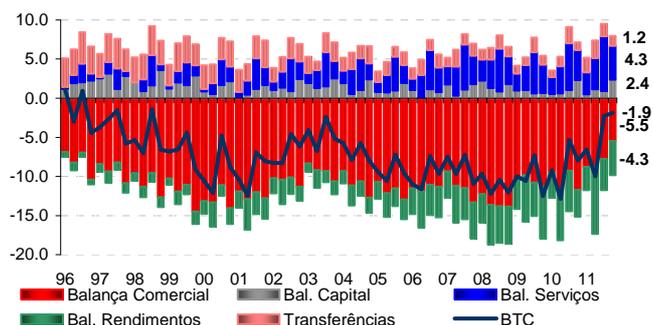
A informação disponível relativa ao défice orçamental de 2011, numa óptica de caixa, revela que a redução foi em grande medida explicada por uma diminuição da despesa corrente primária, enquanto a receita evoluiu favoravelmente, apesar da contracção da procura interna. No entanto, devido aos efeitos não recorrentes que penalizaram a execução orçamental no primeiro semestre, foi necessário recorrer à transferência de fundos de pensões do sector bancário para a segurança social enquanto mecanismo para assegurar o cumprimento das metas acordadas com as instituições internacionais.

O investimento terá acentuado a contracção, devido ao aumento da incerteza associado ao pedido de auxílio financeiro externo, e conseqüente impacto sobre a redução da procura, no quadro do ajustamento económico em curso. Por outro lado, a deterioração das condições nos mercados financeiros terá resultado em condições mais restritivas na concessão de crédito, que contribui adicionalmente para a redução da despesa de capital.

A procura externa continuou a evoluir muito favoravelmente, com as exportações a crescerem 16%, em termos nominais, nos primeiros dez meses do ano. As exportações registaram, como mencionado, um crescimento muito mais forte do que o previsto, em especial atendendo à desaceleração da economia europeia a partir do segundo trimestre do ano, numa melhoria generalizada entre grupos de produtos e mercados de exportação, o que confirma os benefícios obtidos pela reestruturação do sector empresarial nos últimos anos.

As importações caíram, reflectindo a maior contracção da procura interna, em especial do consumo privado.

## Balança Corrente e de Capital (% PIB)



Fonte: Banco de Portugal, INE

Um dos principais desequilíbrios externos da economia, o défice externo, reduziu-se mais pronunciadamente em 2011, uma tendência particularmente visível no segundo semestre do ano, ao nível da balança de bens e serviços. O défice da balança corrente e de capital caiu menos, devido à evolução adversa da balança de rendimentos, cujo défice se manteve elevado, devido à subida dos juros suportados pela economia portuguesa, num quadro de elevado endividamento externo.

## Principais riscos e incertezas para 2012

Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade em 2012 são de duas ordens, uma de origem internacional, outra doméstica.

A nível internacional, têm-se como factores de risco, as perspectivas económicas e financeiras na zona euro. A actividade económica deve permanecer em terreno recessivo até ao segundo trimestre, devido ao impacto das medidas de consolidação orçamental implementadas em alguns países (Itália, França e Espanha), e que devem ter também efeitos de contágio à Alemanha.

A execução orçamental nos primeiros meses do ano será determinante para afastar os receios de uma espiral de desvios orçamentais que exijam novas medidas e agravem o cenário recessivo.

Por outro lado, a incerteza sobre a estabilidade da zona euro deve permanecer elevada, pelo menos até à clarificação das condições económicas e financeiras na Grécia. O acordo quanto à reestruturação da dívida deve estar implementado até ao final do primeiro trimestre e poderá ter algum contágio quanto a expectativas de mercado de que outro país em ajustamento tenha que adoptar idêntica medida.

A assinatura expedita do novo acordo intergovernamental acordado na Cimeira de 5 de Dezembro e a entrada em funcionamento do novo Mecanismo de Estabilidade Financeira, em Julho, poderão contribuir para a redução da incerteza institucional.

Ainda a nível internacional, a incerteza sobre a sustentabilidade das contas públicas estende-se a outros países, como os EUA. Apesar da recente decisão de elevação do limite da dívida, as perspectivas de lenta redução do défice serão um tema recorrente a afectar o

sentimento de mercado. As previsões de crescimento mais sólido e baixas taxas de juro de longo prazo parecem insuficientes para impedir que a dinâmica da dívida pública continua insustentável, devido aos elevados défices primários. A situação orçamental dos Estados e municípios é um factor de risco adicional.

A nível doméstico, as principais incertezas estão relacionadas com o estrito cumprimento das medidas de condicionalidade previstas no Memorando de Entendimento, que serão alvo de avaliação trimestral por parte das instituições internacionais. O Governo reforçou as medidas visando cumprir a meta orçamental de 4,5% do PIB para 2012, devendo agir ao nível da despesa logo nos primeiros meses do ano, para precaver-se contra eventuais riscos associados ao impacto da contracção económica sobre a receita fiscal.

Ao nível do sector financeiro, os riscos prendem-se com o cumprimento das metas estabelecidas no programa de desalavancagem e financiamento. Em 2011, a desalavancagem foi realizada sobretudo através da captação de depósitos. Caso essa tendência não possa ser continuada, há riscos de maior contracção do crédito. Por outro lado, o ciclo económico terá impacto ao nível do incumprimento e, conseqüentemente, surge como factor de risco para o cumprimento da meta de 10% para o rácio de Core Tier 1, em 2012, sendo que os bancos nacionais terão também que cobrir as necessidades de capital encontradas no âmbito do exercício de testes de esforço realizados pela EBA.

O cumprimento de objectivos, pelo Estado e pelo sector bancário, é fundamental para recuperar a confiança dos investidores internacionais e permitir que o actual nível de financiamento nos mercados globais (que, de qualquer forma, é reduzido) se possa manter e, a prazo, ampliar.

### Banca Comercial

#### Particulares & Negócios

2011 foi um ano de grande envolvimento da rede comercial com a implementação de um novo modelo de gestão comercial, denominado "READY". Este modelo permite criar uma dinâmica comercial capaz de responder a um novo contexto e que tem por base uma sistemática que visa um trabalho comercial proactivo orientado para as necessidades dos clientes actuais e potenciais.

As principais prioridades estratégicas do Santander Totta mantiveram-se focadas essencialmente na captação de depósitos, na adequação dos *spreads* do crédito e no controlo do *gap* comercial.

Num cenário económico recessivo, o controlo do crédito vencido tornou-se um tema fundamental do dia-a-dia para as equipas comerciais.

Num enquadramento de forte competitividade no que respeita à captação de depósitos, o Santander Totta disponibilizou um conjunto de produtos e soluções diversificadas, materializado nas campanhas "Soluções Integradas", "Soluções Poupança Strategic" e "Poupança Crescimento Primavera".

A campanha "Soluções Integradas", lançada em 2010, assenta em produtos de poupança atractivos, como o "PPR Triunfo" e a conta "Super Poupança Ídolos", produtos com base nos patrocínios do Banco a programas televisivos. Já em 2011, foram lançadas as "Soluções Poupança Strategic" (em euros e dólares), que correspondem a produtos de poupança tradicional com vários prazos e remunerações, destinados tanto à captação como à retenção de recursos.

Durante o 2º trimestre de 2011, foi lançada a campanha "Poupança Crescimento Primavera", constituída por um conjunto de produtos de poupança tradicional de médio/longo prazo, com diferentes características de liquidez e remuneração, da qual se destaca o "Depósito Rendimento Premium", um depósito a prazo de 3 anos e TANB mínima de 4%, podendo ter uma remuneração superior no 2º ano e 3º ano dependendo da evolução da Euribor.

No 3º trimestre, a "Super Poupança Protecção" veio dar continuidade à campanha "Super Poupança Ídolos".

Trata-se de uma conta rendimento e poupança que dadas as suas características teve uma forte adesão por parte dos clientes.

No 4º trimestre, fruto das condições de mercado e das limitações impostas pelo Banco de Portugal, verificou-se uma ligeira quebra das taxas para a captação de recursos, mantendo-se contudo o foco em produtos de poupança tradicional.

No que se refere a campanhas e acções de captação e vinculação de clientes, foi lançada, em Janeiro, uma campanha de "Soluções Ordenado", para captação de ordenados/reformas, assente na isenção de comissões nos principais serviços do dia-a-dia e na oferta de um vasto leque de brindes de marcas reconhecidas. Em Abril, esta campanha teve forte apoio de uma campanha de comunicação nos *media*, incluindo televisão e exteriores.

Em Dezembro, foi lançada mais uma campanha para a captação de domiciliações de ordenado, com oferta de brinde. Foram igualmente lançadas campanhas e contas direccionadas especificamente para outros segmentos, nomeadamente Jovens/Júniors: campanhas "Conta a Crescer", "Já Há Conta" e "DP Especial Jovem" e para residentes no estrangeiro.

Numa estratégia continuada de adequação da oferta e serviços dedicados ao segmento *Premium*, o Banco ajustou os critérios de segmentação destes clientes. Desta forma, a adequabilidade da oferta às características deste segmento é mais realista e potenciadora de um aumento do seu nível de satisfação.

No seguimento do referido anteriormente foi lançada a "Linha Premium", uma linha de atendimento estritamente dedicada aos clientes *Premium*. Foi ainda prolongado, até ao final de 2011, o prazo de adesão gratuita dos serviços não financeiros, clube *Premium* e *Premium by Time Management*, privilegiando desta forma o incremento da experiência global que um cliente *Premium* tem com o Santander Totta.

No que se refere ao crédito concedido, o esforço de desalavancagem do sector bancário, o aumento generalizado dos *spreads* e a queda dos níveis de confiança dos consumidores fez com que este período ficasse marcado por uma forte quebra nos volumes de produção de crédito à habitação.

Neste contexto foram realizados ao longo de 2011 vários ajustamentos à grelha de *spreads*, visando não só reflectir

os maiores custos de financiamento como também aumentar a diferenciação de preço em função do risco associado a cada empréstimo.

O crédito à habitação diminuiu 2,6% em 2011 registando-se também uma quebra de 5,9% no crédito ao consumo.

No segmento de Negócios, foi mantida uma estratégia de grande foco na captação de novos clientes, na vinculação dos actuais e no aumento da transacionalidade.

O Banco dedicou especial atenção ao *factoring* e *confirming*, conquistando uma quota de mercado de cerca de 20%. Foi ainda lançada a campanha “Clientes Negócios 2011” com especial enfoque na “Super Conta Negócios Plus”, na “Conta Corrente Negócios Plus”, no “Pagamento de Ordenados por Lotes”, POS e GPC (Gestor de Pagamentos e Cobranças), com oferta de um brinde aos clientes novos ou reactivados.

O Santander Totta reforçou o seu posicionamento como Banco de apoio às empresas, fruto de um grande dinamismo no segmento. Destaca-se a participação, já habitual, na Expofarma no sector da saúde.

Neste segmento de negócios e face ao contexto de dificuldades que a economia enfrenta, o banco procurou criar mecanismos de prevenção para minimizar os riscos do incumprimento.

Na área de *Private Banking*, à falta de confiança nos mercados, que já se fazia sentir em 2010, cresceu a profunda desconfiança sobre o futuro da situação económica e financeira portuguesa, o que, associado à falta de liquidez no sistema financeiro, aumentou, ainda mais, a apetência dos clientes por activos de baixo risco e com elevada liquidez.

A imagem de solidez do Santander Totta e a acção comercial de referenciação permitiu ao *Private Banking* um crescimento de 14% em novos clientes, sem pôr em causa o esforço de retenção alicerçado no compromisso de proporcionar um serviço baseado na confidencialidade, proximidade e confiança.

A oferta continuou a evoluir no sentido de disponibilizar uma gama variada de produtos e serviços, num modelo de arquitectura aberta, para a qual muito contribuiu a articulação com a Área Global do Grupo Santander. Como resultado, o *Private Banking* cresceu 10% em recursos de balanço e manteve o património sobre gestão, apesar do comportamento adverso dos mercados.

## Empresas

A estratégia comercial da área de Empresas passou por controlar e diminuir o *gap* comercial e, ainda assim,

continuar a incrementar sustentadamente a rentabilidade da área. Manteve-se o programa de adequação do preço do crédito à escassez de liquidez monetária e intensificou-se a captação racional de recursos. Refira-se ainda que continua a aposta de crescimento em novos clientes que cada vez mais valorizam a parceria com um banco da solidez do Santander Totta.

Nas “Linhas PME Investe”, que têm assumido, nos últimos dois anos, uma importância crescente em virtude da crise económica mundial e das fortes restrições ao crédito por parte dos bancos, o Santander Totta tem mantido uma política de apoio ao sector empresarial português, o que se traduz na quota de mercado de concessão destas linhas (cerca de 18%) e na colocação de mais de 13 mil operações, num valor de 1,4 mil milhões de euros. De destacar ainda que, no 2º trimestre do ano, o Santander Totta lançou, em associação com as autoridades oficiais, a Linha Exporte Investe, destinada a apoiar o financiamento à exportação, nomeadamente para apoio à laboração de produtos com longos períodos de fabrico.

Estas operações estão isentas de todas as comissões usualmente cobradas pelos bancos na formalização de crédito, podem ser liquidadas a qualquer momento sem nenhum custo associado e têm prazos e condições muito apelativas para os empresários.

Na sequência do encerramento da Linha PME Investe VI, foi lançada pelas entidades oficiais a Linha PME Investe VI Aditamento (2ª Tranche), a que o Banco também se associou, e em que o Santander Totta é líder, tendo atingido uma quota de mercado de 22% em montante de crédito concedido.

No 2º semestre foi possibilitado o alargamento de prazo de todas as operações contratadas ao abrigo das Linhas Investe e a introdução de um período de carência de 1 ano, o que, tendo em conta as restrições de crédito com que as empresas se estão a defrontar neste momento, permite a melhoria da sua liquidez.

Ao longo do ano, o Santander Totta promoveu a renegociação de linhas protocoladas com diferentes entidades com vista ao ajustamento dos *spreads*, de forma a reflectir as alterações verificadas no mercado financeiro.

## Promotores e Mediadores

Com o objectivo de rentabilizar os recursos e uniformizar metodologias de acompanhamento e de dinamização dos vários segmentos, foi efectuada uma reestruturação nas equipas comerciais que passaram a gerir em simultâneo Promotores Externos e Lojas de Promotor.

Foram reforçadas também as iniciativas que permitiram uma maior proximidade com os parceiros, nomeadamente através da entrega de prémios de desempenho e incentivos adicionais de campanhas nos *road-shows* trimestrais e de prémios de mérito aos melhores promotores externos que se distinguiram pelo seu compromisso com o Banco e pelo seu desempenho, ao longo do ano.

Por outro lado, manteve-se um foco permanente nas principais variáveis estratégicas de negócio do Banco, através de planos de incentivos e campanhas trimestrais que tiveram por objectivo incrementar a captação de clientes com contas ordenadas e com recursos.

O Santander Totta marcou presença, uma vez mais, no SIL - Salão Imobiliário de Portugal, principal evento do sector imobiliário que este ano, pela primeira vez, decorreu em simultâneo com outra feira de cariz mais abrangente, o que permitiu envolver também os promotores externos e promover as soluções de poupança do Banco. Participou também nas convenções das principais redes de *franchising* de mediação imobiliária.

## Meios de Pagamento

O ano de 2011 destacou-se pela preocupação constante na captação de clientes, na sua crescente fidelização e na excelência dos serviços fornecidos.

Ao longo do ano foram tomadas diversas iniciativas para rentabilizar o portfólio e promover a utilização de cartões. Através de campanhas de facturação e *revolving* foi premiada a utilização regular dos cartões Santander Totta com ofertas e descontos.

As medidas atrás descritas foram sempre acompanhadas de várias iniciativas de índole processual. Maior simplicidade e celeridade no envio de novo PIN, flexibilidade nos envios de cartões e disponibilização de uma solução mais conveniente para os clientes em caso de roubo ou perda - são alguns exemplos. Também a monitorização de fraude viu o seu espectro alargado, através de melhorias na relação com as entidades policiais, com a SIBS e a Paywatch.

Em 2011, destaca-se o lançamento do cartão de crédito Ferrari destinado ao segmento *Affluent*. Foram ainda desenvolvidos novos cartões, desenhados para perfis específicos de clientes, como sejam os desenvolvidos para a Câmara Municipal do Porto ou os novos cartões universitários de marca Maestro. Também se procedeu a alterações a nível de características de alguns cartões, mantendo ou melhorando a sua competitividade em termos de mercado, como sejam o caso dos cartões *Light*, *Business* Negócios ou *Premium Travel*.

Efectivamente, a conjugação destas medidas permitiu aumentar o parque e a utilização de cartões, tendo a facturação homóloga crescido 2%, com valores sempre acima dos de mercado, e em simultâneo reduziu-se o total de cartões cancelados pelos clientes.

No que toca à aceitação, o Santander Totta continua a ter uma posição de *player* relevante no mercado, com uma quota de 16%, com presença nas principais cadeias de distribuição e em diversos sectores de actividade. Foram angariados novos clientes no mercado nacional, designadamente nos sectores do Estado, vestuário, transportes e petrolíferas e alargadas várias das parcerias já existentes.

Apesar da situação económica recessiva registou-se um aumento nos níveis de transaccionalidade dos clientes em 3%, acima dos valores de mercado. As várias campanhas lançadas ao longo do ano junto de clientes de vários sectores de actividade e de clientes inactivos e mesmo a renegociação de vários protocolos já existentes, em paralelo com a criação de novos instrumentos internos de gestão, como os simuladores de rentabilidade ou a plataforma de retenção, foram factores relevantes nos resultados alcançados.

## Banca Transaccional

### Negócio Internacional e Bancos Correspondentes

No início de 2011, foram postos em prática os planos de dinamização de produtos para empresas e negócios, em conjunto com a área comercial, que passou a dispor de equipas de especialistas que, em colaboração com os gestores de cliente e de produto, desenvolveram programas específicos dirigidos à captação de clientes e à dinamização dos negócios. Foram delineadas campanhas e concursos no intuito do acompanhamento e controlo da actividade comercial.

Em paralelo, foi adoptada uma plataforma informática corporativa, no sentido de otimizar sinergias dentro do Grupo, aumentando a produtividade e reduzindo custos. Esta nova plataforma foi introduzida no tratamento das transferências internacionais e cheques sobre o estrangeiro, com melhorias significativas.

Em parceria com o Santander Espanha, Santander Hong Kong e com o Banco Caixa Geral Totta de Angola, efectuaram-se várias diligências, como visitas conjuntas, no sentido de angariar clientes que desenvolvam a sua actividade nesses países e com a finalidade de lhes proporcionar as melhores soluções de apoio aos seus negócios.

O Santander Totta é hoje reconhecido como um dos principais prestadores de serviços de negócio internacional em Portugal, tendo consolidado a sua

presença nas empresas, nomeadamente com a ampliação da linha de confirmação de créditos documentários com origem em Angola.

Em meados do ano, com o objectivo de promover ou reactivar acordos e parcerias com outros bancos internacionais, as áreas de Bancos Correspondentes e de Negócio Internacional efectuaram diversas acções comerciais junto de uma rede internacional de bancos, que resultaram na obtenção de melhores ferramentas de apoio à actividade internacional das empresas.

Foi também utilizada a rede Santander na Europa (Espanha e Reino Unido) e noutros continentes, nomeadamente África e América Latina, para promover este tipo de acordos e acções comerciais, maximizando as vantagens competitivas do Santander Totta como parte de um Grupo com um forte posicionamento internacional e dimensão global.

No último semestre do ano, foi lançada a “Solução Exportação”. Trata-se de um programa de apoio às empresas exportadoras nacionais que se baseia num conjunto de produtos e soluções, na sugestão de parceiros em áreas vitais da internacionalização, oferta de formação a clientes seleccionados e apoio de especialistas do banco.

### ***Cash Management***

Durante 2011, foram levados a cabo os planos de dinamização de produtos para os segmentos de Empresas e Negócios. Estes planos contaram com o envolvimento das equipas de especialistas/ dinamizadores que, em conjunto com os gestores de cliente e produto, desenvolveram programas específicos dirigidos à captação de clientes e à dinamização dos negócios.

O Santander Totta continuou a oferecer produtos exclusivos tendo consolidado os lançamentos do GPC- Gestor de Pagamentos e Cobranças e do *Home Deposit*. Ambas as ferramentas destinam-se à gestão da tesouraria das empresas.

### ***Customer Service***

Actualmente uma das armas de diferenciação mais fortes do mercado é o pós-venda. Este importante elemento de fidelização é hoje tão importante como a qualidade do próprio produto. Foi consolidada a vertente comercial desta área, tendo sido efectuadas visitas aos principais clientes em conjunto com a área comercial, apoiando e fortalecendo a relação comercial com as empresas.

Continuou a investir-se fortemente em novas formas de seguimento e controlo da resolução de incidentes, melhorando os tempos de resposta e satisfazendo as necessidades das empresas.

## **Canais Complementares**

### ***Selfbanking***

Na área de *Selfbanking*, a estratégia fundamentou-se na optimização do parque actual de ATM's – ao nível da Rede Multibanco - com a renegociação e a reinstalação destes equipamentos em locais de transaccionalidade mais elevada. Esta actividade permitiu ao Banco incrementar as suas quotas face ao ano anterior, reforçando a sua posição no mercado.

No âmbito da rede interna foi privilegiada a vertente qualidade de serviço ao cliente, através dos mecanismos automáticos de controlo e avaliação de disponibilidade dos equipamentos. A solução de automatização de depósitos, actualmente com uma cobertura de 70% da rede de balcões, tem vindo a permitir um reforço dos resultados da migração de transaccionalidade para *Selfbanking*.

### **Netbanco**

Nos canais internet, NetBanco Particulares e Empresas, o ano de 2011 caracterizou-se pelo lançamento de novas funcionalidades, com destaque para o “Acesso Fácil” e para o *confirming*. Registaram-se melhorias na disponibilidade e *performance* dos *sites* e um crescimento do tráfego, com o número de visitantes únicos a aumentar 20%.

No NetBanco Particulares foram lançados uma série de depósitos a prazo com constituição *online*. Os utilizadores frequentes do Netbanco Particulares registaram um crescimento de 11%, em 2011.

No NetBanco Empresas foi efectuado um reforço na segurança, ao nível da assinatura de operações, para utilizadores que assinam individualmente, onde para algumas operações passa a ser necessária a utilização de 2 tipos distintos de códigos de assinatura: OTP por SMS e Cartão Matriz.

Foram incrementadas as funcionalidades de *confirming*, na óptica de cliente e fornecedor, passando a ser possível oferecer uma visão simultaneamente global e detalhada de todo o negócio. Passou a ser possível aos fornecedores de *confirming* efectuarem o adiantamento *online* de facturas (mesmo para não clientes do Banco). Foi também lançado o SEPA DD - Lançamento em formato SEPA de cobranças *online* para clientes e passou a ser possível aos clientes do NetBanco Empresas efectuarem pagamentos ao Estado acima dos 100.000 euros. Os utilizadores frequentes do Netbanco Empresas registaram no ano um crescimento superior a 8%.



## Banca Telefónica

Durante o ano de 2011, o *Contact Center* do Santander Totta foi considerado, pelo 3º ano consecutivo, o melhor *Contact Center* de Portugal no sector financeiro, prémio atribuído pela Associação Portuguesa de Contact Centers.

O número total de contactos de clientes com operadores do *Contact Center* foi ligeiramente superior ao do ano anterior.

Foram efectuadas alterações na forma de acesso à Superlinha, que reforçam a segurança e tornam mais simples o acesso dos clientes às suas contas. O atendimento a clientes por *Chat* foi reforçado, existindo actualmente no *site* do Banco muitos mais pontos de pedido de contacto.

Foi lançado o “Apoio4U”, um serviço de atendimento especializado para o segmento universitário, que dispõe de várias linhas telefónicas, *chat*, *e-mail* e atendimento nas redes sociais.

Foi ainda criada a “Linha Premium” que coloca ao dispor dos clientes um conjunto de números de telefone fixos e móveis para os clientes *Premium*, que são atendidos por operadores especialistas e com um conjunto de serviços ainda mais alargado que a Superlinha.

De salientar também que em Novembro foi colocado à disposição dos clientes que têm POS, um serviço de atendimento telefónico especializado.

## Actividade Internacional

Com o agravamento da conjuntura económica verificou-se um movimento generalizado de alterações nos governos de países comunitários e a introdução de medidas de austeridade e de forte restrição ao endividamento. Constatou-se também uma significativa deterioração dos níveis de liquidez dos mercados assim como das notações de *rating* atribuídas à República Portuguesa e por contágio aos principais bancos. Tal, teve uma repercussão negativa na decisão de aplicar e investir em Portugal por parte dos clientes residentes no estrangeiro.

A actividade económica evidenciou crescimento negativo, com degradação dos níveis de emprego em Portugal e nas principais economias onde a comunidade portuguesa reside e trabalha.

A estratégia prosseguida na actividade internacional centrou-se no reforço da proximidade com os clientes residentes no estrangeiro, transmitindo a segurança e solidez do Banco e do Grupo onde se insere, procurando consolidar a oferta de serviços e de soluções em estreita articulação com a rede comercial em Portugal. Com este

objectivo, realizaram-se encontros com clientes e em Caracas e no Canadá realizaram-se eventos de maior dimensão dirigidos a particulares e empresários portugueses.

Manteve-se a oferta da “Super Conta Residentes no Estrangeiro” e de produtos de poupança diversificados, apesar da instabilidade e evolução dos mercados. Nos recursos assistiu-se a um crescimento de depósitos em detrimento de produtos mais complexos embora tenha sido possível manter algum volume de seguros financeiros e aplicações com níveis de risco e de rentabilidade interessantes, em USD e CAD. Na oferta em Euro foram ainda disponibilizados, com sucesso, produtos que pretenderam associar ao rendimento o reforço da fidelização e vinculação dos clientes.

A sucursal de Londres, tendo em conta a situação do mercado imobiliário, vem centrando a sua actividade no apoio da relação comercial com os portugueses residentes no Reino Unido e no seguimento da carteira de crédito. Na sequência de medidas já tomadas e tendo presente a conjuntura do mercado, foram reforçados os meios e mecanismos de controlo sobre essa carteira de crédito.

A filial de Porto Rico desenvolveu de forma estável a sua actividade num modelo de negócio de “Banca à Distância” oferecendo através de canais específicos oferta de aplicações muito diversificada e exclusivamente destinada a não residentes.

O volume de negócios, na área de residentes no estrangeiro cresceu 3% beneficiando essencialmente da fidelização e incremento de clientes residentes em países fora da Comunidade Europeia.

Numa conjuntura difícil, o produto bancário registou uma evolução positiva assim como se obteve um crescimento significativo de novos clientes. No que respeita à evolução da carteira de crédito verifica-se uma evolução ligeiramente positiva.

Apesar da perturbação provocada pelas revisões em baixa das notações de *rating* e pelo pedido de assistência internacional, ocorrido no primeiro semestre de 2011, verificou-se apenas uma ligeira redução em termos globais no valor de transferências para Portugal.

## Global Banking and Markets

### Equity

Apesar do agravamento da crise financeira e da incerteza nos mercados financeiros, a comercialização de produtos estruturados junto do segmento de retalho e *private* evoluiu favoravelmente ao longo do ano, através da



emissão de depósitos a prazo e obrigações de caixa num montante total próximo dos 600 milhões de euros.

De destacar, em Setembro, a atribuição ao Banco pela Euromoney e [www.StructuredRetailProducts.com](http://www.StructuredRetailProducts.com), dos *Euromoney Structured Retail Products Awards 2011* em Portugal nas categorias de melhor distribuidor e sub-categoria de melhor distribuidor em *performance* de produtos estruturados.

### Cash Equities

A actividade de *Cash Equities* foi particularmente difícil em 2011. Os volumes e valorizações do mercado de acções estiveram em queda generalizada na Europa e em Portugal, com a aversão ao risco a aumentar substancialmente. Assistiu-se ainda a uma tendência de intermediação, com quedas significativas dos activos sob gestão nas sociedades gestoras de fundos, activos esses que tipicamente foram transferidos para depósitos bancários. Neste contexto, o Santander Totta conseguiu aumentar os volumes intermediados em acções em 6,8%, face a 2010, graças a um serviço dinâmico junto do segmento institucional nacional e internacional e que foi complementado por um maior foco junto do segmento de particulares.

### Fixed Income Sales

Na área de *Fixed Income Sales*, o ano foi caracterizado pela dinâmica de adaptação das estratégias à elevada volatilidade do mercado, mantendo-se a apetência por estruturas de gestão de risco simples sendo dada especial atenção ao acompanhamento das estruturas em carteira.

Importa referir o lançamento de várias iniciativas que contribuíram para o reforço da oferta de produtos aos clientes, nomeadamente a reestruturação do negócio cambial, fortalecimento e melhor disponibilização de soluções de investimento e a preparação para a adopção preventiva de CVAs ("Counterparty Valuation Adjustment"). Em particular, no que diz respeito ao negócio de *flow* cambial, tanto o aumento do número de clientes e operações realizadas, como a atribuição do Prémio "Global Finance - Best Foreign Exchange Bank in Portugal" espelham o bom reconhecimento do serviço prestado

### Corporate Finance

A área de *Corporate Finance* continuou a desenvolver durante 2011, uma intensa actividade. Destacam-se neste ano, a conclusão com sucesso da operação de assessoria financeira à Secil na aquisição da Lafarge Betões e a conclusão dos trabalhos de assessoria financeira ao Grupo Impresa na avaliação da SIC, Medipress e AEIOU.

De realçar também os trabalhos de assessoria à Eletrobrás na privatização da EDP e à Galp Energia na alienação de uma participação na Galp Gás Natural Distribuição, *holding* que detém as principais empresas reguladas de infra-estrutura de distribuição de gás natural em Portugal.

Durante este período, o portfólio de operações de Fusões e Aquisições foi também reforçado e estão em curso diversos processos de assessoria em transacções a concluir nos próximos meses.

### Custódia

A actividade da área de Custódia Institucional do Santander Totta, apesar de todas as condicionantes dos mercados financeiros e da situação económica de Portugal, mantém o 2º lugar no *ranking* nacional de Custodiantes, com cerca de 22,8% de quota em volume de activos sob custódia, segundo os últimos dados disponibilizados pela CMVM.

## Gestão de Activos

### Fundos de investimento

O ano de 2011 foi caracterizado por grande instabilidade nos mercados financeiros, agravando-se a situação já verificada em 2010, o que contribuiu para uma forte aversão ao risco por parte dos investidores com natural impacto na procura por instrumentos financeiros como os fundos de investimento. Este efeito foi empolado pela oferta de taxas de juro de depósitos a níveis muito atractivos.

Embora se tenha verificado uma redução dos activos sob gestão, a Santander Asset Management, ao nível de fundos de investimento mobiliário, terminou o ano de 2011 como a 4ª maior sociedade gestora em Portugal com uma quota de 12,9%. De destacar o lançamento de agrupamentos de fundos "Santander Gestão Private" e "Santander Gestão Premium", para os segmentos mais elevados.

Em termos de *performance* é de realçar o melhor fundo do ano na classe de acções norte-americanas – "Santander Acções América" com 5,7% – e o melhor fundo na classe de obrigações taxa fixa Europa – "Multitaxa Fixa" com 6,8%.

Nos fundos de investimento imobiliário, o ano de 2011 foi caracterizado pela gestão activa de património através da renegociação de muitos dos contratos de arrendamento de forma a minorar os impactos da recessão económica – perder o menor número de arrendatários possível e da finalização de alguns projectos de promoção imobiliária.

## Gestão de patrimónios e fundo de pensões

As carteiras sob gestão da Sociedade Gestora de Patrimónios Santander Gest registaram uma diminuição de volume de cerca de 55%.

Para a Santander Pensões, os retornos foram negativos reflectindo a turbulência verificada nos mercados. Os volumes sob gestão, no final de 2011, eram de 760,3 milhões de euros.

## Seguros

A actividade de seguros do ramo vida é explorada, desde 2001, pela Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida S.A. (STS).

O principal eixo de desenvolvimento da STS assentou na comercialização de produtos orientados para as necessidades específicas dos seus clientes, numa oferta diversificada de produtos inovadores alicerçada em políticas de *cross-selling* e de *cross-segment* com o Banco Santander Totta, numa política de melhoria do desenvolvimento dos seus recursos humanos e das práticas de boas vendas resultando num baixo índice de reclamações.

Deu-se particular enfoque à comercialização de seguros de protecção em *open market*, ao estudo e utilização da inteligência relativa a clientes e seguros e ainda à optimização dos novos canais de comercialização e à implementação de acções de retenção e de fidelização de clientes.

A par da continuada disponibilização de produtos de vida risco vinculados ao crédito ou a outros produtos bancários, a disponibilização, sob forma autónoma, de produtos orientados para a protecção de vida e para a protecção ao crédito conheceu uma notável penetração em novos clientes, resultado de acções com o Banco Santander Totta, permitindo a oferta destes produtos a clientes do Banco que não possuíam este tipo de seguros.

De realçar o bom desempenho relativamente aos seguros de vida financeiros, sendo de destacar o lançamento mensal de seguros financeiros denominados "Plano Rendimento", sob a forma de seguros Icae não normalizados, divididos em unidades de participação (*unit linked*), que pretendem proporcionar um retorno mensal e trimestral (calculado com base no montante subscrito e pago sob a forma de resgate parcial), com o volume total comercializado a ascender a cerca de 961 milhões de euros, em 2011, tendo-se atingido uma quota de mercado de 18,5% em produção de seguro directo e de 15,8% em provisões matemáticas.

No âmbito dos seguros de vida risco comercializados em *open market*, de salientar o "Plano Vida", produto destinado ao segmento de mercado massivo, com mais de 35.449 planos vendidos em 2011 e o produto "Plano Protecção Ordenado" - um seguro de vida com cobertura de desemprego, particularmente adaptado ao actual contexto económico, sendo o segmento alvo os clientes com conta domiciliação ordenado, tendo a sua comercialização ascendido a 16.400 apólices em 2011.

Corolário de um forte dinamismo comercial junto dos segmentos de particulares e capitalizando o conhecimento dos clientes e das suas necessidades, é de salientar o lançamento do seguro "Viva Mais" no 4º trimestre de 2011. Trata-se de um seguro inovador com excelentes coberturas, possibilitando, em caso de uma doença grave, que o cliente possa usufruir, até 1 milhão de euros por ano, de tratamentos médicos junto dos melhores especialistas médicos internacionais.

A venda destes produtos foi dinamizada através de um plano de incentivos para a rede comercial, em coordenação com a área de dinamização comercial do Banco, suportada pelas campanhas "Strategic" e pelo PIC (Plano Incentivos Comercial) com foco na dinamização daqueles produtos.

O valor dos prémios emitidos e contribuições para contratos de investimento alcançou o montante de 1.130 milhões de euros, uma diminuição de 5,6% relativamente ao ano anterior, sendo o desvio idêntico nos produtos financeiros e nos de risco.

Nos seguros de risco e mistos o volume de prémios cifrou-se em 112,1 milhões de euros (contra 118,4 milhões no ano anterior), sendo de registar o bom desempenho na comercialização de produtos em "open market", e a diminuição na produção dos seguros de vida ligados ao crédito à habitação e ao consumo, em consequência da menor produção de créditos.

## Perspectivas para 2012

O difícil e complexo enquadramento em que vivemos e a grande incerteza que ainda envolve as dinâmicas económicas e financeiras no ano de 2012, quer em Portugal, quer no conjunto da zona euro, irão condicionar a actividade do Santander Totta.

A economia portuguesa prossegue um programa de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos, após a formalização do pedido de assistência económica e financeira às entidades internacionais (FMI/UE/BCE). Este programa visa incrementar o potencial de crescimento da economia portuguesa, através de reformas estruturais, restaurar a sustentabilidade das contas públicas e reforçar a resiliência do sector financeiro, através do reforço dos capitais próprios e dos colaterais de financiamento, no âmbito de um processo de desalavancagem e financiamento a implementar até 2014.

Este programa terá necessariamente um efeito contraccionista na economia portuguesa em 2012, perspectivando-se um decréscimo de 3,1% no PIB, (de acordo com os últimos dados disponíveis do Banco de Portugal). Em simultâneo, os bancos terão de cumprir as metas do referido programa, através da implementação

de um processo de desalavancagem gradual, de modo a alcançar um rácio de crédito/depósitos de 120%, no final de 2014 e diminuindo também o financiamento junto do Eurosistema. A implementação do programa terá um impacto negativo nos volumes de negócio, na eficiência e rentabilidade do sector bancário.

Atendendo a que, para além da grande exigência dos objectivos traçados, permanece alguma incerteza em relação às políticas que serão prosseguidas na Zona Euro para combater a crise da dívida soberana dos países periféricos, o Santander Totta irá prosseguir uma política muito prudente e selectiva no que respeita à concessão de crédito, mantendo um grande foco na captação de depósitos e no controlo da qualidade do risco da carteira de crédito.

Esta gestão cuidadosa do balanço visa a conciliação da manutenção de níveis de rentabilidade que protejam o capital exigido pelos reguladores com o apoio ao sector produtivo nacional, o qual é entendido pelo Banco como fundamental para permitir que a economia portuguesa recupere o seu potencial de crescimento, através de um modelo baseado no sector de bens transaccionáveis, e retome uma trajectória de sustentabilidade das suas contas públicas.

### Recursos Humanos

O posicionamento de proximidade que o Santander Totta mantém com o negócio e com as tomadas de decisão estratégicas do Banco marcou o rumo da actividade de Recursos Humanos em 2011.

A complexidade associada ao difícil contexto económico e social que caracterizou o ano exigiu um acompanhamento mais individualizado dos colaboradores e uma resposta ágil e adequada às variáveis que foram surgindo e em que se procurou aliar a estratégia e o rumo definidos pela Comissão Executiva às aspirações e motivações dos colaboradores.

No âmbito da proximidade às áreas e ao negócio foi mantida a linha de actuação com um reforço do modelo de acompanhamento das equipas. Os gestores de Recursos Humanos assumiram um papel preponderante no apoio directo aos responsáveis das áreas e ao desenvolvimento das carreiras dos colaboradores. A sua actuação baseou-se no acompanhamento próximo aos colaboradores com consequente gestão das oportunidades que se colocavam aos mesmos.

Este modelo de actuação foi preponderante para garantir uma equipa estável e dar resposta rápida às necessidades das equipas e consequentemente com reflexo na qualidade do serviço prestado aos clientes.

Os mais de 1.000 colaboradores entrevistados pelos gestores de Recursos Humanos e as cerca de 300 visitas efectuadas a balcões dão nota do esforço desenvolvido no sentido de conhecer e gerir o potencial interno do Banco.

A política de mobilidade e carreiras que o Banco tem vindo a concretizar continuou a merecer especial atenção, tendo sido divulgados 65 recrutamentos internos, 35 para as redes comerciais e 30 para os serviços centrais, que envolveram trabalhar cerca de 400 candidaturas internas. Foram efectuados 25 movimentações de colaboradores dos serviços centrais para a rede comercial, o que revela a estratégia consistente de reforço das funções comerciais no Banco.

A importância dada ao reconhecimento do mérito e contributo individual dos colaboradores para o sucesso do Banco fica também expressa nos 364 novos níveis salariais atribuídos e ao facto de 96% dos colaboradores terem

recebido remuneração variável, com os ajustes que os resultados ditaram.

No domínio da proximidade com as necessidades do negócio, a área de Formação deu um contributo de relevo, com a concretização de cerca de 160.000 horas de formação. Registou-se uma dinâmica acentuada na formação *on line*, sobretudo nas áreas mais técnicas, através da plataforma de *E-Learning* e Gestão da Formação, comum a todos os profissionais do Banco - o *Santander Learning* - num total de 36.214 horas e 5.216 assistentes de acções de formação.

O desenvolvimento de competências comerciais e de produtos e o apoio na preparação das equipas de balcão no que se refere à utilização das ferramentas "Ready/Arte" merecem particular destaque totalizando mais de 96.000 horas de formação.

Foram criados ainda programas de desenvolvimento para gestores *Premium* e gestores de Empresas da rede P&N, com o objectivo de adequar acções formativas e de desenvolvimento às necessidades individuais identificadas.

No domínio do desenvolvimento, realizaram-se 2 edições do "Programa Santander Futuro", programa exclusivamente dedicado aos colaboradores com 2 anos de antiguidade, com o objectivo de desenvolver competências de estratégia, negociação e *networking*.

No âmbito da colaboração junto das Universidades, o Santander Totta participou em feiras de emprego, *Jobpartys*, apresentações do Banco e teve a colaboração de alguns Directores que visitaram as suas antigas universidades para contar o seu percurso profissional.

A obtenção da certificação "Empresa Familiarmente Responsável", em finais de 2010 constituiu uma responsabilidade acrescida que reforçou o compromisso no sentido de garantir a aplicação das medidas existentes e reforçar e desenvolver novas iniciativas que permitam uma conciliação mais equilibrada entre a vida profissional e a vida pessoal.

Desenvolveram-se, ainda, iniciativas que têm por objectivo reforçar as vantagens de trabalhar no Santander e promover o diálogo entre os directivos e as suas equipas, traços dominantes do Programa "Santander És Tu".

O reconhecimento interno deste programa, expresso através dos resultados obtidos no “Que Tal de Clima” e o reconhecimento externo evidenciado através dos sucessivos prémios que têm distinguido o Santander Totta, e destacado no panorama da Gestão das Pessoas em Portugal (Prémio APG/2008, RH Magazine/2009, Empresa Mais Familiarmente Responsável e Certificação EFR em 2010 e Prémio OCI Inovação em Comunicação em 2011), traduzem os resultados alcançados em termos de o Banco ser “uma boa casa onde trabalhar”.

A realização de mais uma edição da “Semana Santander És Tu”, que este ano se desenrolou sob o mote “A Peça Chave És Tu”, constituiu o ponto alto deste programa, concentrando uma série de actividades que envolvem todos os colaboradores e sintetizam o espírito associado a esta “marca”, merecendo particular destaque o “Dia do Colaborador”, o “Contacto Directo” com a visita dos Administradores a balcões e serviços centrais dos diversos distritos do país, e o “Mega Intercâmbio” que permite que os colaboradores conheçam na prática outros serviços.

“Resistir e Fortalecer” foi o tema central da 4ª edição da conferência “Gestão no Feminino”, que contou com a participação de cerca de 200 Directivas, uma iniciativa destinada ao colectivo de mulheres com responsabilidade de gestão em distintas áreas do Banco, que tem por objectivo discutir temas da actualidade relacionados com o negócio. As conferências “Gestão no Feminino” constituem um marco importante na política de diversidade de género e um momento de reforço do orgulho e do sentido de pertença ao Grupo Santander.

Os filhos dos colaboradores continuaram a ter uma atenção particular, mantendo-se o prémio “Melhores Alunos” que distinguiu 20 filhos de colaboradores que terminaram o 12º ano com média superior a 16 valores e concretizaram-se os já habituais programas de ocupação de férias, Páscoa e Natal, que contaram com a participação de 60 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos.

De forma a permitir um acesso mais facilitado a melhores condições de vida familiar, o Banco decidiu, em linha com o que tem sido prática nos últimos anos, considerar favoravelmente todos os pedidos apresentados no âmbito do concurso de crédito à habitação à taxa ACT tendo para o efeito disponibilizado um montante total da ordem de 64 milhões de euros.

Como já foi referido no capítulo de Responsabilidade Social Corporativa, o lançamento de um “Programa de Voluntariado” em que os colaboradores dispõem de 2 horas por mês do seu horário laboral para poderem participar em projectos de voluntariado, a “Operação Nariz Vermelho”, a participação no programa “Solidarisa”, as reedições das iniciativas “Natal numa

Caixa de Sapatos” e a “Recolha de Alimentos para o Banco Alimentar” foram as acções realizadas em 2011 que deram corpo à solidariedade.

Mantendo a estratégia de medir os níveis de satisfação interna de 2 em 2 anos, foi efectuada, em 2011, a 4ª medição, através do questionário “Que Tal de Clima” registando-se um índice de participação de 71% do universo dos colaboradores e em que 97% dos colaboradores manifestou sentir orgulho em trabalhar no Santander Totta.

Os resultados revelam uma melhoria consistente e contínua de ano para ano, como é sintetizado no quadro seguinte.

DIMENSÕES	2011	2009	2007	2006
Credibilidade	85%	83%	78%	74%
Dinâmica	64%	59%	56%	52%
Espírito de Equipa	81%	76%	69%	59%
Imparcialidade	65%	63%	57%	49%
Inovação	81%	80%	75%	70%
Liderança	80%	77%	73%	71%
Orgulho	92%	89%	71%	64%
Qualidade	85%	82%	75%	68%
Respeito	76%	73%	64%	64%
Santander És Tu	89%	87%	na	na
Conciliação	66%	na	na	na

## Tecnologia e Sistemas de Negócio

Integrada na Divisão Corporativa de Tecnologia e Operações, a área de Tecnologia e Sistemas de Negócio do Santander Totta é responsável pela disponibilização e gestão da infra-estrutura tecnológica e de processos do Banco, garantindo em permanência a adequação das plataformas de tecnologia (*hardware, software, comunicações, etc*), de processos de negócio e controlo operativo para suportar de forma eficiente a actividade do banco, com níveis controlados de risco operativo e tecnológico.

O ano 2011 foi marcado pela conclusão do projecto de implementação da plataforma corporativa Partenón/Alhambra, marco fundamental para a estratégia global do Grupo Santander de deter uma plataforma tecnologicamente uniformizada para todas as unidades do grupo. Para além da finalização da implementação da plataforma, mantiveram-se as equipas focadas e os esforços concentrados na estabilização da mesma, dada a complexidade e dimensão que uma transformação como esta implica.

Por outro lado, foi dada prioridade à qualidade do serviço de tecnologia, com esforços dirigidos à *performance* do sistema, com foco na redução de consumos e aumento da disponibilidade do *online* de sistemas e redução dos

índices de incidências quer de *online* quer de *batch*. Foram realizados diversos projectos nestas três vertentes com resultados quantificáveis muito positivos.

Orientaram-se igualmente esforços no sentido de alinhar a tecnologia com as necessidades de negócio, investindo-se em plataformas de suporte a produtos transaccionais em canais remotos, como são exemplo a reformulação da plataforma de suporte à operação *factoring* e *confirming* e sua disponibilização no Netb@anco, o Gestor de Pagamentos e Cobranças, o acesso fácil para acesso ao Netb@anco e o *upgrade* da plataforma de *mobile banking* com *layouts* ajustados a cada um dos sistemas operativos dos dispositivos móveis. Por outro lado, foi dado suporte a iniciativas regulamentares, como as auditorias do Banco de Portugal, adaptação dos sistemas de pagamentos ao novo enquadramento europeu SEPA e a projectos de *compliance* ligados à melhoria dos sistemas de controlo no âmbito do branqueamento de capitais.

O modelo de governo e controlo interno foi trabalhado e robustecido com controlos adicionais, tendo os resultados deste trabalho sido claramente positivos na auditoria da “troika” ao modelo e sistemas de informação do Santander Totta com uma auditoria sem recomendações.

Privilegiando as disciplinas de *compliance*, continuidade operacional e qualidade, desenvolveram-se e foram implementadas, durante o ano de 2011, um conjunto de medidas adicionais que visaram melhorar a gestão eficiente e sustentável das tecnologias de informação, com o objectivo de reduzir gradualmente os níveis de risco operacional da actividade e garantir a sustentabilidade e continuidade do negócio. Nesta linha destaca-se a realização de diversos testes de “Disaster Recovery”, visando assegurar a reposição dos sistemas de informação em caso de desastre e montagem de infra-estruturas para apoio ao “Plano de Continuidade de Negócios”.

Na área de processos operativos foram lançados vários projectos que visam a melhoria dos processos e o aumento da eficiência, como são exemplo o projecto de optimização operativa e funcional da Rede Empresas e do *Private Banking*, a racionalização e automatização dos processos da área de Recuperações e a consequente optimização do seu modelo de funcionamento e diversos projectos de melhoria do controlo operativo e redução do risco operacional. Iniciou-se o projecto de cumprimento que decorre da regulamentação norte americana FATCA.

Lançou-se, na unidade de “Meios de Rede”, um programa de visitas a balcões com o objectivo de identificar debilidades de controlo e funcionamento operativo dos balcões de Particulares e Negócios e Empresas, e estabelecer com estes um programa de formação e melhoria operativa, em paralelo com o lançamento de iniciativas de melhorias aos actuais

processos operativos e de controlo. Cerca de metade dos balcões da rede foram presencialmente visitados por esta equipa, na sequência dos quais foram lançadas várias iniciativas de formação, apoio e melhoria.

## Qualidade

A qualidade de serviço é um dos pilares do modelo de gestão do Santander Totta.

Em 2011, foi criado o Departamento de Experiência do cliente no seguimento do projecto PEC de 2010. Dar seguimento ao plano de melhorias operativas e cimentar o “valor máximo na relação”, interna e externamente são os dois principais objectivos deste Departamento.

Foi criado, com efeito nos objectivos comerciais, um indicador de medição da recomendação e relação com os clientes designado de CEM. Dentro do projecto de sistemática comercial que o Banco lançou em 2011, designado *Ready* implementou-se uma família para planeamento e execução de contactos comerciais semanais com clientes especificamente de relação e proximidade.

Para apoiar estas duas áreas de actuação foi lançado o portal “redecem”, onde cada colaborador pode ter acesso a métricas, análise de reclamações, dar ideias e / ou sugestões de melhorias, ter acesso a várias notícias e consultar os normativos de uma forma mais dinâmica com respostas a passatempos didácticos.

Quanto ao projecto Radar, para revisões de processos, deu-se continuidade à sua acção de intervenções mais específicas tendo em conta a implementação de melhorias no serviço ao cliente, em particular a nível do segmento *Premium*, no qual foi efectuado uma análise de suporte ao segmento para o reforço da orientação de banca de relação com estes clientes.

### Certificação de Qualidade

A implementação do sistema de gestão da qualidade assumiu já uma fase de velocidade cruzado e é já prática corrente na gestão das mais diversas áreas do Banco. Continuaram a reforçar-se os mecanismos previstos na norma ISO 9001-2008 e a melhorar continuamente as práticas de gestão tendo sempre como orientação a satisfação dos clientes.

### Reclamações

No que respeita a reclamações de clientes registou-se uma diminuição de 8,3% das reclamações formais recebidas apesar do clima desfavorável que se viveu ao longo do ano.

O Santander Totta assume nas reclamações uma importante fonte de detecção de potenciais problemas e reais oportunidades de melhorar a relação com os seus clientes.

2011 foi também um ano importante na detecção das várias incidências e da rápida actuação sobre as mesmas no sentido de, com essa actuação, evitar que pequenas incidências de fácil resolução se transformassem em situações de enorme impacto nos clientes. Nesse sentido, o banco tem actuado na celeridade de resposta a reclamações dos clientes.

### **Métricas e Indicadores de Gestão**

Ao longo dos anos o Banco foi construindo um sistema de métricas de qualidade que permite uma visão muito clara do nível de satisfação do cliente e nesse sentido poder tomar medidas de melhoria muito focadas e dirigidas aos clientes e às suas necessidades, quer através de dados dos sistemas do banco, quer através de inquéritos a clientes (cerca de 90.000 este ano), quer ainda através de clientes mistério que ajudam a medir a qualidade efectivamente prestada.

Ao nível das redes comerciais, Particulares e Negócios e Rede de Empresas, mantém-se o funcionamento pleno do META 100, indicador que incorpora diferentes avaliações (métricas operativas e de satisfação).

A percentagem de Balcões que apresentam valores no Indicador META 100 considerados superiores (indicador  $\geq$  a 90 pontos) cresceu, em 2011 para níveis de 25%, crescimento de 10% face ao ano anterior o que revela uma boa evolução. Ao nível dos Centros de Empresas houve uma duplicação de centros com indicador  $\geq$  a 90 pontos no META 100.

### **Posicionamento face à Concorrência**

O estudo de posicionamento iniciado em 2010 apresentou, em 2011, uma melhoria significativa da satisfação dos clientes com o Santander Totta. A segunda vaga deste estudo (Setembro a Outubro) posicionou o Banco em segundo lugar face aos seus principais concorrentes. Esta evolução positiva é ainda comprovada por outros estudos, também eles independentes, que evidenciam uma forte melhoria na satisfação dos clientes do Banco.

### Actividade Consolidada

#### Introdução

O ano de 2011 ficou marcado pela agudização da crise da dívida soberana que se veio a materializar nas fortes descidas da notação de risco de Portugal e dos principais bancos a operar no país.

As tensões de liquidez associadas à grande volatilidade dos mercados e a descida dos níveis de confiança dos investidores traduziram-se nas crescentes dificuldades de financiamento do sistema.

Em Maio de 2011, o Governo Português formalizou o pedido de assistência financeira a instituições internacionais (União Europeia, FMI e BCE), no valor de 78 mil milhões de euros.

No âmbito deste programa estão a ser implementadas um conjunto de medidas que visam restaurar a sustentabilidade das finanças públicas, potenciar o crescimento económico e reforçar a resiliência do sector financeiro. No que respeita ao sector financeiro, os bancos terão de proceder à “desalavancagem” dos seus balanços de modo a obter um rácio “crédito/depósitos” de 120%, no final de 2014, diminuir gradualmente o financiamento junto do Eurosistema e cumprir com um rácio Core Tier I de 10% no final de 2012.

Neste contexto, a actividade bancária desenvolveu-se mediante grandes constrangimentos que conduziram a uma gestão de activos e de passivos no sentido da redução das carteiras de crédito e de títulos a par do maior enfoque na captação de depósitos.

O Santander Totta implementou uma estratégia que teve como prioridade a desalavancagem do balanço, com a diminuição do rácio de transformação dos depósitos em crédito que, no final de 2011, se fixou em 149,8% (de acordo com a instrução 23/2011 do Banco de Portugal) e de 139,5% com base no acordado com as entidades internacionais. Os depósitos de clientes aumentaram

12,1% (13,5% na actividade bancária) e o crédito bruto (incluindo garantias) registou uma diminuição de 12,6%. A evolução do crédito concedido reflectiu também a venda de créditos cujo valor, no final de 2011, ascendeu a 1,7 mil milhões de euros (2,5 mil milhões de euros no primeiro trimestre de 2011). Expurgando este efeito a redução do crédito teria sido de -7,7%.

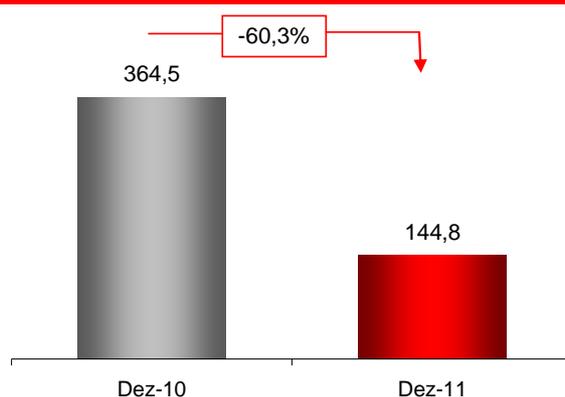
A diminuição do activo foi também influenciada pela venda de títulos da carteira de investimento, ocorrida no primeiro semestre do ano, o que permitiu o reforço dos rácios de capital. Em Dezembro de 2011, o rácio de adequação de fundos próprios de base Tier I fixou-se em 11,5% e o rácio Core Capital atingiu 11,0%.

O Santander Totta registou um resultado líquido consolidado recorrente de 144,8 milhões de euros, em comparação com 364,5 milhões de euros contabilizados no período homólogo do ano anterior.

O produto bancário (recorrente) reduziu-se 21,2% e os custos operacionais decresceram 2,9% face ao valor alcançado em 2010. A imparidade, provisões e outros resultados registaram um aumento de 56,6%. A venda de carteiras de crédito e de títulos e a constituição de uma provisão extraordinária relacionada com um erro de imputação ocorrido na actividade de gestão de activos, gerou menos valias líquidas no valor de 80,8 milhões de euros, o que conduziu a um resultado líquido consolidado de 63,9 milhões de euros.

Num contexto de fraca liquidez nos mercados internacionais, o Santander Totta prosseguiu uma gestão prudente, adaptada à evolução e condicionalismos dos mercados financeiros, tendo uma carteira de activos elegíveis de 14,3 mil milhões de euros no final de 2011. Por sua vez, o financiamento líquido junto do Banco Central Europeu situou-se em 3,75 mil milhões de euros, reduzindo-se face ao período homólogo (4,3 mil milhões de euros), dando cumprimento ao programa de ajustamento económico e financeiro que prevê uma diminuição do financiamento junto do Eurosistema.

### Resultado Líquido recorrente (milhões de euros)



### Demonstração de Resultados (Proforma)

milhões de euros	Dez-11	Dez-10	Var.
Margem Financeira Estrita	562,8	721,8	-22,0%
Rendimento de Instrumentos de Capital	1,3	4,5	-71,3%
<b>Margem Financeira</b>	<b>564,1</b>	<b>726,2</b>	<b>-22,3%</b>
Comissões Líquidas e Out.Result. Actividade Bancária	326,8	343,2	-4,8%
Actividade de Seguros	24,1	38,3	-37,1%
<b>Margem Comercial</b>	<b>915,0</b>	<b>1.107,8</b>	<b>-17,4%</b>
Resultado de Operações Financeiras	5,6	60,6	-90,8%
<b>Produto Bancário e Actividade de Seguros</b>	<b>920,6</b>	<b>1.168,3</b>	<b>-21,2%</b>
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(513,5)</b>	<b>(528,9)</b>	<b>-2,9%</b>
Custos com Pessoal	(299,8)	(303,2)	-1,1%
Gastos Gerais	(150,1)	(158,7)	-5,5%
Amortizações	(63,6)	(67,0)	-5,0%
<b>Resultado de Exploração</b>	<b>407,1</b>	<b>639,5</b>	<b>-36,3%</b>
Imparidade, Provisões e Outros Resultados	(260,8)	(166,6)	+56,6%
<b>Resultado Antes de Impostos e I.M.</b>	<b>146,4</b>	<b>472,9</b>	<b>-69,1%</b>
Impostos	(1,5)	(103,7)	-98,5%
<b>Resultado Após Impostos</b>	<b>144,8</b>	<b>369,2</b>	<b>-60,8%</b>
Interesses Minoritários	(0,1)	(4,7)	-98,5%
<b>Resultado Consolidado do Exercício (recorrente)</b>	<b>144,8</b>	<b>364,5</b>	<b>-60,3%</b>
Resultado de Activos	(80,8)	75,3	<-200%
<b>Resultado Consolidado do Exercício</b>	<b>63,9</b>	<b>439,8</b>	<b>-85,5%</b>

No final 2011, o Santander Totta obteve um resultado líquido consolidado recorrente de 144,8 milhões de euros, em comparação com 364,5 milhões de euros contabilizados no período homólogo do ano anterior, recuando 60,3%. O produto bancário diminuiu 21,2%, os custos operacionais decresceram 2,9% e a imparidade, provisões e outros resultados tiveram um aumento homólogo de 56,6%.

Decorrente do processo de desalavancagem do balanço, o Santander Totta alienou carteiras de crédito e de títulos, gerando menos valias líquidas no valor de 55,0 milhões de euros, e efectuou uma provisão extraordinária de 25,8 milhões de euros relacionada com um erro de imputação ocorrido na actividade de gestão de activos, o que conduziu a um resultado líquido consolidado de 63,9 milhões de euros, que compara com 439,8 milhões de euros contabilizados no ano anterior.

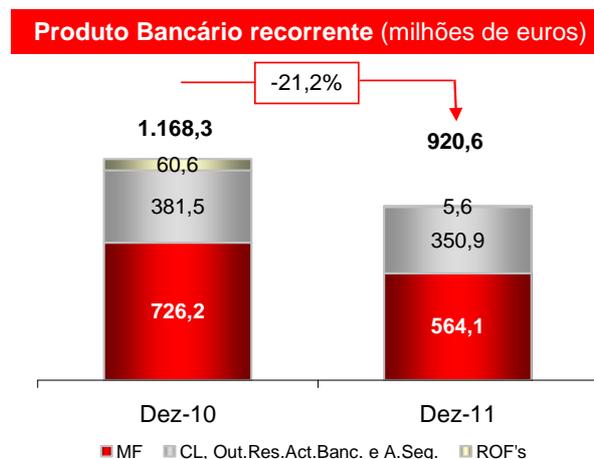
A margem financeira estrita, principal componente das receitas, totalizou 562,8 milhões de euros, correspondendo a uma diminuição de 22,0%. Não obstante a prossecução de uma gestão prudente de *spreads*, a evolução da margem financeira reflectiu a diminuição da carteira de crédito e de títulos e o aumento dos custos de financiamento, por maior pressão das margens de passivo.

As comissões líquidas e outros resultados da actividade bancária cifraram-se em 326,8 milhões de euros, valor que compara com 343,2 milhões de euros em igual período do ano transacto, decrescendo 4,8%. De salientar o desempenho favorável das comissões das grandes empresas e de meios de pagamento, embora minorado pelo pior comportamento das comissões de crédito (especialmente de hipotecário), de distribuição de fundos de investimento e de seguros, e pelo registo de custos com o Sistema de Indemnizações a Investidores para ressarcir os antigos clientes do Banco Privado Português.

A actividade de seguros situou-se em 24,1 milhões de euros, inferior em 37,1% aos 38,3 milhões de euros contabilizados em 2010. O decréscimo face ao período homólogo reflectiu um desempenho menos favorável dos seguros financeiros.

O resultado de operações financeiras (excluindo as menos valias geradas pela venda de activos) ascendeu a 5,6 milhões de euros, equivalente a uma descida de 90,8% face ao período homólogo.

O produto bancário recorrente atingiu 920,6 milhões de euros, com uma diminuição de 21,2% em relação a 2010.



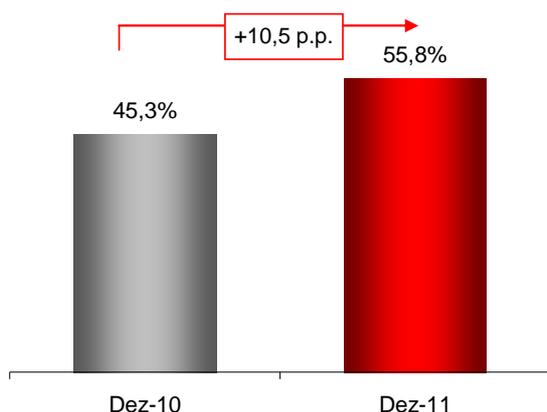
Os custos operacionais que agregam os custos com pessoal, os gastos gerais e as amortizações, totalizaram 513,5 milhões de euros, uma variação de -2,9%, diminuindo nas três componentes: -1,1% nos custos com pessoal, -5,5% nos gastos gerais e -5,0% nas amortizações, revelando uma política de controlo rigoroso dos custos, fundamental num contexto de decréscimo do produto bancário.

milhões de euros	Dez-11	Dez-10	Var.
Custos com Pessoal	(299,8)	(303,2)	-1,1%
Gastos Gerais	(150,1)	(158,7)	-5,5%
<b>Custos de Transformação</b>	<b>(449,9)</b>	<b>(461,9)</b>	<b>-2,6%</b>
Amortizações	(63,6)	(67,0)	-5,0%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(513,5)</b>	<b>(528,9)</b>	<b>-2,9%</b>
<b>Rácio de Eficiência (exclui amortizações)</b>	<b>48,9%</b>	<b>39,5%</b>	<b>+9,4 p.p.</b>
<b>Rácio de Eficiência</b>	<b>55,8%</b>	<b>45,3%</b>	<b>+10,5 p.p.</b>

O rácio de eficiência (incluindo amortizações), que representa os custos operacionais em percentagem do produto bancário, aumentou de 45,3% em 2010 para

55,8% em 2011, em consequência da conjugação da descida das receitas em 21,2% e dos custos operacionais em 2,9%.

### Rácio Eficiência recorrente



O resultado de exploração recorrente de 407,1 milhões de euros foi inferior ao valor alcançado no final de 2010 em 36,3%.

No que concerne aos indicadores de produtividade, é de destacar a evolução dos recursos por colaborador e por ponto de atendimento.

milhões de euros	Dez-11	Dez-10	Var.
Crédito <sup>(1)</sup> por Colaborador	5,2	5,9	-11,3%
Recursos por Colaborador	4,7	4,6	+1,8%
Crédito <sup>(1)</sup> por Ponto de Atendimento <sup>(2)</sup>	42,7	46,0	-7,3%
Recursos por Ponto de Atendimento <sup>(2)</sup>	38,0	35,7	+6,3%

(1) Inclui garantias

(2) Inclui agências, centros empresa, sucursais e escritórios de representação

O total de imparidade, provisões e outros resultados cifrou-se em 260,8 milhões de euros em comparação com 166,6 milhões de euros contabilizados no período homólogo, ou seja mais 56,6%. O Santander Totta manteve uma política conservadora e prudente na gestão do risco, numa conjuntura de degradação dos indicadores da qualidade dos activos decorrente do enquadramento económico recessivo.

resultado líquido consolidado de 63,9 milhões de euros, em comparação com 439,8 milhões de euros alcançados no ano anterior. Em 2010, foram registados resultados não recorrentes no valor de 75,3 milhões de euros, referentes à valorização da posição na Unicre (21,2 milhões de euros) e à redução da exposição ao Banco Caixa Geral Totta Angola (54,0 milhões de euros).

O resultado líquido consolidado (recorrente), no final de 2011, foi de 144,8 milhões de euros, equivalente a uma diminuição homóloga de 60,3%. Com o registo de menos valias líquidas no montante de 80,8 milhões de euros, em 2011, o Santander Totta contabilizou um

## Balanço e Actividade

Perante as restrições de liquidez no acesso dos bancos aos mercados de financiamento internacional e o compromisso assumido no programa de ajustamento económico e financeiro, a desalavancagem do balanço foi a principal prioridade, através do aumento da captação

de recursos de clientes de balanço, da venda de activos e do abrandamento na concessão de novos créditos, determinando uma melhoria do rácio de transformação de depósitos em crédito.

milhões de euros	Dez-11	Dez-10	Var.
<b>Volume de Negócio <sup>(1)</sup></b>	<b>57.651</b>	<b>61.980</b>	<b>-7,0%</b>
<b>Crédito Bruto (inclui garantias e avales) <sup>(2)</sup></b>	<b>30.500</b>	<b>34.899</b>	<b>-12,6%</b>
<b>Crédito Bruto</b>	<b>29.012</b>	<b>33.351</b>	<b>-13,0%</b>
<i>do qual</i>			
<b>Banca Comercial</b>	<b>27.170</b>	<b>29.114</b>	<b>-6,7%</b>
Crédito a Empresas	9.045	10.416	-13,2%
Negócios	3.603	4.119	-12,5%
Rede Empresas	5.442	6.297	-13,6%
Crédito a Particulares	18.126	18.698	-3,1%
<i>do qual</i>			
Habitação	16.032	16.452	-2,6%
Consumo	1.516	1.610	-5,9%
<b>Grandes Empresas e Institucionais</b>	<b>1.714</b>	<b>3.900</b>	<b>-56,0%</b>
<b>Recursos de Clientes</b>	<b>27.152</b>	<b>27.081</b>	<b>+0,3%</b>
<b>Banca Comercial</b>	<b>24.141</b>	<b>23.041</b>	<b>+4,8%</b>
Recursos de Particulares e Negócios	22.240	21.569	+3,1%
Depósitos	15.628	13.794	+13,3%
Títulos coloc. em clientes, fundos inv., seg. cap. e outros	6.613	7.775	-15,0%
Recursos de Empresas	1.900	1.472	+29,1%
<b>Recursos de Grandes Empresas, Institucionais e Outros</b>	<b>3.011</b>	<b>4.040</b>	<b>-25,5%</b>

<sup>(1)</sup> Inclui securitização, papel comercial, garantias e avales

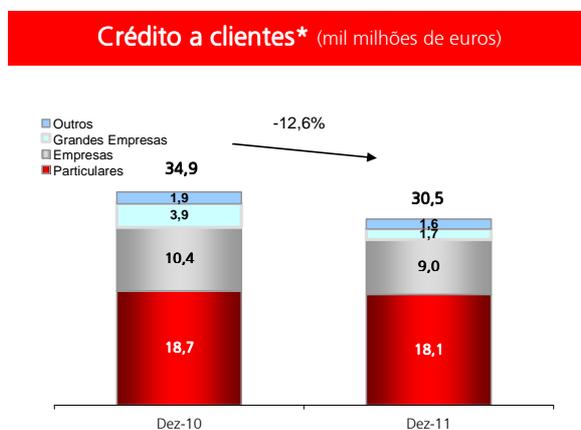
<sup>(2)</sup> Excluindo a venda de créditos, a variação do crédito teria sido -7,7%.

No final de 2011, o volume de negócio totalizou 57,7 mil milhões de euros, para o qual contribuiu o crédito (incluindo garantias), que desceu 12,6% para um total de 30,5 mil milhões de euros, e os recursos de clientes com um incremento de 0,3%, situando-se em 27,2 mil milhões de euros, com destaque para o crescimento de 12,1% dos depósitos.

A descida de 12,6% no crédito foi influenciada pela venda de créditos. Expurgando este efeito a redução do crédito teria sido de -7,7%. A contracção do crédito enquadra-se na necessidade de desalavancagem do balanço, mediante a imposição de condições mais restritivas de oferta, como sejam o aumento dos *spreads* de crédito ou a exigência de garantias superiores, e pela redução da procura, relacionada com a forte deterioração da actividade económica e com o decréscimo do rendimento disponível.

O crédito concedido a empresas cifrou-se em 9,0 mil milhões de euros, com uma diminuição de 13,2%.

O crédito concedido a particulares situou-se em 18,1 mil milhões de euros, apresentando um decréscimo de 3,1%, com variações de -2,6% no crédito à habitação e de -5,9% no crédito ao consumo.



\* Incluindo securitização, papel comercial, garantias e avales

Não obstante um agravamento dos indicadores da qualidade do crédito, pela deterioração da situação económica, os rácios apresentados pelo Santander Totta comparam favoravelmente com a média do sistema bancário nacional, de acordo com os últimos dados estatísticos publicados. No final de 2011, o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias atingiu 2,19% (+0,8 p.p. face ao período homólogo). A respectiva cobertura por provisões situou-se em 107,1% (127,2% em 2010).

O rácio de crédito com incumprimento cifrou-se em 2,24% no final de 2011, acima dos 1,36% apurados em 2010, com cobertura por provisões de 104,5% (125,3% em 2010). Por seu turno, o rácio de crédito em risco representou 2,85% do crédito total (1,72% no ano anterior), com cobertura por provisões de 82,3% (99,4% em 2010).

	Dez-11	Dez-10	Var.
Credito Vencido s/ Clientes / Crédito Total	2,35%	1,43%	+0,9 p.p.
Crédito Vencido a mais de 90 dias / Crédito Total	2,19%	1,34%	+0,8 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total	2,24%	1,36%	+0,9 p.p.
Crédito em Risco / Crédito Total	2,85%	1,72%	+1,1 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido	99,8%	119,5%	-19,7 p.p.
Cobertura de Crédito Vencido a mais de 90 dias	107,1%	127,2%	-20,1 p.p.
Cobertura de Crédito com Incumprimento	104,5%	125,3%	-20,8 p.p.
Cobertura de Crédito em Risco	82,3%	99,4%	-17,1 p.p.

Nos recursos, destaca-se o total de depósitos captados que aumentaram 12,1%, face ao mesmo período do ano anterior.



O ano de 2011 caracterizou-se pela maior apetência dos aforradores por depósitos bancários, em detrimento dos produtos de maior risco. A banca melhorou a respectiva remuneração, visto os depósitos representarem uma fonte de financiamento privilegiada num enquadramento de escassez de liquidez nos mercados de financiamento internacional. Os depósitos de particulares e negócios

registaram um aumento de 13,3% e os recursos da rede de empresas subiram 29,1%, em relação ao período homólogo de 2010. Este crescimento foi obtido pela captação da poupança e pela conversão de activos financeiros fora do balanço, como fundos de investimento e seguros financeiros.

Os recursos de balanço somaram 19,5 mil milhões de euros, representando 72,0% do total de recursos captados de clientes, e registando um crescimento de 11,2%, enquanto os recursos fora do balanço ascenderam a 7,6 mil milhões de euros, tendo decrescido 19,9% face ao registado em 2010. Esta evolução reflectiu uma maior instabilidade verificada nos mercados de obrigações e de acções, levando a uma maior aversão ao risco por parte dos investidores, bem como pela necessidade de desalavancagem, com o enfoque nos recursos de balanço. Os fundos de investimento decresceram 38,0%, ao atingirem 2,8 mil milhões de euros. Os seguros de capitalização e outros recursos cifraram-se em 4,8 mil milhões de euros, evidenciando uma regressão de 3,6% em relação ao ano transacto.

milhões de euros	Dez-11	Dez-10	Var.
<b>Recursos de Clientes</b>	<b>27.152</b>	<b>27.081</b>	<b>+0,3%</b>
Depósitos	19.074	17.018	+12,1%
Débitos repres. por títulos colocados junto de clientes	471	559	-15,8%
Recursos fora do Balanço	7.607	9.503	-19,9%
Fundos de investimento	2.807	4.524	-38,0%
Património gerido de clientes	59	131	-55,0%
Seguros e outros recursos	4.741	4.848	-2,2%

O rácio de transformação dos depósitos em crédito, no final de 2011, fixou-se em 149,8%, diminuindo 44,4 p.p. em relação aos 194,2% de 2010, de acordo com a instrução 23/2011 do Banco de Portugal. De acordo com as definições decorrentes do memorando de entendimento, o Santander Totta alcançou um rácio de 139,5%.

### Rácio de Adequação de Fundos Próprios

Em 2011, o rácio de adequação de fundos próprios de base Tier I fixou-se em 11,5% e o rácio Core Capital atingiu 11,0%, acima dos 9% exigidos pelo Banco de Portugal, incluindo a retenção do resultado gerado (11,2% e 10,3% em 2010). Excluindo os resultados gerados, os rácios de fundos próprios de base e Core Capital atingiram 11,6% e 10,9%, respectivamente.

milhões de euros	Dez-11	Dez-10	Var.
Total de Fundos Próprios	2.407	2.710	-11,2%
Fundos Próprios de Base	2.413	2.719	-11,3%
Fundos Próprios Complementares e Deduções	-6	-10	-35,4%
Activos e Extrapatrimoniais ponderados pelo risco	20.927	24.355	-14,1%
<b>Rácio Core Capital</b>	<b>11,0%</b>	<b>10,3%</b>	<b>+ 0,7 p.p.</b>
<b>Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (Tier I)</b>	<b>11,5%</b>	<b>11,2%</b>	<b>+ 0,3 p.p.</b>
<b>Rácio de Adequação de Fundos Próprios</b>	<b>11,5%</b>	<b>11,1%</b>	<b>+ 0,4 p.p.</b>

### Introdução

Na linha da política corporativa do Grupo em que se insere, a qualidade na gestão do risco no Santander Totta constitui um eixo fundamental de actuação. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão tem sido um factor decisivo, particularmente numa conjuntura de grande volatilidade nos mercados financeiros.

### Risco de Crédito

#### Principais vectores da actividade

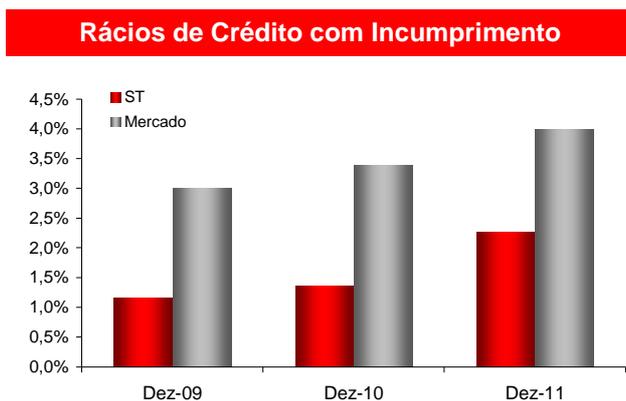
No exercício de 2011, a actividade da área de Riscos de Crédito teve como vectores principais os seguintes:

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento dos riscos de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Reforço do rigor dos critérios de admissão e consequentemente da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito;
- Ao nível dos riscos encarteirados intensificou-se a proximidade com os clientes de forma a antecipar as suas necessidades e eventuais problemas ao nível da sua capacidade de pagamento. Esta actuação e o nível de qualidade creditícia dos clientes permitiu continuar a manter níveis reduzidos de morosidade e crédito vencido. Por outro lado, mantiveram-se os níveis de apoio ao negócio na captação de novas operações e novos clientes de bom risco;
- Ao nível da função de seguimento de carteiras e clientes, mantém-se o foco permanente na vigilância de segmentos de menor *rating* e em sectores que poderão ser mais afectados pelo contexto macroeconómico com o objectivo de mitigar os rácios de crédito vencido e morosidade. Foi efectuada a revisão de uma parte significativa da carteira de clientes no âmbito das inspecções da "Troika" tendo sido concluído que a carteira está analisada com critérios adequados e o nível de imparidades estimado é, também, adequado;
- Nos riscos standardizados, o principal foco foi o da manutenção da qualidade da carteira, actuando sobre a morosidade de gestão e crédito vencido e a oferta de produtos de reestruturação de dívida para

adaptar os encargos dos clientes à sua capacidade de reembolso face ao novo enquadramento macroeconómico. Para o efeito, procedeu-se à adequação das estratégias de admissão nos sistemas de decisão do Banco e à utilização dos sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção a oferecer junto dos clientes;

- Num cenário macroeconómico adverso com consequente aumento do crédito vencido, verificou-se um forte enfoque ao nível da actividade de recuperações reforçando a agilidade de intervenção. Destaque para a actividade ao nível de telecombranças e de recuperações de gestão massiva mantendo simultaneamente um acompanhamento permanente dos casos especiais e dos judiciais/extrajudiciais;
- Ainda ao nível da actividade de recuperações manteve-se a política de reforço da negociação visando a obtenção de dações em pagamento em alternativa à actuação judicial;
- Ao nível de solvência e controlo de crédito, manteve-se a atenção permanente no conhecimento da carteira, com vista a um rigoroso controlo do seu risco, procurando proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão, de forma a permitir a tomada de medidas para evitar a entrada de operações em incumprimento e a resolução das operações incumpridas;
- Manteve-se igualmente o foco nos modelos internos do Banco, maioritariamente já reconhecidos (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB) para efeitos do cálculo de requerimento de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão.

## Indicadores



Nota: os dados de mercado em 2011 referem-se a Junho (Rel. Estabilidade Financeira)

## Modelo de risco

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Santander Totta está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados e clientes standardizados (não encarteirados).

- São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de Banca Maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de banca de retalho. A avaliação do risco destes clientes é efectuada pelo analista, complementada com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco;
- São clientes standardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os riscos com particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas de riscos especializados.

### Ferramentas de classificação (*rating / scoring*)

O Santander Totta utiliza modelos próprios de atribuição de classificação em solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação

correspondendo cada *rating* a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e Banca Maiorista Global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rádios de balanço ou variáveis macroeconómicas complementado pela análise efectuada pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de banca minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rádios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efectuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que entretanto tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exigam.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto de particulares como de negócios não encarteirados, estão implementadas ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior preditibilidade dos riscos assumidos e que são utilizados tanto para pré-venda como para venda.

### Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD). Para além da valoração efectuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspectos como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os factores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada. A perda esperada (ou perda provável) é considerada como mais um custo de actividade (reflectindo o prémio de risco), sendo este custo convenientemente repercutido no preço das operações. A perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II), reporta-se a um nível de perda muito elevado, contudo pouco provável, o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do *rating*, mas também para a obtenção de factores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a PD calcula-se observando as entradas em morosidade correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Exceptuam-se as carteiras em que, derivado da menor experiência interna de incumprimentos, tais como instituições financeiras, risco país ou Banca Maiorista Global, o cálculo destes parâmetros é efectuado com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência com um portefólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas de *low default portfolio*).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e os custos indirectos que decorrem da actividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

### **Ciclo do risco de crédito**

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais actuam por competências delegadas pela Comissão

Executiva no Conselho Superior de Crédito (CSC). É o CSC que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

### **Planificação e estabelecimento de limites**

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objecto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, etc.).

Ao nível dos riscos standardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de programas de gestão de crédito (PGC) onde se reflectem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a actividade e a gestão de riscos associada.

### **Estudo do risco, decisão de operações e seguimento e controlo**

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Banco Santander Totta. Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e sua rentabilidade. Adicionalmente, também se efectua um estudo e revisão do *rating* atribuído sempre que se verifique um alerta ou evento que afecte o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objecto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das acções desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de seguimento,

composta por equipas e responsáveis próprios. Esta função está também especializada em função da segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detectar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, acções destinadas a mitigá-los.

## Recuperações

A gestão de recuperações no Santander Totta é uma actividade estratégica, integral e de negócio. Os objectivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negociada, de modo a que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negociada não seja possível, a área de Recuperações procurará então recuperar os créditos recorrendo à via judicial;
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A actividade de recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares & Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações, assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta actividade é partilhada com as áreas de negócio.

## Risco de Contraparte

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos

termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transacções abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efectuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo risco potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o ano de 2011, verificou-se uma redução significativa da actividade em derivados, com uma diminuição acentuada do número de clientes e de operações em curso. Quanto às famílias de produtos e segmentos que mais contribuíram para a referida tendência, destacaram-se os contratos sobre taxa de juro bem como os contratos em curso com instituições financeiras. Em paralelo verificou-se um aumento generalizado do valor presente dos contratos em curso (*Mark-to-Market*) devido à evolução dos níveis e volatilidade das taxas de juro, em particular das taxas Euribor.

### Santander Totta SGPS

Derivados - Risco Equivalente de Crédito a 31/12/2011 (Milhares de Euros)

	Total Consolidado				
	<1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	>10 Anos	Total
Derivados Taxa de Juro	91 979	228 251	546 306	1 166 415	2 032 951
Derivados Taxa de Câmbio	7 372	7 888	65 689	0	80 949
Derivados Equity	1 675	5 653	0	0	7 329
<b>Total</b>	<b>101 026</b>	<b>241 793</b>	<b>611 995</b>	<b>1 166 415</b>	<b>2 121 229</b>

## Risco de Mercado

### Actividades sujeitas a risco de mercado

O segmento de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos factores de risco - taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes - bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados em que o Santander Totta opera.

Em função da finalidade do risco, as actividades são segmentadas do seguinte modo:

- Negociação: neste título inclui-se a actividade de serviço financeiro a clientes;
- Gestão de balanço: o risco de juro e liquidez surge em resultado dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de activos e passivos. Adicionalmente, incluem-se neste ponto a gestão activa do risco creditício inerente ao balanço da actividade bancária do Santander Totta.
- Riscos Estruturais:
  - Risco de taxa de câmbio estrutural: risco de taxa de câmbio resultante das divisas em que se realizam investimentos em empresas consolidáveis ou não consolidáveis;
  - Rendimento variável estrutural: são englobados sob este título os investimentos através de participações de capital em companhias que não consolidam, financeiras e não financeiras, gerando risco de rendimento variável.

### Metodologias

#### Actividade de Negociação

A metodologia padrão, aplicada no âmbito da actividade bancária do Santander Totta, para a actividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de simulação histórica, com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Complementarmente, utiliza-se a análise de cenários (*stress testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as actividades. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre

condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correcção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de riscos, na medida em que permite identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

#### Medidas de calibração e contraste (*Back-testing*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *back-testing*. O *back-testing* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (*clean P&L* - resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/espóricos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *back-testing* que são realizadas no Santander Totta, para a actividade bancária, cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *back-testing* são efectuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, etc.

#### Limites

Para as carteiras de negociação, utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV ou gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objectivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

## Análise quantitativa do VaR durante o ano

A evolução do risco relativo à actividade de negociação nos mercados financeiros durante o ano de 2011, quantificado através do VaR, é a seguinte:

O VaR manteve-se em níveis reduzidos, variando entre os 30 mil euros e os 131 mil euros.

## Risco de Balanço

A gestão do risco estrutural é assegurada por um órgão de primeiro nível da estrutura sendo as decisões tomadas pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Riscos, Comercial e Marketing. O comité reúne mensalmente.

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através de um modelo de análise dinâmica do risco de mercado do balanço, modelando a evolução no tempo dos factores de risco e das posições do Banco sobre os activos e passivos sensíveis a variações da taxa de juro. O modelo utilizado permite medir e controlar todos os factores de risco associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a exposição ao risco de taxa de juro dos agregados que constituem o balanço.

Face à incerteza na evolução dos níveis das taxas de juro para o ano de 2011, foi seguida uma política de manutenção da sensibilidade a níveis adequados.

### Risco da taxa de câmbio

O risco de câmbio da actividade comercial é medido e controlado pela posição cambial global, tendo o Grupo como estratégia a sua cobertura na totalidade.

### Risco de liquidez

A política de liquidez seguida pelo Grupo assenta num risco de liquidez baixo e na diversificação contínua das fontes de financiamento, perspectivando o volume e natureza dos instrumentos de financiamento, a utilizar para permitir a consecução e bom desenvolvimento do plano de negócio estabelecido.

Ao manter um perfil de risco conservador o Banco está mais protegido relativamente a potenciais crises que afectem o meio envolvente, o que dará mais tempo para preparar uma reacção adequada, com maior qualidade.

A política do *mix* de financiamento tem sempre por base um nível de risco de liquidez adequado, de acordo com os limites estabelecidos, e será alvo de apreciação mensal em ALCO. Os limites para o risco de liquidez são estabelecidos por um órgão independente da gestão que de entre outros indicadores exige um volume razoável de activos líquidos disponíveis para funcionar como uma almofada de liquidez.

Todos os processos de gestão de liquidez centram-se na prevenção de crises e não na reacção às mesmas. Esta ideia é subjacente ao plano de contingência que se centra em modelar potenciais crises através da análise de diversos cenários, na identificação do tipo de crises, na definição das comunicações internas e externas, assim como das responsabilidades de cada uma das áreas envolvidas no processo.

A gestão de liquidez é efectuada ao nível consolidado. A política de financiamento do Grupo toma em consideração a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*.

A situação estrutural de liquidez é equilibrada. Em Dezembro de 2011, o Banco apresentou uma posição activa no mercado monetário de curto prazo de cerca de 300 milhões de euros.

Ao longo do ano, o mercado de capitais funcionou de forma irregular. Neste contexto o BCE através da condução de política monetária assumiu-se como contraparte do sistema através das operações de cedência e absorção de liquidez. Para participar nestas operações é necessário deter activos considerados elegíveis pelo BCE para colateral dessas operações. Em Dezembro de 2011, o Banco tinha 14,3 mil milhões de euros de activos elegíveis que constituem uma almofada de liquidez bastante confortável.

## Risco Operacional

O Santander Totta define o risco operacional como "o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas". Trata-se em geral de um risco que se encontra presente nos processos gerados internamente (pessoas, sistemas, etc.) ou como consequência de riscos externos como por exemplo catástrofes naturais.

O objectivo em matéria de gestão e controlo do risco operacional fundamenta-se na identificação, medição, avaliação, controlo, mitigação e informação do respectivo risco.

A Alta Direcção deve estar activamente implicada no processo de gestão do risco operacional aprovando e acompanhando todas as políticas de risco para que se alcancem os objectivos definidos, que são entre outros:

- Implementar e desenvolver um modelo de gestão global e integrado dos riscos operacionais;
- Formar todos os colaboradores no tema do risco operacional, com o objectivo de detectar e mitigar;
- Reduzir e controlar o risco operacional até aos limites definidos pela Alta Direcção (apetite de risco).

O modelo de gestão e controlo do risco operacional está baseado na gestão directa e activa por parte de todas as áreas na totalidade das fases do ciclo operacional e que se consubstancia na descentralização de funções e responsabilidade, existindo uma área central que controla e supervisiona, sendo responsável pela implementação do projecto corporativo. Este modelo, no seu conjunto, cumpre os requisitos estabelecidos por Basileia II, bem como os estabelecidos pelo Banco de Portugal.

De uma forma global, o modelo implementado tem as seguintes vantagens:

- Permite uma gestão integral e efectiva do risco operacional. Desde a identificação até à informação do mesmo;
- Melhora o conhecimento dos riscos operacionais, tanto efectivos como potenciais e a sua atribuição às linhas de negócio;
- Contribui para melhorar os processos e controlos.

A medição e avaliação do risco operacional é efectuada através da utilização de ferramentas quantitativas e qualitativas que permitem identificar o potencial risco subjacente às áreas e processos. Nestas ferramentas estão enquadradas a base de dados de eventos, indicadores de risco operacional, questionários de auto-avaliação e sistemas de alertas.

Quando se produzem indícios de “alertas” nos dados obtidos através de qualquer das ferramentas, são analisadas e acompanhadas no sentido de tomar as medidas adequadas à situação.

As diferentes etapas do modelo de Risco Operacional (RO) permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as actividades, produtos, processos e sistemas do banco, tanto existentes como novos;
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objectiva, continuada e coerente com os standards de Basileia II e a actividade, e definir objectivos e analisar o perfil de risco definindo os respectivos limites;

- Realizar um seguimento contínuo das exposições ao RO com o objectivo de detectar níveis de risco não assumidos;
- Implementar procedimentos de controlo, melhorando o conhecimento das causas do RO assim como as suas implicações;
- Estabelecer medidas de mitigação que eliminem ou minimizem o RO;
- Definir e documentar políticas para a gestão do RO e implementar metodologias de gestão deste risco, de acordo com a normativa existente e as melhores práticas;
- Elaborar relatórios periódicos sobre a exposição ao RO e respectivo nível de controlo para a Alta Direcção e Áreas / Unidades do Grupo.

## Risco Reputacional

Entende-se por risco de reputação a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a Instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma percepção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a Instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

A política de risco reputacional tem por finalidade a gestão do mesmo, tal como definido na alínea anterior, determinando os mecanismos e procedimentos que permitam i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à administração e superar as situações que eventualmente se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; iv) evidenciar, sendo necessário, que o Banco tem o risco reputacional entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, detecção e, sendo o caso, superação.

Sem prejuízo de todos os demais aspectos que decorrem do que fica exposto, a política global relativa ao risco reputacional abrange, designadamente, os instrumentos abaixo identificados que se referem pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco:

- Valores corporativos;
- Política de cumprimento;
- Prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento ou terrorismo;
- Códigos de conduta;
- Política de novos produtos;
- Política de riscos financeiros;
- Política de qualidade;
- Políticas de responsabilidade social e defesa do ambiente.

## Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido do exercício, em termos individuais, e referente ao ano de 2011, foi de € 187.207.396,84 (cento e oitenta e sete milhões duzentos e sete mil trezentos e noventa e seis euros e oitenta e quatro cêntimos) e o resultado consolidado, em 2011, foi de € 63.921.129 (sessenta e três milhões novecentos e vinte e um mil e cento e vinte e nove euros) e que a Proposta de Aplicação de Resultados a ser submetida à Assembleia Geral, no pressuposto que não existam condicionantes por parte do Banco de Portugal no âmbito da verificação da aplicação do disposto na carta-circular do BdP de 17 de Janeiro de 2012, com a referência 1/12/DSPDR, é a seguinte:

1. Reserva Legal: € 18.720.739,69 (dezoito milhões setecentos e vinte mil setecentos e trinta e nove euros e sessenta e nove cêntimos);
2. Dividendos distribuídos a todas as ações emitidas: € 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de euros);
3. Resultados transitados: € 136.486.657,15 (cento e trinta e seis milhões quatrocentos e oitenta e seis mil seiscentos e cinquenta e sete euros e quinze cêntimos)

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### Prevenção de Branqueamento de Capitais

O Santander Totta identifica-se com a sociedade e as autoridades dos diferentes países em que opera ao reconhecer a importância da prevenção e combate contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, dado serem fenómenos que afectam aspectos essenciais da vida em sociedade e podem pôr em risco o Estado de Direito.

Deste modo, o Banco considera que a melhor forma de cumprir com o seu compromisso passa por aplicar normas e procedimentos internos eficazes, desenvolver a actividade bancária de acordo com rigorosas regras deontológicas, implantar padrões de actuação, sistemas de controlo e de comunicação, a fim de prevenir que as suas unidades sejam utilizadas no branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e garantir que todos os colaboradores do Banco observam as políticas e procedimentos instituídos.

O Banco dispõe de regulamentos, tem uma estrutura orgânica dedicada à prevenção e controlo do branqueamento de capitais, integrada na Direcção de Coordenação de Cumprimento e Assuntos Institucionais, tem o quadro de pessoal formado nesta matéria o qual é regularmente actualizado de maneira a estar preparado para detectar situações de potencial risco, utiliza procedimentos automatizados de detecção de operações com determinadas tipologias de risco e dispõe de um sistema de comunicação interna de operações de eventual risco.

Relativamente às unidades sedeadas no exterior, estas foram objecto de visita e/ou de controlo centralizado para verificar e seguir o efectivo funcionamento dos sistemas de prevenção e controlo de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. Estas unidades vêm aplicando os procedimentos instituídos no Banco ou o normativo legal do país onde se encontram, caso este seja mais exigente.

O sistema de prevenção e controlo interno do branqueamento de capitais é auditado anualmente, tendo em vista certificar a integridade e verificar o cumprimento das obrigações legais e dos critérios e procedimentos do Banco.

### Estrutura Accionista

Accionista	Nº acções	%
Santusa Holding, S.L.	196.996.017.344	99,85

## Adopção das recomendações do *Financial Stability Forum* e do *Committee of European Banking Supervisors* (CEBS) relativas à transparência da informação e valorização de activos

Para dar cumprimento à recomendação do Banco de Portugal através de carta circular nº 97/08/DSBDR de 3 de Dezembro de 2009, apresenta-se de seguida a resposta ao questionário solicitado.

<b>I. Modelo de Negócio</b>		
1.	Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);	Ver Relatório e Contas – Capítulo:  - Áreas de negócio.
2.	Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);	Ver Relatório e Contas – Capítulos:  - Áreas de negócio; - Gestão de risco.  Ver Anexo às DF's Consolidadas -Notas 11, 24 e 47.
3.	Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo abordagem em termos quantitativos);	Ver Relatório e Contas – Capítulos:  - Áreas de negócio; - Áreas de suporte ao negócio; - Informação económica e financeira.  Ver Anexo às DF's Consolidadas -Notas 3 e 29.
4.	Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;	Ver Relatório e Contas – Capítulo:  - Áreas de negócio.  Ver Anexo às DF's Consolidadas - Notas 1.3 e) e f).
5.	Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida;	Ver Relatório e Contas – Capítulo:  - Áreas de negócio.
<b>II. Riscos e Gestão de Riscos</b>		
6.	Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados	Ver Relatório e Contas – Capítulo:  - Gestão de risco.  Ver Anexo às DF's Consolidadas - Nota 50 – divulgação das políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Grupo e sua monitorização.
7.	Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas;	Ver ponto 6 supra.

III. Impacto do Período de Turbulência Financeira nos Resultados		
8.	Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados;	N.A.
9.	Decomposição dos "write-downs"/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);	N.A.
10.	Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido;	N.A.
11.	Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;	N.A.
12.	Decomposição dos "write-downs" entre montantes realizados e não realizados;	N.A.
13.	Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade;	N.A.
14.	Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	Ver Relatório e Contas – Capítulos: - Informação económica e financeira; - Gestão de risco.  Ver Anexo às DF's Consolidadas - Nota 50.
15.	Divulgação do impacto que a evolução dos "spreads" associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;	Ver Relatório e Contas – Capítulo: - Informação económica e financeira.  Os passivos emitidos pelo Grupo Santander Totta encontram-se registados ao custo amortizado.

#### IV. Níveis e Tipos das Exposições Afectadas pelo Período de Turbulência

16.	Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas";	Ver Relatório e Contas – Capítulo:  - Gestão de risco.  Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e) e f) e 50.
17.	Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 f), 7, 12 e 50.
18.	Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: - Nível de senioridade das exposições/tranches detidas; - Nível da qualidade de crédito (e.g ratings, vintages) - Áreas geográficas de origem; - Sector de actividade; - Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); - Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de activos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento; - Características dos activos subjacentes: e.g. vintages, rácio "loan-to-value", privilégios creditórios, vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 3, 11, e 50.
19.	Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.)	N.A.
20.	Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;	N.A.
21.	Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos activos segurados: - Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido; - Justo valor das exposições "vivas", bem como a respectiva protecção de crédito; - Valor dos "write-downs" e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados; - Decomposição das exposições por rating ou contraparte;	O Grupo Santander Totta não tem exposição a seguradoras tipo "monoline".

<b>V. Políticas Contabilísticas e métodos de Valorização</b>		
22.	Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico;	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Nota 1.
23.	Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;	N.A:
24.	Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros: - Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; - Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); - Tratamento dos "day 1 profits" (incluindo informação quantitativa); - Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição);	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e) e f), 7, 8, 12 e 50.
25.	Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre: - Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; - Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos); - Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; - Sensibilidade do justo valor (nomeadamente as variações em pressupostos e inputs chave); - Stress cenários.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Notas 1.3 e), f) e 50.
<b>VI. Outros Aspectos Relevantes na Divulgação</b>		
26.	Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.	Ver Anexo às DF's Consolidadas – Nota 1.

## Estrutura Orgânica por Pelouros (no exercício de 2011)

**Nuno Manuel Amado** (renunciou ao cargo em 27/01/12)

**Dir. Auditoria Interna** – Miguel Cabeza Ruiz

- Dep. Riscos Operativos
- Dep. Riscos de Crédito
- Dep. Riscos Financeiros

**Dir. Coord. Recursos Humanos** – Isabel Viegas

- Dep. Gestão de Recursos Humanos
- Dep. Gestão Administrativa
- Dep. Formação, Conhecimento e Desenvolvimento
- Gab. Compensação e Informação

**Gab. Presidente Comissão Executiva**

**António Vieira Monteiro** (designado Presidente da Comissão Executiva em 31/01/12)

**Gab. Controlo/Função Gestão de Riscos** – Manuel Aragão

**Dir. Coord. Recuperações** – Teresa Ribeiro

- Div. de Telecombranças
- Dep. de Gestão de Recuperações
- Dep. de Recuperações Norte
- Dep. de Recuperações Sul
- Gab. de Acompanhamento e Controlo Jurídico

**Dir. Coord. Riscos Standardizados** – Inês Furtado

- Gab. de Sistemas de Informação de Riscos
- Dep. de Riscos de Particulares
- Dep. UDO Negócios Norte
- Dep. UDO Negócios Sul
- Dep. de Seguimento de Clientes não Encarteirados

**Dir. Coord. Riscos B.Wholesale e Empresas** – Amílcar Lourenço

- Gab. Serviços Técnicos
- Dep. Banca Wholesale
- Dep. Banca Comercial
- Dep. de Seguimento de Clientes Encarteirados

**Dir. Coord. de Solvência, Mercados e Controlo de Crédito** – Alfredo Diez

- Dep. de Controlo e Análise de Riscos Comerciais
- Dep. de Controlo e Análise de Riscos Maioristas
- Dep. de Infra-estrutura e Informação de Riscos
- Dep. de Riscos Financeiros
- Dep. de Capital – BIS II

**Dir. Coord. de Desinvestimento Imobiliário** – Jacinto Galante

- Gab. Técnico de Regularização de Desinvestimento
- Gab. de Vendas de Imóveis
- Gab. de Contratação de Desinvestimento
- Gab. de Controlo de Gestão de Desinvestimento

**Gab. Planificação e Projectos de Risco** – José Leão

**Gab. Universidades** – Sebastião Beltrão

**Conselho Superior de Crédito**

**José Manuel Elias da Costa**

**Dir. Coord. Empresas – Norte** – Paulo Natal

- Dir. Com. Especialistas-Dinamizadores Norte
- Dir. Com. Empresas Júlio Dinis - Porto 1
- Dir. Com. Empresas Braga
- Dir. Com. Empresas Guimarães
- Dir. Com. Empresas Maia
- Dir. Com. Empresas Boavista - Porto
- Dir. Com. Empresas Aveiro
- Dir. Com. Empresas Viseu
- Dir. Com. Empresas Coimbra
- Dir. Com. Empresas Júlio Dinis - Porto 2
- Dep. Riscos de Empresas Norte
- Dir. Com. Gestão e Acompanhamento de Clientes Norte
- Div. de Middle Office de Empresas Norte

**Dir. Coord. Empresas – Sul** – Jorge Mogo

- Dir. Especialistas-Dinamizadores Sul
- Dir. Com. Empresas Rua do Ouro - Lisboa
- Dir. Com. Empresas Conde Valbom - Lisboa
- Dir. Com. Empresas Montijo
- Dir. Com. Empresas Odiveelas
- Dir. Com. Empresas Estoril
- Dir. Com. Empresas Leiria
- Dir. Com. Empresas Faro
- Dir. Com. Empresas Funchal
- Dir. Com. Empresas Columbano B. Pinheiro – Lisboa
- Dir. Com. Empresas Rodrigo da Fonseca - Lisboa
- Dir. Com. Empresas Ibéricas - Lisboa
- Dep. Riscos de Empresas Sul
- Dir. Com. Gestão e Acompanhamento de Clientes Sul
- Div. de Middle Office de Empresas Sul

**Gab. de Apoio ao Negócio da Rede Empresas**

**Dir. Coord. de Crédito Predial/Fomento à Construção** – António Fontes

- Dir. Com. de Fomento à Construção Norte
- Dir. Com. de Fomento à Construção Sul
- Dep. Riscos Imobiliários

**Dir. Coord. de Clientes Institucionais** – Pedro Fialho

- Dir. Com. Clientes Institucionais
- Dir. Dinamização de Clientes Institucionais
- Gab. Protocolos Colectivos

**Dir. Coord. de Crédito Especializado** – Francisco Lufinha

- Dir. Com. Factoring e Confirming
- Dir. Com. de Canais Directos

**Gab. International Desk** – Pedro Correia

**João Baptista Leite** (cooptado em 14/07/11)

**Dir. Coord. Tecnologia e Sistemas de Negócio** – Nuno Frias Costa

- Gab. de Planificação e Controlo Financeiro
- Gab. de Governo e Cumprimento
- Dep. de Gestão do Plano e Implementação Técnica
- Dep. de Processos de Negócio
- Dep. de Meios da Rede

**Dir. Coord. Imóveis, Serviços Gerais e Segurança – Pedro Rodrigues**

- Gab. Segurança
- Gab. Controlo Financeiro
- Dep. Obras e Manutenção
- Dep. Gestão de Espaços e Património
- Dep. Serviços Gerais

**Dir. Coord. Operações – Elsa Graça**

- Dep. de Middle Office, Activo e Passivo
- Dep. de Transaccionalidade
- Dep. Custódia, Mercados e Activos Financeiros
- Dep. de Leasing
- Dep. de Entidades Oficiais e Apoio Contratual
- Dep. de Sistemas de Controlo, Inovação e Eficiência
- Dep. de Controlo de Contas
- Dep. de Expedição e Arquivo

**Dir. de Organização – Otília Casquilho**

- Gab. de Estruturas
- Gab. de Planeamento e Controlo

**Dir. de Gestão Integral do Gasto – Mário Paulino**

- Gab. de Gestão de Compras
- Gab. de Optimização e Controlo de Gastos

**Dir. de Risco Tecnológico e Operacional – Esther Casillas**

- Gab. de Risco Operacional
- Gab. de Risco Operacional de Tesouraria e Intermediação
- Gab. de Segurança Informática e Risco Tecnológico

**Dir. Coord. Canais Complementares – Joaquim Calça e Pina**

- Gab. Contact Center
- Dep. Self-Banking
- Dep. NetB@nco

---

**José Carlos Sftima**

**Dir. Coord. Assessoria Jurídica do Negócio – António**

Terra da Mota

- Dep. de Assessoria Corporativa
- Dep. de Assessoria da Rede
- Gab. De Assessoria à Banca Maiorista Global

**Dir. Coord. Assuntos Institucionais e Cumprimento – João**

Labareda

- Gab. de Cumprimento
- Unid. Prevenção de Branqueamento de Capitais

**Gab. de Inspeção – João Pedro Mendes**

---

**José Leite Maia**

**Dir. Coord. Particulares e Negócios – Norte – Manuel**

Cerejeira Castro

- Dir. de Empresas - Norte
- Dir. de Particulares - Norte
- Dir. de Apoio ao Negócio - Norte
- Dir. de Controlo de Irregulares – Norte
- Gab. de Decisão de Preço - Norte
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 1
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 2
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 3
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 4

- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 5
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 6
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 7
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 8
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 9
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 10
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 11
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 12
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 13
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 14
- Dir. Com. Particulares e Negócios Norte 15

**Dir. Coord. Particulares e Negócios – Sul – Sofia Frère**

- Dir. de Empresas - Sul
- Dir. de Particulares - Sul
- Dir. Apoio ao Negócio - Sul
- Dir. Controlo de Irregulares – Sul
- Gab. de Decisão de Preço - Sul
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 1
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 2
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 3
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 4
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 5
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 6
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 7
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 8
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 9
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 10
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 11
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 12
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 13
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 14
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 15
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 16
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 17
- Dir. Com. Particulares e Negócios Sul 18

**Dir. Coord. Private Banking Sul – Luís Henrique S. Santos**

- Dir. Com. Private Banking Sul 1
- Dir. Com. Private Banking Sul 2

**Dep. Apoio ao Negócio Private – Miguel Cordovil**

**Gab. Gestão de Activos Private**

**Dir. Coord. Private Banking Norte – Luís Coimbra**

**Dir. Coord. Premium – António Lourenço**

- Dir. Dinamização Premium Norte
- Dir. Dinamização Premium Sul
- Gab. Apoio ao Segmento Premium

**Dir. Coord. de Seguimento de Negócios – António Velez do Peso**

- Dir. Com. Seguimento de Negócios Norte
- Dir. Com. Seguimento de Negócios Sul
- Ga. de Apoio ao Seguimento de Negócios

**Dir. Coord. de Controlo e Dinamização da Rede** – Joaquim Filipe

- Dep. Planeamento e Controlo de Gestão da Rede
- Dep. Marketing Operacional da Rede
- Dep. Gestão e Dinamização Comercial da Rede
- Gab. de Apoio a Projectos da Rede e Mediação Seguros

**Dir. Coord. Promotores e Mediadores Imobiliários** – José Alberto Moura

- Gab. Apoio à Gestão
- Dir. Com. PMI Norte
- Dir. Com. PMI Sul
- Dir. Com. Lojas de Promotores

**Dir. Coord. Internacional** – António Carneiro

- Gab. Apoio e Dinamização da Rede
- Dep. Sucursais e de Controlo de Gestão
- Gab. Europa
- Gab. América e África

**Gab. de Apoio à Rede de Particulares e Negócios** – Pedro Louceiro

- Gab. Passivo e Preçário
- Gab. Crédito ao Consumo
- Gab. Crédito Hipotecário

**Dir. Produtos e Serviços de Empresas** – Inês Oom de Sousa

- Dep. Produtos Crédito, Recursos e Parcerias
- Gab. Banca Transaccional
- Gab. Negócio Internacional
- Div. Customer Service
- Gab. Bancos Correspondentes

**Dir. Meios de Pagamento** – Inês Gouveia

- Gab. Técnico e de Controlo
- Gab. de POS
- Gab. Risco de Cartões
- Div. Operacional de Meios de Pagamento
- Dep. de Cartões

**Dir. Estudos e CRM** – Sara Fonseca

- Gab. Técnico e de Suporte
- Gab. Analítico e de Estudos

---

**Luís Bento dos Santos**

**Dir. Coord. Qualidade** – Abel Bernardes

- Dep. Atenção ao Cliente
- Dep. Controlo e Avaliação
- Dep. Gestão da Experiência do Cliente

**Gab. Imagem e Comunicação Interna** – Rui Santos

**Gab. Comunicação Externa** – Cristina Neves

**Gab. Relações Públicas e Eventos** – Cristina Carvalho

**Gab. de Accionistas** – José Pacheco

---

**Miguel Bragança** (renunciou ao cargo em 11/02/12)

**Dir. Coord. Contabilidade e Controlo de Gestão** – Marco Silva

- Gab. Controlo Interno e Normas
- Gab. Controlo Prudencial
- Div. de Pagamentos
- Dep. de Contabilidade
- Dep. de Controlo de Gestão
- Dep. de Consolidação do Grupo

**Dir. Coord. Financeira** – Manuel Preto

- Dep. Finanças Corporativas
- Dep. Participações Financeiras e Fiscalidade
- Dep. Gestão Activos e Passivos
- Dep. Mercados de Curto Prazo
- Gab. Planeamento Estratégico e Relações com Investidores
- Gab. de Economic Research

**Dir. Coord. Marketing**

- Dep. Planeamento de Marketing e Segmentos
- Dep. Publicidade e Comunicação

**Dir. Produtos e Serviços de Particulares** – Alexandra Brandão

---

**Pedro Castro e Almeida**

**Dir. Coord. Corporate and Investment Banking** – João Veiga Anjos

**Dir. Coord. Credit Markets** – André Gorjão Costa

**Dir. Coord. Global Transaction Banking** – Hélder Gomes

- Dir. Com. Clientes Globais - Vendas Lisboa 1
- Dir. Com. Clientes Globais - Vendas Lisboa 2
- Dir. Com. Clientes Globais - Vendas Porto
- Dep. Dinamização Produtos Clientes Globais

**Dir. Fixed Income Sales**

- Dep. Vendas Corporate
- Dep. Santander Global Conect

**Dir. Equities** – Luís Capitão-Mor

- Dep. de Cash-Equity
- Gab. de Estruturados

**Dep. Middle Office e Controlo GBM** – António Rebocho

- Gab. Sales Trading Support
- Gab. Customer Service Support

**Gab. Controlo de Negócio** – José Viegas

**Gab. Financial Institutions Group** – Carlos Ramalho

## Funções exercidas pelos Membros do Conselho de Administração do Santander Totta noutras sociedades

As principais actividades que os membros do Conselho de Administração das sociedades SANTANDER TOTTA, SGPS, SA e BANCO SANTANDER TOTTA, SA, desempenham fora das sociedades, significativas em relação às mesmas, traduzem-se no exercício das seguintes funções, nas seguintes sociedades:

Nome	Sociedade	Função exercida
Nuno Manuel Silva Amado <sup>1</sup>	Banco Santander, S.A (Espanha)	Director Geral Membro do Comité de Direcção
	Portal Universia Portugal, S.A.	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
	Câmara de Comércio e Indústria Luso Espanhola	Vice-Presidente da Junta Directiva
Matias Rodrigues Inciarte <sup>2</sup>	Banco Santander, S.A (Espanha).	Vice-Presidente Terceiro do Conselho de Administração
	Banco Espanhol de Crédito, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	Financeira Poferrada, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	SCH Seguros e Reseguros, S.A.	Membro do Conselho de Administração
	União de Crédito Imobiliário, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Operador do Mercado Ibérico de Energia Pólo Espanhol, S.A.	Membro do Conselho de Administração
Sanitas, S.A.	Consejero	
Miguel de Campos Pereira de Bragança <sup>3</sup>	Taxagest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Partang, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
António José Sacadura Vieira Monteiro <sup>4</sup>	Portal Universia Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	Membro do Conselho Geral
	Vieira Monteiro, Lda.	Gerente
José Carlos Brito Sítima	Portal Universia Portugal, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
	Partang, SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
	Tottaurbe – Empresa de Administração e Construções, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Portal Universia Portugal, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
Carlos Manuel Amaral de Pinho	Banco Caixa Geral Totta de Angola, S.A.	Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
Eduardo José Stock da Cunha	Sovereign Bank	Managing Director, Membro do Management Executive Committee e Head of Manufacturing
José Urgel Moura Leite Maia	Totta – Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A. <sup>5</sup>	Vogal do Conselho de Administração
	Associação do Amigos de Recife	Presidente do Conselho Fiscal
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida	Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
	Trem – Aluguer de Material Circulante, ACE	Vogal do Conselho de Administração
	Trem II – Aluguer de Material Circulante, ACE	Vogal do Conselho de Administração
	Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE	Presidente do Conselho de Administração
Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha	Fundação de Serralves	Vice-Presidente
	SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social	Presidente
	Universidade Nova de Lisboa	Professor
Ricardo Manuel Duarte Vidal de Castro	Banco Rural Europa, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal <sup>6</sup>
	Clube do Autor, S.A.	Administrador

<sup>1</sup> Renunciou ao cargo em 27/01/12

<sup>2</sup> Em 13/01/11 passou de Vice-Presidente a Presidente do Conselho de Administração

<sup>3</sup> Renunciou ao cargo em 11/02/12

<sup>4</sup> Em 31/01/12 passou de Vogal a Presidente da Comissão Executiva

<sup>5</sup> Cessação de funções em 01/04/11 (a sociedade foi incorporada por fusão no Banco Santander Totta, S.A.)

<sup>6</sup> Cessação de funções em 05/09/11 (destituído em Assembleia Geral)

## Movimentos de Acções e Obrigações dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento 5/2008 da CMVM, informa-se que os movimentos de acções e obrigações efectuados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com referência ao ano de 2011, foram os seguintes:

Nome	Títulos	Posição 31/12/10	Movimentos em 2011				Posição 31/12/11
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (€)	
Nuno Manuel Silva Amado <sup>1</sup>	Obrig. BST-Inv. Premium 2011-8,25% Cx	100	28-03		100 (*)	50	0
Miguel de Campos Pereira de Bragança <sup>2</sup>	Acções BST, SA	6.053					6.053
	Obrig. BTA-Rendimento Certo Cx. 05/2013	300	31-01		300 (*)	50	0
António José Sacadura Vieira Monteiro <sup>3</sup>	Obrig BST – Euro Banca 7% - 7/2011 CX	100	30-05		100 (*)	50	0
	Obrig. BTA-Rend. Certo Cx.05/2013	300	31-01		300 (*)	50	0
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos	Obrig. BTA – Rendimento Certo Cx. 05/2013 CÔNJUGE	200	31-02		200 (*)	50	0
	Obrig. BSP Rendimento Crescente 6% Cx 08/2011 CÔNJUGE	500	25-08		500 (*)	50	0
	Obrig. BST – Rendimento China 8% 07/2011 CÔNJUGE	400	24-01		400 (*)	50	0

(\*) reembolso

<sup>1</sup> Renunciou ao cargo em 27/01/12

<sup>2</sup> Renunciou ao cargo em 11/02/12

<sup>3</sup> Em 31/01/12 passou de Vogal a Presidente da Comissão Executiva

## Governo Societário

### I - Introdução

O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais.

1. A Santander Totta, SGPS tem por objecto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividades económicas, e encontra-se sedeadada em Portugal
2. O capital social da sociedade é detido em 99,848% pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa, SL.
3. As acções representativas do capital são todas das mesmas espécies e categoria, conferindo iguais direitos aos respectivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, conseqüentemente, acções privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das acções, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

4. Sem embargo do exposto no número anterior, nos termos estatutários, é atribuído um voto a cada cem acções.

Para que os accionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem comprovar o registo ou depósito das acções em intermediários financeiro desde o décimo quinto dia anterior à data de realização da mesma.

5. A Sociedade não tem conhecimento de qualquer acordo parassocial que tenha sido celebrado entre accionistas.
6. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no art. 413º, nº 1 al. b e nº 2c do CSC.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

O Conselho de Administração integra uma Comissão Executiva na qual estão delegados todos os poderes permitidos pelo art. 407º, nº 4, do CSC.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respectivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidos regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

7. A Comissão Executiva é o órgão responsável pela gestão corrente dos negócios e pela representação da Sociedade. Reúne mensalmente ou sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por outros dois dos seus membros, seguindo continuamente a evolução dos negócios sociais, nomeadamente através da análise dos projectos em curso ou a desenvolver, bem como dos resultados atingidos.
8. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição accionista da Sociedade ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confiram aos titulares da Administração direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Sociedade resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

## II. Remuneração

### 1. Política de Remuneração aplicável no exercício de 2011

Por proposta da comissão de vencimentos, a Assembleia Geral, na sua reunião de 27 de Maio de 2011 aprovou a declaração de política de remunerações que a seguir se transcreve.

#### Política de Remunerações dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

Nos termos estatutários, compete à Comissão de Vencimentos da sociedade **Santander Totta, SGPS, S.A.** (a "Sociedade"), deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

A actual Comissão de Vencimentos foi eleita, para um mandato de três anos, na reunião da Assembleia Geral de 28 de Maio de 2010, com a seguinte composição:

D Santusa Holding, S.L., representada por D. Alfredo Saenz Abad  
D. José Luis Gómez Alciturri

A Política remuneratória da Sociedade, enquadra-se na política do Grupo Santander, Grupo esse que detém directa ou indirectamente mais de 99% do respectivo capital desta sociedade.

#### *"A. Política do Grupo Santander"*

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objectivos:

- Assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas

com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;

- Manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à realização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas;
- Incluir esquemas de remuneração de médio e longo prazo que promovam o desenvolvimento de carreiras sustentadas no Grupo Santander, através de planos de pensões, assim como de um plano de atribuição de acções indexada à evolução da valorização do Banco Santander em mercado regulamentado, que assegurem a plurianualidade de parte da compensação e a sua vinculação à sustentabilidade dos resultados e à criação de valor ao accionista.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na nova regulamentação portuguesa.

#### *B. Princípios Orientadores da Política de Remuneração da Santander Totta SGPS*

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da política de remuneração têm sido e devem ser os seguintes:

- Definição de uma política simples, clara, transparente e alinhada com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- Definição de uma política consistente com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo da sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Definição de uma política competitiva, tendo em consideração as práticas do mercado, e equitativa,



sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;

- Alinhamento da política de remuneração com as melhores práticas e as tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.

### **C. Componentes da Política de Remuneração**

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- A Política de Remunerações dos titulares dos órgãos sociais deve enquadrar-se nas directrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existente no sector.
- Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos, os quais, sendo simultaneamente administradores executivos do Banco Santander Totta, são avaliados, pelo seu desempenho global, nos termos e condições definidos no Banco Santander Totta.
- Os membros do órgão de fiscalização, os administradores não executivos auferem uma Remuneração Fixa, cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal. Todavia, o Presidente do Conselho de Administração não auferir qualquer remuneração em Portugal, sendo remunerado pela sua actividade em Espanha.
- Dado que as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornam de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não é possível apontar um limite máximo absoluto para a relação entre as componentes fixas e variáveis da remuneração dos administradores executivos. Por essa razão, apenas se indicará, relativamente ao ano de 2011, a percentagem estimada que cada uma das componentes representará na totalidade da remuneração anual,

tendo em conta o que tem sido a prática em anos anteriores.

#### **C.1. Remuneração Fixa Anual**

- A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- A Remuneração Fixa Anual dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, os resultados da sociedade, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- A Remuneração Fixa dos administradores executivos tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Vencimentos, não devendo representar, em 2011, uma parcela inferior a 34,6 % da Remuneração Total Anual (cujo valor não inclui a parcela diferida da Remuneração Variável), que foi a percentagem correspondente ao peso da Remuneração Fixa no ano de 2010.

#### **C. 2. Remuneração Variável**

- A remuneração dos membros da Comissão Executiva comporta igualmente uma componente Variável;
- A Remuneração Variável é adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa Anual, não devendo a mesma representar, uma parcela superior a 65,4% da Remuneração Total Anual (cujo valor não inclui a parcela diferida da Remuneração Variável), que foi a percentagem correspondente ao peso da Remuneração Variável no ano de 2010.
- De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação de cada dimensão da Remuneração Variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos da sociedade, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- A ponderação da consecução dos objectivos estratégicos definidos pela e para a sociedade, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da Remuneração Variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da sociedade e dos seus accionistas;
- No caso de serem imputados à sociedade, por accionistas ou por terceiros, responsabilidade por actos de gestão, a Remuneração Variável poderá, mediante decisão dos accionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respectiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

### C. 2. 1. Remuneração Variável Anual

- A determinação do valor da Remuneração Variável Anual tem por base os seguintes critérios: i) resultados da sociedade e do Grupo em que se integra, embora, quanto a estes últimos, com um peso relativo inferior, tendo por base os indicadores do consumo eficiente de capital e do crescimento médio de resultados operativos; ii) desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação da sociedade;
- A atribuição da Remuneração Variável Anual depende igualmente do grau de consecução dos objectivos anuais definidos.
- A Remuneração Variável Anual destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo oscilar entre 0% e 150% do valor de referência definido anualmente pela Comissão de Vencimentos, dentro do limite referido na alínea c) do nº 1, referente à percentagem mínima que a Remuneração Fixa representará no valor da Remuneração Total Anual (excluída a parcela diferida da Remuneração Variável): 34,6%;

### C. 2. 2. Remuneração Variável Plurianual

Os administradores executivos da Sociedade, beneficiam, na sua concomitante qualidade de administradores executivos do Banco Santander Totta, e apenas nessa sede, de uma Remuneração Variável Plurianual que é atribuída pelo Banco, nos termos e condições aí definidos.

### C. 2. 3. Diferimento da Remuneração Variável

A remuneração variável será objecto de um plano de diferimento que se fixa entre 40% e 50% do valor total. Relativamente à parte diferida, 50% do montante converte-se em acções pagas em três parcelas nos três anos seguintes, podendo o respectivo pagamento ficar dependente do preenchimento de determinadas condições em linha com o que vier a ser aprovado para a generalidade do Grupo Santander. Os restantes 50% da parcela diferida serão pagos em dinheiro também em três parcelas nos três anos seguintes.

Na parcela não diferida 50% é atribuído em dinheiro e 50% em acções.

Todos os valores entregues em acções estão sujeitos a um ano de retenção.

O valor da Remuneração Variável Anual Total deve corresponder, em 2011, 65,4% da Remuneração Total Anual (excluída a parcela diferida da Remuneração Variável).

### C. 3. Benefícios

Os administradores executivos não beneficiam de quaisquer planos complementares de reforma ou seguros de vida, para além daqueles que lhes foram atribuídos pelo Banco Santander Totta, por aí desempenharem funções idênticas.

### C. 4. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo

Os montantes pagos aos administradores executivos, por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo, totalizam um valor global de 4,3 milhões de euros, valor que se espera manter em 2011, e que inclui o montante correspondente à Remuneração Variável Plurianual que é auferida pelos administradores executivos, na sua concomitante qualidade de administradores executivos do Banco Santander Totta, nos termos e condições definidos nesse Banco.

### D. Aspectos complementares

Não foi posta em prática em 2010 nem se prevê para 2011, a atribuição de planos de opções.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

No ano 2010, não foram pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais, não sendo previsível à data que venham a ocorrer em 2011.

### E. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Santander Totta, SGPS, S.A. está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Carta Circular nº 2/2010/DSB emitida pelo Banco de Portugal, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Grupo.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das recomendações constantes do Capítulo IV. da referida carta, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância da Santander Totta, SGPS, S.A. estar integrado no Grupo Santander, que dele detém directa ou indirectamente mais de 99% do respectivo capital desta sociedade, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adopção das demais recomendações da Carta Circular implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política da Santander Totta, SGPS, S.A. em matéria de remunerações dos membros

dos órgãos da Administração e Fiscalização se contenha nos presentes limites, sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das directrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridades nacionais competentes.”

## Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração da Santander Totta, S.G.P.S., S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e demais documentos de prestação de contas da Santander Totta, S.G.P.S., S.A., todas relativas ao exercício de 2011, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam”.

### Conselho de Administração

---

Matias Pedro Rodriguez Inciarte  
Presidente

---

António José Sacadura Vieira Monteiro<sup>1</sup>  
Vogal

---

José Carlos Brito Sítima  
Vogal

---

José Manuel Alves Elias da Costa  
Vogal

---

Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos  
Vogal

---

<sup>1</sup> Em 31/01/12 passou de Vogal a Presidente da Comissão Executiva

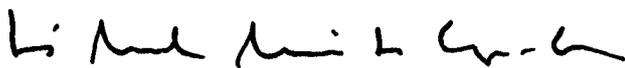
## Declaração do Conselho Fiscal sobre a Conformidade da Informação Financeira Apresentada

A alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho Fiscal da Santander Totta, S.G.P.S., S.A., aqui identificado nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e demais documentos de prestação de contas da Santander Totta, S.G.P.S., S.A., todas relativas ao exercício de 2011, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam”.

Conselho Fiscal



**Presidente:** Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha



**Vogais:** Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira



Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro

Lisboa, 16 de Março de 2012



# Demonstrações Financeiras Consolidadas





SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (PRO-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2011	Pro-forma 31-12-2010
Juros e rendimentos similares	32	1.706.855	2.034.124
Juros e encargos similares	33	(1.144.018)	(1.312.338)
<b>Margem financeira</b>		<u>562.837</u>	<u>721.786</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	34	1.278	4.454
Rendimentos de serviços e comissões	35	396.264	404.578
Encargos com serviços e comissões	36	(55.244)	(55.267)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	37	(66)	(21.166)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	38	(77.294)	(215.398)
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	39	5.290	10.938
Resultados de alienação de outros activos	40	182	361.514
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	41	(14.566)	9.493
Margem bruta da actividade de seguros	41	38.659	28.805
Outros resultados de exploração	42	(14.187)	(6.080)
<b>Produto bancário</b>		<u>843.153</u>	<u>1.243.657</u>
Custos com o pessoal	43	(299.774)	(303.157)
Gastos gerais administrativos	44	(150.076)	(158.741)
Amortizações do exercício	14	(63.628)	(66.959)
Provisões líquidas de anulações	25	(16.856)	(8.829)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	25	(227.686)	(113.700)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	25	(11.915)	(21.686)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25	(41.497)	(26.996)
Resultados de associadas	45	11.332	4.653
<b>Resultado antes de impostos e de interesses minoritários</b>		<u>43.053</u>	<u>548.242</u>
Impostos			
Correntes	16	(16.622)	(97.281)
Diferidos	16	37.560	(6.457)
<b>Resultado após impostos e antes de interesses minoritários</b>		<u>63.991</u>	<u>444.504</u>
Interesses minoritários	30	(70)	(4.715)
<b>Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas da ST SGPS</b>		<u>63.921</u>	<u>439.789</u>
Acções em circulação		197.263.072.249	197.276.864.914
Resultado por acção (em Euros)		0,0003	0,0022

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (PRO-FORMA) E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Acções Próprias	Reservas de reavaliação			Sub-total	Outras reservas e resultados transitados	Dividendos antecipados	Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total
			De Justo valor	De impostos diferidos	De flutuação cambial						
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>1.972.962</b>	<b>(514)</b>	<b>(43.026)</b>	<b>301</b>	<b>(8.798)</b>	<b>(51.523)</b>	<b>291.177</b>	<b>(115.000)</b>	<b>523.263</b>	<b>591.211</b>	<b>3.211.576</b>
Impacto da alteração da política contabilística relativa a pensões (Nota 1.4.)	-	-	(267.024)	77.437	-	(189.587)	-	-	-	(228)	(189.815)
<b>Saldos em 1 de Janeiro de 2010 (pro-forma)</b>	<b>1.972.962</b>	<b>(514)</b>	<b>(310.050)</b>	<b>77.738</b>	<b>(8.798)</b>	<b>(241.110)</b>	<b>291.177</b>	<b>(115.000)</b>	<b>523.263</b>	<b>590.983</b>	<b>3.021.761</b>
Aplicação do resultado de 2009:											
. Regularização de dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	115.000	(115.000)	-	-
. Distribuição adicional de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(119.970)	-	(119.970)
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	288.293	-	(288.293)	-	-
. Acções preferenciais	-	-	-	-	589	589	(29.303)	-	-	(98)	(28.812)
. Deliberação de dividendos sobre resultados do BST	-	-	-	-	-	-	(12)	-	-	(329)	(341)
. Deliberação de dividendos sobre resultados do Banco Caixa Geral Totta de Angola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.368)	(4.368)
Venda de 1% da Partang (e consequente perda de controlo conjunto)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45.085)	(45.085)
Pagamento de remunerações com base em acções	-	-	-	-	-	-	1.965	-	-	3	1.968
Outros	-	-	-	156	-	156	(505)	-	-	110	(239)
Dividendos antecipados sobre os resultados do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(115.000)	-	-	(115.000)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2010	-	-	(540.465)	162.772	4.668	(373.025)	-	-	439.789	29.300	96.064
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010 (pro-forma)</b>	<b>1.972.962</b>	<b>(514)</b>	<b>(850.515)</b>	<b>240.666</b>	<b>(3.541)</b>	<b>(613.390)</b>	<b>551.615</b>	<b>(115.000)</b>	<b>439.789</b>	<b>570.516</b>	<b>2.805.978</b>
Aplicação do resultado de 2011:											
. Regularização de dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	115.000	(115.000)	-	-
. Distribuição adicional de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(89.968)	-	(89.968)
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	234.821	-	(234.821)	-	-
. Acções preferenciais	-	-	-	-	179	179	(30.173)	-	-	(66)	(30.060)
. Deliberação de dividendos sobre resultados do BST	-	-	-	-	-	-	25	-	-	(228)	(203)
Pagamento de remunerações com base em acções	-	-	-	-	-	-	(54)	-	-	-	(54)
Compra de acções próprias pela Santander Totta, SGPS	-	(282)	-	-	-	-	-	-	-	-	(282)
Outros	-	-	-	(161)	-	(161)	417	-	-	(162)	94
Rendimento integral consolidado do exercício de 2011	-	-	(675.523)	194.744	(2.750)	(483.529)	-	-	63.921	8.395	(411.213)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>1.972.962</b>	<b>(796)</b>	<b>(1.526.038)</b>	<b>435.249</b>	<b>(6.112)</b>	<b>(1.096.901)</b>	<b>756.651</b>	<b>-</b>	<b>63.921</b>	<b>578.455</b>	<b>2.274.292</b>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (PRO-FORMA)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31 de Dezembro de 2011		31 de Dezembro de 2010 (Pro-forma)	
	Atribuível aos accionistas da ST SGPS	Atribuível a Interesses Minoritários	Atribuível aos accionistas da ST SGPS	Atribuível a Interesses Minoritários
Resultado consolidado do exercício	63.921	70	439.789	4.715
Resultado não reconhecido na demonstração dos resultados consolidada				
. Transferência para resultados de reservas de flutuação cambial resultantes da alienação de participações	-	-	1.980	2
. Transferência para resultados de reservas de flutuação cambial resultantes da distribuição de dividendos	-	-	502	1
. Variações cambiais em filiais no estrangeiro	(2.750)	8.808	2.186	25.065
. Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial				
. Justo valor	(360)	-	84	-
. Impacto fiscal	244	-	(55)	-
. Variações de elementos patrimoniais disponíveis para venda:				
. Justo valor	(516.463)	(487)	(453.036)	(577)
. Impacto fiscal	148.364	142	139.379	177
. Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa:				
. Justo valor	52.022	61	(19.384)	(27)
. Impacto fiscal	(15.086)	(18)	4.975	7
. Variação na "shadow reserve"				
. Justo valor	2.790	-	4.941	-
. Impacto fiscal	(698)	-	(1.220)	-
. Reservas por desvios actuariais e financeiros relativos a pensões remuneratórias (Nota 1.4.)				
. Justo valor	(213.512)	(253)	(73.070)	(86)
. Impacto fiscal	61.920	72	19.693	23
	(483.529)	8.325	(373.025)	24.585
Rendimento integral consolidado do exercício	(419.608)	8.395	66.764	29.300

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (PRO-FORMA)  
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31-12-2011	(Pro-forma) 31-12-2010
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Juros e comissões recebidas	1.942.732	2.181.578
Pagamento de juros e comissões	(1.011.611)	(1.175.718)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(499.044)	(482.587)
Contribuições para os fundos de pensões	(245.000)	(22.000)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	23.201	62.959
Recuperação de créditos abatidos ao activo	15.494	11.091
Recebimento de prémios de seguros	143.035	155.397
Pagamento de sinistros	(19)	(16)
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais	<u>368.788</u>	<u>730.704</u>
<b>(Aumentos)/diminuições de activos operacionais:</b>		
Aplicações em instituições de crédito	(414.175)	621.560
Activos financeiros detidos para negociação	(356.736)	358.100
Créditos a clientes	4.232.749	(594.064)
Activos e passivos ao justo valor através de resultados	559.539	315.853
Activos não correntes detidos para venda	(60.489)	(14.382)
Outros activos	14.420	(46.223)
	<u>3.975.308</u>	<u>640.844</u>
<b>Aumentos/(diminuições) de passivos operacionais:</b>		
Recursos de instituições de crédito	(5.113.897)	5.032.145
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.949.767	2.184.590
Passivos financeiros detidos para negociação	335.571	(222.842)
Outros passivos	(227.120)	50.216
	<u>(3.055.679)</u>	<u>7.044.109</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	1.288.417	8.415.657
Impostos pagos	(37.356)	(112.008)
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<u>1.251.061</u>	<u>8.303.649</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Dividendos recebidos	1.278	4.454
Aquisição de activos disponíveis para venda	(1.174.105)	(3.358.907)
Alienação/ reembolso de activos disponíveis para venda	2.287.691	1.217.674
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	193.904	187.180
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(44.054)	(65.034)
Vendas de activos tangíveis	1.033	1.253
Investimentos em empresas filiais e associadas	-	(2.555)
<b>Caixa líquida das actividades de investimento</b>	<u>1.265.747</u>	<u>(2.015.935)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Dividendos pagos	(204.968)	(234.970)
Reembolso de dívida titulada e subordinada	(27)	(278.733)
Distribuição de dividendos de acções preferenciais	(30.173)	(29.303)
Emissão/reembolso de obrigações de caixa e outros	(1.940.903)	(5.951.852)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(148.850)	(158.899)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(246)	(5.046)
<b>Caixa líquida das actividades de financiamento</b>	<u>(2.325.167)</u>	<u>(6.658.803)</u>
<b>Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes</b>	<u>191.641</u>	<u>(371.089)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	553.158	982.852
Saída de sociedades do perímetro de consolidação	-	(58.605)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	744.799	553.158

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

## Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

## NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta - SGPS, S.A. (adiante igualmente designada por “Sociedade”, “Santander Totta”, “ST SGPS” ou “Grupo”) foi constituída no dia 16 de Dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão / fusão do Banco Totta & Açores, S.A. (totta). Nos termos desta operação, as participações financeiras detidas pelo totta na Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) e na então denominada Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Santander Totta Seguros” ou “Companhia”) foram destacadas do património do totta e usadas para a realização em espécie do capital social da Santander Totta. Na mesma data, os restantes activos e passivos do totta, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), foram incorporados por fusão na Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) que alterou a sua designação para Banco Santander Totta, S.A. (“Banco” ou “BST”). A Santander Totta tem por objecto social a gestão de participações noutras empresas, como forma indirecta do exercício de actividades económicas, e encontra-se sedeadada em Portugal.

A Santander Totta faz parte do Grupo Santander. Os principais saldos e transacções mantidos com empresas do Grupo Santander durante os exercícios de 2011 e 2010 encontram-se detalhados na Nota 48.

O Grupo dispõe de uma rede nacional de 659 balcões (694 balcões em 31 de Dezembro de 2010) e mantém igualmente uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Exterior e uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

### 1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso 1/2005 de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

No exercício de 2011, a Sociedade adoptou as alterações às IAS 24 – “Entidades relacionadas”, IAS 32 – “Instrumentos financeiros: apresentação”, IFRIC 14 – “O limite sobre o activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção” e IFRIC 19 – “Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio”, mas a adopção destas normas não teve impacto nas suas demonstrações financeiras.

No exercício de 2010, a Sociedade adoptou as alterações à IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais”/ IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas”, o que lhe permitiu reconhecer um ganho no montante de mEuros 21.201 em resultado da alteração de controlo verificada na participação na Unicre (Notas 15 e 38).

A Sociedade analisou ainda as alterações à IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, sobre a identificação da inflação como risco coberto e a cobertura através de opções, mas estas não tiveram impacto nas suas demonstrações financeiras. As alterações à IFRS 2 - “Pagamento com base em acções”, IFRIC 16 – “Cobertura de um investimento líquido numa filial no estrangeiro”, IFRIC 17 – “Distribuição de dividendos em espécie” e IFRIC 18 – “Transferências de activos provenientes de clientes”, não tiveram igualmente impacto nas suas demonstrações financeiras.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações, já adoptadas pela União Europeia:

- IFRS 7 (Alteração) – “Divulgações de instrumentos financeiros” – Esta revisão vem aumentar os requisitos de divulgação relativamente a transacções que envolvam a transferência de activos financeiros. Pretende garantir maior transparência em relação à exposição a riscos quando activos financeiros são transferidos e a entidade que os transfere mantém algum envolvimento (exposição) nos mesmos.

Esta norma apesar de aprovada (“endorsed”) pela União Europeia, não foi adoptada pela Sociedade em 31 de Dezembro de 2011, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. O Conselho de Administração entende que a sua aplicação não terá um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – A nova norma utiliza uma abordagem única para determinar a contabilização de um activo financeiro ao custo amortizado ou ao justo valor, simplificando a classificação face à IAS 39. A classificação depende das características contratuais do activo e da forma como é efectuada a sua gestão. A norma não abrange os passivos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015.
- IFRS 11 – “Empreendimentos conjuntos” - A nova norma estabelece que as partes envolvidas num empreendimento conjunto deverão determinar o tipo e a forma de contabilização do empreendimento conjunto através da avaliação dos direitos e obrigações decorrentes da operação. O empreendimento conjunto poderá ser classificado como “joint operation”, no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos e obrigações sobre os passivos relacionados com o acordo, ou como “joint venture”, no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos líquidos relacionados com o acordo. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IFRS 12 – “Disclosures of Interests in Other Entities” - A norma estabelece a divulgação de informação que permita aos utentes das demonstrações financeiras de uma entidade avaliar a natureza e os riscos associados aos interesses que a entidade possua noutras entidades, nomeadamente, o efeito desses interesses na sua posição e desempenho financeiros e nos seus fluxos de caixa. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IFRS 13 – “Fair Value Measurement” - A norma define o que é justo valor e estabelece uma estrutura para a sua determinação. É ainda estabelecida uma hierarquia para o justo valor, de acordo com os inputs utilizados nos modelos de valorização. A norma estabelece ainda requisitos de divulgação relacionados com a determinação do justo valor. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IAS 27 – “Separate Financial Statements” - A norma estabelece princípios a aplicar na contabilização de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas quando uma entidade opte, ou seja exigido pelos reguladores locais, por apresentar demonstrações financeiras em separado (não-consolidadas). É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IAS 19 (Alteração) - “Benefícios dos Empregados” - As alterações ao texto da norma emitidas em Junho de 2011 são de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- IAS 12 (Alteração) – “Deferred tax: Recovery of Underlying Assets” – A alteração estabelece que para a determinação dos impostos diferidos relacionados com propriedades de investimento se possa considerar que recuperação será concretizada através da venda. A alteração ao texto da norma emitida em Dezembro de 2010 é de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012.
- IAS 1 (Alteração) - “Presentation of Items of Other Comprehensive Income” - As alterações à norma incluem algumas modificações à forma como o rendimento integral é apresentado. A alteração ao texto da norma emitida em Junho de 2011 é de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2012.

As demonstrações financeiras da Sociedade e das suas participadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, estão pendentes de aprovação pelas respectivas Assembleias Gerais de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Sociedade admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

#### 1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Sociedade e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Sociedade (Nota 4), incluindo entidades de propósito especial.

Empresas subsidiárias são aquelas em que a Sociedade exerce um controlo efectivo sobre a gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas”, o Grupo inclui no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e nas quais a Sociedade detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global, a partir do momento em que a Sociedade assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica “Interesses Minoritários” (Nota 30).

As empresas associadas são entidades nas quais a Santander Totta exerce influência significativa, mas não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que a Sociedade passa a deter influência significativa e até ao momento em que a mesma termina.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição e a percentagem efectiva equivalente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas. Com uma periodicidade mínima anual, a Sociedade realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de activos”. Para este efeito, o “goodwill” é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respectivo valor recuperável com base em estimativas dos “cash - flows” futuros, actualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pela Sociedade. As perdas por imparidade associadas ao “goodwill” são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

A Santander Totta decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais. Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições até 1 de Janeiro de 2004, encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescidas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos. O goodwill é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com a Norma IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor é superior ao custo de aquisição (goodwill negativo), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados.

Com a aplicação das alterações às Normas IFRS 3 e IAS 27, o Banco definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados (Nota 15). O goodwill é apurado numa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos activos e passivos da associada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às referidas Normas o Banco reavalia por resultados as participações nas quais existe perda de controlo conjunto (Nota 4).

As empresas sob controlo conjunto do Grupo e de outras entidades são consolidadas pelo método de consolidação proporcional, sendo integrados nas demonstrações financeiras consolidadas os seus activos, passivos e resultados na proporção da participação de capital detida pelo Grupo.

A Santander Totta decidiu anular na data de transição (1 de Janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias com moeda funcional diferente do Euro. A partir dessa data e de acordo com a IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para Euros segundo a seguinte metodologia:

- A conversão dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;
- Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis, permanecem reflectidos ao câmbio original; e
- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para Euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para Euros são registadas nos capitais próprios da Sociedade na rubrica de “Reservas de flutuação cambial”.

### 1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

A Santander Totta adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

As contas da Sociedade são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera (“moeda funcional”), sendo expressas em Euros.

As transacções em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os activos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho (“fixing” do Banco de Portugal).

c) Crédito e contas a receber

Esta categoria de activos financeiros inclui o crédito concedido a clientes e aplicações em instituições de crédito.

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial) cuja intenção não é a da venda no curto prazo, sendo registados inicialmente pelo seu valor nominal.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo igualmente submetidos a análises periódicas de imparidade.

As comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria, bem como os juros associados aos créditos concedidos, são periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa de juro efectiva, sendo reconhecidos independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. A Santander Totta optou por diferir as comissões recebidas e pagas associadas aos créditos concedidos a partir de 1 de Janeiro de 2004.

O Grupo classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento. Os créditos com prestações vencidas são denunciados nos termos definidos no manual de crédito aprovado, sendo nesse momento considerada vencida toda a dívida.

Periodicamente, o Grupo analisa os créditos para os quais já foi exigido o pagamento da totalidade da dívida e cujos esforços de cobrança não produziram efeitos. Caso as expectativas de recuperação do crédito sejam reduzidas, os créditos são considerados incobráveis e reconhecidas perdas de imparidade para a totalidade. Para estes, o Grupo procede ao seu abate. No caso de eventual recuperação posterior, esta é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

### Imparidade

Periodicamente, o Grupo analisa o crédito concedido a clientes e outros valores a receber com o objectivo de identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade se, e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento da imparidade do crédito concedido, o Grupo segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Garantias e avales prestados; e
- Derivados.

Relativamente ao segmento de crédito concedido a empresas, o Grupo efectua uma análise individual dos clientes que apresentem:

- Responsabilidades superiores a mEuros 5.000;
- Todos os clientes com responsabilidades superiores a mEuros 500 que estejam classificados em “morsidade de gestão” no sistema de acompanhamento do Banco e em grau de vigilância grave de acordo com a metodologia de gestão de risco do Banco. Neste sentido, este segmento pode incluir clientes sem incumprimento. Pontualmente o Banco inclui ainda na análise individual alguns clientes por julgamento profissional, embora não apresentem as características indicadas anteriormente.

Os clientes analisados individualmente para os quais não sejam apuradas perdas por imparidade são posteriormente avaliados no âmbito de uma análise colectiva, com excepção dos clientes que possuem garantias reais, sendo diferenciados entre clientes com responsabilidades superiores ou inferiores a mEuros 300.

Para os restantes segmentos da carteira de crédito, o Grupo efectua uma análise colectiva para apuramento das perdas por imparidade.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo está relacionada com a observação de diversos eventos de perda, de entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
  - . Das condições e/ou capacidade de pagamento; e
  - . Das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash-flows estimados dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar em situação de incumprimento durante um determinado período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percebida pelo Grupo (“Incurred but not reported”). Para todos os segmentos da carteira, o Grupo considerou um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência que o Grupo incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos financeiros é reduzido do saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade consiste na taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no Grupo para a carteira de crédito a clientes, a existência de perdas por imparidade é analisada em termos individuais, através de uma análise casuística, bem como em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares. Sempre que o Grupo entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, por forma a que esta reflecta os efeitos das condições actuais.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

#### Anulação de capital e juros

De acordo com as políticas em vigor na Sociedade, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados percorridos três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de crédito vencido relativamente a créditos garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados desde que o valor acumulado do capital em dívida e dos juros vencidos seja inferior ao valor atribuído à garantia.

#### Operações de locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respectivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção dos bens locados para o locatário. Estas operações são registadas de acordo com os seguintes critérios:

##### *i) Como locatário*

Os activos em regime de locação financeira são registados, pelo seu justo valor, nos activos tangíveis e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de “Juros e encargos similares”.

ii) Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados em resultados na rubrica “Resultados de alienação de outros activos” (Nota 40). Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses activos, líquido de perdas por imparidade. Na determinação do valor de venda fixado, não foram considerados eventuais recebimentos contingentes futuros.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vida das operações.

d) Reconhecimento de rendimentos e custos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

O reconhecimento dos custos com serviços e comissões é efectuado de acordo com os mesmos critérios adoptados para os proveitos.

e) Instrumentos financeiros

Os seguintes activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com as IAS 32 e IAS 39 e compreendem as categorias específicas abaixo indicadas:

- Activos e passivos financeiros detidos para negociação;
- Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda; e
- Outros passivos financeiros.

i) Activos e passivos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos ao justo valor através de resultados incluem títulos de rendimento fixo.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Os juros associados a instrumentos financeiros derivados de negociação são classificados na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

iii) Reconhecimento de rendimentos

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa de juro efectiva e registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” da demonstração dos resultados.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iv) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

v) Imparidade em instrumentos financeiros

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

O Grupo considera a natureza e as características específicas dos activos em avaliação nas análises periódicas de existência de perdas por imparidade. Relativamente aos critérios objectivos de imparidade, o Grupo considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao seu custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, o Grupo considera a existência de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Excepto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor.

Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Sociedade efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

vi) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida. Estes passivos são valorizados inicialmente ao justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida dos custos de transacção, e são posteriormente valorizados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

As emissões de obrigações encontram-se registadas nas rubricas “Outros passivos subordinados” e “Responsabilidades representadas por títulos”.

Na data de emissão as obrigações são relevadas pelo justo valor (valor de emissão), sendo posteriormente valorizadas ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Os derivados embutidos em obrigações emitidas são registados separadamente e reavaliados ao justo valor através de resultados.

Justo valor

Conforme referido anteriormente, os activos financeiros registados nas categorias de Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão da Sociedade independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
  - i) Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
  - ii) Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
  - iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

#### Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos directamente atribuíveis à transacção. O reconhecimento dos juros é efectuado pelo método da taxa efectiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associadas a instrumentos financeiros valorizados pelo seu custo amortizado seja revista, o respectivo valor de balanço é ajustado para reflectir os cash flows revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos cash flows futuros revistos à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração de resultados.

#### f) Valorização de instrumentos derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos derivados transaccionados pelo Grupo são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em dívida emitida) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estejam intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não seja registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura dos riscos de taxa de juro e taxa de câmbio resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para aplicação da contabilidade de cobertura são registados como instrumentos financeiros de negociação, nas rubricas de activos ou passivos financeiros detidos para negociação, e todas as variações no seu justo valor são reflectidas em resultados.

Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo.

Nos termos previstos na IAS 39.88 é aplicada a contabilidade de cobertura quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Grupo, incluindo os seguintes aspectos:
  - . Identificação do instrumento de cobertura;
  - . Identificação do elemento coberto;
  - . Identificação do tipo de risco coberto; e
  - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação, a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia das coberturas é testada em cada data de reporte financeiro, comparando a variação no justo valor do elemento coberto, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A metodologia da contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos estes requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia de cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125%, a contabilidade de cobertura é descontinuada.

#### Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objecto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correcções de valor dos elementos cobertos, são amortizados ao longo do período remanescente. Se o activo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são registados em resultados do exercício e o instrumento derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correcções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o período remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

#### Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura a uma exposição relativa à variabilidade de fluxos futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um activo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transacção futura altamente provável, e que possa afectar os resultados.

O Grupo tem instrumentos financeiros derivados contratados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido directamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reflectida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo reflectido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

g) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido de amortizações acumuladas, bem como de perdas por imparidade, quando aplicável.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Grupo (arrendados) são amortizadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior. Em média corresponde a um período de dez anos.

Conforme previsto na IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004, foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da legislação em vigor, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Periodicamente são efectuados testes de imparidade. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel através do seu uso nas operações ou pela venda é inferior ao valor líquido contabilístico.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado, e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do bem no estado actual.

h) Activos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos. Para a plataforma informática (Partenon), a vida útil estimada corresponde no máximo a cinco anos.

i) Activos não correntes detidos para venda

O Grupo regista na rubrica de “Activos não correntes detidos para venda” os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, sendo registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, são registados na rubrica “Outros activos” (Nota 18).

Os imóveis são objecto de avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes que dão lugar ao registo de perdas por imparidade, sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

Adicionalmente, são registados nesta rubrica os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontram em processo de venda. Estes activos são transferidos pelo seu valor contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e imparidades acumuladas) e são igualmente objecto de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no activo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão.

De acordo com o preconizado pela IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, o Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

O Conselho de Administração da Sociedade considera que os métodos adoptados são adequados e reflectem a realidade de mercado.

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de membros do Conselho de Administração, ao plano de reestruturação, a riscos fiscais, a processos judiciais e a outros riscos específicos decorrentes da actividade do Grupo, de acordo com a IAS 37 (Nota 25).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

k) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de Dezembro de 2008, o plano de pensões existente no BST correspondia a um plano de benefícios definidos, uma vez que estabelece os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões actualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no activo. Para estes trabalhadores, o Banco tem sido responsável pelo pagamento integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com o plano de benefícios definidos o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de Janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo do artigo 137º – C do ACT. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efectiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex – totta já estavam inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

Em Outubro de 2010 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do sector bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência deste acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que define que os trabalhadores do sector bancário que estejam no activo na data da sua entrada em vigor (4 de Janeiro de 2011), passam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção. Face ao carácter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco continuará a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

Na sequência das instruções do Conselho Nacional dos Supervisores Financeiros, as responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de Dezembro de 2010 não sofrem alterações com a publicação do referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no activo é aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de Janeiro de 2011. Desta forma, o custo do serviço corrente reduziu-se a partir desta data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. O Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença.

Em Dezembro de 2011 foi celebrado um acordo entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), com vista à transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (ACT).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Na sequência deste acordo, foi publicado ainda em 2011 o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, que define que a Segurança Social é responsável, a partir de 1 de Janeiro de 2012, pelas pensões acima referidas, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de Dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14.º mês.

De acordo com este Decreto-Lei, o Banco, através do respectivo fundo de pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

- i) das actualizações do valor das pensões referidas acima, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respectivos sindicatos, que incidem sobre as pensões de reforma e de sobrevivência, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário aplicáveis;
- iii) do subsídio por morte;
- iv) da pensão de sobrevivência a filhos;
- v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador;
- vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012.

No âmbito da transferência das responsabilidades assumidas pela Segurança Social foram ainda transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco, na parte correspondente a essas responsabilidades. O valor dos activos dos fundos de pensões a transmitir para o Estado corresponde ao valor das responsabilidades assumidas pela Segurança Social de acordo com o decreto-lei, as quais foram transferidas, tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (desconto)	4%

Os activos a transmitir deverão ser constituídos por numerário e, até 50% do valor dos activos a transmitir, por títulos da dívida pública portuguesa, neste caso valorizados pelo respectivo valor de mercado.

A transmissão da titularidade dos activos será realizada pelo Banco nos seguintes termos:

- i) Até 31 de Dezembro de 2011, o valor equivalente a, pelo menos, 55 % do valor actual provisório das responsabilidades;
- ii) Até 30 de Junho de 2012, o valor remanescente para completar o valor actual definitivo das responsabilidades.

Neste sentido, e antes de proceder à transferência para a Segurança Social, o Banco obteve estudos actuariais que permitiram apurar o valor da transferência.

Na sequência do acordo de transferência para o âmbito da Segurança Social dos reformados e pensionistas, e para efeitos da determinação do valor das responsabilidades a transferir de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, o Banco efectuou o cálculo das responsabilidades separadamente para empregados no activo e para reformados, tendo definido pressupostos específicos para cada uma das realidades (Nota 46).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A diferença entre o valor das responsabilidades a transmitir para o Estado, determinadas com base nos pressupostos acima referidos, e determinadas com base nos pressupostos actuariais actualizados adoptados pelo Grupo foi registada na rubrica de resultados “Custos com o pessoal” (Nota 43 e 46).

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões separado (Nota 46).

Em Fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de directivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos, a Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal (ex-Watson Wyatt), com base no método “Projected Unit Credit”. A taxa de desconto utilizada nos estudos actuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos (Euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte na reforma.

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Santander Totta Seguros), em conformidade com o Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) vigente para o sector segurador, assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados que tenham sido admitidos no sector até 22 de Junho de 1995, data de entrada em vigor do novo CCT. Este compromisso inclui os colaboradores que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre a Seguros Génesis e a Santander Totta Seguros em 29 de Junho de 2001. Os complementos consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma. O regime de reconhecimento contabilístico e imputação à conta de ganhos e perdas da Santander Totta Seguros das responsabilidades por pensões de reforma por velhice e invalidez consiste na cobertura integral no final de cada exercício do valor actual das responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma. As responsabilidades com os complementos de pensões de reforma foram calculadas pelo método “Projected Unit Credit”. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população da Santander Totta Seguros. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de rating elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O Banco Santander Negócios Portugal, S.A. (BSN) não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário. No exercício de 2006 o BSN constituiu um fundo de pensões de contribuição definida, em que os colaboradores podiam efectuar contribuições voluntárias. A contribuição do BSN dependia dos resultados e correspondia a uma percentagem do salário dos colaboradores, com o mínimo anual de 1.000 Euros por participante. Na sequência da fusão por incorporação do BSN no BST, os colaboradores do ex-BSN foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Maio de 2010. Foi reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997. O aumento das responsabilidades por serviços passados com os colaboradores do BSN foi reconhecido na rubrica “Custos com o pessoal”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A Totta IFIC não dispunha de fundo de pensões. Na sequência da fusão por incorporação da Totta IFIC no BST, os colaboradores da ex-Totta IFIC foram integrados no ACT e no plano de pensões de benefício definido do BST a partir de Abril de 2011. Foi reconhecida antiguidade para os colaboradores admitidos antes de 1 de Julho de 1997. O aumento das responsabilidades por serviços passados com os colaboradores da Totta IFIC foi reconhecido na rubrica “Custos com o pessoal”.

Em 2011 e 2010 o BST assumiu um acréscimo de responsabilidades de mEuros 1.044 e mEuros 778, relativo aos colaboradores da Totta IFIC e do BSN, respectivamente (Nota 46).

Aplicação da IAS 19

Em 1 de Janeiro de 2004, o BST optou por não aplicar retrospectivamente a IAS 19, não tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adoptado esta Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas actuariais já existentes em 1 de Janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adopção da IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

Em 2011 o Banco decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, deixando de adoptar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios, conforme permitido pela IAS 19. A Administração entende que esta alteração traduz de forma mais apropriada a posição económica e financeira do Banco relativamente às responsabilidades com pensões.

Esta alteração de política contabilística foi aplicada retrospectivamente, conforme requerido pela IAS 8 (Nota 1.4.).

O Grupo regista em “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos juros do plano, líquido do rendimento esperado dos activos do Fundo de Pensões;
- Custo dos serviços correntes; e
- Custo com reformas antecipadas, correspondentes ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de “Outros activos” ou “Outros passivos” (Notas 18 e 27).

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção da IAS 19.

O Banco dotou em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o Fundo de Pensões de forma a proceder à cobertura da totalidade das suas responsabilidades com benefícios de empregados, incluindo o SAMS.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

l) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACT, o BST assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O BST determina o valor actual das responsabilidades com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método "Projected Unit Credit". Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população do BST. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de rating elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica de "Outros passivos – prémios de antiguidade" (Nota 27).

m) Impostos sobre os lucros

A Sociedade e as empresas subsidiárias e associadas são tributadas individualmente e estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

Ao abrigo do regime fiscal das Sociedades Gestoras de Participações Sociais, os lucros que sejam distribuídos à Sociedade pelas suas participadas são integralmente dedutíveis em sede de IRC.

As contas das sucursais são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do Artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no Artigo 34.º do EBF, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global do Banco é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

De acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufruísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º e no Artigo 75º, ambos do Código do IRC.

A partir de 1 de Janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada nos exercícios de 2010 e 2011 no cálculo de impostos diferidos sobre eventuais prejuízos fiscais reportáveis fosse de 25% e que se aplique 26,5% para as demais diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício.

Com a publicação da Lei nº 12–A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, que é paga por todos os sujeitos passivos que apurem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a mEuros 2.000. A derrama estadual corresponde a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada no cálculo dos impostos diferidos, com excepção de eventuais prejuízos fiscais reportáveis, e no reconhecimento do imposto sobre lucros do período, fosse de 29%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de Dezembro) , as empresas que apresentem nesse exercício e nos seguintes lucros tributáveis mais elevados são sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Nesse sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre mEuros 1.500 e mEuros 10.000 passam a estar sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a mEuros 10.000 ficam sujeitas a uma taxa de 5%. Assim, sempre que o lucro tributável apurado exceda os mEuros 10.000, aplicar-se-á uma taxa de 3% ao montante de mEuros 8.500, aplicando-se uma taxa de 5% ao lucro tributável remanescente. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada no exercício de 2011 no reconhecimento do imposto sobre lucros do período fosse de 26,5% para mEuros 1.500 do lucro tributável, 29,5% para mEuros 8.500 do lucro tributável e 31,5% para o remanescente.

Os prejuízos apurados no exercício de 2011 poderão ser utilizados nos quatro exercícios subsequentes, contudo, a sua dedução será limitada nos termos previstos na Lei do Orçamento do Estado para 2012, acima mencionada, a qual veio estabelecer que a dedução dos prejuízos a efectuar em cada exercício não pode exceder 75% do respectivo lucro tributável, podendo o remanescente (restantes 25%) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

De salientar que os prejuízos gerados a partir do exercício de 2012, inclusive, são reportáveis nos cinco períodos de tributação posteriores.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo apurado são deduzidos:
  - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
  - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
  - Passivos por provisões;
  - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
  - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes as operações passivas e;
  - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cujo posição em risco se compensa mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores variam entre 0,01% e 0,05% e 0,00010% e 0,00020%, respectivamente, em função do valor apurado.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o activo ou incorrido o passivo.

Não foram também registados impostos diferidos passivos relativos a mais valias na alienação de participações financeiras suspensas de tributação no montante de cerca de mEuros 206.000, tendo o reinvestimento sido efectuado em aumentos de capital do actual BST. Não se procedeu ao registo de impostos diferidos passivos relacionados com esta situação, no pressuposto que o Grupo Santander não pretende alienar a sua participação indirecta no BST num futuro previsível.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos referentes a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, os ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda e em derivados de cobertura de fluxos de caixa, e os desvios actuariais relativos a responsabilidades com pensões na sequência da alteração da política contabilística (Nota 1.3. k)).

n) Provisões técnicas

A Santander Totta Seguros comercializa seguros de vida e não vida.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária comercializados pela Santander Totta Seguros estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas da Santander Totta nos termos da IFRS 4. Nesse sentido, as provisões técnicas apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas correspondem às provisões técnicas registadas na Santander Totta Seguros para os referidos contratos:

- Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos produtos de risco do ramo vida e ao ramo não vida. A partir do exercício de 2004, a Santander Totta Seguros passou a diferir os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação de apólices de seguro.

- Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro em vigor, e são calculadas para cada apólice, de acordo com as bases actuariais aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal. Esta provisão é essencialmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados e rendas.

- Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rentabilidade efectiva da carteira ajustada à maturidade dos respectivos investimentos que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e dos passivos financeiros decorrentes das responsabilidades dos produtos financeiros sem participação discricionária nos resultados for inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

- Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, e foi determinada da seguinte forma:

- i) A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- ii) Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- iii) Pela estimativa dos custos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão.

- Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido das variações no justo valor dos investimentos afectos aos seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

A determinação da participação nos resultados a atribuir aos segurados tem por base as demonstrações financeiras estatutárias da Santander Totta Seguros preparadas de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador. Neste sentido, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os referidos activos financeiros são classificados na rubrica de activos financeiros disponíveis para venda, e as respectivas mais e menos-valias potenciais, líquidas de impostos, são registadas na rubrica de “Reserva de reavaliação” do capital próprio consolidado. Adicionalmente, é reconhecida a parte dos tomadores de seguro na rubrica “Provisões técnicas do passivo (provisão para participação nos resultados a atribuir – “shadow reserve”)” por contrapartida de “Reservas de reavaliação” do capital próprio consolidado, de forma a evitar distorções ao nível da conta de resultados e do capital próprio consolidados (“shadow accounting” previsto na IFRS 4).

- Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos de seguro, sendo o seu cálculo efectuado de acordo com as bases técnicas de cada produto.

- Provisões técnicas de resseguro cedido

Corresponde à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Santander Totta Seguros, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, com base nas percentagens de cedência e outras cláusulas existentes, e de acordo com as percentagens de especialização do seguro directo.

- Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pelo Instituto de Seguros de Portugal.

- Provisão para estabilização de carteira

A partir do exercício de 2006, a Companhia passou a registar uma provisão para estabilização de carteira referente a um conjunto de apólices de Seguros Vida Grupo de crédito à habitação com tarifa plana. O cálculo desta provisão baseia-se essencialmente no valor actual do diferencial entre prémios e custos com sinistralidade futura dessa carteira.

- Teste de adequacidade dos passivos

Nos termos da IFRS 4, a Santander Totta Seguros avalia a cada data de relato financeiro se os seus passivos por contratos de seguro reconhecidos são adequados, utilizando estimativas do valor actual dos fluxos de caixa futuros de acordo com os termos dos contratos. Se essa avaliação, designada por testes de adequacidade dos passivos, demonstrar que a quantia escriturada dos seus passivos por contratos de seguro é inadequada à luz dos fluxos de caixa futuros estimados, a totalidade da insuficiência é reconhecida como perda na demonstração dos resultados.

o) Ajustamentos de recibos por cobrar

A provisão para recibos por cobrar tem por objectivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização em conformidade com a Circular nº 9/2008, de 27 de Novembro, do Instituto de Seguros de Portugal.

p) Reconhecimento de proveitos e custos – seguros

Os prémios de contratos de seguros de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando emitidos, na rubrica de “Margem bruta da actividade de seguros - prémios, líquidos de resseguro”, da demonstração dos resultados.

Os contratos de investimento sem componente discricionária na participação nos resultados, comercializados pela Santander Totta Seguros, estão contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas nos termos da IAS 39, como “Recursos de clientes e outros empréstimos”.

Os títulos afectos à actividade seguradora são todos aqueles que se encontram a representar os passivos por contratos de seguro e passivos financeiros por contratos de investimento com e sem participação discricionária nos resultados e estão registados nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica de “Activos financeiros disponíveis para venda”, com excepção dos títulos afectos aos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (contratos “unit linked”), que se encontram registados na rubrica de “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados”.

q) Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

O Grupo tem planos de incentivos a longo prazo sobre acções e opções sobre acções do Banco Santander, S.A. (Banco Santander), empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “equity settled share-based payment transactions”, conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander, S.A.. O Grupo paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Grupo a estes instrumentos na rubrica de “Outras reservas”, por contrapartida da rubrica de “Custos com pessoal”, na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre acções e opções sobre acções do Banco Santander, S.A. em vigor nos exercícios de 2011 e de 2010 está incluída na Nota 49.

#### 1.4. Aplicação retrospectiva de alteração de políticas contabilísticas

Tal como referido na Nota 1.3.k), no exercício de 2011, o Conselho de Administração do Banco decidiu alterar a política contabilística, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais em capitais próprios, conforme permitido pela IAS 19.

De acordo com a Lei nº 64 – B/2011, relativa ao Orçamento de Estado para 2012, o impacto desta alteração será aceite em termos fiscais durante um período de 10 anos. Por conseguinte, o Banco registou impostos diferidos activos no montante de mEuros 159.239 (Nota 16), decorrentes desta alteração de política contabilística.

Conforme requerido pela IAS 8, são apresentados em seguida os efeitos da alteração da política contabilística no capital próprio em 1 de Janeiro de 2010, no resultado líquido do exercício de 2010 e no capital próprio de 31 de Dezembro de 2010:

	31-12-2010		31-12-2009	
	Capital próprio sem resultado líquido antes de interesses minoritários	Resultado líquido antes de interesses minoritários	Capital próprio total	Capital próprio
<b>Saldos antes da aplicação retrospectiva</b>	<b>2.604.729</b>	<b>439.336</b>	<b>3.044.065</b>	<b>3.211.576</b>
<b>Impacto da aplicação retrospectiva em 01 de Janeiro de 2010</b>				
Desvios actuariais acumulados em 01 de Janeiro de 2010	(267.346)	-	(267.346)	(267.346)
Desvios actuariais reconhecidos em 2010	(73.156)	-	(73.156)	-
Desvios actuariais amortizados em 2010 (excesso do corredor)	-	5.168	5.168	-
Efeito fiscal	97.247	-	97.247	77.531
	<b>(243.255)</b>	<b>5.168</b>	<b>(238.087)</b>	<b>(189.815)</b>
<b>Saldos após aplicação retrospectiva</b>	<b>2.361.474</b>	<b>444.504</b>	<b>2.805.978</b>	<b>3.021.761</b>

## 2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Santander Totta. Estas estimativas são subjectivas por natureza e podem afectar o valor dos activos e passivos, proveitos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

### Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações actuariais efectuadas por peritos externos certificados na Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários (CMVM). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e actuariais, nomeadamente a taxa de desconto, rendibilidade esperada dos activos do Fundo de pensões, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. De referir que o rendimento esperado do Fundo de Pensões tem impacto no custo anual com pensões.

Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa da Sociedade e dos actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

### Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados activos, são utilizados modelos ou técnicas de valorização, tal como descrito nas Notas 1.3. e) e f) supra. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 1.3. e), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Determinação de perdas por imparidade em crédito

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c) supra. Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Grupo quanto à situação económica e financeira dos clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respectivos créditos, com o conseqüente impacto nos fluxos futuros de caixa esperados. A determinação da imparidade através de análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

Conforme descrito na Nota 1.3. e), as menos - valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da rubrica “Reserva de reavaliação”. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. A Sociedade determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na IAS 39 (ver Nota 1.3. e)).

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos - valias são transferidas da Reserva de reavaliação para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

A Sociedade enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, de 21 de Fevereiro, tem de utilizar estas contas para apuramento do lucro tributável.

Com o objectivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho.

O referido Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo, adicionalmente, procedido à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2010.

Neste sentido, estas novas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável do exercício de 2011 e 2010, de acordo com a interpretação das mesmas por parte do Banco.

Determinação das provisões técnicas relativas a contratos de seguros

As provisões técnicas são calculadas de acordo com bases actuariais aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal, histórico de sinistralidade e estimativas de perdas por sinistros. Neste sentido, os valores a desembolsar no futuro podem ser diferentes das estimativas efectuadas. No entanto, as provisões técnicas reflectem a melhor estimativa das responsabilidades futuras por contratos de seguro do Grupo à data do balanço.

### 3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais da Sociedade são apresentadas de seguida de acordo com a informação analisada pelos órgãos de gerência:

#### **Global Banking & Markets:**

Inclui essencialmente a actividade de banca de investimento, mercados financeiros, banca transaccional e grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

#### **Banca de Retalho:**

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e à captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com facturação inferior a cinco milhões de Euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por telefone e Internet.

#### **Banca de Empresas:**

São consideradas nesta área as empresas com facturação entre 5 e 125 milhões de Euros. Esta actividade é suportada pela rede de balcões, centro de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projectos, de comércio e às exportações, imobiliário, factoring e leasing.

#### **Gestão de Activos e Seguros:**

Decorre da actividade de gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, a qual inclui o lançamento de fundos, que têm por objectivo criar produtos de valor acrescentado para os clientes do Grupo. São igualmente incluídos nesta área os seguros de vida que, na estratégia de cross selling, são colocados através da rede de balcões do Grupo.

#### **Actividades Corporativas:**

Nesta área é considerada toda a actividade desenvolvida no Grupo e que dá suporte às actividades principais mas que não está directamente relacionada com as áreas de negócio de cliente, incluindo também a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Grupo.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2011 apresenta o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Activos e Seguros	Actividades Corporativas	Total
Margem Financeira Estrita	42.146	421.601	123.951	1.322	(26.183)	562.837
Rendimento de Instrumentos de Capital	-	-	-	-	1.278	1.278
<b>Margem Financeira Alargada</b>	<b>42.146</b>	<b>421.601</b>	<b>123.951</b>	<b>1.322</b>	<b>(24.905)</b>	<b>564.115</b>
Comissões Líquidas	65.932	255.333	18.177	6.619	(5.041)	341.020
Outros Resultados da Actividade Bancária	(6)	6.675	-	(757)	(20.099)	(14.187)
Actividade Seguradora	-	-	-	24.093	-	24.093
<b>Margem Comercial</b>	<b>108.072</b>	<b>683.609</b>	<b>142.128</b>	<b>31.277</b>	<b>(50.045)</b>	<b>915.041</b>
Resultado de Operações Financeiras	16.116	(1.074)	519	(4.681)	(82.768)	(71.888)
<b>Produto Bancário e Actividade de Seguros</b>	<b>124.188</b>	<b>682.535</b>	<b>142.647</b>	<b>26.596</b>	<b>(132.813)</b>	<b>843.153</b>
Custos de transformação	(20.313)	(371.978)	(45.506)	(12.053)	-	(449.850)
Amortizações	(2.748)	(56.713)	(3.617)	(550)	-	(63.628)
<b>Resultados de Exploração</b>	<b>101.127</b>	<b>253.844</b>	<b>93.524</b>	<b>13.993</b>	<b>(132.813)</b>	<b>329.675</b>
Imparidade e Provisões, líquidas de anulações	(4.918)	(153.932)	(21.694)	(31.857)	(85.553)	(297.954)
Resultados de associadas	-	-	9.409	-	1.923	11.332
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>96.209</b>	<b>99.912</b>	<b>81.239</b>	<b>(17.864)</b>	<b>(216.443)</b>	<b>43.053</b>
Impostos	(27.664)	(28.859)	(20.830)	4.638	93.653	20.938
Interesses minoritários	-	-	-	-	(70)	(70)
<b>Resultado líquido</b>	<b>68.545</b>	<b>71.053</b>	<b>60.409</b>	<b>(13.226)</b>	<b>(122.860)</b>	<b>63.921</b>

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2011, conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
<b>Activo</b>						
<b>Crédito a clientes</b>						
Crédito hipotecário	-	16.033.835	-	-	-	16.033.835
Crédito ao consumo	-	1.537.078	-	-	-	1.537.078
Outros créditos	1.674.571	3.784.362	5.310.094	-	-	10.769.027
	<u>1.674.571</u>	<u>21.355.275</u>	<u>5.310.094</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.339.940</u>
Total de activos afectos	1.674.571	21.355.275	5.310.094	-	-	28.339.940
Activos não afectos	-	-	-	-	-	13.883.883
<b>Total do activo</b>						<u>42.223.823</u>
<b>Passivo</b>						
Recursos de clientes e outros empréstimos	554.126	15.932.252	2.587.235	-	-	19.073.613
Responsabilidades representadas por títulos	-	467.810	106.105	-	5.315.826	5.889.741
	<u>554.126</u>	<u>16.400.062</u>	<u>2.693.340</u>	<u>-</u>	<u>5.315.826</u>	<u>24.963.354</u>
<b>Garantias e avals</b>	336.364	198.532	953.026	-	-	1.487.922
<b>Fundos de investimento</b>	-	1.448.516	580.001	778.619	-	2.807.136

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2010 (Pro-forma) apresenta o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Activos e Seguros	Actividades Corporativas	Total
Margem Financeira Estrita	58.115	492.584	109.452	(53)	61.688	721.786
Rendimento de Instrumentos de Capital	-	-	-	148	4.306	4.454
<b>Margem Financeira Alargada</b>	<b>58.115</b>	<b>492.584</b>	<b>109.452</b>	<b>95</b>	<b>65.994</b>	<b>726.240</b>
Comissões Líquidas	50.561	267.601	22.182	12.758	(3.791)	349.311
Outros Resultados da Actividade Bancária	(4)	8.628	198	(707)	(14.195)	(6.080)
Actividade Seguradora	-	-	-	38.298	-	38.298
<b>Margem Comercial</b>	<b>108.672</b>	<b>768.813</b>	<b>131.832</b>	<b>50.444</b>	<b>48.008</b>	<b>1.107.769</b>
Resultado de Operações Financeiras	16.686	(2.358)	10.547	(633)	111.646	135.888
<b>Produto Bancário e Actividade de Seguros</b>	<b>125.358</b>	<b>766.455</b>	<b>142.379</b>	<b>49.811</b>	<b>159.654</b>	<b>1.243.657</b>
Custos de transformação	(22.027)	(388.570)	(38.693)	(12.608)	-	(461.898)
Amortizações	(3.588)	(58.710)	(4.073)	(588)	-	(66.959)
<b>Resultados de Exploração</b>	<b>99.743</b>	<b>319.175</b>	<b>99.613</b>	<b>36.615</b>	<b>159.654</b>	<b>714.800</b>
Imparidade e Provisões, Líquidas de anulações	260	(109.565)	(30.452)	(21)	(31.433)	(171.211)
Resultados de associadas	-	-	3.457	-	1.196	4.653
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>100.003</b>	<b>209.610</b>	<b>72.618</b>	<b>36.594</b>	<b>129.417</b>	<b>548.242</b>
Impostos	(18.923)	(39.662)	(13.741)	(6.924)	(24.488)	(103.738)
Interesses minoritários	-	-	-	-	(4.715)	(4.715)
<b>Resultado líquido</b>	<b>81.080</b>	<b>169.948</b>	<b>58.877</b>	<b>29.670</b>	<b>100.214</b>	<b>439.789</b>

Os activos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio em 31 de Dezembro de 2010 (Pro-forma), conforme informação utilizada pela Gestão do Grupo para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	Global Banking & Markets	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Gestão de Activos	Actividades Corporativas	Total Consolidado
<b>Activo</b>						
<b>Crédito a clientes</b>						
Crédito hipotecário	-	16.454.458	-	-	-	16.454.458
Crédito ao consumo	-	1.633.797	-	-	-	1.633.797
Outros créditos	3.836.826	4.698.836	6.190.107	-	-	14.725.769
	<u>3.836.826</u>	<u>22.787.091</u>	<u>6.190.107</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>32.814.024</u>
Total de activos afectos	3.836.826	22.787.091	6.190.107	-	-	32.814.024
Activos não afectos	-	-	-	-	-	15.132.379
<b>Total do activo</b>						<u>47.946.403</u>
<b>Passivo</b>						
Recursos de clientes e outros empréstimos	772.785	13.976.607	2.268.905	-	-	17.018.297
Responsabilidades representadas por títulos	-	547.698	446.008	-	6.828.971	7.822.677
	<u>772.785</u>	<u>14.524.305</u>	<u>2.714.913</u>	<u>-</u>	<u>6.828.971</u>	<u>24.840.974</u>
<b>Garantias e avales</b>	327.137	221.890	998.625	-	-	1.547.652
<b>Fundos de investimento</b>	-	2.439.449	739.808	1.344.848	-	4.524.105

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

De seguida é apresentada a informação geográfica da actividade consolidada, nomeadamente o balanço e a demonstração dos resultados. Em 31 de Dezembro de 2011, o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	2011						Total consolidado
	Actividade doméstica	Actividade internacional					
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	
<b>Activo</b>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	387.837	-	-	-	-	-	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	356.249	24	-	79	610	713	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	1.990.932	-	-	-	-	-	1.990.932
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.043.822	-	-	-	-	-	2.043.822
Activos financeiros disponíveis para venda	4.906.649	-	-	-	-	-	4.906.649
Aplicações em instituições de crédito	2.321.395	2.720	-	235	-	2.955	2.324.350
Crédito a clientes	28.339.940	-	-	-	-	-	28.339.940
Derivados de cobertura	167.302	-	-	-	-	-	167.302
Activos não correntes detidos para venda	141.172	-	-	-	-	-	141.172
Outros activos tangíveis	364.696	-	-	-	81	81	364.777
Activos intangíveis	76.009	-	-	-	-	-	76.009
Investimentos em associadas	29.582	-	103.470	-	-	103.470	133.052
Activos por impostos correntes	21.522	-	-	-	-	-	21.522
Activos por impostos diferidos	746.820	-	-	-	-	-	746.820
Provisões técnicas de resseguro cedido	29.817	-	-	-	-	-	29.817
Outros activos	192.518	3	-	6	333	342	192.860
<b>Total do Activo Líquido</b>	<b>42.116.262</b>	<b>2.747</b>	<b>103.470</b>	<b>320</b>	<b>1.024</b>	<b>107.561</b>	<b>42.223.823</b>
<b>Passivo</b>							
Recursos de bancos centrais	4.913.234	-	-	-	-	-	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	1.598.116	-	-	53	-	53	1.598.169
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.038.370	-	-	-	-	-	4.038.370
Recursos de outras instituições de crédito	3.084.234	155.568	-	-	-	155.568	3.239.802
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.936.501	-	-	137.112	-	137.112	19.073.613
Responsabilidades representadas por títulos	5.889.741	-	-	-	-	-	5.889.741
Derivados de cobertura	282.889	-	-	-	-	-	282.889
Provisões	78.045	-	-	-	-	-	78.045
Provisões técnicas	418.732	-	-	-	-	-	418.732
Passivos por impostos correntes	5.391	957	-	915	-	1.872	7.263
Passivos por impostos diferidos	73.929	2.935	-	-	-	2.935	76.864
Outros passivos	332.334	101	-	135	239	475	332.809
<b>Total do Passivo</b>	<b>39.651.516</b>	<b>159.561</b>	<b>-</b>	<b>138.215</b>	<b>239</b>	<b>298.015</b>	<b>39.949.531</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>1.693.210</b>	<b>(11.658)</b>	<b>10.563</b>	<b>275.595</b>	<b>306.582</b>	<b>581.082</b>	<b>2.274.292</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>41.344.726</b>	<b>147.903</b>	<b>10.563</b>	<b>413.810</b>	<b>306.821</b>	<b>879.097</b>	<b>42.223.823</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 (pro-forma), o balanço por segmentos geográficos era como segue:

	2010						Total consolidado
	Actividade doméstica	Actividade internacional					
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	
<b>Activo</b>							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	316.875	-	-	-	-	-	316.875
Disponibilidades em outras instituições de crédito	235.701	30	-	54	498	582	236.283
Activos financeiros detidos para negociação	1.639.666	-	-	8	-	8	1.639.674
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.974.695	-	-	-	-	-	2.974.695
Activos financeiros disponíveis para venda	6.444.437	-	-	-	-	-	6.444.437
Aplicações em instituições de crédito	1.914.400	-	-	228	-	228	1.914.628
Crédito a clientes	32.814.024	-	-	-	-	-	32.814.024
Derivados de cobertura	131.512	-	-	-	-	-	131.512
Activos não correntes detidos para venda	95.741	-	-	-	-	-	95.741
Outros activos tangíveis	394.372	-	-	-	81	81	394.453
Activos intangíveis	76.181	-	-	-	-	-	76.181
Investimentos em associadas	29.418	-	103.922	-	-	103.922	133.340
Activos por impostos correntes	29.044	-	-	-	-	-	29.044
Activos por impostos diferidos	489.442	-	-	-	-	-	489.442
Provisões técnicas de resseguro cedido	35.013	-	-	-	-	-	35.013
Outros activos	220.823	-	-	6	232	238	221.061
<b>Total do Activo Líquido</b>	<b>47.841.344</b>	<b>30</b>	<b>103.922</b>	<b>296</b>	<b>811</b>	<b>105.059</b>	<b>47.946.403</b>
<b>Passivo</b>							
Recursos de bancos centrais	4.807.162	-	-	-	-	-	4.807.162
Passivos financeiros detidos para negociação	1.262.454	-	-	143	-	143	1.262.597
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.301.702	-	-	-	-	-	4.301.702
Recursos de outras instituições de crédito	8.449.191	-	-	-	-	-	8.449.191
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.867.094	-	-	150.962	241	151.203	17.018.297
Responsabilidades representadas por títulos	7.709.885	112.792	-	-	-	112.792	7.822.677
Derivados de cobertura	189.423	-	-	-	-	-	189.423
Provisões	107.840	-	-	-	-	-	107.840
Provisões técnicas	446.951	-	-	-	-	-	446.951
Passivos por impostos correntes	15.182	1.919	-	950	-	2.869	18.051
Passivos por impostos diferidos	51.467	664	-	-	-	664	52.131
Outros passivos	664.073	68	-	103	159	330	664.403
<b>Total do Passivo</b>	<b>44.872.424</b>	<b>115.443</b>	<b>-</b>	<b>152.158</b>	<b>400</b>	<b>268.001</b>	<b>45.140.425</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>2.230.934</b>	<b>(2.465)</b>	<b>7.033</b>	<b>264.784</b>	<b>305.692</b>	<b>575.044</b>	<b>2.805.978</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>	<b>47.103.358</b>	<b>112.978</b>	<b>7.033</b>	<b>416.942</b>	<b>306.092</b>	<b>843.045</b>	<b>47.946.403</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No exercício de 2011, a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	2011						Total consolidado
	Actividade doméstica	Actividade internacional					
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	
Juros e rendimentos similares	1.706.542	75	-	238	-	313	1.706.855
Juros e encargos similares	(1.135.777)	(4.491)	-	(3.750)	-	(8.241)	(1.144.018)
<b>Margem financeira</b>	<b>570.765</b>	<b>(4.416)</b>	<b>-</b>	<b>(3.512)</b>	<b>-</b>	<b>(7.928)</b>	<b>562.837</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	1.278	-	-	-	-	-	1.278
Rendimentos de serviços e comissões	396.264	-	-	-	-	-	396.264
Encargos com serviços e comissões	(55.233)	(1)	-	-	(10)	(11)	(55.244)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(46)	-	-	(20)	-	(20)	(66)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(77.294)	-	-	-	-	-	(77.294)
Resultados de reavaliação cambial	5.231	-	-	59	-	59	5.290
Resultados de outros activos	176	-	-	-	6	6	182
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	(14.566)	-	-	-	-	-	(14.566)
Margem bruta da actividade de Seguros	38.659	-	-	-	-	-	38.659
Outros resultados de exploração	(14.082)	-	-	(4)	(101)	(105)	(14.187)
<b>Produto bancário</b>	<b>851.152</b>	<b>(4.417)</b>	<b>-</b>	<b>(3.477)</b>	<b>(105)</b>	<b>(7.999)</b>	<b>843.153</b>
Custos com o pessoal	(298.736)	(178)	-	(193)	(667)	(1.038)	(299.774)
Gastos gerais administrativos	(149.228)	(404)	-	(105)	(339)	(848)	(150.076)
Depreciações e amortizações	(63.593)	-	-	-	(35)	(35)	(63.628)
Provisões líquidas de anulações	(16.856)	-	-	-	-	-	(16.856)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(227.686)	-	-	-	-	-	(227.686)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(11.915)	-	-	-	-	-	(11.915)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(41.497)	-	-	-	-	-	(41.497)
Resultados de associadas	1.985	-	9.347	-	-	9.347	11.332
<b>Resultados antes de impostos e antes de interesses minoritários</b>	<b>43.626</b>	<b>(4.999)</b>	<b>9.347</b>	<b>(3.775)</b>	<b>(1.146)</b>	<b>(573)</b>	<b>43.053</b>
Impostos correntes	(2.079)	(13.674)	-	(852)	(17)	(14.543)	(16.622)
Impostos diferidos	39.838	(2.271)	-	-	(7)	(2.278)	37.560
<b>Resultado antes de impostos e interesses minoritários</b>	<b>81.385</b>	<b>(20.944)</b>	<b>9.347</b>	<b>(4.627)</b>	<b>(1.170)</b>	<b>(17.394)</b>	<b>63.991</b>
Interesses minoritários	(15)	(21)	-	(18)	(16)	(55)	(70)
<b>Resultado consolidado do exercício</b>	<b>81.370</b>	<b>(20.965)</b>	<b>9.347</b>	<b>(4.645)</b>	<b>(1.186)</b>	<b>(17.449)</b>	<b>63.921</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No exercício de 2010 (pro-forma), a demonstração dos resultados por segmentos geográficos era como segue:

	2010						Total consolidado
	Actividade doméstica	Actividade internacional					
	Portugal	Irlanda	Angola	Porto Rico	Outros	Total	
Juros e rendimentos similares	2.025.129	8.964	-	31	-	8.995	2.034.124
Juros e encargos similares	(1.295.761)	(12.987)	-	(3.590)	-	(16.577)	(1.312.338)
<b>Margem financeira</b>	<b>729.368</b>	<b>(4.023)</b>	<b>-</b>	<b>(3.559)</b>	<b>-</b>	<b>(7.582)</b>	<b>721.786</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	4.454	-	-	-	-	-	4.454
Rendimentos de serviços e comissões	404.577	-	-	-	1	1	404.578
Encargos com serviços e comissões	(55.247)	(1)	-	-	(19)	(20)	(55.267)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(21.368)	-	-	202	-	202	(21.166)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(3.946)	(211.452)	-	-	-	(211.452)	(215.398)
Resultados de reavaliação cambial	10.898	-	-	38	2	40	10.938
Resultados de outros activos	152.766	208.748	-	-	-	208.748	361.514
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	9.493	-	-	-	-	-	9.493
Margem bruta da actividade de Seguros	28.805	-	-	-	-	-	28.805
Outros resultados de exploração	(5.981)	-	-	(4)	(95)	(99)	(6.080)
<b>Produto bancário</b>	<b>1.253.819</b>	<b>(6.728)</b>	<b>-</b>	<b>(3.323)</b>	<b>(111)</b>	<b>(10.162)</b>	<b>1.243.657</b>
Custos com o pessoal	(301.983)	(177)	-	(204)	(793)	(1.174)	(303.157)
Gastos gerais administrativos	(157.881)	(403)	-	(101)	(356)	(860)	(158.741)
Depreciações e amortizações	(66.922)	-	-	-	(37)	(37)	(66.959)
Provisões líquidas de anulações	(8.829)	-	-	-	-	-	(8.829)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(114.036)	336	-	-	-	336	(113.700)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(21.686)	-	-	-	-	-	(21.686)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(26.996)	-	-	-	-	-	(26.996)
Resultados de associadas	1.196	-	3.457	-	-	3.457	4.653
<b>Resultados antes de impostos e antes de interesses minoritários</b>	<b>556.682</b>	<b>(6.972)</b>	<b>3.457</b>	<b>(3.628)</b>	<b>(1.297)</b>	<b>(8.440)</b>	<b>548.242</b>
Impostos correntes	(87.124)	(9.134)	-	(976)	(47)	(10.157)	(97.281)
Impostos diferidos	(6.538)	81	-	-	-	81	(6.457)
<b>Resultado antes de impostos e interesses minoritários</b>	<b>463.020</b>	<b>(16.025)</b>	<b>3.457</b>	<b>(4.604)</b>	<b>(1.344)</b>	<b>(18.516)</b>	<b>444.504</b>
Interesses minoritários	(483)	(6)	(4.185)	(24)	(17)	(4.232)	(4.715)
<b>Resultado consolidado do exercício</b>	<b>462.537</b>	<b>(16.031)</b>	<b>(728)</b>	<b>(4.628)</b>	<b>(1.361)</b>	<b>(22.748)</b>	<b>439.789</b>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

## 4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, retirados das respectivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) directa		Participação (%) efectiva		Activo líquido		Capitais Próprios		Resultado do exercício	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
SANTANDER TOTTA, SGPS	-	-	100,00	100,00	3.070.234	3.154.079	3.069.792	2.976.476	187.207	279.892
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A. (9)	97,66	97,52	99,88	99,86	45.639.291	48.477.216	746.961	1.533.614	22.289	282.071
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A. (7)	-	-	24,96	24,96	1.507.229	814.340	159.186	158.703	36.842	30.895
TOTTA & AÇORES FINANCING (1) (9)	-	-	99,88	99,86	311.790	311.788	299.430	311.788	12.360	12.360
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	-	-	99,88	99,86	33.994	32.923	33.973	32.665	240	204
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	-	-	99,88	99,86	1.344	1.113	1.121	968	113	56
TOTTA IRELAND, PLC (4)	-	-	99,88	99,86	625.866	2.133.547	463.700	280.234	6.700	4.639
SANTOTTA INTERNACIONAL, SGPS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.	-	-	99,88	99,86	102.948	90.723	75.827	64.473	5.693	149
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. (2)	-	-	99,88	99,86	121.003	193.293	117.281	114.784	2.166	(1.195)
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A. (7)	-	-	25,78	25,78	nd	11.720	nd	9.012	nd	213
TOTTA CRÉDITO ESPECIALIZADO, IFIC, S.A. (Totta IFIC) (9) (8)	-	83,19	-	99,88	-	4.528.812	-	166.818	-	24.958
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.	-	-	99,88	99,86	50.308	14.307	49.732	14.304	9.582	23
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO (1) (8)	-	-	99,88	99,86	440.831	451.724	300.596	291.841	16.204	18.150
SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM, S.A.	-	-	99,88	99,86	25.258	33.628	22.294	26.689	(20.266)	6.331
TAXAGEST, SGPS, S.A.	1,00	1,00	99,88	99,86	55.004	60.374	55.000	60.363	(5.307)	(2.435)
SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	5.146.677	5.099.781	83.193	118.977	4.446	20.678
SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.	-	-	99,88	99,86	4.064	6.204	3.862	5.847	1.000	1.137
PARTANG, SGPS, S.A. (7)	-	-	48,94	48,93	113.535	94.771	112.384	92.427	16.653	4.944
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. (7)	-	-	21,47	21,47	307.856	310.155	73.375	73.102	8.745	11.270
HIPOTOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	228.332	272.269	226.181	269.705	(2.145)	(1.651)
HIPOTOTTA nº 2 FTC (9)	-	-	-	-	-	895.884	-	885.025	-	(4.803)
HIPOTOTTA nº 3 FTC (9)	-	-	-	-	-	1.575.344	-	1.556.184	-	(6.529)
HIPOTOTTA nº 4 FTC	-	-	-	-	1.276.937	1.447.882	1.263.330	1.431.778	(9.746)	(7.264)
HIPOTOTTA nº 5 FTC	-	-	-	-	1.068.126	1.249.022	1.059.767	1.240.708	(5.927)	(4.939)
HIPOTOTTA nº 7 FTC	-	-	-	-	1.303.213	1.625.006	1.291.479	1.614.575	(8.257)	(7.071)
HIPOTOTTA nº 8 FTC (9)	-	-	-	-	-	1.020.165	-	1.011.190	-	(3.483)
HIPOTOTTA nº 10 FTC (9)	-	-	-	-	-	808.389	-	803.778	-	(613)
Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA nº 11)	-	-	-	-	1.881.452	3.861.233	100.452	38.412	-	-
Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA nº 12)	-	-	-	-	1.253.838	-	75.254	-	-	-
Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (BST SME nº 1)	-	-	-	-	2.028.717	-	98.179	-	-	-
Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Totta Consumer nº 1)	-	-	-	-	962.218	-	111.278	-	-	-
LEASETOTTA nº 1 FTC	-	-	-	-	724.957	1.306.509	709.099	1.295.414	-	-
HIPOTOTTA nº 1 PLC	-	-	-	-	238.832	282.445	(2.923)	(2.881)	(1.800)	(1.124)
HIPOTOTTA nº 2 PLC (9)	-	-	-	-	-	909.493	-	(10.705)	-	(1.983)
HIPOTOTTA nº 3 PLC (9)	-	-	-	-	-	1.581.593	-	(17.363)	-	(3.618)
HIPOTOTTA nº 4 PLC	-	-	-	-	1.299.458	1.464.881	(17.616)	(17.578)	(5.633)	(2.912)
HIPOTOTTA nº 5 PLC	-	-	-	-	1.076.745	1.255.211	(8.857)	(8.127)	(4.382)	(1.318)
HIPOTOTTA nº 7 Ltd	-	-	-	-	1.319.559	1.641.785	(12.110)	(9.781)	(6.067)	(1.729)
HIPOTOTTA nº 8 Ltd (9)	-	-	-	-	-	1.040.297	-	(5.454)	-	(151)
HIPOTOTTA nº 10 Ltd (9)	-	-	-	-	-	825.853	-	(2.785)	-	(394)
LEASETOTTA nº 1 Ltd	-	-	-	-	788.396	1.368.933	(7.850)	(3.402)	(4.448)	1.183

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Empresa	Actividade	Sede	Método de consolidação
SANTANDER TOTTA , SGPS	Gestão de participações sociais	Portugal	Matriz
BANCO SANTANDER TOTTA , S.A. <sup>(3)</sup>	Bancária	Portugal	Integral
BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A. <sup>(7)</sup>	Bancária	Angola	Excluída de consolidação
TOTTA & AÇORES FINANCING <sup>(1) (5)</sup>	Bancária	Iilhas Cayman	Integral
SERFIN INTERNATIONAL BANK & TRUST	Bancária	Iilhas Cayman	Integral
TOTTA & AÇORES, INC. - NEWARK	Captação de fundos	EUA	Integral
TOTTA IRELAND, PLC <sup>(4)</sup>	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
SANTOTTA INTERNACIONAL, SGPS, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. <sup>(2)</sup>	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A. <sup>(7)</sup>	Imobiliária	Portugal	Excluída de consolidação
TOTTA CRÉDITO ESPECIALIZADO, IFIC,S.A. (Totta IFIC) <sup>(3) (8)</sup>	Leasing, factoring e ALD	Portugal	Integral
SANTANDER - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS,S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
BST INTERNATIONAL BANK, INC. - PORTO RICO <sup>(1) (6)</sup>	Bancária	Porto Rico	Integral
SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM, S.A.	Gestão de fundos	Portugal	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.	Seguradora	Portugal	Integral
SANTANDER PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.	Gestão de fundos de pensões	Portugal	Integral
PARTANG, SGPS, S.A. <sup>(7)</sup>	Gestão de participações sociais	Portugal	Excluída de consolidação
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A. <sup>(7)</sup>	Gestão de cartões de crédito	Portugal	Excluída de consolidação
HIPOTOTTA nº 1 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 2 FTC <sup>(9)</sup>	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 3 FTC <sup>(9)</sup>	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 4 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 5 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 7 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 8 FTC <sup>(9)</sup>	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 10 FTC <sup>(9)</sup>	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA nº 11)	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral
Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA nº 12)	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral
Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (BST SME nº 1)	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral
Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Totta Consumer nº 1)	Sociedade de titularização de créditos	Portugal	Integral
LEASETOTTA nº 1 FTC	Fundo de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA nº 1 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 2 PLC <sup>(9)</sup>	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 3 PLC <sup>(9)</sup>	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 7 Ltd	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 8 Ltd <sup>(9)</sup>	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA nº 10 Ltd <sup>(9)</sup>	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
LEASETOTTA nº 1 Ltd	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral

- (1) A situação líquida destas sociedades inclui a emissão de acções preferenciais com natureza de capital que foram subscritas por entidades do Grupo Santander (Nota 30).
- (2) A situação líquida desta entidade inclui prestações suplementares no montante de mEuros 99.760.
- (3) Demonstrações financeiras individuais apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas.
- (4) Os montantes reflectidos nas colunas do “Resultado do exercício” correspondem ao resultado líquido apurado no mês de Dezembro de cada um dos anos, em virtude desta entidade encerrar o seu exercício económico em 30 de Novembro. Nos períodos compreendidos entre 1 de Janeiro e 30 de Novembro de 2011 e 2010, o resultado líquido da Totta Ireland, PLC. ascendeu a mEuros 89.013 e mEuros 59.332, respectivamente.
- (5) O capital está representado por 50.000 acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 0,01%.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

- (6) O capital está representado por 5.000.000 de acções ordinárias com o valor nominal de 1 Dólar dos Estados Unidos cada e por 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares dos Estados Unidos cada. Considerando as acções preferenciais, a participação efectiva do Banco nesta entidade é de 1,37%.
- (7) Valorizada por equivalência patrimonial.
- (8) Em 1 de Abril de 2011 ocorreu a fusão por incorporação da Totta IFIC no Banco.
- (9) Emissões liquidadas durante o exercício de 2011.

De acordo com a IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades de propósito especial (SPE) criadas no âmbito de operações de titularização, dado que detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade. Tal deve-se ao facto de ter na sua carteira as obrigações emitidas com maior grau de subordinação (Nota 47). Estas entidades estão acima indicadas como Hipotottas e LeaseTotta FTC (fundos de titularização de créditos) e Hipotottas e Lease Totta PLC ou Ltd. (entidades que subscreveram as unidades de participação dos fundos de titularização). Nos casos dos Hipotottas nº 11 e 12, BST SME nº 1 e Totta Consumer nº 1, o Grupo inclui nas suas contas consolidadas a parcela correspondente das demonstrações financeiras da Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., dado que pelo mesmo motivo detém também a maior parte dos riscos e benefícios associados a estas operações de securitização.

Em 3 de Maio de 2010, o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de Janeiro de 2010.

Nos termos do acordo assinado entre o BST e a CGD, em 5 de Julho de 2010 a CGD exerceu a opção de compra de 1% do capital social da Partang, que é detentora de 51% do capital social do Banco Caixa Geral Totta de Angola. Na sequência desta operação, o Grupo BST passou a deter 49% do capital social da Partang, deixando de ter controlo conjunto sobre o BCGTA. De acordo com a IAS 27, o Banco valorizou ao justo valor a participação anteriormente detida, tendo registado uma mais valia consolidada de mEuros 54.045, dos quais mEuros 53.973 afectos ao Grupo e mEuros 72 afectos a interesses minoritários. Na sequência desta operação a participação passou a ser reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Caixa	186.707	217.801
Depósitos à ordem		
No Banco Central Europeu	201.130	99.074
	-----	-----
	387.837	316.875
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País		
Depósitos à ordem	332	1.466
Cheques a cobrar	80.789	110.057
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Outras instituições de crédito		
Depósitos à ordem	273.986	123.514
Cheques a cobrar	1.855	1.246
	-----	-----
	356.962	236.283
	=====	=====

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Títulos		
Instrumentos de Capital		
Emitidos por residentes		
Unidades de Participação	287.032	406.281
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1.703.900	1.233.393
	-----	-----
	1.990.932	1.639.674
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica Unidades de Participação refere-se essencialmente a fundos mobiliários e imobiliários geridos por entidades do Grupo Santander e apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Fundos especiais de investimento	23	127.258
Fundos de investimento mobiliário	221.036	255.930
Fundos de investimento imobiliário	65.973	23.093
	-----	-----
	287.032	406.281
	=====	=====

Os Fundos especiais de investimento que estavam em carteira em 31 de Dezembro de 2010 foram liquidados durante o exercício de 2011, tendo o Banco recebido os respectivos valores.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica de instrumentos financeiros derivados tem a seguinte composição:

	2011			2010 (Pro-forma)		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
		(Nota 20)	(Nota 12)		(Nota 20)	(Nota 12)
FRA's	1.205	-	1.205	550	-	550
Forwards	544	9	535	-	197	(197)
Swaps						
Contratos de taxa de câmbio (currency swaps)	28.998	-	28.998	-	8.279	(8.279)
Contratos de taxa de juro (interest rate swaps)	716.986	651.642	65.344	473.815	487.332	(13.517)
Contratos sobre cotações (equity swaps)	1.232	3.836	(2.604)	4	2.750	(2.746)
Opções	80.638	67.577	13.061	109.545	112.963	(3.418)
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	874.297	875.105	(808)	649.479	651.076	(1.597)
	<u>1.703.900</u>	<u>1.598.169</u>	<u>105.731</u>	<u>1.233.393</u>	<u>1.262.597</u>	<u>(29.204)</u>

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010 (Pro-forma)
Instrumentos de Dívida		
Emitidos por residentes		
Obrigações do Tesouro	693.499	526.000
Dívida não subordinada	207.569	264.011
Emitidos por não residentes		
Emissores públicos estrangeiros	44.237	24.646
Outros emissores	1.087.191	2.131.104
Instrumentos de capital		
Emitidos por residentes	10.008	26.538
Emitidos por não residentes	1.318	2.396
	<u>2.043.822</u>	<u>2.974.695</u>

Os juros e os resultados da valorização destas operações ao seu justo valor são reflectidos em "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados" (Nota 37).

Os títulos incluídos em "Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados" em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser divididos como segue:

Descrição	2011						2010 (Pro-forma)					
	Produtos "Unit link"		Outros produtos			Justo valor	Produtos "Unit link"		Outros produtos			Justo valor
	Capital	Juros a receber	Capital	Juros a receber	Valias		Capital	Juros a receber	Capital	Juros a receber	Valias	
Instrumentos de Dívida												
Emitidos por residentes												
Obrigações do Tesouro	595.948	17.430	91.202	1.340	(12.421)	693.499	423.016	9.698	91.897	1.344	45	526.000
Dívida não subordinada	203.653	2.790	1.113	13	-	207.569	262.354	1.657	-	-	-	264.011
Emitidos por não residentes												
Emissores públicos estrangeiros	43.799	438	-	-	-	44.237	23.938	708	-	-	-	24.646
Dívida não subordinada	1.046.222	19.338	21.620	11	-	1.087.191	2.094.790	36.314	-	-	-	2.131.104
Instrumentos de capital												
Emitidos por residentes	10.008	-	-	-	-	10.008	26.538	-	-	-	-	26.538
Emitidos por não residentes	1.318	-	-	-	-	1.318	2.396	-	-	-	-	2.396
	<u>1.900.948</u>	<u>39.996</u>	<u>113.935</u>	<u>1.364</u>	<u>(12.421)</u>	<u>2.043.822</u>	<u>2.833.032</u>	<u>48.377</u>	<u>91.897</u>	<u>1.344</u>	<u>45</u>	<u>2.974.695</u>



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Durante o primeiro semestre de 2011 o Grupo vendeu 2.585.640 acções do Banco BPI, pelo montante global de mEuros 3.129, tendo realizado uma mais-valia de mEuros 35 e utilizado a imparidade registada para o efeito (Nota 25).

Em 17 de Maio de 2011 o Grupo recebeu 1.366.741 acções do Banco BPI, no âmbito do aumento de capital deste Banco por incorporação de reservas.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Grupo detinha 13.813.513 acções e 15.032.413 acções do Banco BPI, S.A. com um custo de aquisição de mEuros 35.796 e mEuros 42.164, respectivamente. Nos exercícios de 2011 e 2010 o Banco reforçou imparidade para estes títulos nos montantes de mEuros 11.081 e mEuros 21.345, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de obrigações do tesouro e de emissores públicos estrangeiros incluem valias reconhecidas em resultados no montante de mEuros 210.141 e de mEuros 73.037 relativas a correcções de valor de operações de cobertura. Estes títulos apresentam as seguintes características:

Descrição	2011					2010 (Pro-forma)						
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias em operações de cobertura	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Obrigações do Tesouro - Portugal												
. Com vencimento a um ano	17.703	352	-	(594)	-	17.461	34.362	540	-	(267)	-	34.635
. Com vencimento entre um e três anos	961.459	8.582	28.427	(271.362)	-	727.106	165.394	2.356	-	(4.243)	-	163.507
. Com vencimento entre três e cinco anos	11.794	85	-	(3.361)	-	8.518	1.240.427	9.698	15.428	(103.669)	-	1.161.884
. Com vencimento entre cinco e dez anos	792.857	18.753	82.522	(444.127)	-	450.005	791.842	18.743	34.061	(134.667)	-	709.979
. Com vencimento a mais de dez anos	5.561	95	-	(2.432)	-	3.224	7.495	157	-	(597)	-	7.055
Bilhetes do Tesouro - Portugal	508.884	-	-	(315)	-	508.569	10.222	-	-	(52)	-	10.170
Outros	487	4	-	-	(374)	117	487	4	-	-	(231)	250
	<u>2.298.745</u>	<u>27.871</u>	<u>110.949</u>	<u>(722.191)</u>	<u>(374)</u>	<u>1.715.000</u>	<u>2.250.225</u>	<u>31.498</u>	<u>49.489</u>	<u>(243.495)</u>	<u>(231)</u>	<u>2.087.490</u>
Obrigações do Tesouro - Espanha												
. Com vencimento a um ano	17.157	39	-	40	-	17.236	5.739	51	-	24	-	5.814
. Com vencimento entre um e três anos	48.515	787	-	(99)	-	48.183	1.454.800	27.797	-	(2.077)	-	1.443.532
. Com vencimento entre três e cinco anos	633.264	24.450	-	(10.627)	-	647.087	650.855	24.857	-	(30.195)	-	645.517
. Com vencimento entre cinco e dez anos	1.014.147	23.482	99.192	(146.098)	-	990.723	1.000.000	23.028	25.625	(118.265)	-	930.388
	<u>1.713.083</u>	<u>48.738</u>	<u>99.192</u>	<u>(156.784)</u>	-	<u>1.704.229</u>	<u>3.111.394</u>	<u>75.733</u>	<u>23.548</u>	<u>(185.024)</u>	-	<u>3.025.651</u>
Obrigações do Tesouro - Outros países												
. Com vencimento a um ano	2.869	43	-	9	-	2.921	51.036	252	-	1.102	-	52.390
. Com vencimento entre um e três anos	39.459	298	-	441	-	40.198	23.853	115	-	425	-	24.393
. Com vencimento entre três e cinco anos	14.312	-	-	1.487	-	15.799	31.919	223	-	1.152	-	33.294
. Com vencimento entre cinco e dez anos	27.049	-	-	1.804	-	28.853	40.216	-	-	3.438	-	43.654
. Com vencimento a mais de dez anos	32.092	11	-	(8.363)	-	23.740	30.580	13	-	(456)	-	30.137
	<u>115.781</u>	<u>352</u>	-	<u>(4.622)</u>	-	<u>111.511</u>	<u>177.604</u>	<u>603</u>	-	<u>5.661</u>	-	<u>183.888</u>
	<u>4.127.609</u>	<u>78.981</u>	<u>210.141</u>	<u>(883.597)</u>	<u>(374)</u>	<u>3.530.740</u>	<u>5.539.227</u>	<u>107.834</u>	<u>73.037</u>	<u>(422.858)</u>	<u>(231)</u>	<u>5.297.009</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Grupo detém na sua carteira Obrigações do Tesouro de Portugal e Espanha no valor de mEuros 1.558.315 e mEuros 4.725.398, respectivamente, utilizados como colaterais em operações de financiamento (Nota 22).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de instrumentos de dívida – outros residentes inclui os seguintes títulos:

Descrição	2011				2010 (Pro-forma)					
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Adquiridos no âmbito de operações de titularização										
ENERGYON NO.2 CLASS A NOTES MAY	99.111	154	(22.227)	-	77.038	105.283	134	(17.471)	-	87.946
TAGUS ROSE-07 1 SEC NOTES DEC/12	34.935	43	(571)	-	34.407	69.867	72	(1.953)	-	67.986
Outros	50	-	-	-	50	49	1	(7)	-	43
	<u>134.096</u>	<u>197</u>	<u>(22.798)</u>	-	<u>111.495</u>	<u>175.199</u>	<u>207</u>	<u>(19.431)</u>	-	<u>155.975</u>
Dívida não subordinada										
Papel comercial	475.962	1.459	769	-	478.190	-	-	-	-	-
PARPUBLICA 3.5 07-2013	139.863	2.370	(37.663)	-	104.570	139.772	2.376	2.209	-	144.357
BANCO ESPÍRITO SANTO 3.75% 01/12	77.171	2.750	(480)	-	79.441	77.586	2.750	(2.148)	-	78.188
SONAE DISTRIBUIÇÃO SET 2007/2015	70.000	501	(10.701)	-	59.800	70.000	370	(10.115)	-	60.255
BANCO INTL DO FUNCHAL SA 3.25 5/	59.994	1.268	(1.713)	-	59.549	59.976	1.272	(2.141)	-	59.107
IBERWIND II P- CONSULTORIA SENIO A	33.967	59	170	-	34.196	35.903	52	1.189	-	37.144
OBRIGAÇÕES ZÓN MULTIMÉDIA 2010/2	24.300	63	(1.195)	-	23.168	24.300	63	-	-	24.363
BANCO COMERC PORTUGUES 3.625% 01	23.605	813	(142)	-	24.276	23.708	813	(654)	-	23.867
EDIA 2010/2030	19.250	336	(8.627)	-	10.959	19.250	291	(4.289)	-	15.252
AUTO SUECO 2009/2014	15.000	5	(1.552)	-	13.453	15.000	4	(1.454)	-	13.550
GALP ENERGIA 05-2013	-	-	-	-	-	90.000	514	1.341	-	91.855
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.875% 12/	-	-	-	-	-	74.176	156	(1.492)	-	72.804
Outros	10.210	26	42	(231)	10.047	11.277	21	41	(231)	11.108
	<u>949.322</u>	<u>9.650</u>	<u>(61.092)</u>	<u>(231)</u>	<u>897.649</u>	<u>640.948</u>	<u>8.682</u>	<u>(17.513)</u>	<u>(231)</u>	<u>631.886</u>
Dívida subordinada										
CXGD Float 06/49	45.780	13	(20.400)	-	25.393	45.780	8	(18.780)	-	27.008
CXGD Float 49-15	14.533	2	(5.721)	-	8.814	14.533	2	(5.252)	-	9.283
BPI Cap Fin Float 49	21.268	98	(11.268)	-	10.098	21.268	90	(6.893)	-	14.465
Outros	2.759	7	(1.323)	-	1.443	2.755	5	(1.305)	-	1.455
	<u>84.340</u>	<u>120</u>	<u>(38.712)</u>	-	<u>45.748</u>	<u>84.336</u>	<u>105</u>	<u>(32.230)</u>	-	<u>52.211</u>

As operações de papel comercial contratadas no exercício de 2011 no montante de mEuros 492.462 foram registadas nesta rubrica, enquanto que as operações contratadas em 2010 foram registadas na rubrica “crédito a clientes”.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de instrumentos de dívida – outros emissores não residentes inclui os seguintes títulos:

Descrição	2011				2010 (Pro-forma)			
	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Valor de balanço	Valor de aquisição	Juros a receber	Valias reflectidas em reservas	Valor de balanço
<b>Intrumentos de dívida - Outros emissores não residentes</b>								
Papel comercial	16.500	130	102	16.732	-	-	-	-
Santan FRN 14/06/13	4.828	4	(29)	4.803	4.718	3	31	4.752
BCP 9.25% 12/10/2014	3.398	70	(780)	2.688	-	-	-	-
BCPN FLOAT 12/16	-	-	-	-	4.499	2	(1.259)	3.242
Santander 17-12	1.902	19	(425)	1.496	1.906	19	(186)	1.739
Euro DM Cpn 0 03/11	-	-	-	-	1.773	-	11	1.784
Irish Life 6,25 02/11	-	-	-	-	1.701	93	(52)	1.742
AYT Cedulas 4% 04/14	1.496	44	(86)	1.454	1.495	44	(70)	1.469
BBVSM 4.25% 07/14	1.403	28	(13)	1.418	1.405	28	(8)	1.425
HSBC 5.375% 12/12	1.302	2	22	1.326	1.305	2	52	1.359
Socgen 5.625% 02/12	1.021	51	(7)	1.065	1.027	51	25	1.103
CCCI 5.875% 04/12	993	40	-	1.033	1.004	40	30	1.074
Outros	3.463	150	33	3.646	4.380	200	122	4.702
	<b>36.306</b>	<b>538</b>	<b>(1.183)</b>	<b>35.661</b>	<b>25.213</b>	<b>482</b>	<b>(1.304)</b>	<b>24.391</b>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de instrumentos de capital inclui os seguintes títulos:

Descrição	2011				2010 (Pro-forma)			
	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
<b>Valorizados ao Justo Valor</b>								
FUNDO INV MOB TOTTA MULTIOBRIGAÇÕES	106.923	(14.575)	-	92.348	106.923	(12.434)	-	94.489
BPI	35.796	-	(29.152)	6.644	42.164	-	(21.345)	20.819
FUNDO RECUPERAÇÃO FCR	18.356	-	-	18.356	11.816	-	-	11.816
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S.A.	2.506	-	-	2.506	3.154	-	-	3.154
F.I.I. FECHADO IMORENDIMENTO II	18.663	-	-	18.663	-	-	-	-
Outros	10.018	329	(3.374)	6.973	10.214	224	(3.084)	7.354
Titulos com imparidade a 100%	32.050	-	(32.050)	-	34.173	-	(34.173)	-
	<b>224.312</b>	<b>(14.246)</b>	<b>(64.576)</b>	<b>145.490</b>	<b>208.444</b>	<b>(12.210)</b>	<b>(58.602)</b>	<b>137.632</b>
<b>Valorizados ao custo histórico</b>								
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS NORTE, S.A. (prestações suplementares) (I)	3.749	-	-	3.749	3.749	-	-	3.749
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS NORTE S.A. (EX - AENOR)	3.749	-	(404)	3.345	3.749	-	(4)	3.745
SIBS - SOC.INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS SARL	3.461	-	-	3.461	3.461	-	-	3.461
Outros	7.599	-	(1.915)	5.684	10.297	-	(1.915)	8.382
Titulos com imparidade a 100%	6.104	-	(6.104)	-	6.104	-	(6.104)	-
	<b>24.662</b>	<b>-</b>	<b>(8.423)</b>	<b>16.239</b>	<b>27.360</b>	<b>-</b>	<b>(8.023)</b>	<b>19.337</b>

Durante o exercício de 2011 o Banco respondeu às chamadas de capital do Fundo Recuperação, FCR, no montante total de mEuros 6.540. Neste âmbito, subscreveu 30.000 unidades de participação deste Fundo, tendo realizado até 31 de Dezembro de 2011 cerca de 61,2%.

No exercício de 2011, o Banco adquiriu 2.748.238 unidades de participação do Fundo Fechado de Investimento Imobiliário - Imorendimento II por um montante de mEuros 18.663, na sequência de um acordo de regularização de uma dívida a receber referente a crédito concedido.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor apresentavam as seguintes percentagens face aos respectivos custos de aquisição:

Descrição	2011					2010 (Pro-forma)				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias por operações de cobertura	Reserva negativa	Valor de balanço
<b>Instrumentos de Dívida</b>										
. entre 0% e 25%	3.090.674	56.741	99.192	(231.099)	3.015.508	6.032.350	114.229	73.037	(480.583)	5.739.033
. entre 25% e 50%	1.190.689	10.477	28.427	(387.325)	842.268	88.836	107	-	(33.489)	55.454
. mais de 50%	702.571	17.778	82.522	(407.019)	395.852	-	-	-	-	-
	<b>4.983.934</b>	<b>84.996</b>	<b>210.141</b>	<b>(1.025.443)</b>	<b>4.253.628</b>	<b>6.121.186</b>	<b>114.336</b>	<b>73.037</b>	<b>(514.072)</b>	<b>5.794.487</b>
<b>Instrumentos de Capital</b>										
. entre 0% e 25%	106.923	-	-	(14.575)	92.348	107.423	-	-	(12.528)	94.895
	106.923	-	-	(14.575)	92.348	107.423	-	-	(12.528)	94.895
	<b>5.090.857</b>	<b>84.996</b>	<b>210.141</b>	<b>(1.040.018)</b>	<b>4.345.976</b>	<b>6.228.609</b>	<b>114.336</b>	<b>73.037</b>	<b>(526.600)</b>	<b>5.889.382</b>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Aplicações em instituições de crédito no país		
Aplicações a muito curto prazo		-
Empréstimos	57.428	131.167
Juros a receber	953	828
Outras aplicações	1.150.000	500.000
	-----	-----
	1.208.381	631.995
	-----	-----
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	65.215	564
Depósitos	918.705	1.106.000
Outras aplicações	102.345	141.787
Juros a receber	29.704	34.282
	-----	-----
	1.115.969	1.282.633
	-----	-----
	2.324.350	1.914.628
	=====	=====

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Crédito geral		
Crédito Interno		
A empresas		
Crédito em conta corrente	1.334.775	1.594.663
Empréstimos	3.325.033	5.100.288
Factoring	1.231.364	1.517.055
Locação financeira	526.117	549.698
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	184.867	254.255
Descobertos	406.295	399.902
Outros créditos	39.165	25.686
A particulares		
Habitação	9.141.345	5.781.267
Consumo e outros	1.255.346	2.078.614
Crédito ao exterior		
A empresas		
Crédito em conta corrente	12.240	244.631
Empréstimos	82.077	548.047
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	49	92
Descobertos	5.294	4.622
Factoring	91.558	109.541
Locação financeira	4.239	-
Outros créditos	3.432	3.077
A particulares		
Habitação	397.570	387.392
Consumo e outros	22.036	44.472
	-----	-----
	18.062.802	18.643.302
	-----	-----

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada		
Papel comercial	40.000	2.633.386
	-----	-----
Activos titularizados não desreconhecidos (Nota 47)		
A empresas		
Empréstimos		
. BST SME nº 1	1.327.389	-
. Totta Consumer nº 1	36.331	-
Locação Financeira		
. Leasetotta	652.910	907.556
Crédito titulado – Papel Comercial		
. BST SME nº 1	615.200	-
A particulares		
Habitação		
. Hipototta nº 1	225.469	268.027
. Hipototta nº 2	-	876.988
. Hipototta nº 3	-	1.543.260
. Hipototta nº 4	1.255.543	1.422.287
. Hipototta nº 5	1.049.819	1.231.046
. Hipototta nº 7	1.275.981	1.601.178
. Hipototta nº 8	-	978.832
. Hipototta nº 10	-	802.442
. Hipototta nº 11	1.736.472	1.873.515
. Hipototta nº 12	1.216.021	-
Consumo		
Totta Consumer	747.758	-
Locação Financeira		
Leasetotta nº 1	1.803	-
	-----	-----
	10.140.696	11.505.131
	-----	-----
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	54.267	31.711
Há mais de 90 dias	627.468	444.921
	-----	-----
	681.735	476.632
	-----	-----
	28.925.233	33.258.451
	-----	-----
Juros a receber		
Crédito não titulado	58.831	60.603
Crédito titulado	1.541	5.510
Activos titularizados não desreconhecidos	31.981	25.417
Despesas com encargo diferido	100.227	114.721
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	( 111.288 )	( 118.327 )
Correcções de valor de activos objecto de cobertura	5.328	4.306
	-----	-----
	86.620	92.230
	-----	-----
	29.011.853	33.350.681
Imparidade em crédito a clientes (Nota 25)	( 671.913 )	( 536.657 )
	-----	-----
	28.339.940	32.814.024
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2011 e 2010 foram vendidas carteiras de crédito à habitação e a empresas. Como resultado destas operações foram registados em 2011 e 2010, ganhos no valor de mEuros 1 e mEuros 78, respectivamente (Nota 40).

O movimento ocorrido na imparidade em crédito a clientes durante os exercícios de 2011 e 2010 é apresentado na Nota 25.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Até três meses	54.267	31.711
Entre três e seis meses	97.880	36.847
Entre seis meses e um ano	176.115	122.625
Entre um e três anos	258.491	236.862
Mais de três anos	94.982	48.587
	-----	-----
	681.735	476.632
	=====	=====

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a composição da carteira de crédito a clientes por sectores de actividade é a seguinte:

	2011			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura	213.633	6.079	219.712	0,76%
Silvicultura e Exploração Florestal	32.869	729	33.598	0,12%
Pesca	29.425	425	29.850	0,10%
Indústrias Extractivas	94.724	1.842	96.566	0,33%
Indústrias Alimentares	245.786	4.003	249.789	0,86%
Indústrias de Bebidas e Tabaco	133.015	1.072	134.087	0,46%
Indústrias Têxteis e do Calçado	442.721	8.796	451.517	1,56%
Indústrias de Madeira e Cortiça	109.911	3.446	113.357	0,39%
Indústrias do Papel e das Artes Gráficas	157.400	2.890	160.290	0,55%
Indústrias Químicas	107.122	582	107.704	0,37%
Indústrias Cerâmicas, do Vidro e do Cimento	185.302	2.174	187.476	0,65%
Indústrias Metalomecânicas	150.166	4.006	154.172	0,53%
Fabricação de Máquinas Eléctricas e Materiais de Transporte	221.242	6.774	228.016	0,79%
Electricidade Água e Gás	289.613	1.665	291.278	1,01%
Construção Civil e Obras Públicas	2.000.621	119.107	2.119.728	7,33%
Comércio por Grosso	720.013	23.497	743.510	2,57%
Comércio a Retalho	780.496	27.081	807.577	2,79%
Turismo, Restaurantes e Hotéis	435.822	11.809	447.631	1,55%
Transportes e Armazenagem	461.071	5.345	466.416	1,61%
Comunicações	113.986	1.686	115.672	0,40%
Instituições Financeiras não Monetárias	233.203	12	233.215	0,81%
Sector Público Administrativo	858.269	3.977	862.246	2,98%
Outras Empresas de Serviços	1.631.742	71.580	1.703.322	5,89%
Crédito a Particulares	17.648.536	363.747	18.012.283	62,27%
Crédito ao Exterior	378.485	2.592	381.077	1,32%
Outros Créditos	568.325	6.819	575.144	2,00%
	<b>28.243.498</b>	<b>681.735</b>	<b>28.925.233</b>	<b>100,00%</b>

	2010 (Pro-forma)			
	Vivo	Vencido	Total	%
Agricultura	204.513	3.507	208.020	0,63%
Silvicultura e Exploração Florestal	39.670	240	39.910	0,12%
Pesca	34.886	214	35.100	0,11%
Indústrias Extractivas	413.086	1.204	414.290	1,25%
Indústrias Alimentares	295.715	1.672	297.387	0,89%
Indústrias de Bebidas e Tabaco	191.845	468	192.313	0,58%
Indústrias Têxteis e do Calçado	532.074	4.659	536.733	1,61%
Indústrias de Madeira e Cortiça	133.316	2.012	135.328	0,41%
Indústrias do Papel e das Artes Gráficas	185.090	1.477	186.567	0,56%
Indústrias Químicas	180.391	556	180.947	0,54%
Indústrias Cerâmicas, do Vidro e do Cimento	248.443	1.848	250.291	0,75%
Indústrias Metalomecânicas	176.447	3.766	180.213	0,54%
Fabricação de Máquinas Eléctricas e Materiais de Transporte	351.297	5.167	356.464	1,07%
Electricidade Água e Gás	292.242	1.104	293.346	0,88%
Construção Civil e Obras Públicas	2.299.367	72.530	2.371.897	7,13%
Comércio por Grosso	855.863	11.055	866.918	2,61%
Comércio a Retalho	837.847	14.849	852.696	2,56%
Turismo, Restaurantes e Hotéis	477.846	5.838	483.684	1,45%
Transportes e Armazenagem	1.002.116	2.484	1.004.600	3,02%
Comunicações	254.558	1.697	256.255	0,77%
Instituições Financeiras não Monetárias	1.117.600	12	1.117.612	3,36%
Sector Público Administrativo	1.072.916	2.663	1.075.579	3,23%
Outras Empresas de Serviços	2.431.911	37.755	2.469.666	7,43%
Crédito a Particulares	18.322.184	285.678	18.607.862	55,95%
Crédito ao Exterior	382.353	2.454	384.807	1,16%
Outros Créditos	448.243	11.723	459.966	1,39%
	<b>32.781.819</b>	<b>476.632</b>	<b>33.258.451</b>	<b>100,00%</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011, o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>Crédito vencido</u>	<u>Crédito vivo</u>	<u>Crédito total</u>
Crédito concedido a empresas			
· Sem indícios de imparidade	-	9.638.382	9.638.382
· Com indícios de imparidade	302.396	409.940	712.336
	-----	-----	-----
	302.396	10.048.322	10.350.718
	-----	-----	-----
Crédito à habitação			
· Sem indícios de imparidade	-	15.384.875	15.384.875
· Com indícios de imparidade	249.306	779.278	1.028.584
	-----	-----	-----
	249.306	16.164.153	16.413.459
	-----	-----	-----
Crédito ao consumo			
· Sem indícios de imparidade	-	1.111.840	1.111.840
· Com indícios de imparidade	31.771	88.956	120.727
	-----	-----	-----
	31.771	1.200.796	1.232.567
	-----	-----	-----
Crédito concedido através de cartões de crédito			
· Sem indícios de imparidade	-	262.818	262.818
· Com indícios de imparidade	25.535	11.696	37.231
	-----	-----	-----
	25.535	274.514	300.049
	-----	-----	-----
Outros créditos a particulares			
· Sem indícios de imparidade	-	435.915	435.915
· Com indícios de imparidade	72.727	119.798	192.525
	-----	-----	-----
	72.727	555.713	628.440
	-----	-----	-----
	681.735	28.243.498	28.925.233
	=====	=====	=====

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010 (Proforma), o crédito vencido e o crédito vivo, com e sem indícios de imparidade, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>Crédito vencido</u>	<u>Crédito vivo</u>	<u>Crédito total</u>
Crédito concedido a empresas			
· Sem indícios de imparidade	-	13.737.287	13.737.287
· Com indícios de imparidade	180.390	262.991	443.381
	-----	-----	-----
	180.390	14.000.278	14.180.668
	-----	-----	-----
Crédito à habitação			
· Sem indícios de imparidade	-	15.360.671	15.360.671
· Com indícios de imparidade	202.461	1.263.316	1.465.777
	-----	-----	-----
	202.461	16.623.987	16.826.448
	-----	-----	-----
Crédito ao consumo			
· Sem indícios de imparidade	-	1.179.495	1.179.495
· Com indícios de imparidade	20.568	128.021	148.589
	-----	-----	-----
	20.568	1.307.516	1.328.084
	-----	-----	-----
Crédito concedido através de cartões de crédito			
· Sem indícios de imparidade	-	258.758	258.758
· Com indícios de imparidade	18.338	24.367	42.705
	-----	-----	-----
	18.338	283.125	301.463
	-----	-----	-----
Outros créditos a particulares			
· Sem indícios de imparidade	-	434.810	434.810
· Com indícios de imparidade	54.875	132.103	186.978
	-----	-----	-----
	54.875	566.913	621.788
	-----	-----	-----
	476.632	32.781.819	33.258.451
	=====	=====	=====

12. DERIVADOS DE COBERTURA

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2011			2010 (Pro-forma)		
	Activo	Passivo	Líquido	Activo	Passivo	Líquido
Coberturas de justo valor						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	63.428	253.239	(189.811)	59.310	119.988	(60.678)
Swaps cotações (equity swap)	13.286	20.852	(7.566)	16.769	48.112	(31.343)
Opções AutoCallable	3.897	8.798	(4.901)	14.638	21.162	(6.524)
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	86.691	-	86.691	40.795	161	40.634
	<u>167.302</u>	<u>282.889</u>	<u>(115.587)</u>	<u>131.512</u>	<u>189.423</u>	<u>(57.911)</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Valor nominal						Valor nominal				
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	EUR	USD	GBP	JPY	Outros
<b>1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)</b>												
Forwards	535	49.740	26.319	131.120	-	-	207.179	100.612	41.323	11.239	1.864	52.141
Swaps de divisas (currency swaps)	28.998	2.569.493	-	-	-	-	2.569.493	1.270.008	1.194.680	47.970	-	56.835
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)	65.344	758.000	298.738	1.518.720	4.011.619	4.458.676	11.045.753	10.810.302	46.944	179.576	-	8.931
Swaps de cotações (equity swaps)	(2.604)	171.581	205.402	246.615	2.526.267	1.532.538	4.682.403	4.674.148	8.255	-	-	-
Opções	13.061	57.101	114.642	125.141	26.682	442.815	766.381	465.718	289.338	11.325	-	-
FRA	1.205	130.000	120.000	60.000	25.000	10.860	345.860	345.860	-	-	-	-
Outros (Caps & Floors)	(808)	155.791	241.410	183.191	572.144	2.088.881	3.241.417	3.206.175	35.242	-	-	-
	<u>105.731</u>	<u>3.891.706</u>	<u>1.006.511</u>	<u>2.264.787</u>	<u>7.161.712</u>	<u>8.533.770</u>	<u>22.858.486</u>	<u>20.872.823</u>	<u>1.615.782</u>	<u>250.110</u>	<u>1.864</u>	<u>117.907</u>
<b>2. Instrumentos derivados de cobertura</b>												
Cobertura de justo valor												
Swaps de taxa de juro (interest rate swap)	(189.811)	1.600	38.550	305.230	2.646.703	2.110.287	5.102.370	5.066.432	35.938	-	-	-
Swaps de cotações (equity swap)	(7.566)	-	16.204	229.792	250.940	5.690	502.626	502.626	-	-	-	-
Opções AutoCallable	(4.901)	50.856	45.809	120.943	1.370.021	526.245	2.113.874	1.969.989	143.885	-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa												
Swaps de taxa de juro (interest rate swap)	86.691	-	-	-	1.550.000	1.050.000	2.600.000	2.600.000	-	-	-	-
	<u>(115.587)</u>	<u>52.456</u>	<u>100.563</u>	<u>655.965</u>	<u>5.817.664</u>	<u>3.692.222</u>	<u>10.318.870</u>	<u>10.139.047</u>	<u>179.823</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Valor nominal						Valor nominal				
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	EUR	USD	GBP	JPY	Outros
<b>1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)</b>												
Forwards	(197)	47.807	83.791	22.633	34.926	-	189.157	96.472	71.977	9.421	4.595	6.692
Swaps de divisas (currency swaps)	(8.279)	2.147.426	-	45.798	-	-	2.193.224	1.100.813	981.672	58.140	-	52.599
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)	(13.517)	222.166	1.120.119	995.425	5.325.232	5.193.657	12.856.599	12.625.388	56.944	174.267	-	-
Swaps de cotações (equity swaps)	(2.746)	196.679	202.148	576.881	3.072.435	1.460.930	5.509.073	5.481.717	27.356	-	-	-
Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Opções	(3.418)	113.936	66.759	23.671	44.529	458.037	706.932	493.641	195.848	3.253	3.682	10.508
FRA	550	75.000	50.000	-	-	10.860	135.860	135.860	-	-	-	-
Outros (Caps & Floors)	(1.597)	215.712	16.868	84.512	948.367	2.338.065	3.603.524	3.569.397	34.127	-	-	-
	<u>(29.204)</u>	<u>3.018.726</u>	<u>1.539.685</u>	<u>1.748.920</u>	<u>9.425.489</u>	<u>9.461.549</u>	<u>25.194.369</u>	<u>23.503.288</u>	<u>1.367.924</u>	<u>245.081</u>	<u>8.277</u>	<u>69.799</u>
<b>2. Instrumentos derivados de cobertura</b>												
Cobertura de justo valor												
Swaps de taxa de juro (interest rate swap)	(60.678)	421	42.844	51.736	3.218.592	3.320.164	6.633.757	6.559.511	74.246	-	-	-
Swaps de cotações (equity swap)	(31.343)	248.000	229.060	164.080	458.849	728.597	1.828.586	1.706.983	121.603	-	-	-
Opções AutoCallable	(6.524)	70.938	179.905	284.547	541.686	-	1.077.076	1.076.695	381	-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa												
Swaps de taxa de juro (interest rate swap)	40.634	1.918.200	1.000.000	-	550.000	200.000	3.668.200	3.668.200	-	-	-	-
	<u>(57.911)</u>	<u>2.237.559</u>	<u>1.451.809</u>	<u>500.363</u>	<u>4.769.127</u>	<u>4.248.761</u>	<u>13.207.619</u>	<u>13.011.389</u>	<u>196.230</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

13. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Imóveis recebidos em dação em pagamento	177.737	120.751
Imóveis de serviço próprio para venda	26.857	21.284
Equipamento	3.982	1.579
Outros imóveis	100	-
	-----	-----
	208.676	143.614
Imparidade (Nota 25)	( 67.504 )	( 47.873 )
	-----	-----
	141.172	95.741
	=====	=====

O movimento nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, pode ser apresentado da seguinte forma:

	2010		2011						2011			
	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Aquisições	Alienações	Transferências de activos tangíveis e outros activos		Utilização de imparidade	Perdas por imparidade		Valor Bruto	Imparidade Acumulada	
					Valor bruto	Imparidade		Reforços	Reversões			
Imóveis recebidos em dação em pagamento	120.751	(36.970)	133.107	(85.681)	9.560	(3.153)	13.228	(29.156)	(2.413)	177.737	(53.638)	
Imóveis de serviço próprio para venda	21.284	(10.123)	90	(4.478)	9.961	-	1.493	(7.274)	(4.823)	26.857	(11.081)	
Outros imóveis	-	-	-	-	100	-	-	-	-	100	-	
Equipamento	1.579	(780)	3.707	(2.595)	1.291	(1.007)	302	(1.638)	(338)	3.982	(2.785)	
	<u>143.614</u>	<u>(47.873)</u>	<u>136.904</u>	<u>(92.754)</u>	<u>20.912</u>	<u>(4.160)</u>	<u>15.023</u>	<u>(38.068)</u>	<u>(7.574)</u>	<u>208.676</u>	<u>(67.504)</u>	
	2010 (Pro-forma)											
	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Aquisições	Alienações	Transferências de activos tangíveis e outros activos		Utilização de imparidade	Perdas por imparidade		Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor líquido
					Valor bruto	Imparidade		Reforços	Reversões			
Imóveis recebidos em dação em pagamento	122.075	(38.139)	92.973	(93.407)	(890)	13.667	(24.330)	(11.832)	120.751	(36.970)	83.781	
Imóveis de serviço próprio para venda	20.543	(4.188)	84	-	657	-	(6.402)	(467)	21.284	(10.123)	11.161	
Equipamento	-	-	3.285	(2.619)	913	324	(1.104)	-	1.579	(780)	799	
	<u>142.618</u>	<u>(42.327)</u>	<u>96.342</u>	<u>(96.026)</u>	<u>680</u>	<u>13.991</u>	<u>(31.836)</u>	<u>(12.299)</u>	<u>143.614</u>	<u>(47.873)</u>	<u>95.741</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento nestas rubricas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2010			Aquisições	Abates			Transferências				Amortizações do Exercício	Reversões de Imparidade	Diferenças de câmbio			31-12-2011				
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 25)		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	De / Para activos		Entre activos fixos				Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 25)	Valor Líquido
								detidos para venda	Acumuladas	Bruto	Acumuladas										
<b>Outros activos tangíveis</b>																					
Imóveis																					
. Imóveis de serviço próprio	428.657	(118.299)	(2.485)	1.179	-	-	-	(13.618)	3.700	380	-	(8.010)	-	-	-	-	416.598	(122.609)	(2.485)	291.504	
. Despesas em edifícios arrendados	133.392	(99.189)	-	1.379	-	-	-	(549)	549	(2)	-	(6.574)	-	-	6	(6)	134.226	(105.220)	-	29.006	
. Outros imóveis	1.542	(295)	(698)	1	654	40	654	(315)	255	(227)	-	(2)	-	-	-	347	-	(2)	(44)	301	
Activos tangíveis em curso																					
. Imóveis de serviço próprio	1	-	-	392	-	-	-	-	-	(155)	-	-	-	-	-	-	238	-	-	238	
. Despesas em edifícios arrendados	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	
	<u>563.593</u>	<u>(217.783)</u>	<u>(3.183)</u>	<u>2.951</u>	<u>654</u>	<u>40</u>	<u>654</u>	<u>(14.482)</u>	<u>4.504</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>(14.586)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>(6)</u>	<u>551.410</u>	<u>(227.831)</u>	<u>(2.529)</u>	<u>321.050</u>	
<b>Equipamento</b>																					
. Mobiliário e material	23.337	(16.037)	-	380	237	237	-	-	-	-	-	(2.203)	-	-	6	(1)	23.486	(18.004)	-	5.482	
. Máquinas e ferramentas	4.080	(3.915)	-	29	152	152	-	-	-	-	-	(87)	-	-	1	(1)	3.958	(3.851)	-	107	
. Equipamento informático	121.809	(101.596)	-	4.838	1.030	902	-	-	-	(40)	-	(7.976)	-	-	-	-	125.577	(108.670)	-	16.907	
. Instalações interiores	89.837	(79.960)	-	1.968	35	35	-	(262)	219	-	-	(3.072)	-	-	-	-	91.508	(82.778)	-	8.730	
. Material de transporte	18.974	(10.546)	-	3.149	3.455	3.340	-	-	-	-	-	(3.872)	-	-	4	(4)	18.672	(11.082)	-	7.590	
. Equipamento de segurança	27.780	(26.344)	-	188	162	160	-	-	-	-	-	(552)	-	-	-	-	27.806	(26.736)	-	1.070	
. Outro equipamento	5.487	(2.618)	-	178	2	2	-	-	-	1	-	(744)	-	-	-	-	5.664	(3.360)	-	2.304	
. Activos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	<u>291.304</u>	<u>(241.016)</u>	<u>-</u>	<u>10.730</u>	<u>5.073</u>	<u>4.828</u>	<u>-</u>	<u>(262)</u>	<u>219</u>	<u>(39)</u>	<u>-</u>	<u>(18.506)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11</u>	<u>(6)</u>	<u>296.671</u>	<u>(254.481)</u>	<u>-</u>	<u>42.190</u>	
<b>Outros activos tangíveis</b>																					
. Equipamento em locação financeira	281	(281)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	(281)	-	-	
. Património artístico	1.538	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	1.537	-	-	1.537	
. Outros	39	(39)	-	-	39	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	<u>1.858</u>	<u>(320)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39</u>	<u>39</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>1.818</u>	<u>(281)</u>	<u>-</u>	<u>1.537</u>	
	<u>856.755</u>	<u>(459.119)</u>	<u>(3.183)</u>	<u>13.681</u>	<u>5.766</u>	<u>4.907</u>	<u>654</u>	<u>(14.744)</u>	<u>4.723</u>	<u>(43)</u>	<u>-</u>	<u>(33.092)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16</u>	<u>(12)</u>	<u>849.899</u>	<u>(482.593)</u>	<u>(2.529)</u>	<u>364.777</u>	
<b>Activos intangíveis</b>																					
. Software	291.094	(217.658)	-	31.817	2.915	2.745	-	-	-	39	-	(30.536)	-	-	-	-	320.035	(245.449)	-	74.586	
. Activos intangíveis em curso	1.444	-	-	-	1.444	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
. Outros activos intangíveis																					
. Trespasses	3.614	(3.613)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.614	(3.613)	-	1	
. Outros	1.300	-	-	122	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.422	-	-	1.422	
	<u>297.452</u>	<u>(221.271)</u>	<u>-</u>	<u>31.939</u>	<u>4.359</u>	<u>2.745</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39</u>	<u>-</u>	<u>(30.536)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>325.071</u>	<u>(249.062)</u>	<u>-</u>	<u>76.009</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento nestas rubricas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 (Proforma) pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2010 (Pro-forma)																									
	Entrada e/ou saída de entidades no perímetro de consolidação						Transferências																			
	31-12-2009		Imparidade (Nota 25)	Abates		De / Para activos detidos para venda			Entre activos fixos		Amortizações do Exercício	Reversões de Imparidade	Diferenças de câmbio			31-12-2010 (Pro-forma)										
Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto		Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas			Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade	Valor Líquido						
<b>Outros activos tangíveis</b>																										
Imóveis																										
. Imóveis de serviço próprio	418.970	(110.158)	(2.394)	(2.673)	276	20	11.115	80	16	-	(533)	(111)	1.549	(309)	(7.984)	(109)	-	309	(29)	(2)	428.657	(118.299)	(2.485)	307.873		
. Despesas em edifícios arrendados	130.457	(93.524)	-	(78)	27	-	4.557	-	-	-	(15)	5	(1.550)	313	(5.997)	-	-	21	(13)	-	-	133.392	(99.189)	-	34.203	
. Outros imóveis	1.538	(274)	(698)	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	(21)	-	-	-	-	-	-	1.542	(295)	(698)	549	
Activos tangíveis em curso																										
. Imóveis de serviço próprio	5.416	-	-	(6.126)	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	708	-	-	-	1	-	-	1	
. Despesas em edifícios arrendados	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	
	<b>556.382</b>	<b>(203.956)</b>	<b>(3.092)</b>	<b>(8.877)</b>	<b>303</b>	<b>20</b>	<b>15.679</b>	<b>80</b>	<b>16</b>	<b>-</b>	<b>(548)</b>	<b>(106)</b>	<b>(1)</b>	<b>4</b>	<b>(14.002)</b>	<b>(109)</b>	<b>-</b>	<b>1.038</b>	<b>(42)</b>	<b>(2)</b>	<b>563.593</b>	<b>(217.783)</b>	<b>(3.183)</b>	<b>342.627</b>		
Equipamento																										
. Mobiliário e material	22.416	(13.956)	-	(258)	100	-	1.146	-	-	-	-	1	-	(2.168)	-	-	-	32	(13)	-	-	23.337	(16.037)	-	7.300	
. Máquinas e ferramentas	4.177	(3.848)	-	(153)	73	-	41	4	4	-	-	-	-	1	(135)	-	-	19	(10)	-	-	4.080	(3.915)	-	165	
. Equipamento informático	115.512	(92.566)	-	(476)	252	-	7.041	321	310	-	(3)	3	-	(9.567)	-	-	-	56	(28)	-	-	121.809	(101.596)	-	20.213	
. Instalações interiores	89.254	(76.960)	-	(257)	89	-	847	34	27	-	(4)	1	2	(3)	(3.103)	-	-	29	(11)	-	-	89.837	(79.960)	-	9.877	
. Material de transporte	18.799	(10.504)	-	(55)	415	-	4.250	3.593	3.471	-	-	-	-	(3.878)	-	-	-	73	(50)	-	-	18.974	(10.546)	-	8.428	
. Equipamento de segurança	27.446	(25.739)	-	(62)	20	-	390	-	-	-	(1)	1	-	(1)	(623)	-	-	7	(2)	-	-	27.780	(26.344)	-	1.436	
. Outro equipamento	5.107	(1.979)	-	(2)	1	-	384	-	-	-	-	-	(2)	(1)	(639)	-	-	-	-	-	-	5.487	(2.618)	-	2.869	
. Activos tangíveis em curso																										
	<b>282.711</b>	<b>(225.552)</b>	<b>-</b>	<b>(1.763)</b>	<b>950</b>	<b>-</b>	<b>14.099</b>	<b>3.952</b>	<b>3.812</b>	<b>-</b>	<b>(8)</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>(4)</b>	<b>(20.113)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>216</b>	<b>(114)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>291.304</b>	<b>(241.016)</b>	<b>-</b>	<b>50.288</b>	
Outros activos tangíveis																										
. Equipamento em locação financeira	281	(281)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	(281)	-	-	
. Património artístico	1.540	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1.538	-	-	1.538	
. Outros	39	(39)	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	(39)	-	-	
	<b>1.860</b>	<b>(320)</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.856</b>	<b>(320)</b>	<b>-</b>	<b>1.538</b>	
	<b>840.953</b>	<b>(429.828)</b>	<b>(3.092)</b>	<b>(10.643)</b>	<b>1.253</b>	<b>20</b>	<b>29.778</b>	<b>4.032</b>	<b>3.828</b>	<b>-</b>	<b>(556)</b>	<b>(101)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(34.115)</b>	<b>(109)</b>	<b>-</b>	<b>1.255</b>	<b>(156)</b>	<b>(2)</b>	<b>856.755</b>	<b>(459.119)</b>	<b>(3.183)</b>	<b>394.453</b>		
<b>Activos intangíveis</b>																										
. Software	264.340	(191.808)	-	(563)	487	-	26.108	6.560	6.560	-	-	-	7.704	-	(32.844)	-	-	65	(53)	-	-	291.094	(217.658)	-	73.436	
. Activos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	9.148	-	-	-	-	-	(7.704)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.444	-	-	1.444
. Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Trespases	3.614	(3.613)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.614	(3.613)	-	1	
. Outros	1.300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.300	-	-	1.300	
	<b>269.254</b>	<b>(195.421)</b>	<b>-</b>	<b>(563)</b>	<b>487</b>	<b>-</b>	<b>35.256</b>	<b>6.560</b>	<b>6.560</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(32.844)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>65</b>	<b>(53)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>297.452</b>	<b>(221.271)</b>	<b>-</b>	<b>76.181</b>	

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, encontram-se registados mEuros 72.054 e mEuros 61.241, respectivamente, relativos a software, líquido de depreciação, que foi adquirido à Santander Tecnologia y Operaciones A.E.I.E., um agrupamento europeu de interesse económico, pertencente ao Grupo Santander.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>		<u>2010 (Pro-forma)</u>	
	<u>Participação efectiva (%)</u>	<u>Valor de balanço</u>	<u>Participação efectiva (%)</u>	<u>Valor de balanço</u>
Investimentos em associadas				
No País				
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	25,78	2.326	25,78	2.221
. Partang, SGPS, S.A.	48,94	103.470	48,93	103.922
. Unicre - Instituição Financeira de Crédito	21,47	27.756	21,47	27.697
		-----		-----
		133.552		133.840
		-----		-----
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 25)				
. Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.		( 500 )		( 500 )
		-----		-----
		133.052		133.340
		=====		=====

A participação na Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. é detida indirectamente pelo Banco por via da Totta Urbe Empresa de Administração e Construções, S.A. (Totta Urbe).

Conforme descrito na Nota 4 a Partang, SGPS, S.A. detém 51% do Banco Caixa Geral Totta de Angola. O Grupo tem uma opção de venda à Caixa Geral de Depósitos, S.A. da sua participação na Partang, a exercer no prazo de 4 anos a partir de 2 de Julho de 2011. Adicionalmente, a CGD detém uma segunda opção de compra sobre a participação do Grupo na Partang, com um limite de 80% do capital social e direitos de voto, a exercer no primeiro mês do quinto aniversário da data de aumento de capital da Partang (2 de Julho de 2009).

Em Março de 2010 foi apresentado um projecto para uma nova estrutura e um novo modelo de Governação da Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A.. Na sequência deste projecto, a Caixa Geral de Depósitos, S.A., o BNP Paribas, o Banco Português de Negócios, S.A. e a própria Unicre venderam as suas acções ao Banco Comercial Português, S.A. (BCP), o qual funcionou como veículo de distribuição. Posteriormente o BCP vendeu parte das acções compradas aos restantes accionistas, que assim aumentaram as suas participações.

Com a concretização desta operação, em 30 de Junho de 2010 o BST aumentou a sua participação de 361.729 acções (18,08% do capital social da Unicre) para 430.000 acções (21,50%). Neste sentido, a participação na Unicre foi reclassificada para a rubrica de Investimentos em associadas, uma vez que o Banco passou a deter uma participação superior a 20%. Em resultado desta operação, ao abrigo do IAS 27 o Banco valorizou ao justo valor a participação anteriormente detida, tendo reconhecido um proveito no montante de mEuros 21.201 (Nota 38), dos quais mEuros 21.173 atribuível aos accionistas da Sociedade.

Em 5 de Agosto de 2010, o Grupo alienou à Ingenieria de Software Bancario 50.100 acções da ISBAN PT com o valor nominal de 5 euros por acção. Na sequência desta operação, o Grupo registou uma mais valia no valor de mEuros 713 (Nota 40).

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

16. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Activos por impostos correntes:		
· IRC a recuperar	17.613	22.159
· Outros	3.909	6.885
	-----	-----
	21.522	29.044
	=====	=====
Passivos por impostos correntes:		
· IRC a pagar	1.931	12.724
· Outros	5.332	5.327
	-----	-----
	7.263	18.051
	=====	=====
Activos por impostos diferidos:		
· Relativos a diferenças temporárias	727.799	489.442
· Prejuízos fiscais reportáveis	19.021	-
	-----	-----
	746.820	489.442
	=====	=====
Passivos por impostos diferidos:		
· Relativos a diferenças temporárias	72.755	47.819
· Por créditos fiscais	4.109	4.312
	-----	-----
	76.864	52.131
	=====	=====

Os impostos correntes na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Imposto sobre os lucros do exercício	( 36.930 )	( 76.713 )
Agrupamentos complementares de empresas (ACE's)	( 1.624 )	( 1.771 )
Outros	21.932	( 18.797 )
	-----	-----
	( 16.622 )	( 97.281 )
	=====	=====

Na sequência da alteração da política contabilística mencionada na Nota 1.4., e da consequente aplicação retrospectiva, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o Banco tem registados, impostos diferidos activos no montante de mEuros 159.239 e mEuros 97.247, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA  
(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento nos impostos diferidos activos e passivos durante os exercícios de 2010 e 2011 foi como segue:

	(Pro-forma)				(Pro-forma)				2011
	01.01.2010	Capital próprio	Resultados	Outros	2010	Capital próprio	Resultados	Outros	
Activos tangíveis	205	-	(54)	(6)	145	-	(69)	-	76
Activos intangíveis	174	-	387	-	561	-	(561)	-	-
Reavaliação de activos tangíveis	(4.155)	-	(184)	-	(4.339)	-	229	-	(4.110)
Diferimento de comissões	2.078	-	3.777	-	5.855	-	(3.192)	-	2.663
Diferimento de comissões pela Totta Crédito Especializado IFIC	(67)	-	67	-	-	-	-	-	-
Provisões/imparidade temporariamente não aceites como custo fiscal:									
. Impostos diferidos passivos	-	-	-	-	-	-	(7.599)	-	(7.599)
. Impostos diferidos activos	118.562	-	31.483	-	150.045	388	30.090	-	180.523
Prejuizos fiscais reportáveis	2.633	-	(2.633)	-	-	-	19.021	-	19.021
Aplicação do método de equivalencia patrimonial na valorização da Benim	(441)	-	39	-	(402)	-	(2)	-	(404)
Menos valias fiscais não contabilísticas	(94)	-	(4.269)	-	(4.363)	-	(7.640)	-	(12.003)
Mais valias fiscais não contabilísticas	2.887	-	(1.702)	-	1.185	-	-	-	1.185
Pensões de reforma	49.733	-	(5.308)	-	44.425	-	(9.812)	-	34.613
Fundo de pensões - Sucursal de Londres	579	-	(193)	-	386	-	(193)	-	193
Prémio de antiguidade	6.918	-	977	-	7.895	-	(423)	-	7.472
Reformas antecipadas	22.969	-	(3.129)	-	19.840	-	(298)	-	19.542
Incentivos de longo prazo	-	-	2.333	-	2.333	-	789	-	3.122
Transferências de responsabilidade com pensões para a segurança social	-	-	-	-	-	-	6.047	-	6.047
Alteração de política contabilística relativa a pensões (Nota 1.4.)	77.531	19.716	-	-	97.247	61.992	-	-	159.239
Diferenças temporárias em derivados de negociação	(10.343)	-	10.309	-	(34)	-	34	-	-
Actividade seguradora:									
. Justo valor de passivos por seguros - "Shadow reserve"	2.248	(1.220)	-	(1)	1.027	(698)	-	-	329
. Justo valor de passivos por seguros - Outros	(85)	-	(86)	-	(171)	-	(52)	-	(223)
. Rendimentos por juros à taxa efectiva	52	-	(19)	-	33	-	(16)	-	17
Derivados de cobertura:									
. Fluxos de caixa	(6.854)	4.982	-	-	(1.872)	(15.104)	-	-	(16.976)
. Justo valor de activos	5.028	-	204	(3.813)	1.419	-	-	(1.419)	-
. Justo valor de passivos	(5.232)	-	-	3.813	(1.419)	-	-	1.419	-
Activos financeiros disponíveis para venda:									
. Impostos diferidos passivos	(6.957)	5.377	-	1	(1.579)	(7.761)	-	-	(9.340)
. Impostos diferidos activos	16.526	134.177	-	-	150.703	156.267	-	-	306.970
Diferimento de comissões de derivados do BSNP	8.795	-	(8.260)	-	535	-	(535)	-	-
Operações de titularização:									
. Prémio/ desconto em dívida emitida	369	-	(864)	-	(495)	-	39	-	(456)
. Reconhecimento da periodificação de juros das notes de maior subordinação	(4.140)	-	(2.911)	-	(7.051)	-	(1.573)	1	(8.623)
. Resultados em compras de títulos intragrupo	(3.382)	-	(27.024)	-	(30.406)	-	13.276	-	(17.130)
Valias das unidades de participação da carteira de negociação	(103)	-	103	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5.308	-	500	-	5.808	-	-	-	5.808
	<u>280.742</u>	<u>163.032</u>	<u>(6.457)</u>	<u>(6)</u>	<u>437.311</u>	<u>195.084</u>	<u>37.560</u>	<u>1</u>	<u>669.956</u>
Activo por impostos diferidos	322.595				489.442				746.820
Passivo por impostos diferidos	(41.853)				(52.131)				(76.864)
	<u>280.742</u>				<u>437.311</u>				<u>669.956</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a taxa normal de imposto e a taxa efectiva, nos exercícios de 2011 e 2010, é como segue:

	2011		2010 (Pro-forma)	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
<b>Lucro considerado para apuramento de imposto</b>		<b>43.053</b>		<b>548.242</b>
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente vigente em Portugal e nos países onde estão estabelecidas as subsidiárias	-44,03%	(18.958)	13,29%	72.858
Insuficiência / (Excesso) de estimativa do ano anterior	-18,42%	(7.931)	0,57%	3.108
Reformas antecipadas	0,00%	-	-2,14%	(11.724)
Diferenças na taxa de tributação utilizada para efeitos da determinação de imposto corrente e diferido	-11,26%	(4.846)	0,00%	-
Provisões	2,70%	1.163	0,40%	2.175
Lucros isentos de impostos (SFE)	-	-	0,00%	3
Prejuízos fiscais dedutíveis (ACE's)	-1,14%	(489)	-0,21%	(1.176)
Benefícios fiscais	-0,67%	(287)	-0,04%	(236)
Custos não dedutíveis	3,32%	1.430	0,59%	3.226
Liquidações adicionais	0,00%	-	0,23%	1.256
Alienação de participações	0,00%	-	0,59%	3.251
Impacto da taxa de derrama estadual nos impostos diferidos	0,00%	-	-2,13%	(11.676)
Imposto extraordinário sobre sector bancário	34,28%	14.757	0,00%	-
Tributação autónoma	5,96%	2.566	0,55%	3.000
Recompra de passivos emitidos	0,00%	-	6,11%	33.477
Outros	-19,38%	(8.343)	1,13%	6.196
<b>Imposto sobre os lucros do exercício</b>	<b>-48,63%</b>	<b>(20.938)</b>	<b>18,92%</b>	<b>103.738</b>

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Grupo durante um período de quatro anos, excepto nos casos de utilização de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade do direito à liquidação é de seis anos. Desse facto poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos anos em aberto.

O BST foi objecto de inspecções fiscais até ao exercício de 2009, inclusive, com excepção do ano de 2006.

Como resultado das referidas inspecções o BST foi sujeito a liquidações adicionais, essencialmente em sede de IRC. As correcções efectuadas são relativas a diversas matérias, incluindo custos com reformas antecipadas, provisões acima dos limites mínimos exigidos pelo Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, questões relacionadas com a isenção dos rendimentos obtidos pela Sucursal Financeira Exterior da Madeira, impostos de outras Sucursais e variações patrimoniais positivas, valor de venda de imóveis, entre outras. Parte destas correcções são meramente temporárias, nomeadamente no que se refere a custos com reformas antecipadas e provisões constituídas acima dos limites mínimos requeridos pela autoridade de supervisão.

O BST procedeu ao pagamento total ou parcial dos valores liquidados ou quando aplicável à prestação de garantia bancária. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objecto de reclamação graciosa.

A Santander Totta regista na rubrica de "Provisões" do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objecto e relativamente às quais não procedeu ao respectivo pagamento e às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 25).

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

17. PROVISÕES TÉCNICAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2011		
	<u>Montante calculado</u>	<u>Custos de aquisição diferidos</u>	<u>Valor de balanço</u>
Provisão matemática de seguro directo:			
- PPR/E Maxinveste	21.817	-	21.817
- Plano Génesis	6.799	-	6.799
- PPR/E Garantido	297.845	-	297.845
- Sistema Previdencial	5.246	-	5.246
- Outros produtos	3.099	-	3.099
	-----	--	-----
	334.806	-	334.806
Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo			
- Temporários Individual/Grupo	64.901	( 6.724 )	58.177
	-----	-----	-----
	399.707	( 6.724 )	392.983
Provisão para sinistros de seguro directo – vida	24.489	-	24.489
Provisão para sinistros de seguro directo – não vida	10	-	10
	-----	-----	-----
	24.499	-	24.499
Provisão para participação nos resultados atribuída de seguro directo:			
- PPR/E Maxinveste	4	-	4
- PPR/E Garantido	3	-	3
- Plano Génesis	90	-	90
- Temporários Individual/Grupo	282	-	282
- Sistema Previdencial	46	-	46
	-----	---	-----
	425	-	425
Provisão para participação nos resultados a atribuir de seguro directo:			
- PPR/E Garantido	56	-	56
- Outros produtos	695	-	695
	-----	---	-----
	751	-	751
	-----	---	-----
Total de provisão para participação nos resultados	1.176	-	1.176
	-----	---	-----
Provisão para prémios não adquiridos – não vida	74	-	74
	-----	-----	-----
Total de provisões técnicas de seguro directo	425.456	( 6.724 )	418.732
	=====	=====	=====
Provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	( 25.269 )	-	( 25.269 )
Provisão para sinistros de resseguro cedido	( 4.548 )	-	( 4.548 )
	-----	---	-----
Total de provisões técnicas de resseguro cedido	( 29.817 )	-	( 29.817 )
	=====	==	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2010		
	<u>Montante calculado</u>	<u>Custos de aquisição diferidos</u>	<u>Valor de balanço</u>
Provisão matemática de seguro directo:			
- PPR/E Maxinveste	24.292	-	24.292
- Plano Génesis	7.497	-	7.497
- PPR/E Garantido	311.871	-	311.871
- Sistema Previdencial	4.493	-	4.493
- Outros produtos	3.087	-	3.087
	-----	---	-----
	351.240	-	351.240
Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo			
- Temporários Individual/Grupo	70.090	( 7.098 )	62.992
	-----	-----	-----
	421.330	( 7.098 )	414.232
Provisão para estabilização de carteira	4.670	-	4.670
	-----	-----	-----
	426.000	( 7.098 )	418.902
Provisão para sinistros de seguro directo – vida	23.648	-	23.648
Provisão para sinistros de seguro directo – não vida	11	-	11
	-----	-----	-----
	449.659	( 7.098 )	442.561
Provisão para participação nos resultados atribuída de seguro directo:			
- PPR/E Maxinveste	4	-	4
- PPR/E Garantido	37	-	37
- Plano Génesis	3	-	3
- Temporários Individual/Grupo	719	-	719
- Sistema Previdencial	11	-	11
	-----	---	-----
	774	-	774
Provisão para participação nos resultados a atribuir de seguro directo:			
- PPR/E Maxinveste	746	-	746
- PPR/E Garantido	2.638	-	2.638
- Plano Génesis	157	-	157
	-----	---	-----
	3.541	-	3.541
	-----	---	-----
Total de provisão para participação nos resultados	4.315	-	4.315
	-----	---	-----
Provisão para prémios não adquiridos – não vida	75	-	75
	-----	---	-----
Total de provisões técnicas de seguro directo	454.049	( 7.098 )	446.951
	=====	=====	=====
Provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	( 29.806 )	-	( 29.806 )
Provisão para sinistros de resseguro cedido	( 5.207 )	-	( 5.207 )
	-----	---	-----
Total de provisões técnicas de resseguro cedido	( 35.013 )	-	( 35.013 )
	=====	==	=====

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As provisões matemáticas constituídas para os contratos do Ramo Vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos à participação nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, estas provisões foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64 e GKM80 para os seguros em caso de morte e as taxas técnicas de juro utilizadas foram de 4%.

18. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Outras disponibilidades	353	348
Devedores e outras aplicações		
. Capital vencido	568	568
. Devedores por operações sobre futuros e opções	2.580	82.226
. Contas caução	-	50
IVA a recuperar	548	812
Contratos de suprimentos:		
. Fafer – Empreendimentos Urbanísticos Construção, S.A.	401	565
. Gestínsua – Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.	126	126
. Pavril	269	269
. Propaço – Sociedade Imobiliária de Paço de Arcos, Lda	2.443	2.443
. Supergolf, SGPS	170	170
Devedores por bonificações a receber	8.345	9.063
Promessas de dação, arrematações e outros activos recebidos em dação em pagamento	89.887	45.856
Outros devedores diversos	24.713	31.836
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	2.459	2.540
Devedores por seguro directo e resseguro	6.235	5.618
Valores a regularizar relativos ao Fundo de Pensões (Nota 46)	3.297	-
Proveitos a receber		
. Outros juros e rendimentos similares	18.523	29.207
. Outros proveitos a receber	10.796	8.628
Despesas com encargo diferido	4.676	5.623
Outras imobilizações financeiras:		
. Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E. (Nortrem)	2.281	3.487
. Trem II – Aluguer de Material Circulante (Trem II)	682	936
. Trem I - Aluguer de Material Circulante, A.C.E. (Trem I)	220	355
Operações activas a regularizar	35.421	1.552
Outras operações a regularizar	30	20
	-----	-----
	215.023	232.298
	-----	-----
Imparidade (Nota 25):		
Devedores e outras aplicações	( 19.682 )	( 8.606 )
Contratos de suprimentos	( 2.481 )	( 2.631 )
	-----	-----
	( 22.163 )	( 11.237 )
	-----	-----
	192.860	221.061
	=====	=====

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rubrica “Proveitos a receber – outros juros e rendimentos similares” refere-se ao valor a receber de “Swap Agreements” celebrados entre o Banco e o Grupo Santander e entre o Grupo Santander e as Sociedades de Titularização. O valor a pagar relativo a estas operações está registado na rubrica “Outros passivos – outros juros e encargos similares” (Nota 27).

A rubrica “Devedores por operações sobre futuros” refere-se às contas correntes mantidas pelo Banco junto de instituições financeiras internacionais relativamente à actividade de “trading” de futuros. As contas margem dos futuros estão registadas na rubrica “Outros passivos – credores por operações sobre futuros” (Nota 27).

19. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Recursos do Banco Central Europeu		
Operações de venda com acordo de recompra – Obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação	4.913.227	4.802.150
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	7	5.011
Juros a pagar	-	1
	-----	-----
	<u>4.913.234</u>	<u>4.807.162</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de “Recursos do Banco Central Europeu” corresponde à tomada de fundos do Eurosistema, estando o BST a utilizar para o efeito uma parcela da sua carteira de activos elegíveis. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, do total da sua carteira de activos elegíveis, estavam afectos aos Recursos do Banco Central Europeu os seguintes:

2011					
Tipo de activo	Capital	Juros totais	Despesas com custo diferido	Total	Vencimento
Obrigações emitidas em operações de securitização	2.500.000	17.830	(5.270)	2.512.560	Março 2012
Obrigações emitidas em operações de securitização	2.400.000	27.000	(26.333)	2.400.667	Janeiro 2013
	<u>4.900.000</u>	<u>44.830</u>	<u>(31.603)</u>	<u>4.913.227</u>	
2010 (Pro-forma)					
Tipo de activo	Capital	Juros totais	Despesas com custo diferido	Total	Vencimento
Obrigações emitidas em operações de securitização	4.590.000	3.605	(1.595)	4.592.010	Janeiro 2011
Papel comercial	210.000	245	(105)	210.140	Janeiro 2011
	<u>4.800.000</u>	<u>3.850</u>	<u>(1.700)</u>	<u>4.802.150</u>	

20. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo (Nota 7)	1.598.169	1.262.597
	=====	=====

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador de seguro (Nota 50)	4.038.370	4.301.702
	=====	=====

A rubrica de “Passivos por seguros de vida em que o risco é do tomador de seguro” corresponde a valores recebidos de clientes para subscrição de produtos “Unit link” da Seguradora do Grupo e às subsequentes valorizações e desvalorizações resultantes das aplicações financeiras em que foram investidos os valores recebidos.

22. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Recursos de instituições de crédito no País		
Recursos a muito curto prazo	-	70.000
Depósitos	188.720	187.358
Outros recursos	2.762	-
Juros a pagar	939	164
	-----	-----
	192.421	257.522
	-----	-----
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Recursos consignados	339.000	489.000
Recursos a muito curto prazo	41.121	252.151
Depósitos	777.401	2.452.334
Operações de venda com acordo de recompra	1.880.953	4.979.144
Outros recursos	8.449	15.888
Juros a pagar	457	3.152
	-----	-----
	3.047.381	8.191.669
	-----	-----
	3.239.802	8.449.191
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Recursos consignados” refere-se a empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), destinados exclusivamente ao financiamento de projectos de pequena e média dimensão, os quais são previamente submetidos ao BEI para aprovação.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos recursos consignados por prazo residual de vencimento é o seguinte:

	<u>2011</u>	<u>(Pro-forma)</u> <u>2010</u>
Reembolso a menos de um ano	-	150.000
Reembolso entre três e cinco anos	250.000	250.000
Reembolso entre cinco e dez anos	29.000	29.000
Reembolso a mais de dez anos	60.000	60.000
	-----	-----
	339.000	489.000
	=====	=====

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – operações de venda com acordo de recompra”, tem a seguinte composição, por tipo de activo subjacente às operações de reporte, as quais têm prazo residual até 3 meses:

Descrição	2011			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	88.026	76	(39)	88.063
Obrigações do Tesouro - Espanha	1.470.289	8.857	(3.220)	1.475.926
Obrigações emitidas pelo Grupo BST	316.217	858	(111)	316.964
	<u>1.874.532</u>	<u>9.791</u>	<u>(3.370)</u>	<u>1.880.953</u>

Descrição	2010 (Pro-forma)			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferido	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	1.840.871	2.246	(738)	1.842.379
Obrigações do Tesouro - Espanha	2.884.527	5.040	(3.228)	2.886.339
Obrigações emitidas pelo Grupo BST em operações de securitização	250.314	942	(830)	250.426
	<u>4.975.712</u>	<u>8.228</u>	<u>(4.796)</u>	<u>4.979.144</u>

## 23. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011	2010 (Pro-forma)
Depósitos à ordem	4.787.821	5.243.105
Depósitos a prazo	12.193.928	10.113.138
Depósitos estruturados	1.668.085	1.237.250
Depósitos de poupança	116.103	198.054
Produtos financeiros sem participação nos resultados (Nota 50)	49.728	31.835
Depósitos com pré-aviso	25.609	33.601
Cheques e ordens a pagar	99.620	105.924
Juros e custos a pagar	138.036	74.817
Correcções de valor por operações de cobertura	( 5.317 )	( 19.427 )
	<u>19.073.613</u>	<u>17.018.297</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

24. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	5.630.000	3.000.000
Readquiridas	( 3.621.650 )	( 69.550 )
Juros a pagar	21.092	50.809
Obrigações de operações de securitização		
Emitidas	2.811.626	2.640.218
Readquiridas	( 647.672 )	( 747.614 )
Juros a pagar	2.877	( 1.880 )
Obrigações de caixa		
Emitidas	740.376	1.423.859
Readquiridas	( 230.457 )	( 455.514 )
Juros a pagar	3.147	11.286
	-----	-----
	4.709.339	5.851.614
	-----	-----
Outros		
Programa EMTN		
Emitidas	2.289.570	2.470.420
Readquiridas	( 1.191.780 )	( 651.260 )
Programa de papel comercial	-	112.493
Juros a pagar	19.744	21.398
	-----	-----
	1.117.534	1.953.051
	-----	-----
Correcção de valor por operações de cobertura	62.868	18.012
	-----	-----
	5.889.741	7.822.677
	=====	=====

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações de caixa são apresentadas no Anexo I.

Em 2011 e 2010, o Grupo readquiriu obrigações emitidas no âmbito de operações de securitização, registando mais valias de mEuros 2.103 e mEuros 305.665, respectivamente (Nota 40).

Entre Maio de 2008 e Novembro de 2011, o BST procedeu a sete emissões de Obrigações Hipotecárias ao abrigo do programa “€ 12.500.000 Covered Bonds Programme”. Durante o ano de 2011, ocorreu o vencimento da primeira emissão.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as obrigações hipotecárias têm um património afecto constituído por:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Aplicações em instituições de crédito	355.804	720.708
Juros de aplicações	647	987
	-----	-----
	356.451	721.695
	-----	-----
Crédito a clientes	7.567.003	3.168.738
Juros de crédito	15.150	4.918
Comissões	( 37.605 )	( 19.915 )
Despesas com encargo diferido	18.364	10.574
	-----	-----
	7.562.912	3.164.315
	-----	-----
Derivados de cobertura	47.423	39.945
	-----	-----
	<u>7.966.786</u>	<u>3.925.955</u>
	=====	=====

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e ao abrigo do programa Euro Medium Term Notes (EMTN), o BST procedeu à emissão das seguintes obrigações:

Emissão	Data de vencimento	Remuneração	Montante
25 <sup>a</sup>	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	1.250
26 <sup>a</sup>	27 de Junho de 2016	Euribor a 6 meses mais 0,5%	31.050
29 <sup>a</sup>	7 de Maio de 2014	Indexada a cabaz de acções	51.280
30 <sup>a</sup>	26 de Fevereiro de 2014	Indexada a cabaz de acções	32.860
31 <sup>a</sup>	2 de Abril de 2014	Indexada a cabaz de acções	26.170
32 <sup>a</sup>	26 de Abril de 2014	Indexada a cabaz de acções	2.600
33 <sup>a</sup>	20 de Março de 2012	Indexada a cabaz de acções	3.200
34 <sup>a</sup>	25 de Janeiro de 2012	Indexada a cabaz de acções	3.050
35 <sup>a</sup>	12 de Junho de 2012	Taxa fixa de 3,75%	1.000.000
37 <sup>a</sup>	26 de Outubro de 2017	Taxa fixa de 4,206% <sup>(1)</sup>	20.000
38 <sup>a</sup>	30 de Novembro de 2017	Taxa fixa de 4,207% <sup>(2)</sup>	40.600
39 <sup>a</sup>	31 de Dezembro de 2017	Taxa fixa de 4,04% <sup>(3)</sup>	28.350
40 <sup>a</sup>	22 de Janeiro de 2018	Taxa fixa de 3,700% <sup>(4)</sup>	41.100
41 <sup>a</sup>	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.050
42 <sup>a</sup>	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.050
43 <sup>a</sup>	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.050
44 <sup>a</sup>	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.050
45 <sup>a</sup>	21 de Maio de 2013	Taxa fixa de 2,527%	4.150
50 <sup>a</sup>	25 de Junho de 2015	Taxa fixa de 3,11%	16.875
51 <sup>a</sup>	25 de Junho de 2020	Taxa fixa de 3,410% <sup>(5)</sup>	21.100
52 <sup>a</sup>	27 de Julho de 2012	Taxa fixa de 2,9231%	39.500
53 <sup>a</sup>	27 de Julho de 2015	Taxa fixa de 3,1%	8.650
54 <sup>a</sup>	27 de Julho de 2020	Taxa fixa de 3,4180% <sup>(6)</sup>	9.850
56 <sup>a</sup>	3 de Setembro de 2012	Taxa fixa de 2,8973%	88.000
57 <sup>a</sup>	3 de Setembro de 2015	Taxa fixa de 3,62375%	13.600
58 <sup>a</sup>	3 de Setembro de 2020	Taxa fixa de 3,90% <sup>(7)</sup>	16.900
59 <sup>a</sup>	28 de Setembro de 2012	Taxa fixa de 2,8280%	47.800
60 <sup>a</sup>	29 de Setembro de 2015	Taxa fixa de 3,4140%	8.850
61 <sup>a</sup>	29 de Setembro de 2018	Taxa fixa de 3,35% <sup>(8)</sup>	10.050
62 <sup>a</sup>	26 de Outubro de 2015	Taxa fixa de 3,488%	4.950
63 <sup>a</sup>	26 de Outubro de 2012	Taxa fixa de 2,947%	43.450
64 <sup>a</sup>	26 de Outubro de 2018	Taxa: 3,4% <sup>(9)</sup>	5.910
66 <sup>a</sup>	18 de Novembro de 2012	Taxa fixa de 2,975%	38.800
67 <sup>a</sup>	18 de Novembro de 2015	Taxa fixa de 3,7%	6.000
68 <sup>a</sup>	18 de Novembro de 2018	Taxa fixa de 3,55% <sup>(10)</sup>	4.900
69 <sup>a</sup>	27 de Setembro de 2013	Taxa fixa 3,225%	27.750
70 <sup>a</sup>	23 de Dezembro de 2015	Taxa fixa 3,88%	5.025
71 <sup>a</sup>	21 de Dezembro de 2018	Taxa fixa de 3,9% <sup>(11)</sup>	6.150
73 <sup>a</sup>	26 de Setembro de 2013	Taxa fixa de 3,14%	31.350
74 <sup>a</sup>	26 de Janeiro de 2016	Taxa fixa de 4,019%	4.950
75 <sup>a</sup>	28 de Junho de 2019	Taxa fixa de 3,85% <sup>(12)</sup>	12.100
76 <sup>a</sup>	26 de Setembro de 2013	Taxa fixa de 3,592%	31.550
77 <sup>a</sup>	28 de Junho de 2019	Taxa fixa de 4,05% <sup>(13)</sup>	10.550
78 <sup>a</sup>	11 de Outubro de 2013	Taxa fixa de 4,186%	35.050
79 <sup>a</sup>	12 de Julho de 2019	Taxa fixa de 4,25% <sup>(14)</sup>	27.400
80 <sup>a</sup>	8 de Novembro de 2013	Taxa fixa de 4,885%	33.200
81 <sup>a</sup>	26 de Julho de 2019	Taxa fixa de 5% <sup>(15)</sup>	28.900
82 <sup>a</sup>	30 de Abril de 2012	Taxa fixa de 3,67%	13.150
83 <sup>a</sup>	21 de Maio de 2012	Taxa fixa de 3,7%	11.050
84 <sup>a</sup>	28 de Maio de 2012	Taxa fixa de 3,97%	1.550
85 <sup>a</sup>	11 de Junho de 2012	Taxa fixa de 3,76%	5.000
86 <sup>a</sup>	24 de Junho de 2012	Taxa fixa de 3,71%	4.000
87 <sup>a</sup>	30 de Julho de 2012	Taxa fixa de 3,74%	11.350
88 <sup>a</sup>	7 de Setembro de 2012	Taxa fixa de 3,78%	6.900
89 <sup>a</sup>	28 de Setembro de 2012	Taxa fixa de 3,8%	3.100
90 <sup>a</sup>	5 de Novembro de 2012	Taxa fixa de 4,61%	900
91 <sup>a</sup>	21 de Outubro de 2013	Taxa fixa de 5,18%	3.750
92 <sup>a</sup>	27 de Fevereiro de 2014	Taxa fixa de 5,29%	4.250
93 <sup>a</sup>	13 de Novembro de 2013	Taxa fixa de 5,2%	4.150
94 <sup>a</sup>	27 de Maio de 2014	Taxa fixa de 5,4%	12.950
95 <sup>a</sup>	25 de Junho de 2014	Taxa fixa de 5,37%	4.500

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Emissão	Data de vencimento	Remuneração	Montante
96 <sup>a</sup>	28 de Agosto de 2015	Taxa fixa de 5,74%	3.250
97 <sup>a</sup>	29 de Dezembro de 2015	Taxa fixa de 5,8%	11.800
98 <sup>a</sup>	8 de Fevereiro de 2016	Taxa fixa de 5,82%	15.100
99 <sup>a</sup>	4 de Abril de 2016	Taxa fixa de 5,85%	11.200
100 <sup>a</sup>	8 de Junho de 2016	Taxa fixa de 5,88%	3.250
101 <sup>a</sup>	27 de Junho de 2016	Taxa fixa de 5,88%	8.800
102 <sup>a</sup>	4 de Setembro de 2016	Taxa fixa de 5,91%	9.000
103 <sup>a</sup>	8 de Novembro de 2016	Taxa fixa de 5,93%	5.700
104 <sup>a</sup>	12 de Dezembro de 2016	Taxa fixa de 5,95%	2.850
105 <sup>a</sup>	21 de Setembro de 2012	Taxa fixa de 4,84%	2.500
106 <sup>a</sup>	30 de Setembro de 2012	Taxa fixa de 4,7%	12.600
107 <sup>a</sup>	8 de Novembro de 2012	Taxa fixa de 4,71%	6.500
108 <sup>a</sup>	9 de Dezembro de 2012	Taxa fixa de 4,72%	7.600
109 <sup>a</sup>	21 de Janeiro de 2013	Taxa fixa de 4,74%	1.650
110 <sup>a</sup>	12 de Fevereiro de 2013	Taxa fixa de 4,75%	4.400
111 <sup>a</sup>	28 de Abril de 2013	Taxa fixa de 4,77%	4.950
112 <sup>a</sup>	26 de Maio de 2013	Taxa fixa de 4,79%	1.100
113 <sup>a</sup>	18 de Junho de 2013	Taxa fixa de 4,8%	2.900
114 <sup>a</sup>	20 de Outubro de 2013	Taxa fixa de 4,89%	6.550
115 <sup>a</sup>	24 de Novembro de 2013	Taxa fixa de 4,91%	10.800
116 <sup>a</sup>	23 de Dezembro de 2013	Taxa fixa de 5,14%	10.800
117 <sup>a</sup>	26 de Janeiro de 2014	Taxa fixa de 5,16%	13.700
118 <sup>a</sup>	26 de Fevereiro de 2014	Taxa fixa de 5,19%	9.450
119 <sup>a</sup>	30 de Março de 2014	Taxa fixa de 5,21%	15.400
120 <sup>a</sup>	27 de Abril de 2014	Taxa fixa de 5,23%	15.250
121 <sup>a</sup>	26 de Maio de 2014	Taxa fixa de 5,25%	6.450
122 <sup>a</sup>	10 de Junho de 2014	Taxa fixa de 5,26%	4.400
123 <sup>a</sup>	7 de Julho de 2014	Taxa fixa de 5,27%	3.500
124 <sup>a</sup>	11 de Agosto de 2014	Taxa fixa de 5,29%	5.550
125 <sup>a</sup>	5 de Outubro de 2014	Taxa fixa de 5,33%	1.500
126 <sup>a</sup>	26 de Abril de 2015	Taxa fixa de 5,52%	6.100
127 <sup>a</sup>	28 de Junho de 2015	Taxa fixa de 5,55%	4.200
128 <sup>a</sup>	29 de Novembro de 2015	Taxa fixa de 5,62%	16.200
129 <sup>a</sup>	28 de Dezembro de 2015	Taxa fixa de 5,69%	4.150
130 <sup>a</sup>	7 de Fevereiro de 2016	Taxa fixa de 5,71%	2.050
131 <sup>a</sup>	29 de Maio de 2016	Taxa fixa de 5,76%	10.750
			<b>2.289.570</b>

(1) Remuneração aplicável até 26 de Outubro de 2012. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

(2) Remuneração aplicável até 30 de Novembro de 2013. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

(3) Remuneração aplicável até 28 de Dezembro de 2012. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

(4) Remuneração aplicável até 22 de Janeiro de 2013. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

(5) Remuneração aplicável até 25 de Junho de 2012. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

(6) Remuneração aplicável até 27 de Julho de 2012. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

(7) Remuneração aplicável até 03 de Setembro de 2012. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

(8) Remuneração aplicável até 28 de Setembro de 2012. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

(9) Remuneração aplicável até 26 de Outubro de 2012. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

(10) Remuneração aplicável até 18 de Novembro de 2012. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

(11) Remuneração aplicável até 21 de Dezembro de 2012. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

(12) Remuneração aplicável até 26 de Janeiro de 2012. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

(13) Remuneração aplicável até 25 de Fevereiro de 2012. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

(14) Remuneração aplicável até 25 de Março de 2012. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

(15) Remuneração aplicável até 28 de Abril de 2012. A taxa aumenta nos períodos subsequentes.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

## 25. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento nas provisões e imparidade nos exercícios de 2011 e 2010 é o seguinte:

	2011					31-12-2011
	31-12-2010	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros	
Provisões para contingências fiscais	32.983	1.169	-	(2.468)	(15.000)	16.684
Provisão para pensões e outros encargos	9.565	20.393	-	-	-	29.958
Provisões e imparidade para garantias e compromissos assumidos	32.994	2.880	(27.620)	-	-	8.254
Outras provisões	32.298	34.499	(14.465)	(29.183)	-	23.149
	<b>107.840</b>	<b>58.941</b>	<b>(42.085)</b>	<b>(31.651)</b>	<b>(15.000)</b>	<b>78.045</b>

	2010 (Pro forma)							31-12-2010
	31-12-2009	Saída de entidades do perímetro de consolidação	Dotações	Reversões	Utilizações	Diferenças de câmbio	Outros	
Provisões para contingências fiscais	17.922	-	2.356	(2.270)	(125)	-	15.100	32.983
Provisão para pensões e outros encargos	9.402	(631)	1.086	(71)	(301)	80	-	9.565
Provisões e imparidade para garantias e compromissos assumidos	29.415	(633)	14.131	(9.972)	-	53	-	32.994
Outras provisões	31.379	(848)	7.993	(4.424)	(1.901)	99	-	32.298
	<b>88.118</b>	<b>(2.112)</b>	<b>25.566</b>	<b>(16.737)</b>	<b>(2.327)</b>	<b>232</b>	<b>15.100</b>	<b>107.840</b>

	2011						Recuperações de imparidade
	31-12-2010	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	Outros	31-12-2011	
<b>Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):</b>							
Crédito interno	183.123	110.537	(69.209)	(4.619)	-	219.832	-
Crédito ao exterior	1.859	240	(1.231)	-	-	868	-
Créditos a titularizados não desreconhecidos	62.890	42.321	(37.257)	-	-	67.954	-
Outros créditos e valores a receber titulados	7.680	-	(4.586)	-	-	3.094	-
<b>Imparidade para crédito e juros vencidos:</b>							
Crédito a clientes (Nota 11)							
Crédito interno	221.078	218.902	(13.639)	(100.525)	-	325.816	(15.304)
Crédito ao exterior	5.276	6.299	(851)	(630)	-	10.094	(190)
Créditos a titularizados não desreconhecidos	53.972	38.732	(46.350)	(2.150)	-	44.204	-
Outros créditos e valores a receber titulados	779	-	(728)	-	-	51	-
	<b>536.657</b>	<b>417.031</b>	<b>(173.851)</b>	<b>(107.924)</b>	<b>-</b>	<b>671.913</b>	<b>(15.494)</b>
<b>Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)</b>	<b>67.087</b>	<b>12.024</b>	<b>(109)</b>	<b>(5.398)</b>	<b>-</b>	<b>73.604</b>	<b>-</b>
<b>Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)</b>	<b>500</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>500</b>	<b>-</b>
	<b>67.587</b>	<b>12.024</b>	<b>(109)</b>	<b>(5.398)</b>	<b>-</b>	<b>74.104</b>	<b>-</b>
<b>Imparidade em activos não financeiros:</b>							
Activos tangíveis (Nota 14)	3.183	-	-	(654)	-	2.529	-
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	47.873	38.068	(7.574)	(15.023)	4.160	67.504	-
Outros activos (Nota 18)	11.237	12.577	(1.574)	(77)	-	22.163	-
	<b>62.293</b>	<b>50.645</b>	<b>(9.148)</b>	<b>(15.754)</b>	<b>4.160</b>	<b>92.196</b>	<b>-</b>
	<b>666.537</b>	<b>479.700</b>	<b>(183.108)</b>	<b>(129.076)</b>	<b>4.160</b>	<b>838.213</b>	<b>(15.494)</b>

	2010 (Pro-forma)							Recuperações de imparidade
	31-12-2009	Saída de entidades do perímetro de consolidação	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Utilizações	Diferenças de câmbio	31-12-2010	
<b>Imparidade para crédito a clientes (Nota 11):</b>								
Crédito interno	213.476	-	48.654	(79.007)	-	-	183.123	-
Crédito ao exterior	2.915	(1.486)	1.017	(770)	-	183	1.859	-
Créditos a titularizados não desreconhecidos	68.316	-	9.970	(15.396)	-	-	62.890	-
Outros créditos e valores a receber titulados	-	-	7.680	-	-	-	7.680	-
<b>Imparidade para crédito e juros vencidos:</b>								
Crédito a clientes (Nota 11)								
Crédito interno	152.581	-	139.737	(4.969)	(66.271)	-	221.078	(11.072)
Crédito ao exterior	5.985	(979)	5.211	(1.384)	(3.996)	439	5.276	(19)
Créditos a titularizados não desreconhecidos	44.188	-	16.710	(3.441)	(3.485)	-	53.972	-
Outros créditos e valores a receber titulados	-	-	779	-	-	-	779	-
	<b>487.461</b>	<b>(2.465)</b>	<b>229.758</b>	<b>(104.967)</b>	<b>(73.752)</b>	<b>622</b>	<b>536.657</b>	<b>(11.091)</b>
<b>Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 9)</b>	<b>45.431</b>	<b>1</b>	<b>21.716</b>	<b>(30)</b>	<b>(31)</b>	<b>-</b>	<b>67.087</b>	<b>-</b>
<b>Imparidade em investimentos em associadas (Nota 15)</b>	<b>500</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>500</b>	<b>-</b>
	<b>45.931</b>	<b>1</b>	<b>21.716</b>	<b>(30)</b>	<b>(31)</b>	<b>-</b>	<b>67.587</b>	<b>-</b>
<b>Imparidade em activos não financeiros:</b>								
Activos tangíveis (Nota 14)	3.092	(20)	109	-	-	2	3.183	-
Activos não correntes detidos para venda (Nota 13)	42.327	-	31.836	(12.299)	(13.991)	-	47.873	-
Outros activos (Nota 18)	6.016	-	9.797	(2.447)	(2.129)	-	11.237	-
	<b>51.435</b>	<b>(20)</b>	<b>41.742</b>	<b>(14.746)</b>	<b>(16.120)</b>	<b>2</b>	<b>62.293</b>	<b>-</b>
	<b>584.827</b>	<b>(2.484)</b>	<b>293.216</b>	<b>(119.743)</b>	<b>(89.903)</b>	<b>624</b>	<b>666.537</b>	<b>(11.091)</b>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 a provisão para pensões e outros encargos refere-se essencialmente a uma provisão para um plano de reestruturação no montante de mEuros 20.271 e para um plano complementar de pensões do Conselho de Administração. Em 31 de Dezembro de 2010 esta rubrica refere-se ao plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 48).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica outras provisões inclui:

- Provisões para processos judiciais, na sequência de acções interpostas por clientes e colaboradores do Banco, nos montantes de mEuros 6.438 e mEuros 12.178, respectivamente. A área jurídica do Banco apura a perda esperada por processo, com base na evolução reportada pelo advogado responsável pelo seu acompanhamento;
- Provisões para contingências associadas a risco operacional (fraudes, operações pendentes de confirmação, itens em aberto e coimas) nos montantes de mEuros 13.023 e de mEuros 15.638, respectivamente.

26. PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Obrigações Perpétuas Subordinadas totta 2000	270.447	270.447
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	13.818	41.541
Obrigações de caixa subordinadas CPP 2001	4.275	4.275
Empréstimo Subordinado 2007 – Totta IFIC	50.000	50.000
Obrigações Perpétuas Subordinadas - TottaSeguros 2002	14.000	14.000
Empréstimo Subordinado 2002 – Totta IFIC	-	10.000
Obrigações Perpétuas Subordinadas 98	599	2.993
	-----	-----
	353.139	393.256
	-----	-----
Passivos readquiridos	( 353.139 )	( 393.256 )
	----	----
	-	-
	==	==

As condições dos passivos subordinados encontram-se detalhadas no Anexo II.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

27. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros (contas margem)	2.527	82.115
Recursos diversos		
Recursos – conta cativa	28.026	25.493
Recursos – conta caução	994	916
Outros recursos	1.365	1.330
Sector público administrativo		
IVA a pagar	8.459	8.088
Retenção de impostos na fonte	18.374	32.730
Contribuições para a segurança social	3.930	3.001
Outros	739	941
Cobranças por conta de terceiros	163	163
Juros, dividendos e outras remunerações de capital a pagar		
Juros de obrigações e remuneração de títulos de participação	54	54
Dividendos	236	115.222
Outros juros e encargos similares (Nota 18)	18.282	29.188
Contribuições para outros sistemas de saúde	1.534	1.529
Credores diversos		
Por contratos de factoring	38.249	57.640
Por operações sobre valores mobiliários	4	154
Por fornecimento de bens	2.062	8.659
Outros credores	42.240	39.131
Insuficiência na cobertura do fundo de pensões (Nota 46)	-	2.947
Outros encargos a pagar		
Por serviços bancários e operações realizadas por terceiros	3.062	2.221
Relativos ao pessoal		
Prémio de antiguidade	25.762	27.221
Férias e subsídio de férias	31.094	29.439
Outras remunerações variáveis	26.336	31.820
ACTV e encargos sociais	65	10.108
Outros custos com pessoal	1.302	3.440
Gastos gerais administrativos	394	977
Facturas em recepção e conferência	37.532	39.534
Outras receitas com rendimento diferido	1.748	4.124
Valores a regularizar com bancos e clientes	10.970	85.687
Operações de bolsa a regularizar	-	119
Outros	27.306	20.412
	-----	-----
	332.809	664.403
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Dividendos” inclui mEuros 115.000 de dividendos antecipados postos à disposição dos accionistas por parte da Sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os valores a regularizar com bancos e clientes correspondem essencialmente a transferências electrónicas interbancárias que são compensadas nos primeiros dias do exercício subsequente.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

28. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o capital social da Santander Totta, SGPS, S.A. estava representado por 197.296.207.958 acções, com o valor nominal de 1 cêntimo cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes accionistas:

	2011			(Pro-forma) 2010
	Número de acções	% de participação	Montante	Montante
Grupo Santander	196.996.017.344	99,85%	1.969.960	1.969.960
Outros	262.117.537	0,13%	2.621	2.751
Acções próprias	38.073.077	0,02%	381	251
	-----		-----	-----
	197.296.207.958	100%	1.972.962	1.972.962
	=====	=====	=====	=====

No dia 28 de Maio de 2010, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2009 no montante de mEuros 120.000, que acresceram ao montante de mEuros 115.000 de dividendos antecipados já deliberados em 2009.

No dia 30 de Dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Santander Totta SGPS, S.A. deliberou a distribuição de dividendos antecipados no montante de mEuros 115.000.

No dia 27 de Maio de 2011, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição adicional de dividendos relativos ao exercício de 2010 no montante de mEuros 90.000.

Reservas de reavaliação

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	2011	2010 (Pro-forma)
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda	( 1.029.880 )	( 513.417 )
De activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	1.098	84
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	58.476	6.454
Reservas resultantes da valorização de passivos por seguros ("shadow reserve") (Nota 41)	( 751 )	( 3.541 )
Ganhos e Perdas actuariais	( 553.607 )	( 340.095 )
Ganhos e Perdas actuariais de sociedades em equivalência patrimonial	( 1.374 )	-
Reservas de flutuação cambial	( 6.112 )	( 3.541 )
	-----	-----
	( 1.532.150 )	( 854.056 )
	-----	-----

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De activos financeiros disponíveis para venda	297.310	148.946
De activos financeiros disponíveis para venda de sociedades em equivalência patrimonial	( 210 )	( 56 )
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	( 16.958 )	( 1.872 )
Resultantes da valorização de passivos por seguros (“shadow reserve”)	329	1.027
Impacto fiscal por alteração de política contabilística relativa a pensões	159.050	97.130
Impacto fiscal por alteração de política contabilística de sociedades em equivalência patrimonial	398	-
Relativas à reavaliação de activos tangíveis	( 4.538 )	( 4.509 )
Relativas à reavaliação de activos tangíveis de sociedades em equivalência patrimonial	( 132 )	-
	-----	-----
	435.249	240.666
	-----	-----
	( 1.096.901 )	( 613.390 )
	=====	=====

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente mEuros 23.245, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante desta reavaliação efectuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

Outras reservas e resultados transitados

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de “Outras reservas e resultados transitados” tinha a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Reserva legal	156.077	128.088
Reserva de fusão	640.575	640.575
Reservas consolidadas		
Empresas consolidadas pelo método integral	( 204.491 )	( 308.307 )
Empresas reavaliadas pelo método de equivalência patrimonial	4.690	83
Resultados transitados	159.800	91.176
	-----	-----
	756.651	551.615
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, é constituído um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

29. LUCRO DO EXERCÍCIO

Nos exercícios de 2011 e 2010, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	2011		2010 (pro-forma)	
	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do exercício	Contribuição para o resultado consolidado
Lucro do exercício da Santander Totta, SGPS (actividade individual)	187.207	187.207	279.892	279.892
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
Banco Santander Totta, S.A.	22.289	22.261	278.010	277.639
Impacto da alteração da política contabilística (Nota 1.4.)			5.168	5.162
Totta Crédito Especializado, IFIC (Totta IFIC)	-	-	24.958	24.953
Banco Caixa Geral Totta de Angola (ex-Banco Totta de Angola)	36.842	9.196	30.895	7.710
BST International Bank, Inc - Porto Rico	16.204	16.185	18.150	18.126
Totta & Açores Inc. New ark	113	113	56	56
Totta Ireland PLC	95.713	95.598	63.971	63.883
Totta & Açores Financing	12.360	12.345	12.360	12.343
Santotta Internacional, SGPS (ex Madeiseira - SGPS)	5.693	5.686	149	149
Serfin - International Bank & Trust	240	240	204	203
Totta Urbe	2.166	2.163	(1.195)	(1.194)
Santander Pensões	1.000	999	1.137	1.135
Santander Gestão de Activos, SGPS	9.582	9.571	23	23
Santander Asset Management SGFIM	(20.266)	(20.242)	6.331	6.323
Taxagest, SGPS	(5.307)	(5.301)	(2.435)	(2.432)
Santander Totta Seguros	4.446	4.446	20.678	20.678
Partang, SGPS	16.653	8.150	4.944	2.419
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	8.745	1.878	11.270	2.420
Hipototta n.º 1 PLC	(1.800)	-	(1.124)	-
Hipototta n.º 2 PLC	-	-	(1.983)	-
Hipototta n.º 3 PLC	-	-	(3.618)	-
Hipototta n.º 4 PLC	(5.633)	-	(2.912)	-
Hipototta n.º 5 PLC	(4.382)	-	(1.318)	-
Hipototta n.º 7 Ltd	(6.067)	-	(1.729)	-
Hipototta n.º 8 Ltd	-	-	(151)	-
Hipototta n.º 10 Ltd	-	-	(394)	-
Leasetotta n.º 1 Ltd	(4.448)	-	1.183	-
Hipototta n.º 1 FTC	(2.145)	-	(1.651)	-
Hipototta n.º 2 FTC	-	-	(4.803)	-
Hipototta n.º 3 FTC	-	-	(6.529)	-
Hipototta n.º 4 FTC	(9.746)	-	(7.264)	-
Hipototta n.º 5 FTC	(5.927)	-	(4.939)	-
Hipototta n.º 7 FTC	(8.257)	-	(7.071)	-
Hipototta n.º 8 FTC	-	-	(3.483)	-
Hipototta n.º 10 FTC	-	-	(613)	-
Leasetotta n.º 1 FTC	-	-	-	-
	<u>158.068</u>	<u>163.288</u>	<u>426.275</u>	<u>439.596</u>
Anulação de dividendos recebidos:				
Banco Santander Totta		(170.882)		(239.660)
Santander Totta Seguros		(14.175)		(10.112)
Totta Ireland PLC		(93.540)		(67.552)
Santotta Internacional, SGPS		(4.794)		(4.794)
Banco Santander de Negócios Portugal		-		(36.109)
Taxagest, SGPS		-		(8.439)
Santander Gestão de Activos, SGPS		-		(20.972)
Santander Asset Management SGFIM		(9.988)		-
Santander Pensões		(2.996)		-
Banco Caixa Geral Totta de Angola		(3.879)		(4.540)
Partang		(5.383)		-
Unicre		(1.572)		-
		<u>(307.209)</u>		<u>(392.178)</u>
Venda de 1% da Partang e consequente perda do controlo conjunto em 2010:				
. Anulação dos resultados individuais		-		(854)
. Reconhecimento do justo valor na data de perda de controlo conjunto (Nota 4)		-		53.973
. Proporção dos resultados do primeiro semestre de 2010 da Partang e do Banco Caixa Geral Totta de Angola		-		152
Compra da Unicre e respectiva aplicação da equivalência patrimonial:				
. Anulação dos resultados do primeiro semestre de 2010 da Unicre		-		(1.183)
. Valorização a justo valor na data da aquisição de influência significativa		-		21.173
Venda da IsbanP em 2010:				
. Valia consolidada (Nota 40)		-		713
. Anulação da valia individual		-		(900)
. Ganhos em associadas à data da venda		-		105
Resultado da ex-Totta IFIC até à data da fusão		8.075		-
Anulação da valia da Santander Gestão de Activos, SGPS na venda da ex-Totta IFIC ao BST		(2.069)		-
Anulação da provisão da Santander Gestão de Activos, SGPS para as prestações acessórias à Santander Asset Management, SGFIM		4.994		-
Ajustamentos ao valor de imóveis e respectivas amortizações		(216)		414
Aplicação dos IAS/IFRS:				
Pensões de reforma		4.421		8.007
Operações de cobertura		(65)		(115)
Diferimento de comissões de derivados do BSNP		1.308		3.215
Diferenças entre as provisões registadas nas contas individuais e a imparidade para títulos		1.663		(2.932)
Anulação de comissões intragrupo pela emissão de acções preferenciais		288		264
Anulação do diferimento de comissões a pagar pela Totta Crédito Especializado IFIC ao BST		7.859		(210)
Anulação do método de equivalência patrimonial aplicado pela Santotta Internacional sobre a Serfin		-		600
Anulação do método de equivalência patrimonial aplicado sobre o Banco Caixa Geral Totta de Angola		(5.083)		-
Anulação do efeito da aplicação de US GAAP pelo BSTI - Porto Rico		85		141
Ajustamentos relacionados com as operações de titularização:				
Anulação da valia reconhecida pelo BST na venda das Notes emitidas		(140)		2.235
Reconhecimento da valia na recompra pelo Grupo das Notes emitidas		(26.639)		72.397
Reconhecimento da periodificação de juros das Notes de maior grau de subordinação		(909)		19.919
Write offs de créditos securitizados		581		(3.064)
Reforço/ anulação de imparidade e comissões de crédito securitizado		26.196		(61.041)
Outros		286		(530)
		<u>20.635</u>		<u>112.479</u>
		<u>63.921</u>		<u>439.789</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

30. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 2011 e 2010, tem a seguinte distribuição por entidade:

	2011		2010 (Pro-forma)	
	<u>Balço</u>	<u>Demonstração dos resultados</u>	<u>Balço</u>	<u>Demonstração dos resultados</u>
Acções preferenciais BST Porto Rico	278.229	-	269.421	-
Acções preferenciais TAF	300.000	-	300.000	-
Dividendos antecipados	( 1.459 )	-	( 1.432 )	-
Banco Caixa Geral Totta de Angola	-	-	-	4.185
Outros	1.685	70	2.527	524
	-----	----	-----	-----
	578.455	70	570.516	4.715
	=====	==	=====	=====

Em 30 de Junho de 2006, o BST International Bank, Inc (BST Porto Rico) procedeu à emissão de 3.600 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 100.000 Dólares Norte Americanos cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander. Aos titulares destas acções, o Banco garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 6,56%, pago se e quando declarado pelos Directores do BST Porto Rico no início de Janeiro de cada ano. O BST Porto Rico pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2016 ao preço de 100.000 Dólares Norte Americanos por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

Em 29 de Junho de 2005, o TAF procedeu à emissão de 300.000 acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 1.000 Euros cada, integralmente subscritas e realizadas pelo Banco Santander. Aos titulares destas acções, o Banco garante um dividendo não cumulativo correspondente a uma remuneração anual nominal de 4,12%, pago se e quando declarado pelos Directores do TAF no início de Janeiro de cada ano. O TAF pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Junho de 2015 ao preço de 1.000 Euros por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

As supra referidas emissões foram classificadas como capitais próprios do emitentes nos termos da IAS 32. De acordo com esta Norma, as acções preferenciais emitidas são classificadas como capital próprio se:

- Não existir obrigação contratual do Emissor ou do Banco de entregar numerário ou outro activo financeiro aos detentores das mesmas; e
- Existir discricionariedade quanto à distribuição de dividendos e ao reembolso das acções preferenciais aos respectivos detentores.

Conforme referido na Nota 4, o Banco deixou de consolidar o Banco Caixa Geral Totta de Angola no segundo semestre de 2010 na sequência da venda de 1% do capital social da Partang à CGD. O resultado apresentado em interesses minoritários foi apurado no primeiro semestre de 2010.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

31. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.487.922	1.547.652
Créditos documentários abertos	570.362	588.817
Outros passivos eventuais	6	6
Activos dados em garantia		
Títulos	196.147	216.914
Outros activos dados em garantia	-	15.253
	-----	-----
	2.254.437	2.368.642
	=====	=====
Compromissos		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	4.784.002	5.807.929
Irrevogáveis	1.217.742	1.982.317
Contratos a prazo de depósitos	-	31.978
Fundo de Garantia de Depósitos	54.091	53.656
Sistema de Indemnização aos Investidores	3.119	3.254
Outros compromissos irrevogáveis	16.141	31.141
Outros compromissos revogáveis	27.750	35.206
	-----	-----
	6.102.845	7.945.481
	=====	=====
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	50.548.463	77.348.583
Valores recebidos para cobrança	130.762	146.661
Valores administrados pela instituição		
Outros valores	2.875.429	4.670.138
	-----	-----
	53.554.654	82.165.382
	=====	=====

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objectivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

Nos exercícios de 2011 e 2010, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Grupo procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, no montante de mEuros 3.918 e mEuros 3.621, respectivamente (Nota 42). Nestes exercícios o Grupo assumiu o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósito de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 31 de Dezembro de 2011 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a mEuros 54.092 (mEuros 53.656 em 31 de Dezembro de 2010). Os activos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se reflectidos nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Sistema de Indemnizações aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 31 de Dezembro de 2011 estas responsabilidades ascendem a mEuros 3.119 (mEuros 3.254 em 31 de Dezembro de 2010).

Em 2011 foi efectuado um pagamento extraordinário ao SII no montante de mEuros 4.163 referente à contribuição do Banco, conforme regulamento da CMVM, relativamente ao processo do Banco Privado Português (Nota 42).

32. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Juros de disponibilidades		
Em Bancos Centrais		
No Banco de Portugal	4.522	4.021
Sobre instituições de crédito no estrangeiro	822	30
Sobre instituições de crédito no País	231	137
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no País		
No Banco de Portugal	2.595	305
Em outras instituições de crédito	14.340	12.630
Em instituições de crédito no estrangeiro	59.713	38.941
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	694.452	549.832
Crédito ao exterior	21.051	35.912
Outros créditos e valores a receber (titulados - papel comercial)	26.026	45.894
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	43.736	44.774
Juros de crédito titularizado não desreconhecido	296.765	243.423
Juros de crédito vencido (Nota 50)	9.409	4.373
Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	2	979
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	164.016	249.160
Outros activos financeiros ao justo valor através		
De resultados	4.507	4.210
Derivados de cobertura	360.764	796.705
Devedores e outras aplicações	6	147
Outros juros e rendimentos similares	3.898	2.651
	----- 1.706.855 =====	----- 2.034.124 =====

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

33. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Juros de recursos de clientes		
Depósitos		
De residentes	376.931	166.292
De não residentes	20.799	14.261
Outros recursos	2.305	4.610
	-----	-----
	400.035	185.163
	-----	-----
Juros de recursos de Bancos Centrais		
Banco de Portugal	46.667	42.589
Outros Bancos Centrais	13	32
Juros de recursos de instituições de crédito		
No País	22.277	12.252
Organismos financeiros internacionais	7.652	4.089
No estrangeiro	104.756	57.812
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações hipotecárias	108.371	98.596
Outras obrigações	5.727	67.035
Euro Commercial Paper	208	12.987
EMTN	96.803	79.889
Outros	1.161	495
Juros de passivos subordinados	246	4.868
Juros de derivados de cobertura		
Cobertura de justo valor	296.867	513.533
Cobertura de fluxos de caixa	50.737	232.392
Comissões pagas associadas ao custo amortizado do crédito	2.498	606
	-----	-----
	1.144.018	1.312.338
	=====	=====

34. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Activos financeiros disponíveis para venda		
Unicre	-	2.080
Banco BPI	-	1.093
Visa	9	6
SIBS	1.072	1.086
Outros	197	189
	-----	-----
	1.278	4.454
	=====	=====

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

35. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	15.254	16.878
Créditos documentários abertos	3.450	1.972
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	5.468	5.955
Por serviços prestados		
Cobrança e administração de valores	19.637	21.863
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	31.415	45.671
Por transacções de cartões	67.959	66.759
Anuidades	14.289	14.285
Operações de crédito	57.704	55.880
Outros serviços prestados	3.239	2.647
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	27.657	18.837
Outras	612	704
Outras comissões recebidas		
Seguradoras	102.115	111.194
Depósitos à ordem	15.789	15.858
Cheques	14.934	15.136
De assessoria	16.742	10.937
Outras	-	2
	-----	-----
	396.264	404.578
	=====	=====

36. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	1.275	1.357
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Cobrança e administração de valores	5.266	6.499
Operações de crédito	14.345	12.629
Transacções de clientes	24.557	26.331
Outros serviços bancários	3.591	3.622
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	2.912	2.143
Outras	1.970	2.352
Outras comissões pagas	1.328	334
	-----	-----
	55.244	55.267
	=====	=====

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

37. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2011			2010 (Pro-forma)		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:						
Instrumentos de dívida	227	(44)	183	672.454	(671.030)	1.424
Instrumentos de capital	14.269	(19.931)	(5.662)	22.440	(17.646)	4.794
Instrumentos derivados:						
"Forwards"	333	(369)	(36)	100	(150)	(50)
"Swaps"						
. Contratos de taxa de câmbio	109.595	(109.374)	221	44.582	(46.597)	(2.015)
. Contratos de taxa de juro	1.934.584	(1.948.294)	(13.710)	6.658.685	(6.754.450)	(95.765)
. Contratos sobre cotações	33.942	(10.072)	23.870	45.825	(61.674)	(15.849)
. Outros	144.604	(139.699)	4.905	192.442	(125.144)	67.298
Opções:						
. Contratos de taxa de câmbio	56.526	(56.379)	147	176.220	(173.541)	2.679
. Contratos de taxa de juro	403	(400)	3	-	-	-
. Contratos sobre cotações	528.226	(529.583)	(1.357)	1.534.502	(1.501.588)	32.914
. Outros	10.367	(10.367)	-	1.003.316	(1.031.764)	(28.448)
Contratos de garantia de taxa de juro	1.141.733	(1.141.358)	375	2.506.227	(2.503.887)	2.340
Activos e Passivos ao justo valor através de resultados:						
Instrumentos de dívida	109	(16.584)	(16.475)	-	(5.912)	(5.912)
Instrumentos de capital	-	-	-	108.583	(101.660)	6.923
	<u>3.974.918</u>	<u>(3.982.454)</u>	<u>(7.536)</u>	<u>12.965.376</u>	<u>(12.995.043)</u>	<u>(29.667)</u>
Derivados de cobertura:						
"Swaps"						
. Contratos de taxa de juro	192.352	(323.913)	(131.561)	41.782	(71.947)	(30.165)
. Contratos sobre cotações	24.311	(50.493)	(26.182)	8.015	(46.972)	(38.957)
Opções						
. "Auto-callable"	202.434	(190.660)	11.774	406.398	(393.272)	13.126
Correcções de valor de Activos e Passivos objecto de cobertura	240.849	(87.410)	153.439	143.764	(79.267)	64.497
	<u>659.946</u>	<u>(652.476)</u>	<u>7.470</u>	<u>599.959</u>	<u>(591.458)</u>	<u>8.501</u>
Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	<u>4.634.864</u>	<u>(4.634.930)</u>	<u>(66)</u>	<u>13.565.335</u>	<u>(13.586.501)</u>	<u>(21.166)</u>

38. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2011			2010 (pro-forma)		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Instrumentos de dívida						
Emitidos por residentes						
Dívida pública nacional	-	(57.571)	(57.571)	9	(19.524)	(19.515)
Emitidos por não residentes						
De emissores públicos estrangeiros	-	(25.859)	(25.859)	2.493	(656)	1.837
De outros não residentes	-	-	-	-	(211.452)	(211.452)
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor	820	(51)	769	21.201	(1.015)	20.186
Valorizados ao custo histórico	-	-	-	4.650	-	4.650
Outros	6.336	(969)	5.367	-	(11.104)	(11.104)
	<u>7.156</u>	<u>(84.450)</u>	<u>(77.294)</u>	<u>28.353</u>	<u>(243.751)</u>	<u>(215.398)</u>

Em 2011 esta rubrica refere-se essencialmente a perdas realizadas na venda de obrigações do Tesouro Português e Espanhol no montante de mEuros 83.331.

Em 2010, a rubrica "Instrumentos de dívida – De outros não residentes" refere-se a perdas na venda de obrigações emitidas em operações de securitização do Grupo Santander (Nota 9). As obrigações foram alienadas pela Totta Ireland em Outubro de 2010 a uma empresa do Grupo Santander, pelo valor de venda de mEuros 952.254.

Em 2010, a rubrica "Instrumentos de capital – Valorizados ao custo histórico" inclui o ganho resultante da reavaliação da participação na Unicre no montante de mEuros 21.201 (Nota 15).

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

39. RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Ganhos na reavaliação da posição cambial	64.949	45.361
Perdas na reavaliação da posição cambial:		
· Alienação da Partang e Banco Caixa Geral Totta de Angola (Nota 4)	-	( 1.982 )
· Dividendos do Banco Caixa Geral Totta de Angola	-	( 503 )
· Outras	( 59.659 )	( 31.938 )
	-----	-----
	5.290	10.938
	====	=====

40. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Ganhos na alienação da participação no Banco Caixa Geral Totta de Angola (Nota 4)	-	56.027
Ganhos na alienação de créditos a clientes (Nota 11)	1	78
Ganhos em activos não correntes detidos para venda	1.064	1.333
Ganhos em outros activos tangíveis	844	1.186
Ganhos em activos afectos a passivos por seguros	69	74
Valias na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação (Nota 24)	2.103	305.879
Ganho na venda da ISBAN PT (Nota 15)	-	713
Outros ganhos em operações financeiras	34	22
	-----	-----
	4.115	365.312
	-----	-----
Perdas em outros activos tangíveis	( 246 )	( 137 )
Perdas em activos afectos a passivos por seguros	( 692 )	( 8 )
Perdas em activos não correntes detidos para venda	( 2.381 )	( 1.410 )
Valias na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação (Nota 24)	-	( 214 )
Outras perdas em operações financeiras	( 614 )	( 2.029 )
	-----	-----
	( 3.933 )	( 3.798 )
	-----	-----
	182	361.514
	===	=====

Em 2010, a rubrica “Valias na recompra pelo Grupo de obrigações emitidas em operações de securitização de crédito à habitação” inclui ganhos de mEuros 282.069 e perdas de mEuros 214 resultantes de recompra de obrigações a entidades do Grupo Santander.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

41. MARGEM BRUTA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS

A margem bruta de seguros apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prémios brutos emitidos líquidos de resseguro	86.744	95.832
Custos com sinistros líquidos de resseguro	( 57.464 )	( 46.391 )
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	( 18.330 )	( 47.011 )
Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido	13.162	12.743
Juros e rendimentos líquidos de activos afectos a provisões técnicas	16.049	13.005
Juros líquidos de encargos associados a passivos por seguros	( 795 )	187
Ganhos líquidos de activos afectos a provisões técnicas	( 17 )	1.254
Encargos com serviços e comissões associadas a provisões técnicas	( 690 )	( 814 )
	-----	-----
	38.659	28.805
	=====	=====
Margem bruta de seguros de vida em que o risco de investimento é do tomador do seguro	( 14.566 )	9.493
	=====	=====

As provisões técnicas compreendem os passivos por contratos de seguro e os passivos financeiros por contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

Os passivos por contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados não são considerados no apuramento da margem bruta da actividade de seguros.

A rubrica prémios brutos emitidos líquidos de resseguro apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Plano Poupança Reforma Educação (PPR/E)	50.441	57.106
Temporários Individual/Grupo	56.444	59.899
Produtos tradicionais	662	807
Seguros de capital diferido	602	4.422
Acidentes pessoais (não vida)	1.715	1.272
Outros produtos	1	5
	-----	-----
	109.865	123.511
Resseguro cedido	( 23.121 )	( 27.679 )
	-----	-----
	86.744	95.832
	=====	=====



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2011 e 2010, a rubrica variação das provisões técnicas líquidas de resseguro tem a seguinte composição:

Variação das provisões para prémios não adquiridos e estabilização da carteira

Provisões para prémios não adquiridos, e estabilização da carteira, líquida de resseguro, em 31 de Dezembro de 2009	33.071
	-----
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro em 2010	5.598
Variação dos custos de aquisição diferidos	( 1.338 )
Variação da provisão para estabilização da carteira	600
	-----
Provisões para prémios não adquiridos, e estabilização da carteira, líquida de resseguro, em 31 de Dezembro de 2010 (Nota 17)	37.931
	-----
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro em 2011	( 654 )
Variação dos custos de aquisição diferidos	374
Variação da provisão para estabilização da carteira	( 4.670 )
Outros	1
	-----
Provisões para prémios não adquiridos, e estabilização da carteira, líquida de resseguro, em 31 de Dezembro de 2011 (Nota 17)	32.982
	=====

Variação da provisão matemática e para compromissos de taxa

Provisão matemática e compromissos de taxa em 31 de Dezembro de 2009	309.014
	-----
Variação da provisão matemática em 2010	44.042
Variação da provisão para compromissos de taxa em 2010	( 1.867 )
Transferência para provisão para participação nos resultados atribuídos	51
	-----
Provisão matemática e compromissos de taxa em 31 de Dezembro de 2010 (Nota 17)	351.240
	-----
Variação da provisão matemática em 2011	22.940
Reconversão de passivos financeiros por contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, para seguros de vida em que o risco de investimento é do tomador do seguro	( 18.007 )
Reconversão de passivos financeiros por contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, para passivos por contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados	( 21.367 )
	-----
Provisão matemática e compromissos de taxa em 31 de Dezembro de 2011 (Nota 17)	334.806
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Variação da provisão para participação nos resultados atribuída

Provisão para participação nos resultados atribuída em 31 de Dezembro de 2009	1.037
	-----
Participação nos resultados liquidada	( 188 )
Transferência para provisão matemática	( 51 )
Participação nos resultados atribuída em 2010	( 24 )
	-----
Provisão para participação nos resultados atribuída em 31 de Dezembro de 2010 (Nota 17)	774
	-----
Participação nos resultados liquidada	( 689 )
Transferência para provisão matemática	-
Participação nos resultados atribuída em 2011	340
	-----
Provisão para participação nos resultados atribuída em 31 de Dezembro de 2011 (Nota 17)	425
	===

Variação da provisão para participação nos resultados a atribuir

Provisão para participação nos resultados a atribuir em 31 de Dezembro de 2009	8.482
	-----
Varição em capitais próprios em 2010 (Nota 28)	( 4.941 )
	-----
Provisão para participação nos resultados a atribuir em 31 de Dezembro de 2010 (Nota 17)	3.541
	-----
Varição em capitais próprios em 2011 (Nota 28)	( 2.790 )
	-----
Provisão para participação nos resultados a atribuir em 31 de Dezembro de 2011 (Nota 17)	751
	===

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

42. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Outros rendimentos e receitas de exploração		
Rendas de locação operacional	154	144
Reembolso de despesas	4.866	5.519
Rendimentos da prestação de serviços diversos	6.866	5.879
Outros	19.888	19.989
	-----	-----
	31.774	31.531
	-----	-----
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	( 3.731 )	( 3.183 )
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 31)	( 3.918 )	( 3.621 )
Pagamento extraordinário no âmbito do Sistema de Indemnizações aos investidores (Nota 31)	( 4.163 )	-
Outros encargos e gastos operacionais	( 30.364 )	( 27.210 )
Outros impostos		
Directos	( 2.868 )	( 1.933 )
Indirectos	( 917 )	( 1.664 )
	-----	-----
	( 45.961 )	( 37.611 )
	-----	-----
	( 14.187 )	( 6.080 )
	=====	=====

43. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Salários e vencimentos		
Órgãos de administração e fiscalização (Nota 48)	5.418	8.294
Empregados	204.389	227.255
	-----	-----
	209.807	235.549
	-----	-----
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	53.209	38.601
Encargos com pensões e outros benefícios (Nota 46)	591	10.392
Fundo de pensões de contribuição definida	84	152
Reformas antecipadas (Nota 46)	3.763	3.539
Efeito da transferência de responsabilidades com pensões para a Segurança Social (Nota 46)	20.851	-
Outros encargos sociais obrigatórios	932	1.997
	-----	-----
	79.430	54.681
	-----	-----
Outros custos com pessoal		
Indemnizações por reformas antecipadas (Nota 46)	2.455	1.283
Transferências de pessoal	587	675
Plano complementar de reforma (Nota 46)	583	4.430
Outros	6.912	6.727
	-----	-----
	10.537	13.115
	-----	-----
	299.774	303.157
	=====	=====

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

44. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Fornecimentos externos:		
Água, energia e combustíveis	8.240	8.071
Material de consumo corrente	2.660	3.141
Outros fornecimentos	306	441
Serviços externos:		
Serviços especializados	44.989	46.082
Manutenção de software e equipamento informático	34.296	35.741
Comunicações	16.453	17.458
Publicidade e edição de publicações	13.505	14.556
Rendas e alugueres	11.764	11.986
Deslocações, estadas e representações	5.511	7.212
Conservação e reparação	2.986	3.309
Transportes	2.498	2.356
Formação de pessoal	2.027	2.444
Seguros	750	744
Outros serviços de terceiros	4.091	5.200
	-----	-----
	150.076	158.741
	=====	=====

45. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Banco Caixa Geral Totta de Angola	9.407	3.476
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	1.880	1.240
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	106	( 149 )
Partang, SGPS, S.A.	( 61 )	( 19 )
ISBAN PT - Engenharia e Software Bancário, S.A.	-	105
	-----	-----
	11.332	4.653
	=====	=====

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

46. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Banco relativas a empregados no activo e aos já reformados, foram efectuados estudos actuariais em 2011 e 2010 pela Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal. O valor actual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método "Projected Unit Credit".

As responsabilidades com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 31 de Dezembro de 2011 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2011	2010	2009	2008	2007
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:					
- Pensões					
. Empregados no activo	210.669	275.580	255.009	231.114	241.071
. Pensionistas	18.455	36.406	34.692	34.895	35.054
. Reformados e reformados antecipadamente	387.608	855.952	896.251	973.904	1.045.467
	<u>616.732</u>	<u>1.167.938</u>	<u>1.185.952</u>	<u>1.239.913</u>	<u>1.321.592</u>
- Cuidados de saúde (SAMS)	117.422	127.822	127.877	132.522	139.806
- Subsídio por morte	16.973	18.184	17.728	17.994	18.767
	<u>751.127</u>	<u>1.313.944</u>	<u>1.331.557</u>	<u>1.390.429</u>	<u>1.480.165</u>
Cobertura das responsabilidades:					
- Valor patrimonial do Fundo	758.244	1.312.888	1.395.849	1.391.585	1.486.078
	<u>758.244</u>	<u>1.312.888</u>	<u>1.395.849</u>	<u>1.391.585</u>	<u>1.486.078</u>
Valor financiado em excesso / (não financiado)	7.117	(1.056)	64.292	1.156	5.913
	<u>7.117</u>	<u>(1.056)</u>	<u>64.292</u>	<u>1.156</u>	<u>5.913</u>
Desvíos actuariais e financeiros gerados no ano					
- Alteração de pressupostos	(103.831)	-	(51.086)	(100.674)	(54.502)
- Ajustamentos de experiência:					
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	(23.708)	(29.458)	(21.172)	(4.100)	76.028
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	339.627	103.392	61.639	306.680	4.221
	<u>315.919</u>	<u>73.934</u>	<u>40.467</u>	<u>302.580</u>	<u>80.249</u>
	<u>212.088</u>	<u>73.934</u>	<u>(10.619)</u>	<u>201.906</u>	<u>25.747</u>

Tal como referido na Nota 1.3.k), foi efectuado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Sector Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de Dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário (ACTV). Em consequência foram ainda transferidos os activos do Fundo de Pensões do Banco, na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendia a mEuros 456.111.

O valor das responsabilidades a transferir calculado pelo Banco no momento imediatamente anterior à transferência, de acordo com os pressupostos actuariais e financeiros actualizados por si adoptados, ascende a mEuros 435.260.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A diferença do valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social calculadas utilizando os pressupostos estabelecidos no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro (mEuros 456.111), e os adoptados pelo Banco (mEuros 435.260), no montante de mEuros 20.851, foi registada na rubrica de “Custos com o pessoal” da demonstração de resultados (Nota 43).

Os pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das responsabilidades no momento imediatamente anterior à transferência para a Segurança Social foram os seguintes:

	<u>Activos</u>	<u>Reformados</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	5,92%	5,00%
Taxa de crescimento salarial	2,35%	-
Taxa de crescimento das pensões	1,35%	1,35%

O valor das responsabilidades apurado com base nos pressupostos acima totalizou mEuros 1.186.387, dos quais mEuros 435.260 correspondentes às responsabilidades transferidas, conforme referido anteriormente.

Os principais pressupostos utilizados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foram os seguintes:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	5,50%	5,50%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)		
- Activos	5,92%	5,25%
- Inactivos	5,00%	5,25%
Taxa de crescimento salarial	2,35%	3,20%
Taxa de crescimento das pensões	1,35%	1,75%
Taxa de inflação	1,75%	1,75%

As taxas de desconto dos activos de 5,00% e de 5,92% para os inactivos corresponde a uma taxa média de 5,5%, ou seja, a utilização de taxas diferenciadas para diferentes populações conduz ao mesmo valor de responsabilidades que seria determinado caso fosse usada uma taxa de 5,5% para a totalidade da população.

Para efeitos de apuramento do valor da pensão da segurança social que, nos termos do ACT do sector bancário, deverá abater à pensão prevista no referido ACT, foram utilizados os seguintes pressupostos:

Taxa de crescimento salarial para cálculo da pensão dedutível	2,35%
Inflação (n.º1 do Artigo 27.º)	1,75%
Inflação (n.º1 do Artigo 27.º)	2,00%
Factor de sustentabilidade acumulado até 2011	Redução de 3,14%
Factor de sustentabilidade futuro	Redução de 0,5% por ano

Na determinação do custo com pensões para o exercício de 2011 foram utilizados os pressupostos usados no cálculo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010.

A base para a taxa esperada de rendimento dos activos do Fundo de Pensões é a estimativa de retorno dos activos que compõem a carteira do Fundo a 31 de Dezembro de 2011 efectuada pelos actuários responsáveis.

As taxas de desconto utilizadas nos estudos actuariais são determinadas com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas em Euros e com maturidade semelhante à data de termo das obrigações do Plano para com activos e inactivos, respectivamente.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Mais concretamente foram consideradas, entre outras fontes, as taxas de rendimento de uma amostra de obrigações de empresas privadas em Euros com qualidade de crédito Aa- (notação de risco de crédito, com base em quatro agências de rating – Moody's, Standard & Poor's, Fitch e Dominion Bond Rating Service). Esta informação foi retirada da Bloomberg.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor das responsabilidades com cuidados de saúde decorrente de uma variação de 1% na taxa de contribuição pode ser apresentado como segue:

	2011			2010 (Pro-forma)		
	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%	Número de beneficiários	Taxa de contribuição -1%	Taxa de contribuição + 1%
Empregados no activo (Plano de Benefício Definido)	5.451	20.811	28.379	5.431	25.930	35.630
Empregados no activo (Plano de Contribuição Definida)	157	25	33	175	24	32
Pensionistas	926	4.183	5.705	912	4.165	5.679
Reformados e reformados antecipadamente	5.338	74.338	101.370	5.381	78.038	106.416
	<u>11.872</u>	<u>99.357</u>	<u>135.487</u>	<u>11.899</u>	<u>108.157</u>	<u>147.757</u>

O movimento nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 pode ser detalhado como segue, no que respeita ao plano de pensões do Banco:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Responsabilidades no início do período	1.313.944	1.331.557
Custo dos serviços correntes	2.237	15.389
Custo dos juros	66.962	68.280
(Ganhos)/Perdas actuariais	( 127.539 )	( 29.458 )
Reformas antecipadas	3.763	3.539
Valores pagos	( 76.337 )	( 78.567 )
Contribuições dos empregados	2.313	2.426
Transferência de responsabilidades para a Segurança Social	( 435.260 )	-
Responsabilidades da IFIC decorrentes da fusão	1.044	-
Responsabilidades decorrentes da fusão do BSN	-	778
	-----	-----
Responsabilidades no fim do período	<u>751.127</u>	<u>1.313.944</u>
	=====	=====

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos activos do Fundo. Nos exercícios de 2011 e 2010, os custos com pensões têm a seguinte composição e foram reconhecidos na rubrica de "Custos com o pessoal" (Nota 43):

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Custo dos serviços correntes	2.237	15.389
Custo dos juros	66.962	68.280
Rendimento esperado	( 70.118 )	( 74.572 )
	-----	-----
Custo do exercício – Plano de benefício definido	( 919 )	9.097
Custo do exercício – Plano de contribuição definida	37	32
Custo do exercício – Plano da Sucursal de Londres	429	485
Custo do exercício – acréscimo de responsabilidades com a IFIC	1.044	-
Custo do exercício – acréscimo de responsabilidades com o BSN	-	778
	-----	-----
	<u>591</u>	<u>10.392</u>
	====	=====

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A diminuição no custo dos serviços correntes resulta da passagem para o Regime Geral da Segurança Social dos trabalhadores bancários que se encontravam no activo, inscritos no CAFEB e admitidos no sector antes de 3 de Março de 2009, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº1-A/11, de 3 de Janeiro. Dada esta alteração, após a data de transição a pensão de reforma considerada é uma pensão complementar que resulta da diferença entre a pensão ACT e a pensão da Segurança Social.

O movimento nos desvios actuariais em 2010 e 2011 foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2009	265.033	-----
. Ganhos actuariais com pensões gerados em 2010	( 26.243 )	
. Perdas financeiras com pensões geradas em 2010	92.075	
. Ganhos actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2010	( 3.215 )	
. Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2010	11.317	-----
Saldo em 31 de Dezembro de 2010 – Pro-forma	338.967	-----
. Ganhos actuariais com pensões gerados em 2011	( 112.771 )	
. Perdas financeiras com pensões geradas em 2011	301.625	
. Ganhos actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2011	( 14.768 )	
. Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2011	38.002	-----
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	551.055	=====

Com a alteração da política contabilística referida na Nota 1.3.k), os desvios actuariais acumulados em 31 de Dezembro de 2011 encontram-se deduzidos na rubrica de “Reservas de reavaliação”.

Os desvios actuariais com pensões em 2011 e 2010 podem ser explicados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Alteração de pressupostos actuariais	( 92.234 )	-
Alteração da tabela salarial em 2011/ 2010 com impacto em pensões e salários	( 15.957 )	( 18.601 )
Alterações na população	1.336	( 735 )
Desvios de mortalidade		
. Por saídas	( 9.700 )	( 9.721 )
. Por permanência	6.720	6.947
Passagem de reformados antecipadamente a reformados	( 2.936 )	( 4.133 )
	-----	-----
	( 112.771 )	( 26.243 )
	=====	=====

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2011 a alteração de pressupostos actuariais inclui o efeito da alteração da taxa de desconto de 5,25% para 5,5% e das alterações da taxa de crescimento das pensões e de crescimento salarial de 1,75% para 1,35% e de 3,2% para 2,35%, respectivamente.

Os desvios actuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte ocorridos em 2011 e 2010 são explicados como se segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Alteração da taxa de desconto	( 11.597 )	-
Alterações salariais e de nível	( 2.598 )	( 2.481 )
Outros	( 573 )	( 734 )
	-----	-----
	( 14.768 )	( 3.215 )
	=====	=====

O aumento das responsabilidades com reformas antecipadas realizadas nos exercícios de 2011 e 2010 relativas a 24 e 20 colaboradores, nos montantes de mEuros 3.763 e mEuros 3.539 (Nota 43), respectivamente, bem como as indemnizações pagas pela passagem à situação de reforma antecipada, nos montantes de mEuros 2.455 e mEuros 1.283 (Nota 43), respectivamente, foram registadas por resultados.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o saldo em balanço relacionado com o plano de pensões pode ser detalhado como segue (Nota 18 e Nota 27):

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
(Insuficiência)/Excesso de financiamento	7.117	( 1.056 )
Insuficiência de financiamento (Sucursal de Londres)	( 3.820 )	( 1.891 )
	-----	-----
	3.297	( 2.947 )
	=====	=====

O crescimento salarial efectivamente verificado nos exercícios de 2011 e 2010 para efeito das contribuições para a Segurança Social relativas aos colaboradores do ex-totta foi de 1,18% e 5,8%, respectivamente.

O aumento efectivo das pensões e da tabela salarial foi de 0% em 2011 e 1% em 2010.

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o número de participantes do Fundo tem a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Empregados no activo <sup>(1)</sup>	5.608	5.606
Pensionistas	926	912
Reformados e reformados antecipadamente	5.338	5.381
	-----	-----
	11.872	11.899
	=====	=====

(1) Dos quais 157 e 175 empregados pertencem ao novo plano de contribuição definida, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, respectivamente.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As principais alterações demográficas em 2010 e 2011 foram as seguintes:

	<u>Activos</u>	<u>Reformados e reformados antecipadamente</u>	<u>Pensionistas</u>
Número total em 31-12-2009	5.548	5.430	879
Saídas:			
. De activos	(110)	-	-
. Por mortalidade	-	(80)	(21)
. Outras	-	-	(12)
Transferências	(21)	21	-
Entrada de colaboradores do BSN	84	-	-
Entradas	105	10	66
Número total em 31-12-2010	<u>5.606</u>	<u>5.381</u>	<u>912</u>
Saídas:			
. De activos	(111)	-	-
. Por mortalidade	-	(86)	(19)
. Outras	-	-	(25)
Transferências	(36)	36	-
Entrada de colaboradores da Totta IFIC	99	-	-
Entradas	50	7	58
Número total em 31-12-2011	<u>5.608</u>	<u>5.338</u>	<u>926</u>

O movimento no Fundo de Pensões do BST durante os exercícios de 2010 e 2011 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2009	1.395.849
	-----
Contribuições do Banco (monetárias)	22.000
Contribuições dos empregados	2.426
Rendimento líquido do Fundo	( 28.820 )
Valores pagos	( 78.567 )
	-----
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	1.312.888
	-----
Contribuições do Banco (monetárias)	245.000
Contribuições dos empregados	2.313
Rendimento líquido do Fundo	( 269.509 )
Valores pagos	( 76.337 )
Transferência para a Segurança Social	( 456.111 )
	-----
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2011	758.244
	=====

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 2011 e 2010 foram negativas em 20,53% e 2,1%, respectivamente.

Face à evolução negativa dos mercados accionistas e de Crédito durante o exercício de 2011 tendo em conta a exposição existente, a rentabilidade do Fundo de Pensões foi afectada negativamente.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a carteira do Fundo de Pensões do BST incluía os seguintes activos:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Instrumentos de dívida	385.693	632.370
Fundos de Investimento imobiliário	222.339	229.267
Fundos de Investimento mobiliário	139.059	130.708
Instrumentos de capital	152	2.221
Imóveis	87.215	88.155
Depósitos	125.255	223.664
Pendentes de Liquidação	( 201.470 )	6.503
	-----	-----
	758.244	1.312.888
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 os Pendentes de Liquidação incluem valores a entregar ao Estado no montante de mEuros 201.575, referentes à transferência de parte do fundo de pensões Banco para a Segurança Social, tal como estabelecido no Decreto-Lei nº127/2011.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as carteiras do Fundo de Pensões incluíam os seguintes activos com empresas do Grupo Santander:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Imóveis arrendados	22.966	23.839
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos)	154.464	209.548
	-----	-----
	177.430	233.387
	=====	=====

Em 2010 foi contratado um seguro para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida para directivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de mEuros 4.430. Em 2011, o prémio pago pelo Banco ascendeu a mEuros 583 (Nota 43).

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativos ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres foram os seguintes:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00	AM92/AF92
Taxa de rendimento dos activos do fundo de pensões	5,02%	5,50%
Taxa técnica actuarial (taxa de desconto)	4,90%	5,70%
Taxa de crescimento salarial	2,70%	3,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,90%	3,20%
Taxa de inflação	2,70%	3,50%

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	29.260	25.003
Cobertura – valor patrimonial do fundo	25.440	23.112
	-----	-----
Valor não financiado – Sucursal de Londres	( 3.820 )	( 1.891 )
	=====	=====

Relativamente ao plano de pensões específico da Sucursal de Londres, o movimento nas responsabilidades por serviços passados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2011 pode ser detalhado como segue:

Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2009	24.012
	-----
Custo dos serviços correntes	239
Custo dos juros	1.395
Ganhos actuariais	( 817 )
Valores pagos	( 589 )
Variações cambiais	763
	-----
Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2010	25.003
	-----
Custo dos serviços correntes	174
Custo dos juros	1.450
Perdas actuariais	2.551
Valores pagos	( 680 )
Variações cambiais	762
	-----
Responsabilidades a 31 de Dezembro de 2011	29.260
	=====

O movimento no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante os exercícios de 2010 e 2011 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2009	21.457
	-----
Rendimento líquido do fundo	1.378
Contribuição do Banco	184
Valores pagos	( 589 )
Variações cambiais	682
	-----
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	23.112
	-----
Rendimento líquido do fundo	2.125
Contribuição do Banco	179
Valores pagos	( 680 )
Variações cambiais	704
	-----
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2011	25.440
	=====

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os custos dos exercícios de 2011 e 2010 da Sucursal de Londres apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Contribuição do Banco – financiamento do fundo	-	184
Custo dos serviços correntes	174	239
Custo dos juros	1.450	1.395
Rendimento esperado	( 1.195 )	( 1.333 )
	-----	-----
	429	485
	====	====

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os desvios actuariais da Sucursal de Londres apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Perdas actuariais com pensões em 2009	3.630	3.630
Ganhos financeiros com pensões em 2009	( 1.315 )	( 1.315 )
Ganhos actuariais com pensões em 2010	( 817 )	( 817 )
Ganhos financeiros com pensões em 2010	( 45 )	( 45 )
Ganhos actuariais com pensões em 2011	2.551	-
Ganhos financeiros com pensões em 2011	( 930 )	-
Variações cambiais	138	82
	-----	-----
Desvios actuariais	3.212	1.535
	====	====

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes activos:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Instrumentos de dívida	21.763	19.254
Instrumentos de capital	3.608	3.758
Depósitos	69	100
	-----	-----
Valor do fundo	25.440	23.112
	=====	=====

Para determinação das responsabilidades por serviços passados dos empregados no activo da Santander Totta Seguros abrangidos pelo fundo de pensões da Companhia (Nota 1.3. k)), foram efectuados estudos actuariais pela Towers Watson International Limited, Sucursal em Portugal. O valor actual das responsabilidades por serviços passados com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 correspondia a mEuros 172 e mEuros 200, respectivamente. Nas mesmas datas, o valor do fundo de pensões ascendia a mEuros 199 e mEuros 205, respectivamente.

#### 47. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

##### **Descrição das operações**

Entre Julho de 2003 e Fevereiro de 2011 o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de doze operações, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 23.250.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC, à excepção das duas últimas operações de titularização (Hipototta nº 11 e Hipototta nº 12), em que os créditos foram vendidos à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus).

Em Abril de 2009, a Totta IFIC procedeu à titularização de parte da sua carteira de leasing e aluguer de longa duração através de uma operação, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.300.000. Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a um fundo de titularização de créditos denominado LeaseTotta No. 1 FTC.

Em Outubro de 2009, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 9 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Novembro de 2008, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 1.550.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 1.462.000.

Em Abril de 2010, o BST procedeu à liquidação do Hipototta nº 6 Ltd, criado no âmbito da operação de securitização de Outubro de 2007, cujo montante inicial dos créditos ascendeu a mEuros 2.200.000. A referida liquidação ocorreu após um “Mortgage Retransfer Agreement”, mediante o qual o Banco voltou a adquirir os créditos inicialmente securitizados por mEuros 1.752.357.

Em Janeiro e Fevereiro de 2011, o BST celebrou Mortgage Retransfer Agreements com o Hipototta nº 2 PLC, Hipototta nº 3 PLC e Hipototta nº 10 Ltd. Ao abrigo dos referidos acordos o BST recomprou os créditos previamente securitizados, nos montantes de mEuros 880.636, mEuros 1.548.396 e mEuros 803.494, respectivamente, e foi reembolsado relativamente às Notes que detinha em carteira associadas a estas securitizações pelo respectivo valor nominal.

Em Março de 2011 o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito a empresas e de papel comercial através de uma operação designada BST SME nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 2.000.000. Adicionalmente em Junho de 2011 titularizou parte da sua carteira de crédito ao consumo através de uma operação designada Totta Consumer nº 1, cujo montante inicial total ascendeu a mEuros 1.100.000. Os créditos destas operações foram vendidos pelo seu valor nominal à Tagus.

Parte dos Fundos Hipototta e o Leasetotta são geridos pela Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navegator). O BST continua a efectuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta e Leasetotta e à Tagus todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC emitiram unidades de participação, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Hipototta e LeaseTotta, com sede na Irlanda.

Os Fundos Hipototta e LeaseTotta FTC entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direcção Geral do Tesouro aos Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd, efectuando a separação das prestações entre capital e juros.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Como forma de financiamento, os Hipototta e LeaseTotta PLC/Ltd, e a Tagus emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, conseqüentemente, de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2011, as obrigações emitidas e ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipototta nº 1 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.053.200	206.222	AA-	A2	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,27%	Euribor 3 m + 0,54%
Classe B	32.500	14.448	AA-	Baa2	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 0,65%	Euribor 3 m + 0,95%
Classe C	14.300	6.367	A	Ba1	Novembro de 2034	Agosto de 2012	Euribor 3 m + 1,45%	Euribor 3 m + 1,65%
	<u>1.100.000</u>	<u>227.037</u>						
Classe D	17.600	11.000			Novembro de 2034	Agosto de 2012	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>1.117.600</u>	<u>238.037</u>						

Hipototta nº 4 PLC							
Dívida emitida	Montante		Rating Fitch	Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual				Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	1.097.946	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,12%	Euribor 3 m + 0,24%
Classe B	44.240	41.450	A	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,19%	Euribor 3 m + 0,40%
Classe C	139.720	130.908	BB	Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Euribor 3 m + 0,29%	Euribor 3 m + 0,58%
	<u>2.800.000</u>	<u>1.270.304</u>					
Classe D	14.000	14.000		Dezembro de 2048	Dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.814.000</u>	<u>1.284.304</u>					

Hipototta nº 5 PLC								
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data do reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,05%	Euribor 3 m + 0,10%
Classe A2	1.693.000	955.362	AA-	A3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,13%	Euribor 3 m + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	AA-	Baa3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,17%	Euribor 3 m + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A	Ba2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,24%	Euribor 3 m + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	BBB	B3	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 0,50%	Euribor 3 m + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BB	Caa2	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Euribor 3 m + 1,75%	Euribor 3 m + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>1.062.362</u>						
Classe F	10.000	10.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2060	Fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>1.072.362</u>						

Hipototta nº 7 Ltd							
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração	
	Inicial	Actual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,20%	
Classe A2	1.596.000	1.090.545	AA-	A2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,30%	
Classe B	60.000	60.000	A	A3	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 0,60%	
Classe C	50.000	50.000	BBB	Baa2	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 1,2%	
Classe D	44.000	44.000	BB	Ba3	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 2,75%	
Classe E	50.000	50.000	B	Caa1	Fevereiro de 2061	Euribor 3 m + 4,75%	
	<u>2.000.000</u>	<u>1.294.545</u>					
Classe F	20.000	20.000	CCC-	Ca	Fevereiro de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.020.000</u>	<u>1.314.545</u>					

Hipototta nº 11						
Dívida emitida	Montante		Rating S&P	Data de reembolso	Remuneração	
	Inicial	Actual			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	1.760.000	1.514.633	AA-	2063	Euribor 3 m + 0,20%	
Classe B	240.000	240.000	BBB+	2063	Euribor 3 m + 0,60%	
	<u>2.000.000</u>	<u>1.754.633</u>				
Classe C	40.000	40.000		2063	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.040.000</u>	<u>1.794.633</u>				

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Hipototta nº 12					
Dívida emitida	Montante		Rating S&P	Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Actual			
Classe A	1.079.000	1.000.650	AA-	2065	Euribor 3 m + 0,20%
Classe B	221.000	221.000		2065	Euribor 3 m + 0,60%
	<u>1.300.000</u>	<u>1.221.650</u>			
Classe C	39.800	39.800		2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>1.339.800</u>	<u>1.261.450</u>			

BST SME nº 1					
Dívida emitida	Montante		Rating DBRS	Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Actual			
Classe A	1.020.000	1.020.000	AA	2041	Euribor 3 m + 0,20%
Classe B	980.000	980.000		2041	Euribor 3 m + 0,60%
	<u>2.000.000</u>	<u>2.000.000</u>			
Classe C	40.800	40.800		2041	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>2.040.800</u>	<u>2.040.800</u>			

Totta Consumer nº 1					
Dívida emitida	Montante		Rating DBRS	Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Actual			
Classe A	700.000	552.096	AAH	2038	Euribor 3 m + 3%
Classe B	300.000	300.000		2038	Euribor 3 m + 3,25%
	<u>1.000.000</u>	<u>852.096</u>			
Classe C	100.400	100.400		2038	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>1.100.400</u>	<u>952.496</u>			

Leasetotta nº 1 Ltd					
Dívida emitida	Montante		Rating DBRS	Data de reembolso	Remuneração
	Inicial	Actual			
Classe A	1.040.000	460.139	AAH	2042	Euribor 3 m + 0,30%
Classe B	260.000	260.000		2042	Euribor 3 m + 4,75%
	<u>1.300.000</u>	<u>720.139</u>			
Classe C	65.000	65.000		2042	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>1.365.000</u>	<u>785.139</u>			

As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 1 PLC, Hipototta nº 4 PLC, Hipototta nº 12 e BST SME nº 1 vencem juros trimestralmente em 30 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta nº 5 PLC e Hipototta nº 7 Ltd vencem juros trimestralmente em 28 de Fevereiro, 30 de Maio, Agosto e Novembro de cada ano. As obrigações emitidas pelos Hipototta nº 11 (Tagus) e Consumer nº 1 vencem juros trimestralmente em 30 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro de cada ano. As obrigações emitidas pelo LeaseTotta No. 1 Limited vencem juros trimestralmente em 15 de Janeiro, 15 de Abril, 15 de Julho e 15 de Outubro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipotottas e LeaseTotta, para o BST SME nº 1 e para o Totta Consumer nº 1, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipotottas e LeaseTotta têm a faculdade de efectuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta nº 5 PLC e do Hipototta nº 7 Ltd, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos activos (carteira de crédito).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As obrigações da classe D, no caso dos Hipotottas nº 1 e 4, as obrigações da classe F, no que se refere aos Hipototta nº 5, Hipototta nº 7 e as obrigações da classe C, para o Hipototta nº 11, Hipototta nº 12, LeaseTotta No. 1 Limited, Totta Consumer nº 1 e BST SME nº 1 constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito securitizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de servicer, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as securitizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito securitizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D dos Hipototta nº 1 e 4 PLC, correspondia a uma taxa média anual de 1,1% e 0,9%, respectivamente. Nas obrigações da classe F do Hipototta nº 5 PLC, correspondeu a uma taxa média anual de 0,9%, sobre o valor total de cada carteira de crédito. Para as obrigações da classe F do Hipototta nº 7 e para as obrigações da classe C do Hipototta nº 11 e do LeaseTotta nº 1, correspondeu a uma taxa média anual de 0,7% sobre o valor de cada carteira de crédito. Para as obrigações da classe C dos Hipototta nº 12, BST SME e Totta Consumer correspondeu a uma taxa média anual de 1%, 1,23% e 5,25%, respectivamente sobre o valor de cada carteira de crédito.

O Grupo detém a maior parte das obrigações emitidas em operações de titularização. As obrigações detidas por outras entidades, no montante de mEuros 2.163.954, estão registadas na rubrica de responsabilidades representada por títulos e detalhadas no Anexo I.

Na data em que as securitizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipotottas, que correspondem a facilidades/ linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipotottas. Foram igualmente celebrados “Swap Agreements” entre o Grupo Santander e os primeiros Hipotottas emitidos e entre o BST e os restantes veículos de securitizações destinados a cobertura do risco de taxa de juro.

#### **Registo contabilístico**

De acordo com a IAS 27 e a SIC 12, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os Fundos Hipototta FTC e LeaseTotta No. 1 FTC e os Hipototta PLC/Ltd e o LeaseTotta No.1 Limited foram incluídos no perímetro de consolidação (Nota 4), dado que o Banco detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à actividade destas entidades. Nesse sentido, as operações relativas às operações de titularização foram registadas no balanço, e as obrigações emitidas pelos Hipototta PLC/Ltd, LeaseTotta No. 1 Limited e pela Tagus que são detidas pelo BST e suas subsidiárias foram anuladas no processo de consolidação.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

## 48. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas com as quais a ST SGPS e as empresas do Grupo mantêm saldos ou transacções nos exercícios de 2011 e 2010 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
<b>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam o Grupo</b>	
Banco Santander, S.A.	Espanha
Santusa Holding, S.L.	Espanha
<b>Empresas que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</b>	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Totta & Açores Financing, Ltd	Ilhas Cayman
Serfin International Bank & Trust	Ilhas Cayman
Totta & Açores, Inc. - Newark	EUA
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Santotta Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, LDA	Portugal
Tottaurbe - Emp. Administração e Construções, S.A.	Portugal
Totta Crédito Especializado, IFIC, S.A	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Gestão de Activos, SGPS, S.A.	Portugal
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
BST International Bank, Inc. - Porto Rico	Porto Rico
Taxagest, SGPS, S.A.	Portugal
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
<b>Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo</b>	
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal
Banco Caixa Geral Totta de Angola	Angola
Partang, SGPS, S.A.	Portugal
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal
<b>Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum pelo Grupo</b>	
Abbey National Treasury Services Investments Limited	Reino Unido
Abbey National Treasury Services PLC	Reino Unido
Alliance & Leicester PLC	Reino Unido
Banco Banif, S.A.	Espanha
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander International Miami	EUA
Banco Santander (México), S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Santander	México
Banesto Financial Products, PLC	Espanha
Capital Grupo Santander, SA SGEGR	Espanha
Catter Allen International, LTD	Reino Unido
Geoban, S.A.	Espanha
Grupo Banesto	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas, S.L.	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Multirent, Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Portugal
Open Bank Santander Consumer, S.A.	Espanha
Portal Univerisia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informaticos Generales, SL	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank and Trust, Ltd.	Bahamas
Santander Central Hispano Issuances, Ltd.	Ilhas Cayman
Santander Consumer Finance, S.A.	Espanha
Santander Consumer EFC, S.A.	Espanha
Santander Investment Services, S.A.	Espanha
Santander Issuances, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander UK PLC	Reino Unido
Unión de Créditos Inmobiliários, S.A.	Espanha
ISBAN PT - Engenharia e Software Bancário, S.A.	Portugal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Nome da entidade relacionada	Sede
<b>Empresas que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum pelo Grupo (cont.)</b>	
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Banco Santander Consumer Portugal, S.A.	Portugal
Santander Investment Securities, Inc	EUA
All Funds Bank, S.A.	Espanha
Santander Consumer Spain Auto 07-1	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 1	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 2	Espanha
Fondo de Titulización de Activos Santander Empresas 3	Espanha
Fondo de Titulización Santander Financiación 1	Espanha
FTPYME Santander 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 1 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 2 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Hipotecario 3 Fondo de Titulización de Activos	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander de Titulización SGFT	Espanha
H.B.F. Aluguer e Comércio de Viaturas, S.A.	Espanha
Santander International Debt, S.A.	Espanha
Optimal Strategic Us Equity Irl Euro Fnd	Irlanda
Sovereign Bank	EUA
Santander Global Facilities	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Banco Santander Chile	Chile
<b>Entidades de propósito especial</b>	
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 7 Ltd	Irlanda
LEASETOTTA NO. 1 Ltd	Irlanda
HIPOTOTTA NO. 1 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	Portugal
HIPOTOTTA NO. 7 FTC	Portugal
LEASETOTTA NO. 1 FTC	Portugal
TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA NO. 11)	Portugal
TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (HIPOTOTTA NO. 12)	Portugal
TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (BST SME NO. 1)	Portugal
TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (TOTTA CONSUMER NO.1)	Portugal

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresa que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum com o Grupo
<b>Activos:</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	9.444	-	18.537
Activos financeiros detidos para negociação	297.417	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	20	-	279.804
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	7.536
Aplicações em instituições de crédito	1.011.381	-	2.608
Crédito a clientes	-	-	415
Derivados de cobertura	136.090	-	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	134.052	-
Outros activos	21.016	5.395	8
<b>Passivos:</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.440.410	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	668.304	103.227	19.500
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	11.004	6.144
Responsabilidades representadas por títulos	638.906	-	215.230
Derivados de cobertura	277.632	-	-
Outros passivos	18.430	-	1.576
<b>Custos:</b>			
Juros e encargos similares	323.970	234	10.925
Encargos com serviços e comissões	1.118	-	269
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	2.901.332	-	2.690
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	75.247	-	-
Resultados de reavaliação cambial	2.418	-	-
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	6	-	26.808
Margem bruta da actividade de seguros	7	-	309
Gastos gerais administrativos	-	-	35.511
Resultados de alienação de outros activos	2.817	-	-
Outros resultados de exploração	-	-	1
<b>Proveitos:</b>			
Juros e rendimentos similares	322.005	4	8.763
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	2.281.194	-	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	715
Rendimentos de serviços e comissões	588	-	1.781
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	-	-	2.962
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	11.332	-
<b>Extrapatrimoniais:</b>			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	475.879	-	32.402
Garantias recebidas	715	-	1.400
Compromissos perante terceiros	1.946	389	22.495
Operações cambiais e instrumentos derivados	24.154.065	-	-
Responsabilidades por prestação de serviços	2.804.037	35.717	17.538

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresa que directa ou indirectamente se encontram sob controlo comum com o Grupo
<b>Activos:</b>			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13.517	-	9.928
Activos financeiros detidos para negociação	199.977	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.496	-	441.309
Activos financeiros disponíveis para venda	798	-	49.891
Aplicações em instituições de crédito	1.140.625	40	68
Crédito a clientes	-	-	129.308
Derivados de cobertura	122.826	-	-
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	-	133.697	-
Outros activos	111.457	5	-
<b>Passivos:</b>			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.102.372	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	2.669.914	77.690	721.357
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	7.776	5.583
Responsabilidades representadas por títulos	66.941	-	217.474
Derivados de cobertura	164.490	-	-
Outros passivos	144.051	-	647
<b>Custos:</b>			
Juros e encargos similares	641.222	40	23.800
Encargos com serviços e comissões	1.160	-	91
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	8.626.735	-	2.747
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	211.452	-	-
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	51	-	18.828
Margem bruta da actividade de seguros	9	-	468
Resultados de activos afectos a passivos por seguros	-	-	187
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos	-	4.102	-
Gastos gerais administrativos	-	-	36.002
<b>Proveitos:</b>			
Juros e rendimentos similares	688.051	9	14.606
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	7.931.819	-	3.011
Resultados de reavaliação cambial	4.705	-	-
Resultados de outros activos	-	-	713
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	552
Rendimentos de serviços e comissões	56	-	245
Margem bruta de seguros de vida em que o risco é do tomador do seguro	340	-	13.762
Margem bruta da actividade de seguros	71	-	180
<b>Extrapatrimoniais:</b>			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	463.746	-	344
Garantias recebidas	715	-	1.400
Compromissos perante terceiros	3.851	914	40.047
Operações cambiais e instrumentos derivados	28.544.177	-	-

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

**ÓRGÃOS SOCIAIS**Conselho de Administração

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência, ascendiam a mEuros 1.289 e mEuros 1.228, respectivamente. As remunerações fixas e variáveis totalizaram nestas datas mEuros 5.418 e mEuros 8.294, respectivamente (Nota 43).

O Grupo Santander, no qual está inserida a Santander Totta, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, o qual se encontra descrito na Nota 49 e que está dividido em ciclos. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica de custos com o pessoal nos exercícios de 2011 e 2010 é apresentado de seguida:

	<u>2011</u>	<u>2010</u> (Pro-forma)
Segundo ciclo – PI10 – atribuídas em 2007 e exercidas em Julho de 2010	-	152
Terceiro ciclo – PI11 – atribuídas em 2008 e a exercer em Julho de 2011	172	362
Quarto ciclo – PI12– atribuídas em 2009 e a exercer em Julho de 2012	292	311
Quinto ciclo – PI13– atribuídas em 2010 e a exercer em Julho de 2013	374	161
Sexto ciclo – PI14– atribuídas em 2011 e a exercer em Julho de 2014	10	-
	-----	-----
	848	986
	===	===

Em 6 de Julho de 2009, foi finalizado o primeiro ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 97.676, ao valor por acção de 8,49 Euros.

Em 8 de Julho de 2010, foi finalizado o segundo ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. O número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 140.124, ao valor por acção de 8,77 euros.

Em 11 de Julho de 2011, foi finalizado o terceiro ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 141.080, ao valor por acção de 7,511 euros.

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST, estão integrados no plano de pensões do Acordo Colectivo de Trabalho para o sector bancário subscrito pelo BST. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. k).

Em Assembleia Geral de accionistas do BST de 30 de Maio de 2007 foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex - BTA que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-BTA. Os membros do Conselho de Administração cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. A fixação do montante do complemento da pensão de reforma será definida pela comissão de vencimentos quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos. Para este universo está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral de Segurança Social.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 as responsabilidades com este plano ascendiam a mEuros 9.687, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisão para pensões e outros encargos” (Nota 25).

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2010, no novo plano complementar de reforma para directivos do Banco, estão incluídos os membros do Conselho de Administração que não estão inseridos no plano específico de benefício definido acima referido.

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme o Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, o BST reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tinha direito até ao fim do seu mandato.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Sociedade em 2011 ascendeu a mEuros 74.

49. PLANOS DE INCENTIVOS - ACÇÕES

Por decisão da Assembleia Geral de Accionistas do Banco Santander, S.A. foi aprovado o “Plano de Acções Vinculado a Objectivos do Grupo Santander”. Este plano está dividido em ciclos, tendo sido aprovado até ao momento seis ciclos. O Grupo está também inserido neste plano.

Cada beneficiário do Plano tem direito a receber um número máximo de acções do Banco Santander. O número final atribuído é determinado multiplicando o número máximo de acções pela soma de coeficientes indexados à evolução do Banco Santander comparativamente a outras entidades compreendidas num grupo pré-definido. Esta comparação é medida em dois parâmetros: o retorno total para o accionista e o crescimento do lucro por acção, para os primeiros três ciclos, para os restantes ciclos a comparação e medida só para o retorno total para o accionista.

As datas de finalização dos ciclos do plano de acções vinculados a objectivos, o número total de acções atribuídas e o valor por acção, apresentam o seguinte detalhe:

<u>Ciclo</u>	<u>Data de finalização</u>	<u>Número total de acções atribuídas</u>	<u>Valor por acção</u>
Primeiro	6 de Julho de 2009	385.936	8,49
Segundo	8 de Julho de 2010	554.988	8,77
Terceiro	11 de Julho de 2011	580.327	7,51

Conforme referido na nota 1.3. q), o registo dos planos de incentivos de acções consiste em reconhecer o direito dos colaboradores das empresas do Grupo a estes instrumentos na demonstração dos resultados do ano, na rubrica de “Custos com pessoal”, na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, cobertura e execução dos planos é assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2011 e 2010, o custo deste plano pode ser apresentado como segue:

Plano de acções vinculado a objectivos do Grupo Santander	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Segundo ciclo – PI10 - atribuídas em 2007 e a exercer em Julho de 2010	-	627
Terceiro ciclo – PI11 - atribuídas em 2008 e a exercer em Julho de 2011	642	1.283
Quarto ciclo – PI12 - atribuídas em 2009 a exercer em Julho de 2012	1.167	1.167
Quinto ciclo – PI13 - atribuídas em 2010 a exercer em Julho de 2013	1.496	743
Sexto ciclo – PI14 - atribuídas em 2011 a exercer em Julho de 2014	543	-
	-----	-----
	<b>3.848</b>	<b>3.820</b>
	=====	=====

A disponibilização das acções está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander. O custo por acção, bem como a data de disponibilização das acções encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Planos de acções	Número de acções	Valor do custo por acção (Euros)	Data prevista de entrega das acções	Número de colaboradores	Data de atribuição do direito
<b>Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2009:</b>					
PI10	635.863	5,6936	Jul-2010	329	2007
PI11	707.381	5,4419	Jul-2011	341	2008
PI12	775.819	4,5112	Jul-2012	337	2009
Movimento em 2010:					
PI10 - Anulações (*)	(22.850)	-	-	-2	-
PI10 - Acções disponibilizadas	(554.988)	-	Jul-2010	-327	-
PI10 - Acções não disponibilizadas (**)	(58.025)	-	-	-	-
PI11 - Anulações (*)	(28.890)	-	-	-7	-
PI12 - Anulações (*)	(2.030)	-	-	-3	-
PI13 - Atribuição do direito	800.103	5,5707	Jul-2013	335	2010
<b>Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2010:</b>					
PI11	678.491	5,4419	Jul-2011	334	2008
PI12	773.789	4,5112	Jul-2012	334	2009
PI13	800.103	5,5707	Jul-2013	335	2010
Movimento em 2011:					
PI11 - Anulações (*)	(1.750)	-	-	-1	-
PI11 - Acções disponibilizadas	(580.327)	-	Jul-2011	-333	-
PI11 - Acções não disponibilizadas (**)	(96.414)	-	-	-	-
PI12 - Anulações (*)	(15.250)	-	-	-5	-
PI13 - Anulações (*)	(13.870)	-	-	-4	-
PI14 - Atribuição do direito	579.543	4,5254	Jul-2014	303	2011
<b>Planos em vigor em 31 de Dezembro de 2011:</b>					
PI12	758.539	4,5112	Jul-2012	329	2009
PI13	786.233	5,5707	Jul-2013	332	2010
PI14	579.543	4,5254	Jul-2014	303	2011

## Notas:

(\*) Anulação dos direitos atribuídos a beneficiários que não cumpriram os requisitos de permanência no Grupo Santander estabelecidos no Regulamento do Plano.

(\*\*) Diferença entre o número máximo de acções atribuídas e o número de acções efectivamente entregues. O número de acções entregues resulta da aplicação de um coeficiente calculado em função do desempenho do Grupo Santander aplicado sobre o número máximo de acções atribuídas.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para os planos de acções vinculados a objectivos em vigor a 31 de Dezembro de 2011 (4º, 5º e 6º ciclos), o justo valor foi determinado de acordo com a seguinte metodologia:

- Considerou-se que os beneficiários permanecem no Grupo Santander durante o período de cada plano.
- O valor relacionado com a posição relativa do Retorno Total para o Accionista (RTA) foi determinado, na data de atribuição, com base no relatório de um perito independente que efectuou a sua valorização utilizando um modelo “MonteCarlo” com realização de 10.000 simulações para determinar o RTA de cada uma das entidades incluídas no grupo de comparáveis. Os resultados (cada um representa a entrega de um número de acções) são ordenados de acordo com um ranking decrescente, calculando uma média ponderada e descontando o montante à taxa de juro sem risco.

	<u>PI12</u>	<u>PI13</u>	<u>PI14</u>
Volatilidade (*)	42,36%	49,65%	51,35%
Rentabilidade anual do dividendo nos últimos anos	4,88%	6,34%	6,06%
Taxa de juro sem risco	2,040%	3,330%	4,073%

(\*) Volatilidade histórica do período correspondente (2 ou 3 anos)

O resultado da aplicação do modelo de simulação assume um valor percentual de 55,42% para PI12, de 62,62% para o P13 e de 55,39% para o PI14, aos quais se aplica 50% do valor atribuído para determinar o custo contabilístico do incentivo de RTA. Esta valorização, por se referir a uma condição de mercado, não é susceptível de ajustamento a partir da data de atribuição.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

50. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA NORMA IFRS 7**BALANÇO**Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2011				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	201.130	186.707	-	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	274.318	82.644	-	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	1.990.932	-	-	-	1.990.932
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.043.822	-	-	-	2.043.822
Activos financeiros disponíveis para venda	4.955.591	-	24.662	(73.604)	4.906.649
Aplicações em instituições de crédito	-	2.324.350	-	-	2.324.350
Crédito a clientes	53.573	28.958.280	-	(671.913)	28.339.940
Derivados de cobertura	167.302	-	-	-	167.302
	<u>9.211.220</u>	<u>31.758.078</u>	<u>294.013</u>	<u>(745.517)</u>	<u>40.517.794</u>
<b>Passivo</b>					
Recursos de bancos centrais	-	4.913.234	-	-	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	1.598.169	-	-	-	1.598.169
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.038.370	-	-	-	4.038.370
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.239.802	-	-	3.239.802
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.695.199	17.378.414	-	-	19.073.613
Responsabilidades representadas por títulos	3.497.301	2.392.440	-	-	5.889.741
Derivados de cobertura	282.889	-	-	-	282.889
Provisões técnicas	-	418.732	-	-	418.732
	<u>11.111.928</u>	<u>28.342.622</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39.454.550</u>
<b>2010</b>					
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	99.074	217.801	-	316.875
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	124.980	111.303	-	236.283
Activos financeiros detidos para negociação	1.639.674	-	-	-	1.639.674
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.974.695	-	-	-	2.974.695
Activos financeiros disponíveis para venda	6.484.164	-	27.360	(67.087)	6.444.437
Aplicações em instituições de crédito	-	1.914.628	-	-	1,914.628
Crédito a clientes	65.072	33.285.609	-	(536.657)	32.814.024
Derivados de cobertura	131.512	-	-	-	131.512
	<u>11.295.117</u>	<u>35.424.291</u>	<u>356.464</u>	<u>(603.744)</u>	<u>46.472.128</u>
<b>Passivo</b>					
Recursos de bancos centrais	-	4.807.162	-	-	4.807.162
Passivos financeiros detidos para negociação	1.262.597	-	-	-	1,262.597
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.301.702	-	-	-	4,301.702
Recursos de outras instituições de crédito	-	8,449.191	-	-	8,449.191
Recursos de clientes e outros empréstimos	1,249.362	15,768.935	-	-	17,018.297
Responsabilidades representadas por títulos	4,064.822	3,757.855	-	-	7,822.677
Derivados de cobertura	189.423	-	-	-	189,423
Provisões técnicas	-	377.126	-	-	377,126
	<u>11.067.906</u>	<u>33.160.269</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.228.175</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, não ocorreram quaisquer movimentos de reclassificação de activos financeiros, excepto a reclassificação de papel comercial conforme referido na Nota 9.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura de justo valor são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

O montante apresentado nesta Nota como “Provisões técnicas” corresponde a provisões técnicas associadas a produtos do ramo vida com participações nos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” corresponde à valorização de produtos de seguros de vida comercializados pelo Grupo em que o risco é do tomador do seguro (Nota 21).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” inclui mEuros 49.728 e mEuros 31.835, respectivamente, de produtos financeiros sem participação nos resultados (Nota 23).

Os seguros de vida com risco do tomador de seguro correspondem a fundos de investimento colectivo, compostos por títulos ou cabazes de títulos e subscritos através da aquisição de unidades de participação. Os títulos que compõem os fundos de investimento colectivo encontram-se registados na rubrica “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados”, cuja valorização em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 ascende a mEuros 1.940.944 e mEuros 2.881.409, respectivamente (Nota 8).

As responsabilidades do Grupo face aos detentores das unidades de participação na maturidade dos produtos encontram-se cobertas pelos rendimentos dos títulos em carteira afectos aos referidos produtos.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2011					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	3.974.813	(3.965.869)	8.944	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	361.264	(390.446)	(29.182)	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	326.570	(97.349)	229.221	-	(516.463)	(516.463)
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	82.223	-	82.223	-	-	-
Crédito a clientes	1.347.387	(435.842)	911.545	-	-	-
Derivados de cobertura	670.260	(799.183)	(128.923)	52.022	-	52.022
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	973.893	(968.573)	5.320	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(181.365)	(181.365)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	40.281	(415.248)	(374.967)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	103.676	(285.921)	(182.245)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(246)	(246)	-	-	-
Provisões técnicas	94.709	(74.755)	19.954	-	-	-
	<u>7.975.076</u>	<u>(7.614.797)</u>	<u>360.279</u>	<u>52.022</u>	<u>(516.463)</u>	<u>(464.441)</u>
Garantias prestadas	28.927	(197)	28.730	-	-	-
Linhas de crédito	22.864	(2.683)	20.181	-	-	-

	2010					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	12.862.095	(12.887.471)	(25.376)	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	460.336	(411.247)	49.089	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	363.395	(266.371)	97.024	4.941	(453.036)	(448.095)
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	56.064	-	56.064	-	-	-
Crédito a clientes	1.088.868	(245.346)	843.522	-	-	-
Derivados de cobertura	1.248.577	(1.257.332)	(8.755)	-	(19.384)	(19.384)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.021.278	(1.055.465)	(34.187)	-	-	-
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	2.771	(116.774)	(114.003)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	76.138	(206.678)	(130.540)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	359.808	(317.713)	42.095	-	-	-
Passivos subordinados	-	(4.868)	(4.868)	-	-	-
Provisões técnicas	106.641	(92.281)	14.360	-	-	-
	<u>17.645.971</u>	<u>(16.861.546)</u>	<u>784.425</u>	<u>4.941</u>	<u>(472.420)</u>	<u>(467.479)</u>
Garantias prestadas	19.674	(896)	18.778	-	-	-
Linhas de crédito	15.101	(13.236)	1.865	-	-	-

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respectivos instrumentos financeiros que, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de mEuros 5.290 e mEuros 10.938, respectivamente.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os proveitos e custos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efectiva, referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2011			2010		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
<b><u>Activo</u></b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.522	-	4.522	4.021	-	4.021
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.053	-	1.053	167	-	167
Activos financeiros disponíveis para venda	165.949	-	165.949	263.131	-	263.131
Aplicações em instituições de crédito	76.648	-	76.648	51.876	-	51.876
Crédito a clientes	1.097.355	(2.497)	1.094.858	930.093	(606)	929.487
	<u>1.345.527</u>	<u>(2.497)</u>	<u>1.343.030</u>	<u>1.249.288</u>	<u>(606)</u>	<u>1.248.682</u>
<b><u>Passivo</u></b>						
Recursos de bancos centrais	-	(46.680)	(46.680)	-	(42.621)	(42.621)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(134.685)	(134.685)	-	(74.153)	(74.153)
Recursos de clientes e outros empréstimos	8.373	(401.488)	(393.115)	8.400	(185.163)	(176.763)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(212.270)	(212.270)	-	(259.002)	(259.002)
Passivos subordinados	-	(246)	(246)	-	(4.868)	(4.868)
	<u>8.373</u>	<u>(795.369)</u>	<u>(786.996)</u>	<u>8.818</u>	<u>(658.679)</u>	<u>(557.407)</u>
Garantias prestadas	18.704	-	18.704	18.850	-	18.850
Linhas de crédito	5.468	-	5.468	5.953	-	5.953

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa efectiva, de activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentam o seguinte detalhe:

	2011			2010		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
<b><u>Activo</u></b>						
Crédito a clientes	<u>57.705</u>	<u>(16.315)</u>	<u>41.390</u>	<u>40.728</u>	<u>(14.981)</u>	<u>25.747</u>
<b><u>Passivo</u></b>						
Recursos de clientes e outros empréstimos	<u>30.723</u>	<u>(343)</u>	<u>30.380</u>	<u>46.146</u>	<u>-</u>	<u>46.146</u>

O Grupo reconheceu durante os exercícios de 2011 e 2010 proveitos financeiros referentes a “Juros e rendimentos similares” com operações de crédito vencido ou em situação de imparidade, nos montantes de mEuros 9.409 e mEuros 4.373, respectivamente (Nota 32).

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

**OUTRAS DIVULGAÇÕES**Contabilidade de cobertura

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentam o seguinte detalhe:

	2011					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	47.809	48.241	5.328	53.569	47.811	(5.567)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.075.000	2.118.714	210.141	2.328.855	2.075.000	(245.972)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.692.018)	(1.700.516)	5.317	(1.695.199)	1.811.861	2.601
Responsabilidades representadas por títulos	(3.390.009)	3.343.661	(62.868)	3.280.793	3.780.998	46.660
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	3.496.486	3.496.486	-	3.496.486	2.600.000	86.691
	<u>537.268</u>	<u>7.306.586</u>	<u>157.918</u>	<u>7.464.504</u>	<u>10.315.670</u>	<u>(115.587)</u>
	2010					
	Elemento coberto				Instrumento de cobertura	
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correcções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	60.277	60.561	4.306	64.867	60.279	(4.639)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.799.668	2.866.636	73.037	2.939.673	2.775.000	(109.711)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.262.055)	(1.268.789)	19.427	(1.249.362)	1.492.218	(24.096)
Responsabilidades representadas por títulos	(3.994.405)	(4.046.810)	(18.012)	(4.064.822)	5.211.922	39.901
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito a clientes	2.709.100	2.709.100	-	2.709.100	2.709.100	55.600
Passivos emitidos	(959.100)	(959.100)	-	(959.100)	959.100	(14.966)
	<u>(646.515)</u>	<u>(638.402)</u>	<u>78.758</u>	<u>(559.644)</u>	<u>13.207.619</u>	<u>(57.911)</u>

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência de cash flows que venham a afectar os resultados do exercício apresentam o seguinte detalhe:

	2011					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
<u>Cobertura de fluxos de caixa</u>						
Sw aps taxa de juro (interest rate sw ap)	18.568	5.780	(8.270)	56.938	13.675	86.691
	2010					
	Até 3 meses	De 3 meses a seis meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
<u>Cobertura de fluxos de caixa</u>						
Sw aps taxa de juro (interest rate sw ap)	7.519	29.107	(3.842)	5.992	1.858	40.634

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as ineficiências de cobertura não tiveram impacto ao nível da demonstração dos resultados.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, com operações de cobertura de justo valor, apresentam o seguinte detalhe:

	Resultados em operações financeiras					
	2011			2010		
	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito a clientes	1.020	(1.020)	-	224	(224)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	137.104	(137.104)	-	65.270	(66.420)	(1.150)
Recursos de bancos centrais	-	-	-	2.771	(2.771)	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(12.575)	21.510	8.935	1.035	6.632	7.667
Responsabilidades representadas por títulos	27.890	(29.355)	(1.465)	(4.803)	6.787	1.984
	<u>153.439</u>	<u>(145.969)</u>	<u>7.470</u>	<u>64.497</u>	<u>(55.996)</u>	<u>8.501</u>

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	2011		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Total
<b><u>Activo</u></b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	387.837	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	356.962	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	1.990.932	-	1.990.932
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.043.822	-	2.043.822
Activos financeiros disponíveis para venda	4.890.410	16.239	4.906.649
Aplicações em instituições de crédito	-	2.324.350	2.324.350
Crédito a clientes	53.568	28.286.372	28.339.940
Derivados de cobertura	167.302	-	167.302
	<u>9.146.034</u>	<u>31.371.760</u>	<u>40.517.794</u>
<b><u>Passivo</u></b>			
Recursos de bancos centrais	-	4.913.234	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	1.598.169	-	1.598.169
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.038.370	-	4.038.370
Recursos de outras instituições de crédito	-	3.239.802	3.239.802
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.695.199	17.378.414	19.073.613
Responsabilidades representadas por títulos	3.497.301	2.392.440	5.889.741
Derivados de cobertura	282.889	-	282.889
Provisões técnicas	-	358.027	358.027
	<u>11.111.928</u>	<u>28.281.917</u>	<u>39.393.845</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2010		Total
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
<b><u>Activo</u></b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	316.875	316.875
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	236.283	236.283
Activos financeiros detidos para negociação	1.639.674	-	1.639.674
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.974.695	-	2.974.695
Activos financeiros disponíveis para venda	6.425.100	19.337	6.444.437
Aplicações em instituições de crédito	-	1.914.628	1.914.628
Crédito a clientes	64.867	32.749.157	32.814.024
Derivados de cobertura	131.512	-	131.512
	<u>11.235.848</u>	<u>35.236.280</u>	<u>46.472.128</u>
<b><u>Passivo</u></b>			
Recursos de bancos centrais	-	4.807.162	4.807.162
Passivos financeiros detidos para negociação	1.262.597	-	1.262.597
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.301.702	-	4.301.702
Recursos de outras instituições de crédito	-	8.449.191	8.449.191
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.249.362	15.768.935	17.018.297
Responsabilidades representadas por títulos	4.064.822	3.757.855	7.822.677
Derivados de cobertura	189.423	-	189.423
Provisões técnicas	-	377.126	377.126
	<u>11.067.906</u>	<u>33.160.269</u>	<u>44.228.175</u>

Os activos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura são incluídos como valorizados ao justo valor, embora apenas tenham sido objecto de correcção de valor relativamente ao risco coberto.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o justo valor de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor, ou sujeitos a correcções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	2011					
	Custo de aquisição	Periodificações	Valias	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
<b>Activo</b>						
Activos financeiros detidos para negociação	286.984	-	1.703.948	-	-	1.990.932
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.014.883	41.360	(12.421)	-	-	2.043.822
Activos financeiros disponíveis para venda	5.687.995	88.409	(1.030.954)	210.141	(65.181)	4.890.410
Crédito a clientes	47.809	437	-	5.327	(5)	53.568
Derivados de cobertura	-	-	167.302	-	-	167.302
	<u>8.037.671</u>	<u>130.206</u>	<u>827.875</u>	<u>215.468</u>	<u>(65.186)</u>	<u>9.146.034</u>
<b>Passivo</b>						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.598.169	-	-	1.598.169
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.038.370	-	-	-	-	4.038.370
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.692.018	8.498	-	(5.317)	-	1.695.199
Responsabilidades representadas por títulos	3.390.009	46.348	(1.924)	62.868	-	3.497.301
Derivados de cobertura	-	-	282.889	-	-	282.889
	<u>9.120.397</u>	<u>54.846</u>	<u>1.879.134</u>	<u>57.551</u>	<u>-</u>	<u>11.111.928</u>
<b>2010</b>						
	Custo de aquisição	Periodificações	Valias	Correcções de valor por operações de cobertura	Imparidade e amortizações	Valor líquido contabilístico
<b>Activo</b>						
Activos financeiros detidos para negociação	406.355	-	1.233.319	-	-	1.639.674
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.924.930	49.720	45	-	-	2.974.695
Activos financeiros disponíveis para venda	6.806.872	118.297	(514.042)	73.037	(59.064)	6.425.100
Crédito a clientes	60.277	489	-	4.306	(205)	64.867
Derivados de cobertura	-	-	131.512	-	-	131.512
	<u>10.198.434</u>	<u>168.506</u>	<u>850.834</u>	<u>77.343</u>	<u>(59.269)</u>	<u>11.235.848</u>
<b>Passivo</b>						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.262.597	-	-	1.262.597
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.301.702	-	-	-	-	4.301.702
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.262.055	6.734	-	(19.427)	-	1.249.362
Responsabilidades representadas por títulos	3.994.405	52.405	-	18.012	-	4.064.822
Derivados de cobertura	-	-	189.423	-	-	189.423
	<u>9.558.162</u>	<u>59.139</u>	<u>1.452.020</u>	<u>(1.415)</u>	<u>-</u>	<u>11.067.906</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para apuramento do justo valor, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados activos dos instrumentos financeiros ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor ou sujeitos a correcções de valor por operações de cobertura, apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	2011			Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	
<b>Activo</b>				
Activos financeiros detidos para negociação	287.010	1.703.922	-	1.990.932
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.041.186	2.636	-	2.043.822
Activos financeiros disponíveis para venda	4.076.864	790.871	22.675	4.890.410
Crédito a clientes	-	53.568	-	53.568
Derivados de cobertura	-	167.302	-	167.302
	<u>6.405.060</u>	<u>2.718.299</u>	<u>22.675</u>	<u>9.146.034</u>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.598.169	-	1.598.169
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	4.038.370	-	4.038.370
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.695.199	-	1.695.199
Responsabilidades representadas por títulos	-	3.497.301	-	3.497.301
Derivados de cobertura	-	282.889	-	282.889
	-	<u>11.111.928</u>	-	<u>11.111.928</u>
<b>2010</b>				
Metodologia de apuramento do justo valor				
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
<b>Activo</b>				
Activos financeiros detidos para negociação	406.281	1.233.393	-	1.639.674
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.853.984	120.711	-	2.974.695
Activos financeiros disponíveis para venda	5.982.445	438.273	4.382	6.425.100
Crédito a clientes	-	64.867	-	64.867
Derivados de cobertura	-	131.512	-	131.512
	<u>9.242.710</u>	<u>1.988.756</u>	<u>4.382</u>	<u>11.235.848</u>
<b>Passivo</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.262.597	-	1.262.597
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	4.301.702	-	4.301.702
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.249.362	-	1.249.362
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.064.822	-	4.064.822
Derivados de cobertura	-	189.423	-	189.423
	-	<u>11.067.906</u>	-	<u>11.067.906</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A valorização dos activos e passivos financeiros da Sociedade compreendem três níveis nos termos da IFRS 7:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor por cotações publicadas em mercados activos, compreendendo maioritariamente dívida pública, dívida privada e acções.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como inputs significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos das carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de actualização dos cash flows futuros e a modelos de valorizados baseados no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de actualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) actualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

- Nível 3 – A Sociedade classifica neste nível os instrumentos financeiros que são valorizados através de modelos internos com alguns inputs que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados alguns títulos não cotados em mercados activos para os quais a Sociedade utiliza extrapolações de dados de mercado.

As curvas de taxa de juro para os prazos e moedas mais representativas são as seguintes:

	31-12-2011		31-12-2010	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	1,00%	0,30%	0,38%	0,17%
1 mês	1,10%	1,55%	0,80%	0,60%
3 meses	1,40%	1,85%	1,02%	1,02%
6 meses	1,65%	2,15%	1,10%	0,85%
9 meses	1,83%	2,25%	1,18%	0,90%
1 ano	1,98%	2,40%	1,27%	0,95%
3 anos	1,39%	0,88%	1,92%	1,35%
5 anos	1,74%	1,28%	2,50%	2,25%
7 anos	2,07%	1,69%	2,90%	2,90%
10 anos	2,38%	2,06%	3,29%	3,46%

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado ou custo histórico era o seguinte:

	2011		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<b><u>Activo</u></b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	387.837	387.837	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	356.962	356.962	-
Activos financeiros disponíveis para venda	16.239	16.239	-
Aplicações em instituições de crédito	2.324.350	2.520.867	196.517
Crédito a clientes	28.286.372	26.107.393	(2.178.979)
	<u>31.371.760</u>	<u>29.389.298</u>	<u>(1.982.462)</u>
<b><u>Passivo</u></b>			
Recursos de bancos centrais	4.913.234	4.883.949	29.285
Recursos de outras instituições de crédito	3.239.802	3.162.007	77.795
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.378.414	17.436.513	(58.099)
Responsabilidades representadas por títulos	2.392.440	1.651.238	741.202
Provisões técnicas	358.027	358.027	-
	<u>28.281.917</u>	<u>27.491.734</u>	<u>790.183</u>
<b><u>2010</u></b>			
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
<b><u>Activo</u></b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	316.875	316.875	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	236.283	236.283	-
Activos financeiros disponíveis para venda	19.337	19.337	-
Aplicações em instituições de crédito	1.914.628	2.004.768	90.140
Crédito a clientes	32.749.157	32.026.907	(722.250)
	<u>35.236.280</u>	<u>34.604.170</u>	<u>(632.110)</u>
<b><u>Passivo</u></b>			
Recursos de bancos centrais	4.807.162	4.807.714	(552)
Recursos de outras instituições de crédito	8.449.191	8.472.419	(23.228)
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.768.935	15.847.031	(78.096)
Responsabilidades representadas por títulos	3.757.855	3.681.395	76.460
Provisões técnicas	377.126	377.126	-
	<u>33.160.269</u>	<u>33.185.685</u>	<u>(25.416)</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, caso fosse calculado o justo valor da maior parte dos passivos emitidos sujeitos a operações de cobertura incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos, nomeadamente para a segunda e terceira emissão das obrigações hipotecárias e para a 35ª emissão de EMTN, o mesmo seria inferior ao respectivo valor de balanço por aproximadamente mEuros 398.291.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os fluxos futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário.
- O justo valor do crédito concedido a taxa variável foi determinado tendo em consideração o spread médio da produção do último trimestre do ano, para efeito do desconto dos fluxos futuros da carteira. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa, os fluxos futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre do ano;
- Para os depósitos à ordem de clientes, foi considerado que o justo valor é igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo, foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do ano para cada tipo de depósito;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efectuado o desconto dos fluxos futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;
- No caso dos passivos subordinados, para desconto dos fluxos de caixa futuros foram utilizadas as taxas de juro de mercado e os prazos residuais para cada emissão.

De acordo com a IFRS 4, a Santander Totta Seguros efectuou testes de adequacidade dos passivos de contratos de seguro, com e sem participação nos resultados, onde assume o risco de investimento e em que a cobertura é superior a um ano, de modo a aferir da adequacidade das provisões técnicas constituídas.

O Banco regista em balanço os ganhos iniciais em instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de outras técnicas de valorização, nomeadamente em operações de derivados com clientes classificados internamente como “Clientes de Retalho”.

Tal procedimento foi levado a cabo na sequência da segmentação de clientes efectuada e, nos termos da IAS 39, atendendo ao facto de, na utilização de outras técnicas de valorização para apuramento do justo valor destas operações realizadas com “Clientes de Retalho”, nem todos os dados utilizados na valorização poderem, inequivocamente, ser considerados como observáveis de mercado.

O Grupo classifica internamente os clientes de acordo com os seguintes critérios:

- Grandes Clientes – Grandes empresas e entidades institucionais (entidades do sector financeiro, nomeadamente bancos e companhias de seguros, e entidades do sector público);
- Clientes de Retalho.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os ganhos a reconhecer relativamente a estas operações ascendem a mEuros 8.503 e mEuros 15.088, respectivamente e encontram-se reflectidos na rubrica de “Passivos financeiros detidos para negociação”.

## **GESTÃO DE RISCOS**

### **RISCO DE CRÉDITO**

#### **Actividade Bancária e outras**

A gestão do risco de crédito no Grupo abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rendibilidade ajustada ao risco respectivo, tanto numa perspectiva global, como dentro de cada área de actividade.

A gestão de riscos de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e de *rating* utilizados no Grupo.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transacções nos mercados financeiros, correspondendo à possibilidade de incumprimento, pelas contrapartes, dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Grupo. Os tipos de transacções abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transacções, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efectuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a actualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo actual de substituição) com o respectivo Risco Potencial, componente que reflecte uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos factores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

#### **Actividade Seguradora**

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco do emissor está representado no spread de crédito.

De um modo geral, são definidos limites em função do rating da emissão/emissor, em euros e para o conjunto das carteiras geridas pela Santander Asset Management. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa, só estão autorizadas aquisições de títulos (Senior, LT2 e Corporate) que apresentem ratings mínimos de BBB-, com *outlook* estável pela Agência de rating Fitch IBCA (ou pela S&P ou pela Moodys não estando a primeira disponível).

É definido um limite máximo para determinado emissor. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afectas aos produtos.

Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que o assim justifiquem (exemplo: alteração do rating). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são apenas revistos anualmente.

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores é efectuada em Comité de Investimentos e obedece a critérios prudenciais e diversificação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No controlo de risco de crédito, é importante que todos os activos tenham um rating, e que na ausência deste, se possa associar a nível de rating enquadrado nas normas aprovadas.

O rating consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco, que pretende reflectir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O rating atribuído por uma Agência, expressa somente a opinião da mesma que quanto mais alto o rating, menor a probabilidade de default atribuída, não consubstancia nenhum tipo de garantia. Para nenhuma notação de rating a probabilidade de default deve ser entendida como nula, sendo o rating uma medida de risco ex-ante que serve para qualificar em termos relativos o tipo de risco.

Em termos de rating, a Companhia utiliza os dados fornecidos pelas seguintes agências: Moodys, Standard & Poors e Fitch Ibcá.

O rating utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver rating, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito o rating é o da dívida sénior.
- No caso de veículos ou credit linked notes, será tomado em conta o rating do(s) colateral(ais) ou dos emitentes referenciados via CDS (credit default swap) para o tipo de dívida em causa. O Rating obtido deverá ter em conta a estrutura do activo (distribuição pro-rata, rating da referência mais baixa no caso de first-to-default, rating do colateral no caso de ser inferior ao dos activos referenciados via CDS).
- No caso de não ser possível atribuir um rating, então considera-se a emissão como sem rating.
- No caso dos depósitos considera-se que o rating implícito é o da dívida sénior das entidades que tomam os mesmos.

Procede-se ao acompanhamento periódico dos níveis dos Credit Default Spreads Senior dos diferentes emissores, para o prazo de 5 anos, para efeitos de seguimento da evolução do risco de crédito das contrapartes.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

No que diz respeito a resseguradores, a Santander Totta Seguros trabalha fundamentalmente com seis: Genworth, Gen Re, Munich Re, Swiss Re, Partner Re e New Re. Os ratings dos maiores resseguradores podem ser consultados na tabela seguinte:

Ratings dos Grupos Resseguradores

General Cologne Re	AA+
Genworth	A-
Munich Reinsurance Co.	AA-
New Re	AA-
National Re	A+
Cardif	AA
CNP	AA-
Partner Re	AA-
Swiss Re	A+
AXA France Vie / Axa France IARD	AA-
RGA Insurance Company	A+

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição máxima a risco de crédito e o respectivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresenta o seguinte detalhe:

	2011		2010	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	387.837	387.837	316.875	316.875
Disponibilidades em outras instituições de crédito	356.962	356.962	236.283	236.791
Activos financeiros detidos para negociação	1.990.932	1.990.932	1.639.674	1.639.674
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.043.822	2.043.822	2.974.695	2.974.695
Activos financeiros disponíveis para venda	4.906.649	4.906.649	6.444.437	6.444.437
Aplicações em instituições de crédito	2.324.350	2.324.350	1.914.628	1.914.628
Crédito a clientes	28.339.940	34.341.684	32.814.024	40.604.270
Derivados de cobertura	167.302	167.302	131.512	131.512
	<u>40.517.794</u>	<u>46.519.538</u>	<u>47.228.558</u>	<u>55.456.128</u>
Garantias prestadas	<u>2.058.285</u>	<u>2.058.285</u>	<u>2.136.469</u>	<u>2.136.469</u>

A exposição máxima de “Crédito a clientes” em 31 de Dezembro de 2011, inclui os montantes de mEuros 1.217.742 e mEuros 4.784.002 referente a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respectivamente (mEuros 1.982.317 e mEuros 5.807.929 em 31 de Dezembro de 2010, respectivamente).

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Crédito concedido

Periodicamente, o Grupo analisa o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. O Grupo, para efeitos de análise colectiva de perdas por imparidade, efectua a segmentação da carteira de crédito de acordo com o tipo de produto e tipo de cliente associado às operações (Nota 11). Neste âmbito, em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o crédito concedido a clientes sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	2011	2010
Crédito ao consumo	1.111.840	1.179.495
Crédito à habitação	15.384.875	15.360.671
Outros créditos concedidos a particulares	435.915	434.810
Cartões de crédito de particulares	250.674	247.990
Total de crédito a particulares sem indícios de imparidade	<u>17.183.304</u>	<u>17.222.966</u>
Crédito concedido a grandes empresas	1.329.924	2.001.596
Crédito concedido a médias empresas	4.684.117	5.552.191
Crédito concedido a pequenas empresas	652.240	781.568
Leasing / Factoring	2.316.900	2.768.546
Cartões de crédito de empresas	12.144	10.768
Crédito concedido a instituições financeiras	1	-
Papel comercial	655.200	2.633.386
Total de crédito a empresas sem indícios de imparidade	<u>9.650.526</u>	<u>13.748.055</u>
Garantias prestadas	1.988.824	2.103.616
Total de crédito concedido sem indícios de imparidade	<u><u>28.822.654</u></u>	<u><u>33.074.637</u></u>

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 euros são efectuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de rating desenvolvido pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de rating interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente, uma probabilidade de default a um ano que o banco monitoriza e calibra de forma constante e regular. Em termos concretos o rating vem determinado pela análise dos seguintes factores:

- . Procura/Mercado;
- . Sócios/Gestão;
- . Acesso ao crédito;
- . Rentabilidade;
- . Geração de fluxos;
- . Solvência.

A estes factores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O rating é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o sector e bases de dados externas. O rating final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Desta forma, o sistema de rating interno do Grupo pode ser descrito da seguinte forma:

Rating 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;  
 Rating 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;  
 Rating 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o crédito concedido em empresas sem indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe por rating interno:

	2011		2010	
	Crédito concedido	Garantias prestadas	Crédito concedido	Garantias prestadas
Rating 7 - 9	369.368	41.815	1.044.258	80.141
Rating 4 - 6	6.142.092	1.214.133	8.049.184	1.341.733
Rating 1 - 3	697.212	85.918	659.695	83.130
	<u>7.208.672</u>	<u>1.341.866</u>	<u>9.753.137</u>	<u>1.505.004</u>
Sem Rating	1.774.509	160.073	1.350.764	116.917
	<u>8.983.181</u>	<u>1.501.939</u>	<u>11.103.901</u>	<u>1.621.921</u>
Cartões de crédito de empresas	12.144	-	10.768	-
Instituições Financeiras	1	486.885	-	481.695
Papel comercial	655.200	-	2.633.386	-
	<u>9.650.526</u>	<u>1.988.824</u>	<u>13.748.055</u>	<u>2.103.616</u>

Relativamente ao crédito concedido a particulares sem indícios de imparidade, as provisões obtidas a partir do modelo de imparidade em vigor no Banco em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 ascendem a mEuros 37.437 e mEuros 46.504, respectivamente, correspondentes a percentagens nas mesmas datas de 0,22% e 0,27%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o crédito concedido a clientes com indícios de imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

	2011	2010
Vincendo	1.409.668	1.810.798
Vencido		
· Até 90 dias	54.267	31.711
· Entre 90 e 180 dias	97.880	36.847
· Mais de 180 dias	529.588	408.074
	<u>2.091.403</u>	<u>2.287.430</u>
Garantias prestadas	<u>70.559</u>	<u>32.853</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o montante de crédito vencido ou em imparidade apurada através de análise específica que se encontra colateralizado por garantia hipotecária e por penhor de depósitos no Grupo ou por títulos de dívida emitidos pela própria instituição, apresenta a seguinte composição:

Crédito vencido ou em imparidade apurado através de análise individual:	2011		2010	
	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral	Capital em dívida	Valorização da garantia/colateral
Garantia superior ao capital em dívida	464.167	972.751	386.613	922.284
Garantia inferior ao capital em dívida	554.772	215.718	111.401	42.464
Sem garantia	1.474.172	-	604.622	-
	<u>2.493.111</u>	<u>1.188.469</u>	<u>1.102.636</u>	<u>964.748</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor de balanço das garantias ou outros colaterais executados no âmbito de operações de crédito concedido ascende a mEuros 215.390 e mEuros 122.971, respectivamente, e apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imóveis recebidos em dação em pagamento (Nota 13)	177.737	120.751
Equipamento (Nota 13)	3.982	1.579
Outros activos recebidos em dação em pagamento	89.887	45.856
Activos financeiros disponíveis para venda	40.784	22.120
	-----	-----
	312.390	190.306
	-----	-----
Imparidade de imóveis recebidos em dação em pagamento (Nota 13)	( 53.638 )	( 36.970 )
Imparidade de equipamento (Nota 13)	( 2.785 )	( 780 )
Imparidade de outros activos recebidos em dação em pagamento	( 18.456 )	( 7.465 )
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	( 22.121 )	( 22.120 )
	-----	-----
	( 97.000 )	( 67.335 )
	-----	-----
	215.390	122.971
	=====	=====

Instrumentos de dívida

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o valor de balanço referente a instrumentos de dívida apresentam o seguinte detalhe, por *rating* externo:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
Rating S&P/Moody's		
AAA	70.309	113.171
AA + / AA / AA -	188.236	795.735
A + / A / A -	395.504	1.606.081
BBB + / BBB / BBB -	282.910	323.488
BB + / BB / BB -	878.011	20.509
B + / B / B -	109.230	46.026
D	-	10.645
Sem rating externo	108.296	30.106
	-----	-----
	2.032.496	2.945.761
	-----	-----
Activos financeiros disponíveis para venda		
Rating S&P/Moody's		
AAA	66.956	123.792
AA + / AA / AA -	1.634.629	3.097.820
A + / A / A -	127.891	2.296.589
BBB + / BBB / BBB -	1.580.628	174.664
BB + / BB	348.797	-
B / B -	44.306	-
Sem rating externo	941.713	594.603
	-----	-----
	4.744.920	6.287.468
	-----	-----
	6.777.416	9.233.229
	=====	=====

## **RISCO DE LIQUIDEZ**

### **Actividade Bancária e outras**

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liabilities Management (ALM)*, o Comité de Activos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva do Banco, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de ALM são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro;
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Grupo considera a evolução dos agregados do Balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de activos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à actividade de *funding*. Nesse sentido, contribui para a adequação estrutural a emissão de obrigações de médio prazo colocadas junto dos clientes de retalho.

No âmbito da sua política de liquidez, em 31 de Dezembro de 2011, o Banco tem um programa de Euro Medium Term Notes (EMTN), do qual estão utilizados mEuros 2.289.570.

De referir que não é realizada pelo Grupo uma análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (trading).

### **Actividade Seguradora**

O risco de liquidez corresponde ao risco de a Companhia ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade de alienação de um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

A monitorização do risco de liquidez é efectuada mensalmente, sendo definidos limites de gestão de balanço no que respeita à:

- Sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro nos activos financeiros e passivos técnicos (passivos por contratos de seguro e de investimento) de curto prazo (maturidade igual ou inferior a um ano); e
- Sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro para a totalidade da carteira de activos financeiros e passivos técnicos.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos de caixa previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos de caixa previsionais de activos financeiros e passivos técnicos com rendimento fixo associado à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro forward;
- Os activos financeiros e passivos técnicos associados a produtos “unit-linked” são considerados como exigíveis “à vista” pelo montante do respectivo justo valor desses activos e passivos à data de cada relato financeiro.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os cashflows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2011							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
<b>Activo</b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	186.840	508	1.535	4.076	4.081	290.803	-	487.843
Disponibilidades em outras instituições de crédito	356.962	-	-	-	-	-	-	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	1.990.932	-	-	-	-	-	-	1.990.932
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.963.678	-	4.909	94.901	-	-	-	2.063.488
Activos financeiros disponíveis para venda	34.652	1.098.084	268.627	1.730.369	933.808	2.401.405	248.974	6.715.919
Aplicações em instituições de crédito	1.318.976	218.707	6.965	79.838	659.418	364.647	-	2.648.551
Crédito a clientes	320.681	3.143.458	5.278.745	6.481.676	4.245.405	14.734.212	-	34.204.177
Derivados de cobertura	167.302	-	-	-	-	-	-	167.302
	<b>6.340.023</b>	<b>4.460.757</b>	<b>5.560.781</b>	<b>8.390.860</b>	<b>5.842.712</b>	<b>17.791.067</b>	<b>248.974</b>	<b>48.635.174</b>

	2010							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
<b>Passivo</b>								
Recursos de bancos centrais	-	2.517.830	-	-	2.475.600	-	-	4.993.430
Passivos financeiros detidos para negociação	1.598.169	-	-	-	-	-	-	1.598.169
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.038.370	-	-	-	-	-	-	4.038.370
Recursos de outras instituições de crédito	898.441	1.398.446	52.474	196.740	700.630	92.100	-	3.338.831
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.291.933	5.384.644	4.522.322	2.334.111	1.960.887	51.053	-	19.544.950
Responsabilidades representadas por títulos	62.868	91.389	1.375.313	3.132.728	462.508	1.222.684	-	6.347.490
Derivados de cobertura	282.889	-	-	-	-	-	-	282.889
Provisões técnicas	23.544	954	7.757	14.765	13.549	297.445	-	358.014
	<b>12.196.214</b>	<b>9.393.263</b>	<b>5.957.866</b>	<b>5.678.344</b>	<b>5.613.174</b>	<b>1.663.282</b>	<b>-</b>	<b>40.502.143</b>

	2010							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
<b>Activo</b>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	251.033	161	503	1.328	1.328	63.958	-	318.311
Disponibilidades em outras instituições de crédito	236.283	-	-	-	-	-	-	236.283
Activos financeiros detidos para negociação	1.639.674	-	-	-	-	-	-	1.639.674
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.881.408	-	4.831	98.302	-	-	-	2.984.541
Activos financeiros disponíveis para venda	2	66.131	353.256	2.468.215	2.427.114	2.588.161	223.595	8.126.474
Aplicações em instituições de crédito	711.674	77.771	521.025	93.123	371.740	309.369	-	2.084.702
Crédito a clientes	548.642	4.399.668	5.707.716	8.353.221	4.414.349	14.332.325	-	37.755.921
Derivados de cobertura	131.512	-	-	-	-	-	-	131.512
	<b>6.400.228</b>	<b>4.543.731</b>	<b>6.587.331</b>	<b>11.014.189</b>	<b>7.214.531</b>	<b>17.293.813</b>	<b>223.595</b>	<b>53.277.418</b>
<b>Passivo</b>								
Recursos de bancos centrais	1.800.000	3.008.865	-	-	-	-	-	4.808.865
Passivos financeiros detidos para negociação	1.262.597	-	-	-	-	-	-	1.262.597
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.301.702	-	-	-	-	-	-	4.301.702
Recursos de outras instituições de crédito	2.265.663	4.409.546	891.039	39.479	579.871	382.688	-	8.568.286
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.936.551	3.899.478	4.081.360	1.489.163	1.786.260	19.483	-	17.212.295
Responsabilidades representadas por títulos	105.000	931.725	1.926.176	2.669.699	1.454.675	1.273.522	-	8.360.797
Derivados de cobertura	189.423	-	-	-	-	-	-	189.423
Provisões técnicas	26.267	1.122	21.299	17.440	15.289	295.735	-	377.152
	<b>15.887.203</b>	<b>12.250.736</b>	<b>6.919.874</b>	<b>4.215.781</b>	<b>3.836.095</b>	<b>1.971.428</b>	<b>-</b>	<b>45.081.117</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua actividade, nomeadamente os seguintes:

- Os fluxos previsionais de activos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;
- Os instrumentos financeiros classificados com “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com excepção dos investimentos em associadas e instrumentos de capital registados como activos disponíveis para venda, que foram considerados com maturidade indeterminada. Activos e passivos financeiros não estruturais correspondem a activos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito, instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda e investimentos em associadas) e activos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Grupo considera o justo valor dos activos e passivos de negociação como o seu valor transaccional exigível à vista;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram considerados com uma maturidade média de 25 meses;
- Os fluxos previsionais referentes às disponibilidades em Bancos Centrais sujeitas a reservas regulamentares mínimas de caixa foram projectadas para o prazo mais longo;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista;
- Os passivos e activos associados a produtos “unit link” da actividade seguradora do Grupo foram considerados como exigíveis “à vista” pelo montante do respectivo justo valor dos activos e passivos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

### **RISCO DE MERCADO**

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um activo financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a actividade de Negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustes estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente o Grupo procede a outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado, nomeadamente a Análise de Cenários (Stress Testing), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respectivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efectuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detectar as eventuais incidências que possam existir para a sua imediata correcção. A elaboração diária da conta de resultados é um excelente indicador de riscos, na medida em que nos permite identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Utilizam-se igualmente medidas de sensibilidades e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das actividades de derivados, devido ao seu carácter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas. Referimo-nos ao cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objectivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e
- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efectivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (Loss Triggers e Stop Losses).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os factores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado directamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e repreciação existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

**Risco de taxa de juro**

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	2011				
	Exposição a		Não sujeito a risco		
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	Total
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	201.130	186.707	-	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	356.962	-	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	287.032	1.703.900	1.990.932
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.628.415	404.081	11.326	-	2.043.822
Activos financeiros disponíveis para venda	3.925.760	819.161	161.728	-	4.906.649
Aplicações em instituições de crédito	1.883.708	305.621	135.021	-	2.324.350
Crédito a clientes	2.141.895	26.103.217	94.828	-	28.339.940
Derivados de cobertura	-	-	-	167.302	167.302
	<u>9.579.778</u>	<u>27.833.210</u>	<u>1.233.604</u>	<u>1.871.202</u>	<u>40.517.794</u>
<b>Passivo</b>					
Recursos de bancos centrais	-	4.900.000	13.234	-	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.598.169	1.598.169
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.038.370	-	-	-	4.038.370
Recursos de outras instituições de crédito	2.484.337	617.229	138.236	-	3.239.802
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.839.836	4.930.782	302.995	-	19.073.613
Responsabilidades representadas por títulos	3.408.726	2.371.254	109.761	-	5.889.741
Derivados de cobertura	-	-	-	282.889	282.889
Provisões técnicas	358.027	-	-	-	358.027
	<u>24.129.296</u>	<u>12.819.265</u>	<u>564.226</u>	<u>1.881.058</u>	<u>39.393.845</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	2010				
	Exposição a		Não sujeito a risco		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	
<b><u>Activo</u></b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	99.074	217.801	-	316.875
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	236.283	-	236.283
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	406.281	1.233.393	1.639.674
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.869.020	1.026.976	78.699	-	2.974.695
Activos financeiros disponíveis para venda	6.047.833	550.595	(153.991)	-	6.444.437
Aplicações em instituições de crédito	1.669.483	68.244	176.901	-	1.914.628
Crédito a clientes	1.957.163	30.856.928	(67)	-	32.814.024
Derivados de cobertura	-	-	-	131.512	131.512
	<u>11.543.499</u>	<u>32.601.817</u>	<u>961.907</u>	<u>1.364.905</u>	<u>46.472.128</u>
<b><u>Passivo</u></b>					
Recursos de bancos centrais	4.805.011	-	2.151	-	4.807.162
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.262.597	1.262.597
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.301.702	-	-	-	4.301.702
Recursos de outras instituições de crédito	5.912.145	2.417.521	119.525	-	8.449.191
Recursos de clientes e outros empréstimos	11.579.852	5.275.370	163.075	-	17.018.297
Responsabilidades representadas por títulos	5.127.249	2.595.803	99.625	-	7.822.677
Derivados de cobertura	-	-	-	189.423	189.423
Provisões técnicas	377.126	-	-	-	377.126
	<u>32.103.085</u>	<u>10.288.694</u>	<u>384.376</u>	<u>1.452.020</u>	<u>44.228.175</u>

**Actividade Bancária e outras****Instrumentos financeiros – balanço estrutural (exclui activos e passivos de negociação)**

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos activos e passivos, com base em deslocamentos de 100 basis points (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- são identificados todos os activos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respectiva contribuição para a margem financeira sofrem alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- os activos e passivos são agrupados em agregados homogéneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de repreciação (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de repreciação/vencimento;
- definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados;
- para cada intervalo é calculado o total dos fluxos activos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- supõe variações paralelas das taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro;
- não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspectiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro supõem uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

*Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro*

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise.
- Vencimentos e repreciações – consideram-se as datas de vencimento e repreciação reais das operações. Os activos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis.
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva spot da data de análise com a curva forward subjacente.
- Características das novas operações “New Business” (Prazo, repreciação, volumes, spread, indexante) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas directrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a sensibilidade do valor patrimonial destes instrumentos financeiros a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's) corresponde a:

	2011		2010	
	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's	Variação +100 bp's	Variação -100 bp's
<b><u>Activo</u></b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.954	(1.954)	658	(649)
Activos financeiros disponíveis para venda	2.503	(2.499)	3.438	(3.423)
Aplicações em instituições de crédito	3.115	(3.115)	8.714	(8.713)
Crédito a clientes	203.347	(203.063)	234.639	(234.188)
	<u>210.919</u>	<u>(210.631)</u>	<u>247.449</u>	<u>(246.973)</u>
Derivados de cobertura	(37.907)	37.903	(28.918)	28.900
<b><u>Passivo</u></b>				
Recursos de bancos centrais	47.278	(47.278)	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	10.400	(10.390)	136.632	(136.476)
Recursos de clientes e outros empréstimos	84.307	(80.220)	68.750	(65.339)
Responsabilidades representadas por títulos	18.223	(18.185)	15.026	(14.992)
	<u>160.208</u>	<u>(156.073)</u>	<u>220.408</u>	<u>(216.807)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Instrumentos financeiros – negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia.
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respectivamente, da distribuição de perdas e ganhos).
- Factor de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos factores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O factor de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela Metodologia de Risco de Mercado.

De qualquer forma, os valores do VaR são os que forem maiores quando se realizar o cálculo com o factor de decaimento em vigor e o cálculo com pesos uniformes.

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em Euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, a moeda de reporte dos valores do VaR é dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades.
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizar uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O VaR Weighted Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo da distribuição de possíveis variações nos factores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os factores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico seleccionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respectiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados, e ficam recolhidos nos valores do VaR, os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos factores de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o VAR associado ao risco de taxa de juro corresponde a:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
VaR Percentil 99%	(34)	(70)
VaR Weighted Percentil 99%	(25)	(47)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

**Actividade Seguradora**

Os produtos sujeitos a este tipo de risco são aqueles cujo caucionamento é composto por activos sensíveis às variações das taxas de juro, sendo mais ou menos sensíveis conforme a maturidade desses mesmos activos.

Na sua generalidade, os activos de taxa de juro predominantes neste tipo de produtos são obrigações de taxa variável ou de taxa fixa.

As obrigações de taxa variável são menos sensíveis a variações das taxas de juros, dado que até à sua maturidade, os cupões são fixados periodicamente e o seu risco reside em grande parte no spread de crédito, representativo do risco do emissor.

Assim sendo, o valor das obrigações de taxa variável é mais estável que o das obrigações de taxa fixa.

O indicador de sensibilidade à volatilidade das taxas de juro dos activos de taxa fixa é a MDuration, a qual mede a sensibilidade do preço de uma obrigação em relação a uma alteração na taxa de rendimento até à sua maturidade.

É definido em Comité de Investimentos a MDuration média para as carteiras de obrigações de taxa fixa e o desvio máximo permitido, a qual é calculada periodicamente e reportada aos Comités de Investimentos e de Riscos.

Procede-se, ainda, ao controlo do cumprimento da normativa legal conforme as características e classificação legal dos produtos.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros associados a produtos de seguro (à excepção de produtos Unit Links) a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's) corresponde a:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
+ 100 bp's	64	(33)
- 100 bp's	(64)	33

A sensibilidade do valor patrimonial associado aos produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro é considerada imaterial, decorrente do comportamento simétrico dos activos e passivos associados a estes produtos.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

**Risco cambial**

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes e é efectuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2011			
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	Total
<b><u>Activo</u></b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	382.103	3.631	2.103	387.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	320.314	23.126	13.522	356.962
Activos financeiros detidos para negociação	1.983.311	7.473	148	1.990.932
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.032.407	11.415	-	2.043.822
Activos financeiros disponíveis para venda	4.897.043	9.606	-	4.906.649
Aplicações em instituições de crédito	1.926.999	378.576	18.775	2.324.350
Crédito a clientes	28.249.908	51.966	38.066	28.339.940
Derivados de cobertura	166.846	456	-	167.302
	<u>39.958.931</u>	<u>486.249</u>	<u>72.614</u>	<u>40.517.794</u>
<b><u>Passivo</u></b>				
Recursos de bancos centrais	4.913.234	-	-	4.913.234
Passivos financeiros detidos para negociação	1.590.548	7.473	148	1.598.169
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.038.370	-	-	4.038.370
Recursos de outras instituições de crédito	2.754.724	475.918	9.160	3.239.802
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.024.238	891.667	157.708	19.073.613
Responsabilidades representadas por títulos	5.889.741	-	-	5.889.741
Derivados de cobertura	282.079	810	-	282.889
Provisões técnicas	358.027	-	-	358.027
	<u>37.850.961</u>	<u>1.375.868</u>	<u>167.016</u>	<u>39.393.845</u>
<b><u>Activo</u></b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	311.871	2.699	2.305	316.875
Disponibilidades em outras instituições de crédito	211.072	14.069	11.142	236.283
Activos financeiros detidos para negociação	1.625.510	13.140	1.024	1.639.674
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	2.962.308	12.387	-	2.974.695
Activos financeiros disponíveis para venda	6.435.245	9.192	-	6.444.437
Aplicações em instituições de crédito	644.047	1.233.433	37.148	1.914.628
Crédito a clientes	32.594.043	184.676	35.305	32.814.024
Derivados de cobertura	131.176	336	-	131.512
	<u>44.915.272</u>	<u>1.469.932</u>	<u>86.924</u>	<u>46.472.128</u>
<b><u>Passivo</u></b>				
Recursos de bancos centrais	4.807.156	-	6	4.807.162
Passivos financeiros detidos para negociação	1.248.457	13.117	1.023	1.262.597
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.301.702	-	-	4.301.702
Recursos de outras instituições de crédito	8.010.031	417.152	22.008	8.449.191
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.042.327	815.929	160.041	17.018.297
Responsabilidades representadas por títulos	7.822.677	-	-	7.822.677
Derivados de cobertura	188.024	1.399	-	189.423
Provisões técnicas	377.126	-	-	377.126
	<u>42.797.500</u>	<u>1.247.597</u>	<u>183.078</u>	<u>44.228.175</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o VaR associado ao risco cambial referente à actividade bancária do Grupo corresponde a:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
VaR Percentil 99%	(16)	(14)
VaR Weighted Percentil 99%	(9)	(9)

Os activos e passivos financeiros associados à actividade Seguradora são maioritariamente expressos em Euros, sendo o risco cambial imaterial.

**Risco de cotação de activos**

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os instrumentos financeiros expostos a riscos associados ao mercado de cotações correspondem a instrumentos de capital registados em activos de negociação e em activos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o Grupo não tinha risco associado de cotações de activos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 PRO-FORMA

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

51. GESTÃO DO CAPITAL

A Santander Totta, SGPS a nível consolidado (Grupo) procura uma elevada solidez financeira consubstanciada na manutenção de um rácio core tier I acima de 9%, fixado no Aviso n.º 3/2011 do Banco de Portugal para os grupos financeiros sujeitos à supervisão em base consolidada para 31 de Dezembro de 2011. A Santander Totta, SGPS procura igualmente a manutenção de rácios de capital que lhe permita manter os seus ratings.

A política de distribuição de resultados está condicionada pela manutenção de níveis de capital que permitam ao Grupo sustentar o desenvolvimento das suas operações dentro da sua política de riscos. Relativamente ao exercício de 2011, o Conselho de Administração da Santander Totta, SGPS propõe a distribuição de dividendos de mEuros 32.000, o que correspondeu a um dividendo de 0,00016 Euros por acção.

A partir de Junho de 2009, a Santander Totta, SGPS utilizou o método misto para o risco de crédito, nomeadamente o método avançado (IRB) para algumas carteiras e o método standard para outras (risco soberano, cartões e pequenos negócios). Por sua vez, em Dezembro de 2010, passou a utilizar o método misto para o risco de mercado, nomeadamente modelos internos para a maioria dos derivados de negociação e FEIs (IRB) e o método standard para o resto da carteira de negociação. A Sociedade tem utilizado o método do indicador básico para o risco operacional.

No quadro seguinte resume-se a composição do capital regulamentar e rácios prudenciais da Santander Totta, SGPS a 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (montantes expressos em milhões de Euros):

Valores em milhões de Euros		
	2011 (*)	2010
<b>A - FUNDOS PRÓPRIOS BASE (TIER I)</b>	2.412	2.718
Capital Elegível	1.972	1.972
Reservas e Resultados Elegíveis (exc. Interesses Minoritários)	249	534
Interesses Minoritários Elegíveis	575	566
Impactos de transição IAS (regime transitório)	154	85
Deduções aos F.P. Base	-538	-439
<b>B - FUNDOS PRÓP. Complementares (TIER II)</b>	0	0
Passivos subordinados c/venc.indeterminado	4	32
Passivos subordinados c/venc.determinado	0	0
Reservas de Reavaliação	0	0
Outros Elementos / Deduções aos F.P. Complementares	-4	-32
<b>C - DEDUÇÕES AOS F.P. TOTAIS</b>	-6	-10
<b>D - TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (A+B+C)</b>	2.406	2.708
<b>E - POSIÇÕES DE RISCOS PONDERADAS</b>	20.927	24.355
<b>RÁCIOS</b>	<b>2011 (*)</b>	<b>2010</b>
<b>TIER I (A/E)</b>	11,5%	11,2%
CORE CAPITAL	11,0%	10,3%
<b>TIER II (B/E)</b>	0,0%	0,0%
<b>RÁCIO DE ADEQUAÇÃO DE FUNDOS PRÓPRIOS (D/E)</b>	11,5%	11,1%

(\*) De acordo com a Instrução 16/2004 do BdP, excluindo os resultados gerados em 2011, o rácio de adequação de fundos próprios é 11,5%, o Tier I é 11,5% e o Core Tier I é 11,0%.

A Santander Totta, SGPS mantém níveis sólidos de capital como o demonstra o rácio core capital de 11,0% - acima dos 9% estipulados pelo Banco de Portugal para o final de 2011 - e o rácio Tier I de 11,5% em Dezembro de 2011 que comparam com 10,3% e 11,2%, respectivamente, em Dezembro de 2010. Por sua vez, o rácio de adequação de fundos próprios atingiu 11,5% em Dezembro de 2011 comparados com 11,1% em Dezembro de 2010.

Para esta melhoria, contribuiu a incorporação de resultados de 2011 e sobretudo o processo de desalavancagem acordado com o Banco de Portugal, a que acrescem algumas medidas que decorreram do programa especial de inspecções.

## SANTANDER TOTTA - SGPS

## RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TITULOS EM 31 DE DEZEMBRO 2011 (NOTA 24)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificações			Correcções de valor por operações de cobertura	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Valor da emissão	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Valor da periodificação	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado						
<b>Obrigações de caixa</b>													
AutoCallable 80-20	EUR	1.611	-	1.611	-	-	-	(160)	1.450	Variável	7-Jun-2010	7-Jun-2011	Cabaz de Ações
AutoCallable 80-20 2ª serie	EUR	2.950	-	2.950	-	-	-	(192)	2.758	Variável	30-Ago-2010	30-Ago-2013	Cabaz de Ações
Cabaz Mundial Outubro 2012	EUR	7.050	-	7.050	-	-	-	(3.025)	4.025	Variável	12-Out-2009	12-Out-2012	Cabaz de índices
Europa 5	EUR	7.424	-	7.424	-	-	-	(144)	7.280	Variável	8-Mar-2010	8-Mar-2013	Cabaz de ações
Europa 5 2ªserie	EUR	3.094	-	3.094	-	-	-	(54)	3.040	Variável	25-Mai-2010	25-Mai-2013	Cabaz de ações
Europa 155	EUR	1.920	-	1.920	1	-	1	(13)	1.907	Variável	28-Jun-2010	28-Jun-2014	2 índices accionistas
Obrigações Europa 2ªSerie	EUR	1.210	-	1.210	-	-	-	(21)	1.189	Variável	9-Nov-2009	9-Nov-2012	Cabaz de ações
Performance Mais	EUR	63.096	58.182	4.914	67	62	5	1.489	6.409	Variável	24-Nov-2009	24-Nov-2014	Cabaz índices
Performance Mais II	EUR	13.731	12.242	1.489	4	3	0	215	1.705	Variável	22-Dez-2009	15-Jan-2015	Cabaz índices
Rendimento Europeu	EUR	99.796	90.144	9.651	469	424	45	3.052	12.749	Variável	6-Ago-2009	6-Ago-2014	Índice accionista
Rendimento Global	EUR	3.767	-	3.767	-	-	-	(57)	3.710	Variável	18-Jan-2010	18-Jan-2013	Cabaz de ações
Rendimento Premium 7,5% 2ª Serie Clientes	EUR	9.020	918	8.102	-	-	-	(13)	8.089	Variável	1-Jun-2006	1-Jun-2012	Cabaz índices
ST Diversificação Invest 2ª amortização Clientes	EUR	23.913	20.519	3.393	835	712	122	883	4.399	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2013	EUR/USD
ST Diversificação Invest 3ª amortização Clientes	EUR	23.913	20.519	3.393	-	-	-	-	3.393	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2015	cabaz índices
ST Diversificação Invest 4ª amortização Clientes	EUR	23.913	20.519	3.393	-	-	-	-	3.393	Variável	17-Mar-2009	28-Mar-2017	cabaz índices
Super Rendimento Campeão Clientes	EUR	58.907	7.414	51.493	-	-	-	80	51.573	Variável	23-Ago-2007	23-Nov-2012	Cabaz de 5 ações
Valorização Performance 5 anos	EUR	21.533	-	21.533	135	-	135	(398)	21.270	Variável	30-Set-2010	30-Set-2015	Cabaz de índices
Valorização Performance 5 anos OUTUBRO 2010	EUR	9.993	-	9.993	58	-	58	(260)	9.791	Variável	2-Nov-2010	2-Nov-2015	Cabaz de índices
Valorização Dolar	EUR	3.645	-	3.645	-	-	-	(61)	3.584	Variável	12-Abr-2010	12-Abr-2013	Taxa de cambio EUR/USD
Top Alemanha	EUR	65.042	-	65.042	572	-	572	738	66.352	Variável	14-Fev-2011	13-Fev-2015	Cabaz de Ações
Top Alemanha Fevereiro 2011	EUR	57.892	-	57.892	590	-	590	274	58.756	Variável	9-Mar-2011	9-Mar-2015	Cabaz de Ações
Valorização China	EUR	56.379	-	56.379	412	-	412	(49)	56.742	Variável	11-Abr-2011	2-Abr-2015	Índice FTSE China 25
América Latina	EUR	2.175	-	2.175	13	-	13	7	2.196	Variável	20-Mai-2011	20-Mai-2014	Cabaz de Fundos
EUA	EUR	74.607	-	74.607	567	-	567	(360)	74.813	Variável	30-Jun-2011	30-Jun-2014	Índice de Ações Standard & Poor's 500
América Latina Top 3	EUR	99.997	-	99.997	625	-	625	(540)	100.082	Variável	1-Ago-2011	31-Out-2014	Índice de Ações FTSE Latibex Top
AutoCallable 85-15	EUR	3.800	-	3.800	-	-	-	(307)	3.493	Variável	29-Set-2011	29-Set-2014	Cabaz de Ações
<b>Total Obrigações de Caixa</b>		<b>740.376</b>	<b>230.457</b>	<b>509.919</b>	<b>4.348</b>	<b>1.201</b>	<b>3.147</b>	<b>1.083</b>	<b>514.148</b>				
<b>Obrigações Hipotecárias</b>													
Hipotecárias II	EUR	1.000.000	141.450	858.550	5.265	742	4.523	33.174	896.247	3,25%	21-Out-2009	21-Out-2014	Tx Fixa
Hipotecárias III	EUR	1.000.000	25.200	974.800	18.163	473	17.690	5.243	997.733	2,63%	15-Abr-2010	15-Abr-2013	Tx Fixa
Hipotecárias IV - 1ª Tr	EUR	750.000	750.000	-	1.970	1.970	-	-	-	4,01%	12-Jan-2011	12-Jan-2014	Tx Fixa
Hipotecárias IV - 2ª Tr	EUR	600.000	600.000	-	1.041	1.041	-	-	-	4,33%	21-Jan-2011	12-Jan-2014	Tx Fixa
Hipotecárias IV - 4ª Tr	EUR	225.000	225.000	-	103	103	-	-	-	3,70%	16-Fev-2011	12-Jan-2014	Tx Fixa
Hipotecárias IV - 5ª Tr	EUR	175.000	-	175.000	(1.121)	-	(1.121)	-	173.879	1,81%	30-Mar-2011	30-Mar-2014	Tx Fixa
Hipotecárias V	EUR	1.250.000	1.250.000	-	-	-	-	-	-	3,97%	23-Mai-2011	23-Mai-2014	Tx Fixa
Hipotecárias VI - 1ª tranche	EUR	250.000	250.000	-	-	-	-	-	-	4,08%	4-Nov-2011	4-Nov-2014	Tx Fixa
Hipotecárias VII - 1ª tranche	EUR	380.000	380.000	-	-	-	-	-	-	4,08%	4-Nov-2011	4-Nov-2014	Tx Fixa
Hipototta 1 - Classe A - Notes	EUR	206.222	141.528	64.694	195	13	182	-	64.876	Variável	25-Jul-2003	25-Nov-2034	Euribor 3m+0,27% (até ao reembolso antecipado a Agosto de 2012); Euribor 3m+0,54% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	1.097.946	304.717	793.229	(2.072)	26	(2.098)	-	791.131	Variável	9-Dez-2005	30-Dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado a Dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	955.362	201.427	753.935	716	288	428	-	754.363	Variável	22-Mar-2007	28-Fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado a Fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
CON 1 - Classe A -Notes	EUR	552.096	-	552.096	4.365	-	4.365	-	556.461	Variável	24-Jun-2011	24-Jun-2038	Euribor 3m+0,3%
<b>Total Obrigações Hipotecárias</b>		<b>8.441.626</b>	<b>4.269.322</b>	<b>4.172.304</b>	<b>28.623</b>	<b>4.654</b>	<b>23.969</b>	<b>38.416</b>	<b>4.234.688</b>				
<b>Outros</b>													
EMTN's	EUR	2.289.570	1.191.780	1.097.790	31.660	11.916	19.744	23.369	1.140.904				
<b>Total Outros</b>		<b>2.289.570</b>	<b>1.191.780</b>	<b>1.097.790</b>	<b>31.660</b>	<b>11.916</b>	<b>19.744</b>	<b>23.369</b>	<b>1.140.904</b>				
<b>TOTAL DE RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TITULOS</b>		<b>11.471.572</b>	<b>5.691.559</b>	<b>5.780.012</b>	<b>64.631</b>	<b>17.771</b>	<b>46.859</b>	<b>62.868</b>	<b>5.889.741</b>				

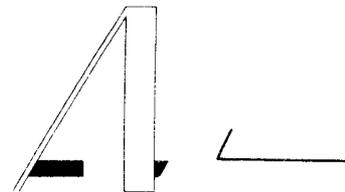
## SANTANDER TOTTA - SGPS, S.A.

## PASSIVOS SUBORDINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (NOTA 26)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações			Total Balanço Consolidado	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado				
- Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	270.447	270.447	-	225	225	-	3,44%	Perpétuas	22 de Junho de 2010	
- Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4.275	4.275	-	54	54	-	3,50%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011	
- Obrigações Perpétuas subordinadas BSP 2001	EUR	13.818	13.818	-	174	174	-	3,50%	Perpétuas	23 de Fevereiro de 2011	
- Empréstimo Subordinado 2007 - Totta IFIC	EUR	50.000	50.000	-	190	190	-	2,14%	Perpétuas	29 de Junho de 2017	
- Obrigações perpétuas subordinada - Totta Seguros 2002	EUR	14.000	14.000	-	202	202	-	3,24%	Perpétuas		
- MC Factor 2008	EUR	599	599	-	11	11	-	4,19%	Perpétuas		
		<u>353.139</u>	<u>353.139</u>	<u>-</u>	<u>856</u>	<u>856</u>	<u>-</u>				

## Relatórios e Pareceres Consolidados



## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS**

### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, SA**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 42.223.823 mEuros e um total de capital próprio de 2.274.292 mEuros, incluindo um resultado consolidado líquido atribuível aos accionistas de 63.921 mEuros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, das alterações nos capitais próprios, do rendimento integral e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas, e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da sociedade SANTANDER TOTTA, SGPS, SA em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e nos termos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

### **Ênfase**

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos 7 e 8 acima, chamamos a atenção para o facto de, em consequência do Banco Santander Totta, SA (BST) ter alterado a política contabilística das perdas e ganhos actuariais relacionadas com os benefícios pós emprego, passando do método do corredor para o do reconhecimento directo em capitais próprios no período em que ocorrem, ambos os métodos previstos na IAS 19-Benefícios a Empregados, as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2010 foram reexpressas com impacto nos capitais próprios, o que se traduziu numa diminuição destes em 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010 em 189.815 mEuros e 238.087 mEuros, respectivamente, situação referida de forma detalhada nas notas 1.3.k, 1.4 e 28 do Anexo.

Lisboa, 15 de Março de 2012

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
representada por José Duarte Assunção Dias

## **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS**

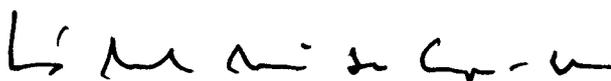
1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2011.
2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão do Grupo **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, dos Revisores Oficiais de Contas da empresa mãe e das sociedades dependentes bem como do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.
3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna implantados no Grupo.
4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo.
5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras consolidadas (Balanço em 31 de Dezembro de 2011, Demonstração dos resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial do Grupo empresarial liderado pela **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.**, no fim do exercício e da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade.
6. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

## PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.**, aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas consolidadas do exercício de 2011.

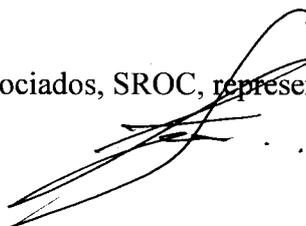
Lisboa, 16 de Março de 2012

### O CONSELHO FISCAL



Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha (Presidente)

Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)



Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)



## Demonstrações Financeiras Individuais

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVO	Notas	2011			2010		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2011	2010
		Valor antes de Imparidade e Amortizações	Amortizações, Provisões e Imparidade	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	157	-	157	69.381	<b>Passivo</b>				
Activos financeiros disponíveis para venda	3	55.035	1.813	53.222	62.198	Provisões	8	42	42	
Aplicações em instituições de crédito	4	108.005	-	108.005	115.003	Passivos por impostos correntes	6	288	421	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5	2.822.256	-	2.822.256	2.822.256	Outros passivos	9	112	177.139	
Activos por impostos correntes	6	244	-	244	189	Total do Passivo		442	177.602	
Activos por impostos diferidos	6	1.313	-	1.313	-	<b>Capital Próprio</b>				
Outros activos	7	85.517	480	85.037	85.051	Capital	10	1.972.962	1.972.962	
						Reservas de reavaliação	10	(3.641)	-	
						Outras reservas e resultados transitados	10	914.060	839.136	
						(Acções próprias)	10	(796)	(514)	
						Resultado líquido do exercício	10	187.207	279.892	
						Dividendo antecipado	10	-	(115.000)	
						Total do Capital Próprio		3.069.792	2.976.476	
Total do Activo		3.072.527	2.293	3.070.234	3.154.078	Total do Passivo e do Capital Próprio		3.070.234	3.154.078	

O Anexo faz parte integrante destes balanços

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Juros e rendimentos similares	11	2.216	891
<b>Margem financeira</b>		<u>2.216</u>	<u>891</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	12	185.057	280.324
Resultados de alienação de outros activos		-	900
<b>Produto bancário</b>		<u>187.273</u>	<u>282.115</u>
Custos com o pessoal		-	(1.578)
Gastos gerais administrativos		(199)	(180)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<u>187.074</u>	<u>280.357</u>
Impostos			
Correntes		133	(465)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<u><u>187.207</u></u>	<u><u>279.892</u></u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

SANTANDER TOTTA, SGPS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	2011	2010
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Juros e comissões recebidas	1.908	700
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(197)	(2.323)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(1)	(2)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	1.710	(1.625)
<b>(Aumentos) diminuições de activos operacionais:</b>		
Aplicações em instituições de crédito	7.000	24.060
Outros activos	-	1
	7.000	24.061
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	8.710	22.436
Impostos pagos	187	388
<b>Caixa líquida das actividades operacionais</b>	<b>8.897</b>	<b>22.824</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Dividendos recebidos	185.057	280.324
Aquisição de activos disponíveis para venda	(62.049)	-
Reembolso de activos disponíveis para venda	4.100	-
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	14	-
Alienação de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	1.150
<b>Caixa líquida das actividades de investimento</b>	<b>127.122</b>	<b>281.474</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Dividendos pagos	(204.961)	(234.962)
Aquisição de acções próprias	(282)	-
<b>Caixa líquida das actividades de financiamento</b>	<b>(205.243)</b>	<b>(234.962)</b>
<b>Aumento/(Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(69.224)</b>	<b>69.336</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	69.381	45
Caixa e seus equivalentes no fim do período	157	69.381

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

## Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

## NOTA INTRODUTÓRIA

A Santander Totta – SGPS, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 16 de Dezembro de 2004 e tem como objecto social a gestão de participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividade económica, nos termos previstos na lei.

Por escritura pública celebrada no dia 16 de Dezembro de 2004, registou-se a cisão simples da sociedade Banco Totta & Açores, S.A. (totta), mediante a transferência de parte do seu património para com ela constituir esta nova sociedade – Santander Totta, SGPS, S.A (Santander Totta). O património cedido consiste em participações financeiras maioritárias, que foram transmitidas pelo valor que se encontravam registadas na sociedade cindida, observando-se assim as condições que permitem a aplicação de neutralidade fiscal (artigo 68.º do Código do IRC).

Por escritura celebrada no dia 21 de Abril de 2005, foi efectuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS, S.A. (Foggia) na Santander Totta, tendo sido extinta a sociedade incorporada e transmitida a universalidade dos seus direitos e obrigações para a incorporante. O património da sociedade incorporada foi registado pelo seu valor líquido contabilístico, tendo os termos de troca sido determinados a 1 de Janeiro de 2005, com base na relação entre os capitais próprios por acção. Em consequência da fusão, o capital social da Santander Totta foi aumentado em mEuros 464.168 para mEuros 1.972.962 representado por 197.296.207.958 acções ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma. Nesta operação foi ainda registada uma reserva de fusão na Santander Totta, SGPS no montante de mEuros 640.575.

### 1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras da Santander Totta foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº. 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal e das Instruções nº 9/2005 e nº 23/2004, na sequência da competência que lhe é conferida pelo nº 3 do artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº. 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº. 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto nas situações referidas na carta circular n.º102/2004/DSB de 23 de Dezembro de 2004.

#### 1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

##### i) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente na demonstração dos resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados na rubrica de “Juros e rendimentos similares” da demonstração dos resultados.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente os dividendos, são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

ii) Imparidade em activos financeiros

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade são registadas por contrapartida da demonstração dos resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com fiabilidade.

Caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração dos resultados.

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

iii) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

iv) Impostos sobre Lucros

A Sociedade é tributada segundo o regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

v) Especialização dos exercícios

A Sociedade adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

vi) Investimento em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

As empresas filiais são entidades nas quais a Santander Totta exerce controlo sobre a sua gestão. As empresas associadas são entidades em que a Santander Totta exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Como influência significativa entende-se uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, mas sem existir controlo nem controlo conjunto sobre a mesma.

As empresas filiais e associadas são valorizadas ao custo de aquisição, sendo objecto de análise de perdas por imparidade.

2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica diz respeito a um depósito à ordem junto do Banco Santander Totta no montante de mEuros 157 (mEuros 69.381 em 31 de Dezembro de 2010).

3. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 é constituída da seguinte forma:

	31-12-2011				31-12-2010				
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de Justo Valor	Imparidade (Nota 8)	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Imparidade (Nota 8)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida									
Emitidos por residentes									
Outros não residentes	58.007	6	(4.954)	-	53.059	62.030	5	-	62.035
	<u>58.007</u>	<u>6</u>	<u>(4.954)</u>	<u>-</u>	<u>53.059</u>	<u>62.030</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>62.035</u>
Instrumentos de Capital									
Emitidos por residentes									
Valorizados ao justo valor	113	-		(83)	30	113	-	(83)	30
Valorizados ao custo histórico	1.077	-		(1.077)	-	1.077	-	(1.077)	-
Outros									
Emitidos por não residentes									
Valorizados ao justo valor	786	-		(653)	133	786	-	(653)	133
	<u>1.976</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.813)</u>	<u>163</u>	<u>1.976</u>	<u>-</u>	<u>(1.813)</u>	<u>163</u>
	<u>59.983</u>	<u>6</u>	<u>(4.954)</u>	<u>(1.813)</u>	<u>53.222</u>	<u>64.006</u>	<u>5</u>	<u>(1.813)</u>	<u>62.198</u>

O movimento ocorrido na imparidade em 2011 é apresentado na Nota 8.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

**4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Aplicações em Instituições de Crédito no País		
Depósitos	108.000	115.000
Juros a Receber	<u>5</u>	<u>3</u>
	<u><u>108.005</u></u>	<u><u>115.003</u></u>

**5. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS**

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os investimentos em empresas filiais apresentam a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>		<u>31-12-2010</u>	
	Participação Directa (%)	Valor de balanço	Participação Directa (%)	Valor de balanço
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	99,99	47.250	99,99	47.250
Banco Santander Totta, S.A.	97,66	2.774.601	97,52	2.708.296
Totta Crédito Especializado, IFIC	-	-	83,19	66.305
Taxagest, SGPS, S.A.	1,00	405	1,00	405
		<u><u>2.822.256</u></u>		<u><u>2.822.256</u></u>

Em 3 de Maio de 2010, o Banco Santander Totta, S.A. procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander Negócios Portugal, S.A. (BSN), nos termos dos artigos 97º e 98º do Código das Sociedades Comerciais. A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de Janeiro de 2010.

Em 5 de Agosto de 2010, a Sociedade alienou à Ingenieria de Software Bancario 49.900 acções da ISBAN PT com o valor nominal de 5 euros por acção.

Em 1 de Abril de 2011, o Banco Santander Totta, S.A. procedeu à fusão por incorporação do Totta Crédito Especializado, IFIC, nos termos dos artigos 97º e 98º do Código das Sociedades Comerciais.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

**6. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Activos por impostos correntes		
Pagamento especial por conta	3	-
Retenções na fonte	<u>242</u>	<u>189</u>
	<u>244</u>	<u>189</u>
Activos por impostos diferidos		
Relativos a diferenças temporárias	<u>1.313</u>	<u>-</u>
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	<u>(288)</u>	<u>(421)</u>
	<u>1.269</u>	<u>(232)</u>

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

Com a publicação da Lei nº 12–A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, que é paga por todos os sujeitos passivos que apurem um lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a mEuros 2.000. A derrama estadual corresponde a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite.

Com a publicação da Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei nº 64–B/2011, de 30 de Dezembro), as empresas que apresentem nesse exercício e nos seguintes lucros tributáveis mais elevados são sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual. Nesse sentido, as empresas com lucros tributáveis compreendidos entre mEuros 1.500 e mEuros 10.000 passam a estar sujeitas a uma taxa de derrama estadual de 3% e as empresas com lucros tributáveis superiores a mEuros 10.000 ficam sujeitas a uma taxa de 5%. Assim, sempre que o lucro tributável apurado exceda os mEuros 10.000, aplicar-se-á uma taxa de 3% ao montante de mEuros 8.500, aplicando-se uma taxa de 5% ao lucro tributável remanescente. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada no exercício de 2011 no reconhecimento do imposto sobre lucros do período fosse de 26,5% para mEuros 1.500 do lucro tributável, 29,5% para mEuros 8.500 do lucro tributável e 31,5% para o remanescente.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos, excepto nos casos de prejuízos fiscais reportáveis, em que o prazo de caducidade do direito à liquidação é de seis anos. Desse facto poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos anos em aberto.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a taxa normal de imposto e a taxa efectiva, nos exercícios de 2011 e 2010, é como segue:

	31-12-2011		31-12-2010	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
<b>Lucro considerado para apuramento de imposto</b>		<b>187.075</b>		<b>280.358</b>
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente	26,50%	49.575	26,50%	74.295
Dividendos não tributáveis	-26,21%	(49.040)	-26,50%	(74.286)
Correcções de anos anteriores	-0,23%	(421)	0,02%	44
Outros	0,01%	19	-0,18%	(518)
<b>Impostos sobre os lucros do exercício</b>	<b>0,07%</b>	<b>133</b>	<b>-0,17%</b>	<b>(465)</b>

## 7. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Devedores e Outras Aplicações		
Devedores diversos		
Suprimentos	477	491
Outros	85.040	85.040
	<u>85.517</u>	<u>85.531</u>
Imparidade (Nota 8)	(480)	(480)
	<u>85.037</u>	<u>85.051</u>

Os contratos de suprimentos foram efectuados à sociedade SUPERGOLF, SGPS, S.A. no montante de 170 mEuros, à sociedade PAVRIL – Pavimentos do Ribatejo, S.A. no montante de 269 mEuros e à sociedade FAFER – Empreendimentos Urbanísticos e de Construções, S.A. no montante de 37 mEuros e são saldos provenientes da incorporação da FOGGIA, SGPS, S.A. na Sociedade.

Em Outubro de 2008 a Santander Totta concedeu à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., prestações acessórias, reembolsáveis nos termos dos Estatutos da sociedade, no montante de 85.000 mEuros. Estas prestações foram classificadas como outros activos de acordo com a IAS 32.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

**8. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E IMPARIDADE**

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões durante o ano de 2010 e 2011 foi o seguinte:

	31-12-2009	Dotações	Reposições	Utilizações	31-12-2010	Dotações	Reposições	31-12-2011
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda								
Emitidos por residentes								
Instrumentos de capital	1.190	-	-	(30)	1.160	-	-	1.160
Emitidos por não residentes								
Instrumentos de capital	653	-	-	-	653	-	-	653
	<u>1.843</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(30)</u>	<u>1.813</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.813</u>
Imparidade em Outros Activos								
Devedores e Outras Aplicações	480	-	-	-	480	-	-	480
Outras provisões	42	-	-	-	42	-	-	42
	<u>2.365</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(30)</u>	<u>2.335</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.335</u>

**9. OUTROS PASSIVOS**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2011	31-12-2010
Credores e outros recursos		
Dividendos a pagar	<u>45</u>	<u>115.037</u>
Encargos a pagar		
Gastos gerais administrativos	54	54
Compra Obrigações Hipototta 4	-	62.035
	<u>54</u>	<u>62.089</u>
Receitas com rendimento diferido	13	13
	<u>112</u>	<u>177.139</u>

**10. CAPITAIS PRÓPRIOS**

Conforme descrito na nota 1, a Santander Totta foi constituída no dia 16 de Dezembro de 2004 no âmbito da operação de cisão/fusão do totta. O capital social foi realizado em espécie pelos accionistas da Sociedade, através da entrega das acções das participações financeiras na Foggia, SGPS e na Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, as quais foram destacadas do património do ex-totta pelo seu valor contabilístico.

Desta forma, em 31 de Dezembro de 2004, o capital social da Santander Totta estava representado por 150.879.442.125 acções, com o valor nominal de um cêntimo cada, estando totalmente subscrito e realizado.

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Conforme descrito também na nota 1, em 21 de Abril de 2005 foi efectuada a fusão por incorporação da Foggia, SGPS na Santander Totta. Procedeu-se em consequência ao aumento do capital social da Sociedade, que desta forma estava a 30 de Junho representado por 197.296.207.958 acções ordinárias, com valor nominal de 1 cêntimo de euro cada uma, tendo sido ainda registada nas contas individuais da Sociedade uma reserva de fusão de mEuros 640.575.

No dia 28 de Maio de 2010, o Conselho de Administração da Santander Totta SGPS, S.A. deliberou a distribuição de dividendos no montante de mEuros 235.000.

No dia 30 de Dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Santander Totta SGPS, S.A. deliberou a distribuição de dividendos antecipados no montante de mEuros 115.000.

No dia 27 de Maio de 2011, em reunião da Assembleia Geral foi deliberada a distribuição adicional de dividendos relativos ao exercício de 2010 no montante de mEuros 90.000.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os principais accionistas da sociedade eram os seguintes:

	%
	<u>Participação</u>
Santusa Holding – Grupo Santander	99,86%
Outros	0,14%
	-----
	100,00%
	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as outras reservas e resultados transitados tinham a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Fusão da Foggia, SGPS na Sociedade - Reserva de fusão	640.575	640.575
Reserva Legal	156.077	128.088
Resultados Transitados	117.408	70.473
Acções Próprias	(796)	(514)
	<u>913.264</u>	<u>838.622</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

Reservas de reavaliação	
Reservas resultantes da valorização ao justo valor:	
De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 3)	(4.954)
Reservas por impostos diferidos	
Por diferenças temporárias:	
Relativas a activos financeiros disponíveis para venda	1.313
	<u>(3.641)</u>

(Montantes em Milhares Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento da situação líquida é o seguinte:

	TOTAL	Capital Social	Reserva Legal	Res. de Justo Valor	Res. p/ Impostos Diferidos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Acções Próprias	Dividendos Antecipados	Resultado Líquido do Exercício
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	2.976.476	1.972.962	128.088	-	-	640.575	70.473	(514)	(115.000)	279.892
Aplicação de resultados	-	-	27.989	-	-	-	136.903	-	115.000	(279.892)
Distribuição de Dividendos	(89.968)	-	-	-	-	-	(89.968)	-	-	-
Registo ao justo valor de títulos da carteira de activos disponíveis para venda	(3.641)	-	-	(4.954)	1.313	-	-	-	-	-
Outros	(282)	-	-	-	-	-	-	(282)	-	-
Resultado Líquido do Exercício	187.207	-	-	-	-	-	-	-	-	187.207
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	<u>3.069.792</u>	<u>1.972.962</u>	<u>156.077</u>	<u>(4.954)</u>	<u>1.313</u>	<u>640.575</u>	<u>117.408</u>	<u>(796)</u>	<u>-</u>	<u>187.207</u>

**11. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

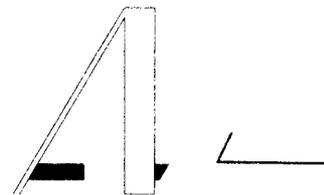
	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros de aplicações em Instituições de Crédito	1.127	891
Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	<u>1.089</u>	<u>-</u>
	<u>2.216</u>	<u>891</u>

**12. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL**

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Banco Santander Totta, S.A.	170.882	270.128
Taxagest, SGPS, S.A.	-	85
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	14.175	10.111
	<u>185.057</u>	<u>280.324</u>

## Relatórios e Pareceres Individuais



## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 3.070.234.099 euros e um total de capital próprio de 3.069.792.202 euros, incluindo um resultado líquido de 187.207.397 euros), as Demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data bem como o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da sociedade SANTANDER TOTTA, SGPS, SA, em 31 de Dezembro de 2011 o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e nos termos das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) emitidas pelo Banco de Portugal e que constituem o anexo à Instrução nº 23/2004, as quais, na parte aplicável a esta sociedade, são coincidentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de Março de 2012

  
ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
representada por José Duarte Assunção Dias

## **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS**

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais da sociedade **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.**, apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2011.
2. O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão da **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.** e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos com os seus responsáveis, bem como da leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração. Efectuou reuniões com regularidade, nas quais, por via de regra, contou com a presença de membros do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e do Director de Coordenação de Contabilidade e Controlo de Gestão e obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções de fiscalização.
3. O Conselho Fiscal procedeu ainda à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artº 420º do Código das Sociedades Comerciais tendo, designadamente, apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira e fiscalizado a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.
4. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual mereceu o seu acordo.
5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações financeiras individuais (Balanço em 31 de Dezembro de 2011, Demonstração dos resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às Demonstrações financeiras), são adequados à compreensão da situação patrimonial da sociedade no fim do exercício e à forma como se formaram os resultados e se desenrolou a actividade.
6. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração e dos Serviços.

## PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da **SANTANDER TOTTA, SGPS, S.A.** aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas individuais do exercício de 2011;
- b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

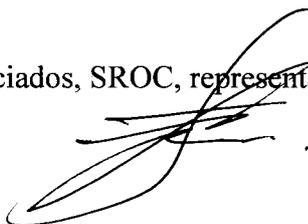
Lisboa, 16 de Março de 2012

### O CONSELHO FISCAL

Luis Manuel Moreira de Campos e Cunha (Presidente)



Mazars & Associados, SROC, representada por Fernando Vieira (Vogal)



Ricardo Manuel Duarte Vidal Castro (Vogal)

